



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

**Brasília – DF
2017**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n. 63, de 2010, da Decisão Normativa TCU n. 154, de 2016, e da Portaria TCU n. 59, de 2017.

Consolidação das informações sobre o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

Brasília – DF
2017

LISTAS

Lista de figuras

- Figura 1 – Estratégia da Câmara dos Deputados
- Figura 2 – Demonstrativo de execução do planejamento estratégico por meio do quantitativo de projetos corporativos
- Figura 3 – Despesas com pessoal e encargos sociais (GND 1) – 2016 x 2015
- Figura 4 – Outras despesas correntes (GND 3) – 2016 x 2015
- Figura 5 – Investimentos (GND 4) – 2016 x 2015
- Figura 6 – Sistema de governança da Câmara dos Deputados
- Figura 7 – Principais eventos apurados
- Figura 8 – Quantidade de pessoas atendidas – 2014 a 2016
- Figura 9 – Quantitativo de procedimentos anuais – 2014 a 2016
- Figura 10 – Associação das ações do Peti às diretrizes estratégicas da Câmara dos Deputados
- Figura 11 – Painel de indicadores do Peti – 2016
- Figura 12 – Detalhes do indicador “Percentual de acesso aos serviços do portal institucional a partir de dispositivos móveis”
- Figura 13 – Detalhes do indicador “Variação de acesso aos aplicativos para dispositivos móveis dirigidos à sociedade”
- Figura 14 – Detalhes do indicador “Variação de acessos aos serviços da CD construídos para a sociedade”
- Figura 15 – Detalhes do indicador “Índice de satisfação dos gabinetes parlamentares, dos gabinetes de lideranças e dos órgãos da Mesa Diretora com os serviços de TIC”
- Figura 16 – Composição do portfólio de TIC
- Figura 17 – Resultado da pesquisa de satisfação com o Centro de Informática
- Figura 18 – Portal de processos de TIC
- Figura 19 – Detalhes de indicadores relacionados ao processo “Gerenciar incidentes”
- Figura 20 – Detalhes de indicadores relacionados ao processo “Gerir projetos” (nov./2016)
- Figura 21 – Relatório de riscos de TIC
- Figura 22 – Relatório de impacto de TIC
- Figura 23 – Distribuição de Pessoal no Centro de Informática
- Figura 24 – Distribuição de servidores do Cenin capacitados em governança e gestão desde 2010
- Figura 25 – Comparativo de despesas com material bibliográfico – 2016 x 2015
- Figura 26 – Balanço 2016 – Edições Câmara
- Figura 27 – Visão geral do público-alvo – portal da Câmara dos Deputados
- Figura A1 – Série Histórica – recursos ordinários
- Figura A2 – Estoque – materiais de construção – composição
- Figura A3 – Estoque – material de expediente – composição
- Figura A4 – Atos potenciais passivos – contratos – composição
- Figura A5 – Inscrição de outras despesas correntes em RPNP
- Figura A6 – Execução de investimentos: principais naturezas de despesa/natureza de despesa detalhada
- Figura A7 – Pagamentos de RPNP
- Figura A8 – Cancelamentos de RPNP

Lista de quadros

- Quadro 1 – Informações sobre áreas estratégicas
- Quadro 2 – Projetos corporativos 2015-2016
- Quadro 3 – Processos impactados pelas principais entregas em 2016 do portfólio corporativo
- Quadro 4 – Dotação inicial 2015 x 2016
- Quadro 5 – Suplementações ou remanejamentos entre GNDs
- Quadro 6 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores
- Quadro 7 – Despesas por modalidade de contratação – UG Câmara dos Deputados
- Quadro 8 – Despesas por modalidade de contratação – UG FRCD
- Quadro 9 – Valores liquidados – dispensa de licitação 2015 x 2016
- Quadro 10 – Dispensa de licitação – inciso IV
- Quadro 11 – Despesas por grupo e elemento de despesa – UG Câmara dos Deputados
- Quadro 12 – Despesas por grupo e elemento de despesa – UG FRCD
- Quadro 13 – Ações orçamentárias – obras
- Quadro 14 – Execução da obra – bloco B do edifício Anexo IV
- Quadro 15 – Execução da obra – Anexo V
- Quadro 16 – Execução da obra – Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados
- Quadro 17 – Execução da obra – reforma dos imóveis funcionais
- Quadro 18 – Apartamentos – execução física
- Quadro 19 – Execução da obra – Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais
- Quadro 20 – Concessão de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados
- Quadro 21 – Utilização de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados
- Quadro 22 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos – Câmara dos Deputados
- Quadro 23 – Indicadores da estratégia
- Quadro 24 – Situação dos PADs e sindicâncias instaurados e/ou em curso
- Quadro 25 – Aplicação de penalidades em 2016
- Quadro 26 – Despesas de pessoal
- Quadro 27 – Informações sobre as contratações de estagiários
- Quadro 28 – Frota de veículos
- Quadro 29 – Despesas associadas à manutenção da frota de veículos
- Quadro 30 – Portal da Câmara dos Deputados
- Quadro 31 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário
- Quadro A1 – Comitês temáticos
- Quadro A2 – Espaços físicos – caracterização da cessão
- Quadro A3 – Espaços físicos – área ocupada e valores
- Quadro A4 – Principais projetos de TIC desenvolvidos em 2016
- Quadro A5 – Principais sistemas de TIC da Câmara dos Deputados
- Quadro A6 – Principais processos de gerenciamento de serviços de TIC
- Quadro A7 – Julgamento de contas anual do exercício de 2011
- Quadro A8 – Julgamento de contas anual do exercício de 2012
- Quadro A9 – Julgamento de contas anual do exercício de 2014

Lista de siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGU – Advocacia-Geral da União
AH – Análise horizontal
Amco – Almoxarifado de Material de Consumo
Amed – Almoxarifado de Material Médico
Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Aproge – Assessoria de Projetos e Gestão
Ascade – Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados
ASO – Atestado de saúde ocupacional
ART – Anotação de responsabilidade técnica
Atran – Almoxarifado de Material de Transportes
AV – Análise vertical
Aveu – Almoxarifado de Material de Vestuário e Uniforme
A3P – Agenda Ambiental da administração pública
BDGC – Banco de dados de gerenciamento de configuração
BF – Balanço financeiro
Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BO – Balanço orçamentário
BP – Balanço patrimonial
Calip – Coordenação de Auditoria de Licitação, Contratos e Patrimônio
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCI – Central de Comunicação Interativa
CCont – Coordenação de Contabilidade
CD – Câmara dos Deputados
CDTI – Comitê Diretivo de Tecnologia de Informação e Comunicação
Ceam – Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais
Ceap – Cota para exercício da atividade parlamentar
Cedi – Centro de Documentação e Informação
Cefor – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Cenin – Centro de Informática
Cesam – Centro Salesiano do Menor
Ceti – Comitê Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação
Cetec – Centro de Tecnologia Norte
CGE – Comitê de Gestão Estratégica
CGI – Comitê Gestor da Internet
CGU – Controladoria-Geral da União
CGR – Comitê Gestor do Relacionamento
CNE – Cargo de natureza especial
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Coarh – Coordenação de Auditoria de Recursos Humanos
Cobec – Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais
Cobit – Control Objectives for Information and related Technology
Coati – Coordenação de Auditoria de Tecnologia de Informação
Coasp – Coordenação de Auditoria de Assuntos Parlamentares
Cohab – Coordenação de Habitação
Conle – Consultoria Legislativa
Coped – Comissão Permanente de Disciplina
CPD – Controle de Processos Disciplinares
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CPI – Comissão parlamentar de inquérito

CPP – Coordenação de Participação Popular
Crea – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
CSG – Comitê Setorial de Gestão
CTRAN – Coordenação de Transportes
DCR – Denúncia por Crime de Responsabilidade
Deapa – Departamento de Apoio Parlamentar
Defin – Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Demed – Departamento Médico
Depol – Departamento de Polícia Legislativa
Detec – Departamento Técnico
DF – Distrito Federal
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DG – Diretoria-Geral
Dileg – Diretoria Legislativa
Dirad – Diretoria Administrativa
DOU – Diário Oficial da União
DRH – Diretoria de Recursos Humanos
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
DW – Data Warehouse
EC – Emenda Constitucional
Enap – Escola Nacional de Administração Pública
Enef – Estratégia Nacional de Educação Financeira
EPP – Empresa de pequeno porte
Esaf – Escola de Administração Fazendária
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FRCD – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados
GDF – Governo do Distrito Federal
Gepo – Grupo de Exame Periódico Ocupacional
GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social
GND – Grupo de natureza de despesa
GPS – Guia da Previdência Social
GRU – Guia de Recolhimento da União
Habit – Sistema de Habitação
IDE – Índice de Desempenho do Escopo do Portfólio Corporativo
IDHAB – Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
Infoleg – Informações legislativas
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPC – Instituto de Previdência dos Congressistas
IPCA – Índice de preço ao consumidor amplo
IPOL – Instituto de Ciência Política
IPSAS – International Public Sector Accounting Standards
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ITIL – Information Technology Infrastructure Library
LabHacker – Laboratório Hacker
LAI – Lei de Acesso à Informação
LC – Lei complementar
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
Libras – Língua Brasileira de Sinais
LOA – Lei Orçamentária Anual
LTS – Licença para tratamento da própria saúde
MBA – Master in Business Administration
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MEC – Ministério da Educação
MF – Ministério da Fazenda
MPOG – Ministério do Planejamento e Gestão
MOB – Projeto Mobilidade Sustentável
Nacop – Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional
Napes – Núcleo de Auditoria de Pessoal
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade
Nualc – Núcleo de Auditoria de Licitações e Contratos
Nuarrh – Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos
Nuati – Núcleo de Auditoria de Tecnologia da Informação
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAD – Processo administrativo disciplinar
Paci – Plano Anual de Controle Interno
PAE – Programa de Assistência e Educação Pré-Escolar
Peti – Plano Estratégico de TIC
PEC – Proposta de emenda à Constituição
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação
PGP – Processo de Gestão de Projetos
PGRS – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PJB – Parlamento Jovem Brasileiro
PIPCP – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PL – Projeto de lei
PLOA – Projeto de lei orçamentária anual
PLP – Projeto de lei complementar
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PMI – Project Management Institute
PPP – Parceria público-privada
Proa – Programa de preparação para aposentadoria
Prosat – Programa de Saúde no Trabalho
Pró-Ser – Programa de Valorização do Servidor
PSSC – Plano de Seguridade Social dos Congressistas
PSSS – Plano de Seguridade Social dos Servidores
RA – Relatório de auditoria
RAE – Reunião de avaliação estratégica
RH – Recursos humanos
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RP – Restos a pagar
RPNP – Restos a pagar não processados
RPP – Restos a pagar processados
RRT – Registro de Responsabilidade Técnica
RVBI – Rede Virtual de Bibliotecas
Secin – Secretaria de Controle Interno
Secom – Secretaria de Comunicação Social
Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados
SGM – Secretaria-Geral da Mesa
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SIA – Setor de Indústria e Abastecimento
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
Sicod – Sistema de Controle de Débitos
Sigmas – Sistema de Gestão de Material e Serviços

Sileg – Sistema de Informação Legislativa
Siorc – Sistema de Gestão Orçamentária
Sisconle – Sistema da Consultoria Legislativa
SQN – Superquadra Norte
SQS – Superquadra Sul
SP – Secretário parlamentar
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRI – Secretaria de Relações Internacionais
SSQVT – Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da informação
TIC – Tecnologia da informação e comunicação
UG – Unidade gestora
UnB – Universidade de Brasília
USP – Universidade de São Paulo
XML – Extensible Markup Language

Lista de tabelas

- Tabela 1 – Macroprocessos finalísticos da Câmara dos Deputados
- Tabela 2 – RP não processados a pagar – por GND
- Tabela 3 – Composição do quadro de servidores ativos
- Tabela 4 – Força de trabalho da Câmara dos Deputados
- Tabela 5 – Distribuição da lotação efetiva
- Tabela 6 – Quantitativo de servidores efetivos por faixa etária
- Tabela 7 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CD
- Tabela 8 – Concursos públicos vigentes e nomeações em 2016
- Tabela 9 – Quantitativo de aposentadorias em 2016
- Tabela 10 – Detalhamento das aposentadorias em 2016
- Tabela 11 – Idade média dos aposentados por ano de aposentadoria
- Tabela 12 – Previsão de aposentadorias para o período 2017-2020
- Tabela 13 – Quantitativo de servidores por nível de escolaridade – 2014 a 2016
- Tabela 14 – Programas e campanhas voltados à saúde preventiva e laboral
- Tabela 15 – Acidentes de trabalho
- Tabela 16 – Atendimentos realizados
- Tabela 17 – Indicadores de absenteísmo 2016
- Tabela 18 – Ações de educação financeira
- Tabela 19 – Distribuição dos imóveis destinados a parlamentares
- Tabela 20 – Distribuição dos imóveis destinados à reserva técnica
- Tabela 21 – Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais
- Tabela 22 – Despesas com manutenção – imóveis funcionais
- Tabela 23 – Comitês de TIC
- Tabela 24 – Ações e decisões do Ceti e do CDTI
- Tabela 25 – Indicadores do Peti
- Tabela 26 – Receita prevista x receita arrecadada – FRCD
- Tabela 27 – Dotação orçamentária autorizada x despesas empenhadas – FRCD
- Tabela 28 – Destaques concedidos – FRCD
- Tabela 29 – Disponibilidades financeiras – FRCD
- Tabela 30 – Movimento da biblioteca – 2016
- Tabela 31 – Número de demandas atendidas, por tipo, em 2016
- Tabela 32 – Variação do número de críticas e elogios entre 2015 e 2016
- Tabela 33 – Distribuição mensal das demandas LAI por macrotema
- Tabela 34 – Projetos do programa Plenarinho
- Tabela 35 – Programas permanentes de interação com o público
- Tabela 36 – Ações do programa Pró-Adolescente
- Tabela 37 – Deliberações expedidas pelo TCU no exercício de 2016
- Tabela 38 – Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores
- Tabela 39 – Relatórios de auditoria expedidos no exercício de 2016
- Tabela 40 – Relatórios de auditoria emitidos em exercícios anteriores
- Tabela A1 – Unidades gestoras consolidadas
- Tabela A2 – Tabela de vida útil e valor residual
- Tabela A3 – Registros contábeis – almoxarifado
- Tabela A4 – Procedimentos contábeis patrimoniais – Câmara dos Deputados
- Tabela A5 – Caixa e equivalentes de caixa
- Tabela A6 – Limite de saque com vinculação de pagamento
- Tabela A7 – Demais créditos e valores de curto prazo
- Tabela A8 – Composição da conta 1.1.3.4.1.01.00
- Tabela A9 – Composição da conta 1.1.3.4.1.02.00
- Tabela A10 – Outros créditos a receber e valores de curto prazo – composição

Tabela A11 – Infrações mais relevantes – conta 1.1.3.8.1.07.00
Tabela A12 – Maior variação na conta contábil 11381.13.00 – créditos a receber por cessão de áreas públicas
Tabela A13 – Ajustes para perdas prováveis sobre demais créditos e valores de curto prazo
Tabela A14 – Estoques – composição
Tabela A15 – Aquisições relevantes – material de expediente
Tabela A16 – Créditos e valores de longo prazo
Tabela A17 – Demais créditos e valores de longo prazo
Tabela A18 – Bens móveis – composição
Tabela A19 – Detalhamento das contas 1.2.3.1.1.02.00 e 1.2.3.1.1.04.00
Tabela A20 – Bens imóveis – composição
Tabela A21 – Conciliação do valor contábil
Tabela A22 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar em curto prazo – composição
Tabela A23 – Demais obrigações de curto prazo – composição
Tabela A24 – Depósitos retidos de fornecedores
Tabela A25 – Garantias recebidas a executar
Tabela A26 – Contratos a executar
Tabela A27 – Transferências intragovernamentais – composição
Tabela A28 – Principais fatos
Tabela A29 – Pessoal e encargos sociais – composição
Tabela A30 – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – composição
Tabela A31 – Serviços – detalhamento
Tabela A32 – Principais prestadores de serviços – pessoa jurídica – 2016
Tabela A33 – Transferências intragovernamentais – composição
Tabela A34 – Alterações orçamentárias
Tabela A35 – Execução de pessoal e encargos sociais
Tabela A36 – Execução de outras despesas correntes: principais naturezas de despesa/natureza de despesa detalhada
Tabela A37 – Restos a pagar não processados a liquidar
Tabela A38 – Restos a pagar processados
Tabela A39 – DFC – Transferências concedidas – detalhamento
Tabela A40 – Principais eventos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	18
1.1 Finalidade e Competências.....	18
1.2 Organograma	18
1.3 Macroprocessos Finalísticos.....	21
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	23
2.1 Planejamento Organizacional.....	23
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	25
2.1.2 Estágio de implementação e resultados do planejamento estratégico	25
2.1.2.1 Integração entre projetos e processos	29
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	30
2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados Alcançados	30
2.3 Desempenho Orçamentário	31
2.3.1 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	33
2.3.2 Restos a pagar de exercícios anteriores	33
2.3.2.1 Análise crítica.....	35
2.3.3 Informações sobre a execução das despesas.....	35
2.3.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação	36
2.3.3.2 Análise crítica das despesas por modalidade de contratação.....	38
2.3.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa	40
2.3.3.4 Análise crítica das despesas por grupo e elemento de despesa	42
2.3.4 Suprimento de fundos.....	47
2.3.4.1 Análise crítica.....	48
2.4 Desempenho Operacional.....	48
2.4.1 Resultados dos trabalhos legislativos	48
2.5 Informações sobre Indicadores de Desempenho	50
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	53
3.1 Estrutura de Governança	53
3.1.1 Nível corporativo.....	53
3.1.2 Nível setorial	54
3.1.3 Comitês temáticos	54
3.2 Atividades do Sistema de Correição.....	54
3.2.1 Principais eventos apurados (Coped)	55
3.2.2 Principais resultados observados	55
3.3 Gestão de Riscos e Controles Internos	56

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	57
4.1 Gestão de Pessoas.....	57
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	57
4.1.1.1 Composição da força de trabalho	57
4.1.1.2 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da Câmara dos Deputados	58
4.1.1.3 Concursos públicos e nomeações	60
4.1.1.4 Aposentadoria.....	62
4.1.1.5 Capacitação e desenvolvimento de pessoas.....	64
4.1.2 Indicadores de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho.....	65
4.1.2.1 Atendimento médico	65
4.1.2.2 Programas voltados à saúde preventiva e laboral	66
4.1.2.3 Acidentes de trabalho	68
4.1.2.4 Doenças ocupacionais	68
4.1.2.5 Indicadores de absenteísmo	69
4.1.3 Demonstrativo das despesas de pessoal	69
4.1.4 Controles para mitigar riscos relativos a pessoal.....	71
4.1.5 Ações voltadas à valorização do servidor	71
4.1.5.1 Programa de educação financeira.....	71
4.1.5.2 Programa de prevenção e controle do tabagismo	72
4.1.5.3 Programa de prevenção e orientação nas questões relacionadas à dependência química	72
4.1.5.4 Programa de adaptação funcional.....	72
4.1.5.5 Programa de preparação para aposentadoria (Proa)	73
4.1.6 Outras informações sobre gestão de pessoas.....	73
4.1.7 Contratação de estagiários e de pessoal de apoio	73
4.1.7.1 Contratação de estagiários.....	73
4.1.7.2 Contratação de pessoal de apoio.....	74
4.1.8 Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	74
4.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura	74
4.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	74
4.2.1.1 Informações sobre a frota de veículos	75
4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso	77
4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União	77
4.2.3.1 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados	77
4.2.3.1.1 Distribuição geográfica dos imóveis funcionais.....	78
4.2.3.1.2 Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais	78
4.2.3.1.3 Análise crítica acerca dos imóveis funcionais.....	79
4.2.3.2 Bens imóveis sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados (exceto imóvel funcional) ..	80

4.2.3.3 Imóveis locados de terceiros	80
4.2.3.4 Outras ações de planejamento em infraestrutura	81
4.2.4 Cessão de espaço físico em imóvel da União	81
4.3 Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	81
4.3.1 Modelo de governança de TIC da Câmara dos Deputados	81
4.3.2 Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação	82
4.3.3 Pesquisa de satisfação com os serviços do Centro de Informática	89
4.3.4 Projetos de TIC desenvolvidos em 2016	90
4.3.5 Principais sistemas de TIC da Câmara dos Deputados	90
4.3.6 Processos de gerenciamento de serviços de TIC	90
4.3.7 Gestão de riscos de TIC	92
4.3.7.1 Mecanismos para gerenciamento de riscos de TIC	92
4.3.7.1.1 Lista de verificação de processos de contratação em TIC	92
4.3.7.1.2 Normativo para o período de execução de mudanças no ambiente computacional da Câmara dos Deputados	92
4.3.7.1.3 Relatório de riscos de TIC	93
4.3.7.1.4 Relatório de impacto em demandas do portfólio de TIC	94
4.3.7.2 Recomendações para mitigar riscos na execução do Peti	94
4.3.7.3 Medidas para mitigar dependência tecnológica de empresas terceirizadas	95
4.3.8 Força de trabalho e plano de capacitação de pessoal de TIC	95
4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade	96
4.4.1 Gabinete Sustentável	97
4.4.2 Água e energia elétrica	97
4.5 Gestão de Fundos e Programas	98
4.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade	98
4.6 Gestão da Informação	100
4.6.1 Organização da informação legislativa	100
4.6.2 Gestão dos acervos informacionais	100
4.6.2.1 Preservação	100
4.6.2.1.1 Conservação preventiva	100
4.6.2.1.1.1 Higienização de livros e documentos	101
4.6.2.1.1.2 Higienização e acondicionamento de acervo audiovisual	101
4.6.2.1.1.3 Restauração	101
4.6.2.2 Acervo arquivístico	101
4.6.2.3 Acervo bibliográfico	102
4.6.3 Disseminação da informação	103
4.6.3.1 Documentos históricos	103

4.6.3.2 Documentos bibliográficos.....	104
4.6.3.2.1 Busca Integrada de Bibliografia (BIB).....	104
4.6.3.3 Produção editorial.....	105
5. RELACIONAMENTO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS COM A SOCIEDADE	106
5.1 Canais de Acesso do Cidadão	106
5.1.1 Canais bilaterais de interação	107
5.1.2 Canais multilaterais de interação.....	108
5.1.2.1 Laboratório Hacker (LabHacker)	109
5.1.2.2 Secretaria de Comunicação Social	110
5.2 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	111
5.3 Mecanismos de Transparência das Informações na Câmara dos Deputados	111
5.3.1 Ações de transparência.....	114
5.3.1.1 Cota para o exercício da atividade parlamentar.....	114
5.4 Outras Ações de Interação da Câmara dos Deputados com a Sociedade.....	115
5.4.1 Rede Legislativa de Rádio e TV.....	115
5.4.2 Divulgação institucional e da atividade parlamentar por meio dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados	116
5.4.3 Apoio a eventos institucionais.....	117
5.4.4 Centro Cultural Câmara dos Deputados	117
5.4.5 Interação com o público infante-juvenil – programa Plenarinho	118
5.4.6 Outros programas permanentes de interação com o público.....	119
5.5 Medidas Relativas à Acessibilidade	120
5.6 Responsabilidade Social.....	121
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	123
6.1 Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	123
6.2 Sistemática de Apuração de Custos.....	123
6.3 Demonstrações contábeis e notas explicativas	123
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	124
7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	124
7.1.1 Deliberações expedidas em 2016	124
7.1.2 Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores.....	125
7.1.3 Deliberação decorrente do julgamento de contas anual	125
7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	126
7.2.1 Recomendações expedidas pelo OCI no exercício de 2016.....	126
7.2.2 Recomendações expedidas pelo OCI em exercícios anteriores.....	129
7.3 Demais Informações Referentes ao Tratamento das Deliberações do TCU e das Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	129

7.4 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	130
7.5 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei n. 8.666, de 1993.....	130
7.6 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento	131
ANEXOS E APÊNDICES	132
Quadro A1 – Comitês temáticos	133
Quadro A2 – Espaços físicos – caracterização da cessão.....	137
Quadro A3 – Espaços físicos – área ocupada e valores	139
Quadro A4 – Principais projetos de TIC desenvolvidos em 2016	140
Quadro A5 – Principais sistemas de TIC da Câmara dos Deputados.....	144
Quadro A6 – Principais processos de gerenciamento de serviços de TIC	145
Quadro A7 – Julgamento de contas anual do exercício de 2011.....	147
Quadro A8 – Julgamento de contas anual do exercício de 2012.....	148
Quadro A9 – Julgamento de contas anual do exercício de 2014.....	151
Demonstrações contábeis	156
Notas explicativas às demonstrações contábeis	167
1 BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	167
1.1 Informações Gerais.....	167
1.2 Base de Elaboração	167
1.3 Uso de Estimativas e Julgamentos	167
1.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis.....	168
2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS	170
3 COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	171

APRESENTAÇÃO

A Câmara dos Deputados, no cumprimento do seu dever de prestar contas, conforme o art. 70 da Constituição Federal, apresenta seu Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2016, que contém a síntese dos resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais, bem como evidenciar a regular aplicação dos recursos públicos.

A elaboração do Relatório de Gestão norteou-se pelas normas de organização e apresentação de relatórios e de peças complementares integrantes dos processos de contas da administração pública federal estabelecidas, em especial, pela Instrução Normativa TCU n. 63, de 2010, pela Decisão Normativa TCU n. 154, de 2016, e pela Portaria TCU n. 59, de 2017.

As informações estão organizadas de acordo com a estrutura estabelecida no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) do Tribunal de Contas da União, dividindo-se em sete capítulos: 1. Visão geral da unidade prestadora de contas; 2. Planejamento organizacional e resultados; 3. Governança, gestão de riscos e controles internos; 4. Áreas especiais da gestão; 5. Relacionamento da Câmara dos Deputados com a sociedade; 6. Desempenho financeiro e informações contábeis; e 7. Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.

As principais realizações da gestão e as dificuldades para alcançar os objetivos estabelecidos estão descritas nos capítulos e itens abordados neste relatório.

No **capítulo 1**, apresenta-se a visão geral da Câmara dos Deputados, sua finalidade e suas competências, seu organograma, a descrição das competências das unidades consideradas estratégicas, os dados dos titulares das referidas unidades e os macroprocessos finalísticos.

No **capítulo 2**, são contemplados o planejamento organizacional, as formas e os instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados alcançados, o desempenho orçamentário, o desempenho operacional e as informações sobre indicadores de desempenho.

Ressalta-se que, quanto ao desempenho orçamentário, a Câmara dos Deputados não possui programa temático sob sua responsabilidade, visto que o Programa 0553 – Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados se enquadra como Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Por esse motivo, não é apresentado o detalhamento da execução física e financeira das ações orçamentárias de responsabilidade desta Casa.

O **capítulo 3** apresenta a descrição da estrutura de governança da unidade, as atividades de correição da Comissão Permanente de Disciplina e a gestão de riscos e controles internos.

No **capítulo 4**, encontram-se as informações sobre a gestão de pessoas, a gestão do patrimônio e da infraestrutura, a gestão da tecnologia da informação e comunicação, a gestão ambiental e de sustentabilidade, a gestão de fundos e programas e a gestão da informação.

A gestão de pessoas contempla informações sobre: a estrutura de pessoal deste órgão; os indicadores de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho; o demonstrativo das despesas com pessoal; os controles para mitigar riscos relacionados a pessoal; as ações voltadas à valorização do servidor; e a contratação de estagiários e de pessoal de apoio.

Em relação à contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, não existem informações a serem prestadas, posto que os contratos foram integralmente executados e liquidados nos exercícios de 2013 e 2014.

A gestão do patrimônio e da infraestrutura engloba informações sobre a gestão da frota de veículos própria e terceirizada, a política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, a gestão do patrimônio imobiliário da União sob responsabilidade desta Casa e a cessão de espaço físico em imóvel da União.

A gestão da tecnologia da informação e comunicação (TIC) aborda o modelo de governança, o plano estratégico, os projetos desenvolvidos em 2016, os principais sistemas, os processos de gerenciamento de serviços, a gestão de riscos de TIC, a força de trabalho e o plano de capacitação do pessoal.

A gestão ambiental e de sustentabilidade apresenta as ações/medidas adotadas por este órgão que garantam a sustentabilidade ambiental em sua atuação, especialmente na aquisição de bens e serviços.

A gestão de fundos e programas contempla a identificação e as informações do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

Já a gestão da informação apresenta dados sobre a organização da informação legislativa, dos acervos informacionais e a sua disseminação, com destaque para os documentos históricos e bibliográficos e a produção editorial da Casa.

O **capítulo 5** trata da descrição dos canais de acesso do cidadão à Câmara dos Deputados, para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões; os mecanismos utilizados para medir a satisfação dos cidadãos-usuários; os mecanismos de transparência das informações desta Casa; as ações de interação com a sociedade; e as ações de acessibilidade e de responsabilidade social.

Este órgão não possui informações referentes à elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão e também não dispõe de instrumento semelhante, em função de que o Decreto n. 6.932, de 2009, alcança apenas os órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

No **capítulo 6**, são evidenciados o tratamento contábil da depreciação e da amortização de itens do patrimônio e a avaliação e mensuração de ativos e passivos, bem como fornecidas informações sobre a sistemática de apuração de custos e as demonstrações contábeis e suas notas explicativas.

No **capítulo 7**, são abordadas providências adotadas em decorrência de determinações e recomendações do TCU e de recomendações da Secretaria de Controle Interno desta Casa; as medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário; a demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei n. 8.666, de 1993; e as informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

Por fim, destaca-se que este relatório foi organizado e sistematizado pela comissão de servidores designada pela Portaria n. 1, de 2016, do diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin), nos termos do art. 4º da Instrução n. 2, de 25 de novembro de 2016, do Diretor-Geral, bem como dos arts. 84 da Lei n. 4.320, de 1964; 81 e 82, § 1º, do Decreto-Lei n. 200, de 1964, e 191, inciso VIII, da Resolução CD n. 20, de 1971. Os trabalhos da comissão foram coordenados pelo diretor da Coordenação de Contabilidade e supervisionados pelo diretor do Defin.

Francisco Glauber Lima Mota
Diretor da Coordenação de Contabilidade
CRC/DF n. 9.192

Evandro Lopes Costa
Diretor do Departamento de
Finanças, Orçamento e
Contabilidade
CRC/DF n. 7.504

Lucio Henrique Xavier Lopes
Diretor-Geral da Câmara dos
Deputados

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 Finalidade e Competências

A Câmara dos Deputados integra o Congresso Nacional, ente responsável pelo exercício do Poder Legislativo na esfera federal. Compõe-se de representantes do povo, eleitos por legislatura, pelo sistema proporcional, em todos os estados e no Distrito Federal, o que resulta em um Parlamento com diversidade de proposituras e de ideias para atender aos anseios da sociedade. As competências desta Casa Legislativa são regidas pela Constituição Federal e abrangem três funções primordiais: representar o povo brasileiro (art. 45), elaborar as leis (art. 48) e fiscalizar os atos do Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos (arts. 49 a 51 e art. 70).

1.2 Organograma

As funções constitucionais da Câmara dos Deputados são exercidas diretamente pelos parlamentares, com o apoio da estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa. Essa estrutura técnica é diretamente subordinada à Mesa Diretora, órgão político-institucional que exerce a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos, e cujos titulares são parlamentares eleitos para mandato de dois anos. A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Secretarias, constituindo-se, a primeira, do presidente e de dois vice-presidentes e, a segunda, de quatro secretários¹.

A direção da estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa subdivide-se, respectivamente, em Diretoria-Geral (DG) e Secretaria-Geral da Mesa (SGM), ambas situadas no mesmo nível hierárquico. A DG é departamentalizada, de maneira funcional, em diretorias, assessorias, consultorias, departamentos, centros e coordenações, enquanto a SGM é estruturada em assessorias e coordenações. O organograma que ilustra essa estrutura formal até o nível de departamento está disponível para consulta no [portal da Câmara dos Deputados](#)².

A Coordenação de Acessibilidade foi criada na estrutura administrativa da Diretoria-Geral, conforme a [Resolução n. 19](#), de 8 de dezembro de 2016, para coordenar atividades nas áreas de acessibilidade de comunicação e informação, acessibilidade digital e tecnológica, sensibilização, capacitação e inclusão social das pessoas com deficiência. As competências e atribuições dos titulares das unidades administrativas da Coordenação de Acessibilidade serão definidas em Ato da Mesa Diretora, cuja minuta está em fase de aprovação.

O quadro a seguir relaciona as áreas mais estratégicas da gestão com informações sobre suas principais competências e titulares responsáveis.

¹ Art. 14, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

² Assessorias, consultorias, departamentos e centros encontram-se no mesmo nível hierárquico, conforme apresentado no organograma da Câmara dos Deputados, disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

Quadro 1 – Informações sobre áreas estratégicas

Unidades	Competências	Macroprocessos	Titular	Cargo	Período de atuação – exercício de 2016	
Diretoria-Geral (DG)	Planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar todas as atividades administrativas da Câmara dos Deputados, de acordo com as deliberações da Mesa Diretora.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Rômulo de Sousa Mesquita	Diretor-Geral	1º de janeiro a 3 de agosto	
		Prover e manter a infraestrutura física				
		Desenvolver e gerir pessoas				
		Gerir o relacionamento institucional				
		Promover a saúde dos parlamentares, servidores e dependentes				
		Gerir a segurança de pessoas, materiais e patrimônio				
		Gerir o provimento de produtos, serviços e informações para os gabinetes parlamentares				Lúcio Henrique Xavier Lopes
		Prestar assessoria técnica-legislativa, jurídico-regimental e constitucional				
Promover a defesa jurídica e institucional						
Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge)	Assessorar o Diretor-Geral a promover, planejar, coordenar e orientar a implementação da melhoria contínua da gestão por meio do planejamento estratégico institucional, da governança corporativa, da gestão de projetos e da gestão de processos; planejar e coordenar ações de cooperação técnica.	Gerir o relacionamento institucional	William França Cordeiro	Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão	1º de janeiro a 3 de agosto	
		Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Antonio Carvalho e Silva Neto			4 de agosto a 31 de dezembro
Diretoria de Recursos Humanos (DRH)	Planejar, dirigir e controlar as atividades inerentes à gestão de pessoas da Câmara; zelar pelo cumprimento das diretrizes e programas da política de pessoal.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Maria Madalena da Silva Carneiro	Diretor de Recursos Humanos	1º de janeiro a 3 de agosto	
		Promover a saúde dos parlamentares, servidores e dependentes				
		Desenvolver e gerir pessoas				Rogério Ventura Teixeira
		Gerir a segurança de pessoas, materiais e patrimônio				
		Gerir o relacionamento institucional				
Diretoria Administrativa (Dirad)	Planejar, coordenar, orientar e dirigir as atividades relativas a orçamento, finanças, contabilidade, protocolo, distribuição de periódicos, correspondência, transporte, serviços gerais, obras, manutenção, material, patrimônio, informática, segurança e higiene.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Marcos Cesar Santos de Vasconcelos	Diretor Administrativo	1º de janeiro a 3 de agosto	
		Gerir o relacionamento institucional				
		Prover bens e serviços				
		Controlar as finanças, o orçamento e a contabilidade				
		Registrar a atuação parlamentar				Rômulo de Sousa Mesquita
		Gerir a tecnologia da informação				
		Prover e manter a infraestrutura física				
		Gerir a segurança de pessoas, materiais e patrimônio				

Unidades	Competências	Macroprocessos	Titular	Cargo	Período de atuação – exercício de 2016
Diretoria Legislativa (Dileg)	Planejar, coordenar e dirigir as atividades de apoio aos trabalhos legislativos, incluindo a consultoria e o assessoramento técnico e institucional, os trabalhos das Comissões, o processo de produção e arquivo da documentação legislativa e o acompanhamento taquigráfico dos discursos e debates.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Afrísio de Souza Vieira Lima Filho	Diretor Legislativo	1º janeiro a 31 de dezembro
		Gerir a informação			
		Prestar assessoria técnica-legislativa, jurídico-regimental e constitucional			
		Apoiar a elaboração de produtos legislativos			
		Preparar e documentar sessões plenárias e reuniões da Mesa			
		Elaborar estudos de interesse do Parlamento			
		Assessorar os trabalhos parlamentares em matérias orçamentárias e financeiras			
		Registrar a atuação parlamentar			
		Preparar e documentar reuniões			
		Gerir o relacionamento institucional			
Secretaria-Geral da Mesa (SGM)	Assessorar a Mesa da Câmara dos Deputados, em todos os trabalhos legislativos, e a Presidência, no desempenho de suas atribuições regimentais e constitucionais; dirigir, coordenar e orientar todas as atividades legislativas da Câmara dos Deputados.	Gerir o relacionamento institucional	Silvio Avelino da Silva	Secretário-Geral da Mesa	1º de janeiro a 7 de julho
		Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados			
		Preparar e documentar sessões plenárias e reuniões da Mesa	Wagner Soares Padilha	8 de julho a 31 de dezembro	
		Registrar a atuação parlamentar			
		Gerir o relacionamento institucional			
Secretaria de Comunicação Social (Secom)	Divulgar as atividades da Câmara dos Deputados; gerenciar os veículos de comunicação da Casa (TV, Rádio, Agência de Notícias e Jornal da Câmara); gerenciar o trabalho de assessoria de imprensa; e promover ações de relações públicas e divulgação institucional que aproximem o Poder Legislativo da sociedade.	Gerir o relacionamento institucional	Deputado Cleber Verde	Secretário de Comunicação Social	1º de janeiro a 9 de agosto
			Deputado José Priante		10 de agosto a 31 de dezembro
		Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Claudio Guimarães Lessa	Diretor Executivo de Comunicação Social	1º de janeiro a 19 de junho
		Gerir a informação	Silvério Aureliano de Mello Rios		20 de junho a 22 de agosto
	Gisele Azevedo Rodrigues	23 de agosto a 31 de dezembro			

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

1.3 Macroprocessos Finalísticos

A Câmara dos Deputados realiza a missão institucional de acolher as demandas da sociedade brasileira, analisá-las sob a perspectiva do interesse público e, quando julgar conveniente, transformá-las em proposições legislativas, que, se aprovadas, serão submetidas à sanção presidencial, conforme o caso, para eventualmente passarem a compor o ordenamento jurídico nacional.

Nesse sentido, os três macroprocessos finalísticos da unidade referem-se aos conjuntos de atividades pelos quais a Casa cumpre sua missão e gera valor para o cidadão: “Elaborar diplomas legais”, “Representar o povo brasileiro” e “Fiscalizar os seus atos e os dos demais Poderes”. A [tabela 1](#) apresenta, a seguir, a descrição, as atividades relacionadas, os produtos, os insumos, os responsáveis e os clientes para cada macroprocesso finalístico.

Os macroprocessos finalísticos impactam diretamente os beneficiários externos, estão vinculados à atuação parlamentar e constituem a razão de ser da Câmara.

Tabela 1 – Macroprocessos finalísticos da Câmara dos Deputados

Macroprocessos	Descrição	Atividades relacionadas	Produtos	Participação na receita da UPC	Insumos	Responsáveis	Clientes
Elaborar diplomas legais (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual, medidas provisórias, lei do plano plurianual, decretos legislativos, resoluções)	Apreciação e eventual alteração do ordenamento jurídico que rege a sociedade brasileira.	Propositura, discussão e deliberação de matérias legislativas.	Proposições	Não se aplica	Apoio técnico-legislativo, jurídico-regimental e constitucional, administração material, logística e operacional das atividades parlamentares.	Mesa Diretora; Plenário; Colégio de Líderes; comissões; deputados	Sociedade; Senado; TCU; Poder Executivo; Poder Judiciário
		Promulgação de matérias legislativas específicas e remessa de proposições aprovadas ao Senado Federal ou ao Poder Executivo.	Debate; apreciação; diploma legal				
		Apreciação de vetos (sessões do Congresso Nacional).					
Fiscalizar os seus atos e os demais Poderes	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, mediante controle externo e sistema de controle interno de cada Poder; fiscalização dos atos do presidente e vice-presidente da República, dos ministros de Estado, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, do procurador-geral da República e do advogado-geral da União que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade.	Sustação dos atos normativos dos demais Poderes que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; julgamento das contas prestadas pelo presidente da República e apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo; fiscalização e controle dos atos dos demais Poderes, incluídos os da administração indireta.	Relatórios finais de fiscalização e controle, relatórios finais de execução e proposições relacionadas	Não se aplica	Apoio técnico-legislativo e administração material, logística e operacional para identificação e formulação de proposições relativas à fiscalização e ao controle. Parecer técnico sobre as contas do Poder Executivo, elaborado pelo Tribunal de Contas da União.	Mesa Diretora; Plenário; comissões; deputados	Sociedade; Ministério Público; Poder Judiciário; Tribunal de Contas da União
Representar o povo brasileiro	Exercício da soberania popular, trazendo ao Parlamento as reivindicações da sociedade brasileira.	Ações de interação com a sociedade (visitas às bases eleitorais, participação em eventos, recepção de autoridades e de representantes da sociedade organizada, fóruns e debates em ambiente digital, divulgação da atuação parlamentar, etc.). Inclusão de temas relevantes para a sociedade nos debates e na agenda legislativa.	Discursos e pronunciamentos, proposições legislativas, audiências públicas e comissão geral	Não se aplica	Apoio técnico-legislativo e secretariado parlamentar com vistas a ampliar o acesso dos cidadãos aos seus representantes.	Plenário; Mesa Diretora; Colégio de Líderes; comissões; deputados	Sociedade; República

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento Organizacional

O planejamento estratégico da Câmara dos Deputados foi estruturado a partir de um ciclo de longo prazo, que vai de 2012 a 2023 ([Ato da Mesa n. 59, de 2013](#)). Esse documento inclui a missão institucional, a visão de futuro, as diretrizes estratégicas e as respectivas linhas de atuação ([figura 1](#)). A missão institucional e a visão de futuro da instituição são ligadas aos macroprocessos finalísticos: “Representar o povo brasileiro”; “Elaborar diplomas legais”; e “Fiscalizar os seus atos e os dos demais Poderes”, cuja competência é atribuída aos parlamentares pela Constituição Federal, conforme já explicitado no [item 1.3](#) deste relatório.

Diferentemente dos demais órgãos da administração pública federal, cuja execução das atividades finalísticas se dá por agentes do Estado, sob a coordenação dos agentes políticos (presidente da República, ministros de Estado ou diretores de agências reguladoras), no Poder Legislativo os servidores do Estado executam ações de apoio para as atividades finalísticas. Contudo, a despeito da produção de valor para o cidadão se dar predominantemente por meio da atuação parlamentar, a área administrativa pode potencializar a atuação dos seus agentes políticos e otimizar o uso de recursos públicos.

Com base no ciclo de longo prazo 2012-2023, desdobram-se os de curto prazo correspondentes a dois anos, que refletem as conjunturas política, econômica e tecnológica vigentes. Cada etapa compõe-se de programas, de projetos e de ações priorizados com a finalidade de construir as condições necessárias para a instituição cumprir sua missão e alcançar sua visão de futuro. A estratégia da Casa é colocada em prática por meio dos projetos corporativos, voltados para o aperfeiçoamento dos macroprocessos de apoio à atividade legislativa e parlamentar, e também por meio do alinhamento das diversas áreas da Câmara em suas ações setoriais.

O portfólio de projetos corporativos é avaliado continuamente pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE). Essa revisão pode culminar na criação de novas propostas, no encerramento de outras ou na sua transferência para acompanhamento setorial por algum órgão da Câmara dos Deputados. Quando há alteração significativa no cenário estratégico, como, por exemplo, crise econômica ou fiscal, há possibilidades de ajustes no planejamento para adequação do ciclo de curto prazo.

A metodologia utilizada, bem como os elementos considerados no planejamento estratégico, estão descritos em detalhes no [portal](#)³ da Câmara dos Deputados. Veja a [figura 1](#) a seguir.

³ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/gestao-na-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

Figura 1 – Estratégia da Câmara dos Deputados



Missão	Representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.
Visão	Consolidar-se como o centro de debates dos grandes temas nacionais, moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos.
Valores	Ética; Busca pela excelência; Independência do Poder Legislativo; Legalidade; Pluralismo e Responsabilidade Social

Diretrizes Estratégicas e Linhas de Atuação

Diretriz 1 - Sintonia	Linhas de Atuação
 Ampliar a sintonia da agenda do Legislativo com os anseios da sociedade	<ul style="list-style-type: none"> 1.1 Captar os anseios dos cidadãos e dos segmentos da sociedade organizada 1.2 Promover o debate dos grandes temas nacionais ①.3 Elaborar, de forma sistemática, estudos e análises dos grandes temas nacionais e das políticas públicas
Diretriz 2 - Transparência	Linhas de Atuação
 Ampliar a transparência das atividades e informações da Câmara dos Deputados e das Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> ②.1 Facilitar o acesso da sociedade às informações 2.2 Estimular o controle social
Diretriz 3 - Interação	Linhas de Atuação
 Fortalecer a participação da sociedade nos processos legislativos e de fiscalização e controle	<ul style="list-style-type: none"> ③.1 Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados 3.2 Aprimorar o processo legislativo de forma a garantir a participação da sociedade, respeitada a autonomia de decisão parlamentar
Diretriz 4 - Qualidade das Leis	Linhas de Atuação
 Melhorar a qualidade das leis e do ordenamento jurídico brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> 4.1 Aprimorar os mecanismos para consolidação e revisão de normas, bem como para elaboração de leis e códigos 4.2 Avaliar previamente a necessidade, a viabilidade e os potenciais impactos associados à implementação das leis e, de forma sistemática, o resultado da sua aplicação após a sua vigência ④.3 Promover o aperfeiçoamento do processo legislativo
Diretriz 5 - Fiscalização	Linhas de Atuação
 Aprimorar a avaliação e a fiscalização das políticas públicas e das ações do Estado	<ul style="list-style-type: none"> 5.1 Desenvolver e instituir mecanismos de avaliação e fiscalização de forma a contribuir para o alcance da eficiência e da efetividade das ações do Estado 5.2 Melhorar a integração da Câmara dos Deputados com as redes de avaliação e controle 5.3 Promover ações para coibir o mau uso de recursos públicos 5.4 Intensificar o relacionamento e a troca de informações com o Tribunal de Contas da União para aperfeiçoar a atribuição constitucional de fiscalização
Diretriz 6 - Cidadania	Linhas de Atuação
 Fomentar a educação política e a cidadania ativa	<ul style="list-style-type: none"> ⑥.1 Favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados 6.2 Desenvolver e aperfeiçoar programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo 6.3 Cooperar com o sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento do tema cidadania ativa 6.4 Aperfeiçoar práticas de cidadania no âmbito interno
Diretriz 7 - Gestão	Linhas de Atuação
 Aperfeiçoar a gestão da Câmara dos Deputados	<ul style="list-style-type: none"> ⑦.1 Aprimorar o processo decisório, a gestão de projetos, de processos e de riscos corporativos, e o uso de indicadores de desempenho ⑦.2 Melhorar a gestão e a disseminação de informações internas 7.3 Assegurar a infraestrutura adequada e continuidade dos serviços ⑦.4 Promover uma adequada gestão de pessoas, com ênfase na produtividade, meritocracia e qualidade de vida ⑦.5 Melhorar a eficiência administrativa e a utilização dos recursos 7.6 Instituir serviços comuns ao Parlamento

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Em 2016, o Comitê de Gestão Estratégica (CGE) estabeleceu o foco para a gestão estratégica a partir de um duplo direcionamento: “Cidadania ativa” e “Gestão integrada”, a fim de priorizar as ações de gestão da Câmara dos Deputados em sintonia com os anseios da sociedade.

Assim, entre as 24 linhas de atuação que compõem a estratégia da Câmara dos Deputados para o período de 2012 a 2023, foram priorizadas nove linhas, sinalizadas na [figura 1](#), para nortear o portfólio de projetos corporativos, bem como ações e decisões da administração.

2.1.2 Estágio de implementação e resultados do planejamento estratégico

Por meio do ciclo de curto prazo, composto de um portfólio de projetos corporativos, a Câmara dos Deputados promove a execução do planejamento estratégico de longo prazo. Em 2016, os projetos corporativos em andamento geraram diversos benefícios, sendo que seis projetos remanescentes de 2015 foram encerrados. Os resultados estão relacionados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Projetos corporativos 2015-2016

Projeto	Alinhamento estratégico		Descrição	Resultados/principais entregas	Situação
	Diretrizes	Linhas de atuação			
1 Infoleg – Movimentação Parlamentar	4 – Qualidade das leis	4.3	Modernizar e tornar corporativos os processos de movimentação parlamentar (registro do afastamento de deputado – licenças, suspensões e vacâncias, convocação de suplente, posse individual, reassunção, simulação da movimentação parlamentar, término do mandato e consultas referentes a esses processos), por meio da plataforma de informações legislativas Infoleg Parlamentar, estabelecendo a governança dos dados em um repositório único na Casa.	O módulo está em homologação pela área de negócio (Secretaria-Geral da Mesa) e permitirá integrar dados aos de outros órgãos da Câmara, eliminar redundâncias e realizar a sua gestão por meio do Infoleg Parlamentar.	Em andamento
	7 – Gestão	7.2			
2 eDoc	7 – Gestão	7.2/7.5	Garantir a gestão de conteúdos digitais e convencionais, observando princípios, objetivos, diretrizes e requisitos da Política de Gestão de Conteúdos Informacionais.	Aceite do sistema eDoc e uso massivo por algumas unidades administrativas.	Em andamento
3 Serviço de Preservação Digital	7 – Gestão	7.2 / 7.3	Implantar serviço de preservação digital de informações, arquivos e dados gerados na Câmara dos Deputados de modo a padronizar formatos, garantir sua atemporalidade e atender à LAI e a normas da Casa.	O fluxo completo do sistema escolhido para a preservação digital (<i>Archivematica</i>) foi testado.	Em andamento
4 Ocupação do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais (Ceam/SIA)	7 – Gestão	7.3/7.4/7.5	Ocupar o edifício Ceam da Câmara dos Deputados de forma racional e otimizada em um prazo de até seis meses após a entrega da obra.	Leiaute preliminar de ocupação dos ambientes; levantamento de áreas para postos avançados de órgãos essenciais ao funcionamento do edifício; conclusão de especificações: 1) empilhadeiras e transpaletes; 2) prestação do serviço de fornecimento de água e esgoto; 3) prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; 4) equipamentos da subestação de energia para a edificação; 5) sistema gerador de energia elétrica; 6) sistema de monitoramento por câmeras de segurança; 7) distribuição de sinal de televisão; 8) mobiliário para a área de escritório; 9) cabeamento estruturado; 10)	Em andamento

Projeto	Alinhamento estratégico		Descrição	Resultados/principais entregas	Situação	
	Diretrizes	Linhas de atuação				
				interligação entre Rede Câmara e CeamsIA (infraestrutura lógica); 11) Sistema de Gerenciamento de Armazém (WMS); 12) materiais para organização do armazenamento.		
5	Implantação da Gestão de Riscos Corporativos	7 – Gestão	7.1/7.3	Implantar práticas sistemáticas de gestão de riscos corporativos na Câmara dos Deputados.	Benchmarking com TCU, CGU, MPOG, Banco Central e Banco do Brasil; Estudo dos principais modelos de referência; e realização de Curso de Gestão de Riscos.	Em andamento
6	Gestão de Custos para Decisão	7 – Gestão	7.1/7.5	Implantar sistema de apropriação de custos na Câmara dos Deputados, voltado para o aperfeiçoamento do processo decisório, especialmente, para a escolha de alternativas de ação e para a apuração de custos de programas e de unidades administrativas.	Benchmarking com AGU, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Serpro, STN e Exército; estudo de modelos de gestão de custos; metodologia e piloto para comparar alternativas de ação.	Em andamento
7	Sistema de Gestão do Relacionamento	1 – Sintonia	1.1	Prover solução de tecnologia da informação para suporte à gestão do relacionamento da Câmara dos Deputados com públicos interno e externo.	Centralização do atendimento com o suporte de um único sistema, com servidores treinados, o que permite a gestão efetiva das demandas do público interno e recebidas por meio dos diversos canais de interação da Câmara dos Deputados com a sociedade.	Encerrado no mês de dezembro/2016
		2 – Transparência	2.1			
		3 – Interação	3.1			
		7 – Gestão	7.2			
8	Virada Digital – Diagnóstico	2 – Transparência	2.1	Realizar diagnóstico do portal da Câmara dos Deputados com a intenção de promover a construção de novo portal a partir da contratação de soluções de comunicação digital e de serviços de sua sustentação, abrangendo infraestrutura tecnológica, suporte a usuários e manutenção e evolução dos códigos e aplicações envolvidas.	O diagnóstico do portal, feito com especialistas e também usuários, foi de fundamental importância para que a Câmara defina, a partir de dados e evidências, como se dará a necessária remodelação de seu portal. Os problemas apontados e as sugestões advindas desse projeto consistiram em ricos subsídios para o futuro projeto Virada Digital.	Encerrado no mês de dezembro/2016
		3 – Interação	3.1			
		6 – Cidadania	6.1			
9	Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho	7 – Gestão	7.4	Instituir, por meio de Ato da Mesa, a política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (SSQVT) na Câmara dos Deputados e formular um modelo integrado de atenção em SSQVT.	Publicação do Ato da Mesa que institui a política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho demonstrando o compromisso da Casa com o bem-estar dos seus servidores, numa visão preventiva e equilibrada entre produtividade e bem-estar; elaboração de modelo integrado dessas três dimensões, que são complementares e interdependentes; realização de dois encontros com a alta direção da Casa para apresentação da política e do modelo; sugestão de criação de comitê multissetorial que cuidará do processo de trabalho relacionado ao tema.	Encerrado no mês de dezembro/2016
10	Central de Relacionamento com os Deputados	7 – Gestão	7.2/7.5	Estruturar serviço de atendimento voltado aos deputados e às deputadas, a fim de oferecer suporte à atividade parlamentar de forma centralizada e célere, e disponibilização de sala de atendimento em local de grande circulação de parlamentares.	Implantação do Núcleo de Soluções Integradas – Atendimento a Parlamentares. O novo modelo de atendimento impõe mais eficiência às ações de apoio à atuação parlamentar, de forma a garantir a adequada prestação de serviços atualmente disponibilizados, por meio da melhoria continuada dos processos de trabalho, do estabelecimento e monitoramento de indicadores e de parcerias internas em prol do aperfeiçoamento da gestão, com foco no usuário.	Encerrado no mês de dezembro/2016
11	Painel de	7 – Gestão	7.1/7.3	Identificar os processos de	O projeto Painel de Processos e Pessoas	Encerrado no

Projeto	Alinhamento estratégico		Descrição	Resultados/principais entregas	Situação
	Diretrizes	Linhas de atuação			
Processos Críticos			trabalho críticos da Câmara dos Deputados, os serviços e os sistemas de informação que apoiam a sua execução.	passou a ser chamado Painel de Processos Críticos, em função da mudança de escopo aprovada na Reunião de Avaliação Estratégica de 25 de maio de 2016. O projeto, finalizado em dezembro de 2016, definiu o conceito de processo crítico como aquele que, quando descontinuado, inviabiliza o suporte dado aos parlamentares para cumprir a missão constitucional de legislar, fiscalizar e representar. Um dos produtos entregues foi a lista de processos gerenciais/de apoio que dão suporte direto aos macroprocessos finalísticos e, entre eles, foram definidos os três processos críticos da Casa: “Realizar sessão plenária”, “Realizar reunião de comissão” e “Gerir a movimentação no mandato parlamentar”. Essa definição traz benefícios para a tomada de decisão quanto à priorização de iniciativas e ao aporte de recursos.	mês de dezembro/2016
12 Câmara Móvel	2 – Transparência	2.1	Oferecer acesso facilitado a conteúdos e serviços do portal da Câmara dos Deputados por meio dos dispositivos móveis (<i>smartphones</i> , <i>tablets</i> e similares).	O lançamento dos aplicativos de Notícias e de Informações Legislativas amplia o atendimento a demanda por conteúdos e serviços adaptados para dispositivos móveis.	Encerrado no mês de março/2016

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Os projetos corporativos buscam a execução do planejamento estratégico da Casa, por isso a necessidade de alinhamento às diretrizes e às linhas de atuação da estratégia de longo prazo 2012-2023.

A [figura 2](#), apresentada a seguir, mostra a distribuição dos projetos corporativos já realizados e em andamento por linha de atuação.

Figura 2 – Demonstrativo de execução do planejamento estratégico por meio do quantitativo de projetos corporativos

Linhas de Atuação - Ciclo 2012-2023		Demonstrativo de execução do Planejamento Estratégico por meio de Projetos Corporativos	
		Projetos 2016	Total de Projetos 2012-2023
SINTONIA	1.1 Captar os anseios dos cidadãos e dos segmentos da sociedade organizada	1	3
	1.2 Promover o debate dos grandes temas nacionais	0	2
	1.3 Elaborar, de forma sistemática, estudos e análises dos grandes temas nacionais e das políticas públicas	0	1
TRANSPARÊNCIA	2.1 Facilitar o acesso da sociedade às informações	3	9
	2.2 Estimular o controle social	0	1
INTERAÇÃO	3.1 Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados	2	7
	3.2 Aprimorar o processo legislativo de forma a garantir a participação da sociedade, respeitada a autonomia de decisão parlamentar	0	1
QUALIDADE DAS LEIS	4.1 Aprimorar os mecanismos para consolidação e revisão de normas, bem como para a elaboração de leis e códigos	0	0
	4.2 Avaliar previamente a necessidade, a viabilidade e os potenciais impactos associados à implementação das leis e, de forma sistemática, o resultado da sua aplicação após a sua vigência	0	1
	4.3 Promover o aperfeiçoamento do processo legislativo	1	5
FISCALIZAÇÃO	5.1 Desenvolver e instituir mecanismos de avaliação e fiscalização de forma a contribuir para o alcance da eficiência e da efetividade das ações do Estado	0	0
	5.2 Melhorar a integração da Câmara dos Deputados com as redes de avaliação e controle	0	0
	5.3 Promover ações para coibir o mau uso de recursos públicos	0	0
	5.4 Intensificar o relacionamento e a troca de informações com o Tribunal de Contas da União para aperfeiçoar a atribuição constitucional de fiscalização	0	0
CIDADANIA	6.1 Favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos Deputados	2	4
	6.2 Desenvolver e aperfeiçoar programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo	0	0
	6.3 Cooperar com o sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento do tema cidadania ativa	0	0
	6.4 Aperfeiçoar práticas de cidadania no âmbito interno	0	0
GESTÃO	7.1 Aprimorar o processo decisório, os indicadores de desempenho e a gestão de projetos, de processos e de riscos corporativos	3	7
	7.2 Melhorar a gestão e a disseminação de informações internas	5	11
	7.3 Assegurar a infraestrutura adequada e a continuidade dos serviços	4	5
	7.4 Promover uma adequada gestão de pessoas, com ênfase na produtividade, meritocracia e qualidade de vida	2	3
	7.5 Melhorar a eficiência administrativa e a utilização dos recursos	4	4
	7.6 Instituir serviços comuns ao Parlamento	0	0

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Esse demonstrativo é um importante instrumento de análise do nível geral de execução da estratégia planejada, auxiliando tanto na tomada de decisões quanto na definição de prioridades. Alguns projetos impactam simultaneamente mais de uma linha de atuação, como se pode perceber nas linhas 7.2 e 2.1.

Destaca-se que as linhas de atuação da diretriz “Fiscalização” ainda não foram priorizadas, o que não significa que inexistam esforços setoriais que impactam na estratégia de longo prazo e estejam alinhados a esse tema. Alguns exemplos são os projetos setoriais em andamento na Diretoria Legislativa: DW Execução Orçamentária, Site Orçamento Brasil e Transferências Constitucionais da União para Estados e Municípios.

O Comitê de Gestão Estratégica também acompanha o Portfólio de Grandes Obras, composto pelos projetos de ampliação do edifício Anexo IV, reforma dos imóveis funcionais, Centro de Tecnologia Norte (Cetec) e construção do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais (Ceam-SIA). As obras estão em consonância com a linha de atuação 7.3 “Assegurar a infraestrutura adequada e a continuidade dos serviços”, da diretriz “Gestão do planejamento estratégico de longo prazo”. Maiores informações sobre esses projetos estão detalhadas no [item 2.3.3.4](#) deste relatório.

2.1.2.1 Integração entre projetos e processos

A Câmara dos Deputados tem aprimorado o alinhamento entre os projetos e os processos de trabalho por eles impactados, ajustando a sua metodologia para incorporar as fases de transição e avaliação de benefícios. O tema é observado desde a seleção dos projetos que compõem os portfólios estratégicos corporativo e setorial, em conformidade com o modelo de governança da gestão.

O quadro a seguir evidencia a integração entre os dois tópicos, mostrando os macroprocessos finalísticos e de apoio da Câmara relacionados e os processos impactados pelos projetos encerrados em 2016, além dos processos criados com base no projeto Indicadores de Gestão, finalizado em 2015.

Quadro 3 – Processos impactados pelas principais entregas em 2016 do portfólio corporativo

Projeto	Macroprocessos relacionados	Processos impactados
Câmara Móvel	<ul style="list-style-type: none"> Gerir a tecnologia da informação Gerir o relacionamento institucional 	A utilização dos aplicativos entregues no projeto implicou maior agilidade e confiabilidade no processo de assessoramento legislativo, já que as informações se tornaram disponíveis e atualizadas em dispositivos móveis.
Painel de Processos Críticos	<ul style="list-style-type: none"> Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados Gerir a tecnologia da informação 	Com base na identificação dos processos críticos, o Comitê Estratégico de TI determinou a apresentação de plano de ação para: a) implantar processo de planejamento de capacidade e desempenho dos serviços e recursos de TI; b) aprimorar processo de monitoramento da capacidade e desempenho dos serviços e recursos de TI; c) integrar esses processos com a gestão do nível de serviços; e d) implantar Plano de Continuidade de Negócios para os processos de trabalho que viabilizam a realização de sessões plenárias.
Virada Digital Etapa 1 – Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> Gerir o relacionamento institucional Gerir a comunicação social 	O produto final deste projeto foi o diagnóstico da situação atual do Portal da Câmara dos Deputados, não gerando novos processos de trabalho. As informações levantadas serão subsídio para o futuro projeto de reformulação do portal.
Sistema de Gestão do Relacionamento	<ul style="list-style-type: none"> Gerir o relacionamento institucional Gerir a informação 	Com a implementação do sistema único de gestão do relacionamento, os processos de trabalho das equipes responsáveis pelo atendimento às demandas registradas pelos cidadãos no novo canal Fale Conosco, e na Central de Comunicação Interativa – Serviço Disque Câmara 0800 619 619 – se tornarão mais consistentes, céleres e transparentes, visto que todas as demandas serão processadas em uma única plataforma, com funcionalidades que permitem o monitoramento do fluxo das solicitações e dos prazos de atendimento, pesquisa e consolidação de dados relacionados às interações bilaterais dos cidadãos com esta Casa, permitindo a geração de relatórios estatísticos. Será possível, ainda, realizar avaliação continuada dos padrões de atendimento por intermédio de avaliação de satisfação disponível para cada interação realizada.
Central de Relacionamento com os Deputados	<ul style="list-style-type: none"> Gerir o provimento de produtos, serviços e informações para os gabinetes parlamentares 	Houve centralização e otimização do atendimento aos parlamentares, por meio do estabelecimento de três processos principais de trabalho: execução imediata, intermediação e acompanhamento de solicitações ou orientação acerca das demandas apresentadas por esse público, a depender do acordo de nível de serviço estabelecido com cada uma das unidades

Projeto	Macroprocessos relacionados	Processos impactados
		administrativas prestadoras, de maneira a otimizar tempo e recursos humanos e materiais, bem como contribuir para a melhoria continuada dos processos de suporte ao mandato parlamentar.
Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Promover a saúde e a qualidade de vida 	Foi definido um modelo, aplicado como piloto no Centro de Informática, de diagnóstico e intervenção em Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, o qual envidará a integração de ações de diversas áreas da Casa. Ademais, houve a intensificação de campanhas e de programas de prevenção do adoecimento e da promoção da saúde pelo Departamento Médico.
Indicadores de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados 	<p>O projeto Indicadores de Gestão, finalizado em 2015, criou o processo de trabalho de análise de dados para gestão da Câmara dos Deputados – DataCâmara, por meio da Portaria da Diretoria-Geral n. 166, de 2016, com o objetivo de acompanhar, de modo organizado e rotineiro, alguns dos principais dados identificados pela gestão, bem como auxiliar na redução das incertezas para a tomada de decisões.</p> <p>Os principais processos que foram criados a partir da implantação do DataCâmara foram: a) organizar bases de dados, cruzando informações de tabelas ou fontes; b) analisar dados gerenciais; c) desenvolver análises e estudos estatísticos, qualitativos e quantitativos; d) propor o desenvolvimento, a aquisição, a manutenção e a atualização de <i>software</i> de análise de dados e informações; e) auxiliar o Comitê de Gestão Estratégica a levantar dados e desenvolver estudos estatísticos; f) elaborar painéis informacionais (<i>dashboards</i>) para a alta gestão; g) desenvolver treinamentos sobre análise de dados para compartilhar boas práticas com outras unidades administrativas e incentivar o crescimento da cultura de tomada de decisão com base em dados.</p>

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

No [item 2.1](#), foi exposta a vinculação do planejamento de longo prazo e do plano de curto prazo com as diretrizes estratégicas que, por sua vez, estão relacionadas com a missão da Câmara, derivada das competências institucionais extraídas da Constituição Federal de 1988 e do Regimento Interno.

2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados Alcançados

A avaliação do desempenho da gestão é competência do CGE, no aspecto corporativo, e dos comitês setoriais de gestão da Casa, no contexto setorial.

A gestão estratégica e a execução dos projetos corporativos são monitoradas sistematicamente pelo Escritório Corporativo de Gestão Estratégica e analisadas nas reuniões de avaliação estratégica (RAEs) pelos diretores, que são membros do Comitê de Gestão Estratégica (CGE). Isso ocorre ordinariamente três vezes ao ano (nos meses de abril, setembro e dezembro) ou extraordinariamente, conforme a necessidade. Cada RAE dá origem a uma ata, que passa a ser importante instrumento de controle das decisões pontuais tomadas na reunião e das pendências a serem solucionadas. Os projetos estratégicos são continuamente acompanhados pelo Escritório Corporativo, por meio de reuniões com os patrocinadores e gerentes e de relatórios de situação.

Os comitês setoriais reúnem-se ordinariamente três vezes ao ano e, extraordinariamente, se necessário, em reuniões de avaliação estratégica (RAEs), conforme previsto nos arts. 19 e 20 da Portaria n. 233, de 2009, para deliberar sobre a estratégia institucional e o desenvolvimento dos projetos. As reuniões dos comitês setoriais são realizadas previamente para analisar os portfólios setoriais correspondentes e subsidiar a pauta das RAEs corporativas.

Dessa forma, a direção da Casa acompanha a execução da estratégia e avalia a necessidade de corrigir problemas ou de adotar novas medidas. Outras práticas de acompanhamento da execução e dos resultados alcançados estão explicitadas no [item 2.1.2](#), no qual há informações sobre a evolução das práticas de gestão de projetos e portfólio e a integração entre projetos e processos, e também no [item 2.5](#), que trata da análise de indicadores.

Está em discussão proposta para criar o Comitê Diretivo de Gestão Orçamentária e Financeira – CDGOF – com a finalidade de institucionalizar mecanismos de planejamento e de monitoramento nos processos de aquisições de bens e serviços e da gestão orçamentária e financeira. O CDGOF, caso seja criado, propiciará trabalho colaborativo de múltiplos atores buscando o alinhamento estratégico da instituição e passará a integrar a estrutura de governança da Casa.

2.3 Desempenho Orçamentário

A atividade-fim da Câmara dos Deputados compõe, no âmbito do Plano Plurianual 2016-2019 (Lei n. 13.249, de 2016), o Programa 0553 – Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados –, classificado como Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Por essa razão, não é apresentado o detalhamento da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual (LOA).

A dotação inicial relativa aos grupos de natureza de despesa (GND) 3 e 4 (outras despesas correntes e investimentos) para a Câmara dos Deputados, em 2016, foi substancialmente inferior às dotações atribuídas ao órgão em 2015, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Dotação inicial 2015 x 2016

	Valores em reais		
	LOA 2015	LOA 2016	Diferença
GND 3	911.265.796,00	844.764.953,00	(66.500.843,00)
GND 4	246.482.411,00	75.634.618,00	(170.847.793,00)
Total	1.157.748.207,00	920.399.571,00	(237.348.636,00)

Fonte: Tesouro Gerencial.

Em razão dessa considerável redução, boa parte das despesas do órgão teve de ser inicialmente sobrestada, já que todas as despesas compromissadas (contratos, benefícios, cota parlamentar, etc.) deveriam ser honradas *a priori*.

Diante disso, foi necessário abrir diversos créditos adicionais ao orçamento da Câmara dos Deputados ao longo do exercício, com vistas a equacionar a redução do orçamento da Casa. No quadro abaixo apresentam-se apenas as alterações que acarretaram suplementações ou remanejamentos entre GNDs.

Quadro 5 – Suplementações ou remanejamentos entre GNDs

	Valores em reais		
Ato	GND 1	GND 3	GND 4
*Portaria n. 12, de 13/5/2016	(16.000.000,00)	16.000.000,00	
*Portaria n. 19, de 23/8/2016		(1.719.000,00)	1.719.000
*Portaria n. 19, de 23/8/2016		43.793.531,00	(43.793.531,00)
MP n. 750, de 1º/11/2016		24.701.537,00	
*Portaria n. 24, de 23/11/2016		(14.856.000,00)	14.856.000,00
Decreto de 24/11/2016	54.408.654,00		
*Portaria n. 36, de 9/12/2016	(31.123.321,00)	31.123.321,00	
Decreto de 19/12/2016	3.507.086,00		

Fonte: Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade.

* Portaria da Presidência da CD.

Vale destacar, conforme o [quadro 5](#), a abertura de três créditos ao orçamento da Câmara dos Deputados, sem oferecimento de recursos compensatórios do órgão, os quais foram imprescindíveis para que a Câmara honrasse seus compromissos de 2016. Os três créditos foram os seguintes:

a) Medida Provisória n. 750, de 1º de novembro de 2016

Esta norma abriu crédito extraordinário com vistas ao atendimento de relevantes despesas relacionadas ao custeio administrativo e operacional da Câmara dos Deputados, cujas dotações foram afetadas por severos cortes no processo de aprovação da lei orçamentária, o que acarretou a necessidade de recomposição, ainda que parcial, dos cortes de custeio.

Entre as despesas afetadas, figuram a terceirização de mão de obra – a exemplo dos serviços de informática, limpeza e conservação, vigilância e operação de equipamentos de áudio e vídeo –, os serviços de impressão corporativa, a compra de diversos materiais de consumo e as cotas parlamentares. Importante mencionar que a projeção das despesas correntes apontava que não havia saldo suficiente para contemplar despesas cotidianas já contratadas pelo órgão, comprometendo a continuidade de atividades essenciais da Casa.

Como resultado desses cortes, os valores inicialmente aprovados para fazer frente às despesas de custeio, em 2016, chegaram, inclusive, a ser menores que os de execução dessas mesmas despesas em 2015 – situação que se torna ainda mais crítica se considerada a variação de 10,67% no IPCA de 2015. Com relação às despesas continuadas, o cenário foi agravado quando observados os contratos de terceirização de mão de obra, que, em geral, contam com convenções coletivas de trabalho que majoram tais despesas acima do índice inflacionário.

b) Decretos de 24 de novembro e de 19 de dezembro de 2016

Esses dois decretos abriram crédito suplementar às dotações de pessoal e encargos sociais, cujos recursos estavam alocados em reserva de contingência. Os créditos decorrem da aprovação do PL n. 2.742, de 2015 (transformado na Lei n. 13.323, de 2016, que implementou a primeira parcela de reajuste de 5,5%), e da aprovação do Projeto de Resolução n. 88, de 2015 (transformado na Resolução CD n. 16, de 2016, que dispôs sobre a criação de cargos e funções na liderança do Partido Rede Sustentabilidade).

Em 2016, o orçamento da Câmara dos Deputados não sofreu contingenciamento, com base nas regras estabelecidas nos §§ 1º e 2º do art. 55 da LDO para 2016, que dispõem sobre o cálculo do montante a ser contingenciado pelos órgãos. No caso da Câmara dos Deputados, as despesas discricionárias sofreram expressivos cortes na tramitação do PLOA 2016, de forma que o cálculo da base contingenciável apurado restou negativo. Sendo assim, a solução adotada no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo ao primeiro semestre de 2016 foi igualar tal base a zero.

A dotação final da Câmara dos Deputados totalizou R\$ 5.358.386.304,00. Foram empenhados R\$ 5.251.906.359,15, dos quais foram liquidados R\$ 5.207.801.078,12 e inscritos R\$ 44.105.821,03 em restos a pagar não processados. Em termos percentuais, foram empenhados 98% e liquidados 97% dos recursos disponibilizados ao órgão, o que mostra, apesar da severa redução do orçamento de 2016, que a execução orçamentária e financeira foi eficaz.

Quanto à execução orçamentária do órgão, ocorreram dificuldades ao longo do exercício financeiro, dentre as quais se destacam: restrição orçamentária, falta de contratações pretendidas por falta de recursos; crédito extraordinário só disponibilizado em novembro, quando não havia mais tempo hábil para as aquisições desejadas; investimentos prejudicados, haja vista os recursos disponíveis terem sido inicialmente destinados a despesas de custeio, inviabilizando obras e serviços de engenharia que demandam projetos básicos mais elaborados e, portanto, licitações mais complexas.

2.3.1 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

No exercício de 2016, não houve reconhecimento de passivo por insuficiência de créditos ou recursos.

2.3.2 Restos a pagar de exercícios anteriores

O [quadro 6](#) exibe os dados referentes à execução dos restos a pagar processados e não processados, contemplando o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores vigentes em 2016, bem como os valores cancelados e pagos no decorrer do exercício de 2016.

Quadro 6 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em reais

Restos a pagar processados					
Ano de inscrição	Montante em 1/1/2016 (A)	Pagamento (B)	Cancelamento (C)	RP não processado – reinscrito como RP processado ⁽⁴⁾ (D)	Saldo em 31/12/2016 = A – B – C + D
2015	4.096.097,30	4.032.428,64	0,00	10.867,65	74.536,31
2014	1.941.760,65	373.543,32	0,00	93.536,17	1.661.753,50
2013	3.177.070,60	7.405,49	0,00	0,00	3.169.665,11
2012	24.531,65	0,00	0,00	0,00	24.531,65
2011	26.856,63	0,00	0,00	0,00	26.856,63
2010	757,37	0,00	0,00	0,00	757,37
2007	191,39	0,00	0,00	0,00	191,39
2006	4.014,43	4.014,43	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.271.280,02	4.417.391,88	0,00	104.403,82	4.958.291,96
Restos a pagar não processados					
Ano de inscrição	Montante em 1/1/2016 (A)	Pagamento (B)	Cancelamento (C)	RP não processado – reinscrito como RP processado (D)	Saldo em 31/12/2016 = A – B – C – D
2015	127.972.846,66	94.176.324,99	19.535.088,23	10.867,65	14.250.565,79
2014	30.552.676,86	14.927.126,42	11.307.094,56	93.536,17	4.224.919,71
2013	3.472.119,17	2.296.081,60	82.207,41	0,00	1.093.830,16
2012	244.500,39	6.180,00	105.956,58	0,00	132.363,81
2011	10.393,84	2.021,84	0,00	0,00	8.372,00
2010	58.668.099,15	1.620,00	58.569.270,47	0,00	97.208,68
2009	57.994.521,96	0,00	57.994.521,96	0,00	0,00
2008	70.670.305,32	0,00	70.670.305,32	0,00	0,00
2007	69.741.678,79	0,00	69.741.678,79	0,00	0,00
TOTAL	419.327.142,14	111.409.354,85	288.006.123,32	104.403,82	19.807.260,15

Fonte: Tesouro Gerencial.

* Restos a pagar executados pelas UGs Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

⁴ Contempla os valores originalmente inscritos em restos a pagar não processados, mas que passaram pelo processo de liquidação da despesa em 2015, sem o correspondente pagamento, de acordo com as regras da STN (conta 631300000 – RP não processados liquidados a pagar).

2.3.2.1 Análise crítica

Restos a pagar processados: 72,5% do saldo de restos a pagar processados de exercícios anteriores (2006 a 2015) referem-se a valores bloqueados de pagamentos a fornecedores, geralmente por descumprimento de contratos. Esses valores somente são liberados após a conclusão do processo administrativo.

Restos a pagar não processados: a tabela 2 demonstra como estão divididos os valores a pagar por grupo de despesa. Verifica-se que 65% (R\$ 12,8 milhões) do saldo de restos a pagar não processados referem-se a despesas com investimentos. Deste saldo, cerca de R\$ 10 milhões referem-se a empenhos relativos ao projeto da construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da Câmara dos Deputados.

Tabela 2 – RP não processados a pagar – por GND

Valores em reais		
GND	%	Total
1	9,19	1.821.000,00
3	26,31	5.211.235,55
4	64,50	12.775.024,60
Total	100,00	19.807.260,15

Fonte: Tesouro Gerencial.

Vale destacar, ainda, que foram cancelados, em 2016, aproximadamente R\$ 288 milhões de restos a pagar não processados. Deste montante, R\$ 256,9 milhões (89%) referem-se a empenhos de pessoal e encargos sociais relativos aos exercícios de 2007 a 2010, cujos saldos foram prescritos, considerando a inexistência de qualquer causa interruptiva e a consequente perda do direito de reclamação do pagamento administrativo.

A reinscrição do saldo de restos a pagar de 31/12/2016 foi efetuada tendo em vista a suficiência de saldo financeiro. Portanto, eventual pagamento do montante inscrito conta com o suporte financeiro necessário.

2.3.3 Informações sobre a execução das despesas

As informações sobre a execução das despesas estão subdivididas em: despesas totais por modalidade de contratação e despesas por grupo e elemento de despesa. Os quadros apresentados nas próximas páginas demonstram a execução das despesas pelas UGs Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

2.3.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 7 – Despesas por modalidade de contratação – UG Câmara dos Deputados

Valores em reais

Modalidade de contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de licitação (a+b+c+d+e+f+g)	244.844.381,38	213.405.692,67	242.768.926,47	210.948.507,90
a) Convite	138.885,68	194.710,80	138.885,68	194.710,80
b) Tomada de preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	1.446.357,95	5.813.307,41	1.446.357,95	5.813.186,72
d) Pregão	243.259.137,75	207.397.674,46	241.183.682,84	204.940.610,38
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime diferenciado de contratações públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações diretas (h+i)	98.733.032,98	75.991.465,03	98.571.357,20	75.984.859,10
h) Dispensa	77.490.630,06	57.646.626,84	77.329.926,68	57.640.198,35
i) Inexigibilidade	21.242.402,92	18.344.838,19	21.241.430,52	18.344.660,75
3. Regime de execução especial	1.120.862,33	1.112.893,54	1.120.862,33	1.112.893,54
j) Suprimento de fundos	1.120.862,33	1.112.893,54	1.120.862,33	1.112.893,54
4. Pagamento de pessoal (k+l)	4.305.621.441,02	4.211.908.349,46	4.305.621.441,02	4.211.301.047,71
k) Pagamento em folha ⁽¹⁾	4.301.549.374,64	4.207.690.319,29	4.301.549.374,64	4.207.083.017,54
l) Diárias	4.104.964,12	4.218.030,17	4.104.964,12	4.218.030,17
5. Outros ⁽²⁾	549.724.058,51	452.458.029,62	549.724.058,51	451.435.476,36
6. Total (1+2+3+4+5)	5.200.076.674,26	4.954.876.430,32	5.197.839.543,57	4.950.782.784,61

Fonte: Tesouro Gerencial.

⁽¹⁾ Refere-se apenas às despesas do GND 1.

⁽²⁾ O item 5, denominado “outros”, abriga as despesas cuja modalidade de licitação seja igual a “não se aplica” quando da emissão da nota de empenho, mas não constam do item 4.

Quadro 8 – Despesas por modalidade de contratação – UG FRCD

Valores em reais

Modalidade de contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.770.460,84	6.235.595,21	1.769.758,45	6.233.143,62
a) Convite	0,00	7.541,76	0,00	7.541,76
b) Tomada de preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	1.770.460,84	6.228.053,45	1.769.758,45	6.225.601,86
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime diferenciado de contratações públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações diretas (h+i)	2.005.511,03	497.735,70	1.837.829,99	497.735,70
h) Dispensa	1.830.801,04	359.912,20	1.663.120,00	359.912,20
i) Inexigibilidade	174.709,99	137.823,50	174.709,99	137.823,50
3. Regime de execução especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Outros (*)	3.948.431,99	4.110.726,06	3.948.431,99	4.110.726,06
6. Total (1+2+3+4+5)	7.724.403,86	10.844.056,97	7.556.020,43	10.841.605,38

Fonte: Tesouro Gerencial.

* O item 5, denominado “outros”, abriga as despesas cuja modalidade de licitação seja igual a “não se aplica” quando da emissão da nota de empenho, mas não constam do item 4.

2.3.3.2 Análise crítica das despesas por modalidade de contratação

A modalidade pregão é usada em aproximadamente 99,4% das aquisições (quadros 7 e 8) que exigem a abertura de processo licitatório. Essa modalidade confere maior eficiência administrativa, uma vez que produz um resultado mais célere a custos menores. Vale ressaltar ainda que o registro de preços é processado mediante pregão.

Como se observa no quadros 7 e 8, houve aumento de R\$ 21,3 milhões de reais (36,7% nas despesas liquidadas) entre 2015 e 2016, referentes à dispensa de licitação na Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo. Para uma melhor visão desse aumento, o quadro abaixo detalha os valores mais relevantes da despesa liquidada em dispensa de licitação por inciso, previsto no artigo 24 da Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 8.666, de 1993).

Quadro 9 – Valores liquidados – dispensa de licitação 2015 x 2016

Unidade orçamentária	Inciso	Descrição	Dezembro/2016	Dezembro/2015
Câmara dos Deputados	XI	Remanescente	45.239.592,03	32.339.352,70
	XXII	Concessionária	14.382.195,78	12.266.954,93
	XIII	Instituição social	10.349.071,17	8.988.489,42
	IV	Emergencial	3.235.024,98	-
	XVI	Imprensa oficial	440.818,41	17.897,08
Subtotal			73.646.702,37	53.612.694,13
FRCDD	XI	Remanescente	1.257.607,80	-
Subtotal			1.257.607,80	-
Total			74.904.310,17	53.612.694,13

Fonte: Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade.

Percebe-se que o inciso XI foi o maior responsável pelo aumento nos casos de dispensa de licitação. Ele trata da possibilidade de esta ser dispensável “na contratação remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior (...)”. É o caso das empresas que não conseguem sustentar o serviço, a obra ou o fornecimento e, antes de findos os respectivos contratos, é facultado à Administração, por força deste inciso, chamar o segundo colocado, caso seja de seu interesse, com a manutenção dos preços da contratada anterior. Vale ressaltar que as contratações em tela ocorreram em serviços continuados e que, portanto, não podem ser interrompidos.

Portanto, é imperioso destacar que, embora essas despesas sejam classificadas em “Dispensa de licitação”, na verdade têm origem em procedimentos licitatórios promovidos pela Câmara dos Deputados. Seus valores, como consequência, são plenamente compatíveis com o mercado, haja vista que decorrem de certames amplamente divulgados e disputados.

Os casos do inciso XXII, que trata da dispensa “na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica”, foram maiores em virtude do aumento, em 2016, das tarifas de energia elétrica, uma vez que toda a diferença desse inciso foi para o fornecedor CEB Distribuição S.A.

No inciso XIII, cuja finalidade é “contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos”, o valor mais relevante se refere às despesas com a contratação da Inspetoria São João Bosco (R\$ 10.176.805,37). Esse serviço, conhecido internamente como “Pró-Adolescente”, busca o desenvolvimento pessoal e profissional dos mesmos na condição de aprendiz de auxiliar administrativo.

O inciso IV, que trata da dispensa de licitação “nos casos de emergência ou de calamidade pública quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares”, pelo prazo de até 180 dias, foi usado especificamente nos casos detalhados no quadro a seguir.

Quadro 10 – Dispensa de licitação – inciso IV

Favorecido	Elemento de despesa	Despesas liquidadas	Nota de Empenho
Alugauto Locadora de Veículos Ltda.	Passagens e despesas com locomoção	22.333,30	2016NE003576
Bioetika Produtos e Equipamentos Ltda. – ME	Material de Consumo	27.000,00	2016NE001518
Blend Locação de Veículos Especiais Ltda. – ME	Passagens e despesas com locomoção	25.000,00	2016NE003571
Ecoblending Ambiental Ltda.	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	23.238,90	2016NE001138
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	Locação de mão de obra	2.209.202,78	2016NE003604 2016NE003607
STN – Serviços de Estenotíпия Ltda.	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	925.400,00	2016NE000366
Vitória Coleta de Entulho Ltda. – ME	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	2.850,00	2016NE001140
Total		3.235.024,98	

Fonte: Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade.

Por fim, é importante destacar que, em dezembro de 2016, foram estabelecidas normas, no âmbito da Câmara dos Deputados, para a montagem e operacionalização do Plano Anual de Compras e Contratações ([Portaria DG n. 267, de 2016](#)).

2.3.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 11 – Despesas por grupo e elemento de despesa – UG Câmara dos Deputados

Valores em reais

Despesas correntes								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de pessoal	4.303.099.834,64	4.219.398.319,29	4.301.549.374,64	4.207.690.319,29	1.550.460,00	11.708.000,00	4.301.549.374,64	4.207.083.017,54
11 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	2.189.883.750,57	2.188.957.022,99	2.189.883.750,57	2.188.457.022,99	0,00	500.000,00	2.189.883.750,57	2.187.849.721,24
01 – Aposentadorias, RPPS, reserva remunerada e reforma militar	1.228.863.061,24	1.144.351.442,28	1.228.863.061,24	1.136.221.442,28	0,00	8.130.000,00	1.228.863.061,24	1.136.221.442,28
13 – Obrigações patronais	425.915.362,64	423.993.716,50	425.915.362,64	423.766.716,50	0,00	227.000,00	425.915.362,64	423.766.716,50
Demais elementos do grupo	458.437.660,19	462.096.137,52	456.887.200,19	459.245.137,52	1.550.460,00	2.851.000,00	456.887.200,19	459.245.137,52
2. Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras despesas correntes	887.365.952,55	819.659.099,00	876.635.174,06	734.079.291,94	10.730.778,49	85.579.807,06	874.429.105,46	730.595.756,73
37 – Locação de mão de obra	242.270.952,10	229.584.115,29	239.122.467,16	204.631.430,36	3.148.484,94	24.952.684,93	237.136.659,10	202.261.751,80
93 – Indenizações e restituições	189.525.678,40	201.088.997,58	189.332.672,23	171.638.941,19	193.006,17	29.450.056,39	189.332.672,23	170.647.009,63
46 – Auxílio-alimentação	169.929.121,74	148.868.471,55	169.929.121,74	148.868.471,55	0,00	0,00	169.929.121,74	148.868.471,55
39 – Outros serviços de terceiros – PJ	164.706.757,70	126.691.988,89	160.874.851,52	112.098.752,49	3.831.906,18	14.593.236,40	160.771.249,71	112.023.358,91
Demais elementos do grupo	120.933.442,61	113.425.525,69	117.376.061,41	96.841.696,35	3.557.381,20	16.583.829,34	117.259.402,68	96.795.164,84
Despesas de capital								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	29.529.045,45	40.287.124,14	21.892.125,56	13.106.819,09	7.636.919,89	27.180.305,05	21.861.063,47	13.104.010,34
52 – Equipamentos e material permanente	21.887.916,88	15.737.127,05	17.872.484,69	6.391.569,12	4.015.432,19	9.345.557,93	17.871.397,60	6.389.058,50
51 – Obras e instalações	3.792.946,21	20.663.919,85	1.476.124,96	5.903.642,74	2.316.821,25	14.730.277,11	1.476.124,96	5.903.522,05
39 – Outros serviços de terceiros – PJ	3.681.647,62	3.755.021,85	2.419.157,98	738.677,27	1.262.489,64	3.016.344,58	2.389.182,98	738.499,83
Demais elementos do grupo	166.534,74	161.055,39	124.357,93	72.929,96	42.176,81	88.125,43	124.357,93	72.929,96
5. Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

Quadro 12 – Despesas por grupo e elemento de despesa – UG FRCD

Valores em reais

Despesas correntes								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras despesas correntes	31.844.723,52	6.626.508,15	7.678.599,87	5.646.740,92	24.166.123,65	979.767,23	7.510.216,44	5.644.920,92
93 – Indenizações e restituições	16.874.559,89	3.792.012,75	2.223.541,55	3.371.394,90	14.651.018,34	420.617,85	2.223.541,55	3.371.394,90
33 – Passagens e despesas com locomoção	6.965.219,18	0,00	0,00	0,00	6.965.219,18	0,00	0,00	0,00
37 – Locação de mão de obra	3.165.732,98	0,00	1.771.001,11	0,00	1.394.731,87	0,00	1.603.320,07	0,00
Demais elementos do grupo	4.839.211,47	2.834.495,40	3.684.057,21	2.275.346,02	1.155.154,26	559.149,38	3.683.354,82	2.273.526,02
Despesas de capital								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	66.802,99	7.722.283,37	45.803,99	5.197.316,05	20.999,00	2.524.967,32	45.803,99	5.196.684,46
51 – Obras e instalações	45.606,20	0,00	45.606,20	0,00	0,00	0,00	45.606,20	0,00
52 – Equipamentos e material permanente	20.999,00	7.631.809,61	0,00	5.196.842,29	20.999,00	2.434.967,32	0,00	5.196.210,70
Demais elementos do grupo	197,79	90.473,76	197,79	473,76	0,00	90.000,00	197,79	473,76
5. Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

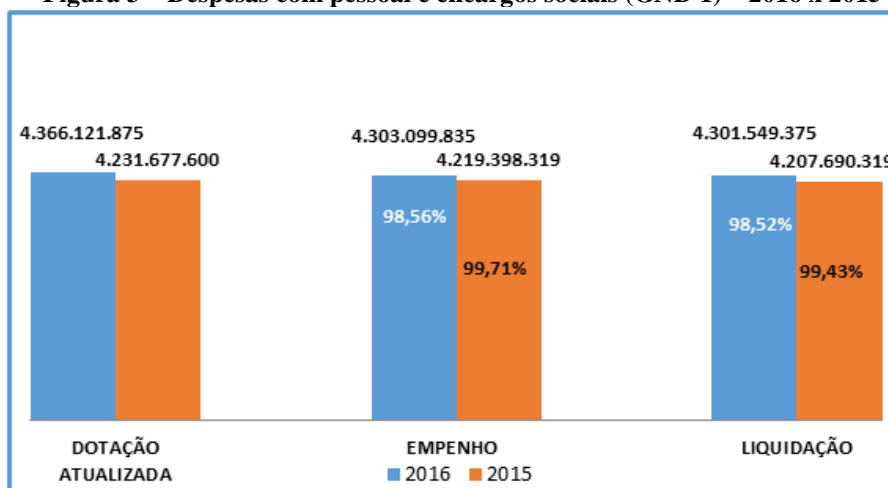
Fonte: Tesouro Gerencial.

2.3.3.4 Análise crítica das despesas por grupo e elemento de despesa

▪ Pessoal e encargos sociais (GND 1)

No que diz respeito às despesas com pessoal e encargos sociais, como pode ser observado na figura 3, o montante liquidado com relação à dotação atualizada foi da ordem de 98,52%.

Figura 3 – Despesas com pessoal e encargos sociais (GND 1) – 2016 x 2015



Fonte: Tesouro Gerencial.

Em relação às variações ocorridas neste grupo ([quadro 11](#)), merecem destaque os seguintes itens:

– Reajuste da remuneração dos servidores integrantes do quadro de pessoal da Câmara dos Deputados, objeto da Lei n. 13.323, de 2016, e do aumento da verba de gabinete parlamentar, que se deu por meio do [Ato da Mesa n. 117, de 2016](#).

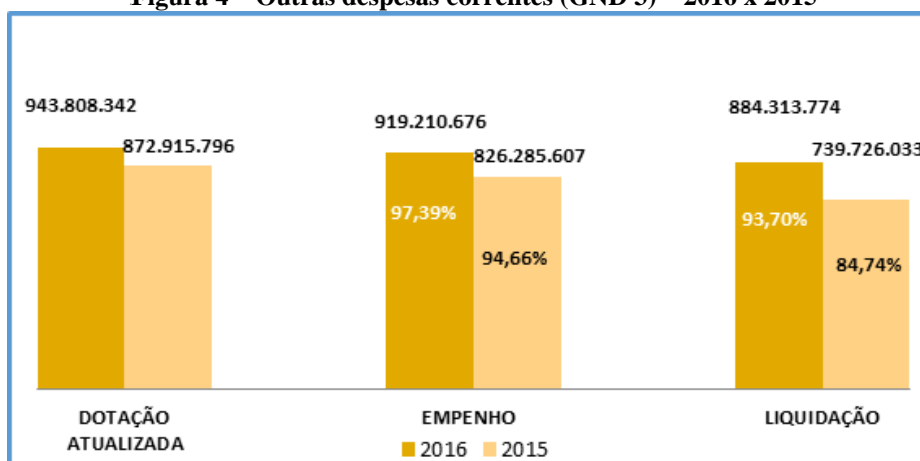
– Crescimento de 7,38% das despesas no elemento de despesa 01 – aposentadorias e reformas, tendo em vista a concessão de 258 aposentadorias pelo órgão durante o exercício de 2016.

– Substancial redução do volume de inscrição de restos a pagar não processados (R\$ 1,5 milhão em 2016 contra R\$ 11,7 milhões em 2015).

▪ Outras despesas correntes (GND 3)

O valor liquidado no GND 3, outras despesas correntes, como pode se observar na figura 4, alcançou 93,70% da dotação.

Figura 4 – Outras despesas correntes (GND 3) – 2016 x 2015



Fonte: Tesouro Gerencial.

A despesa liquidada em 2016 foi aproximadamente 19,5% superior à liquidada em 2015 ([quadros 11 e 12](#)). Esse crescimento pode ser explicado pelas seguintes razões:

- Aumento na execução da despesa com locação de mão de obra e outros serviços de terceiros, pessoa jurídica (elementos de despesa 37 e 39), que pode ser atribuído à majoração dos contratos continuados devido a reajustes aplicados em razão de dissídios coletivos de categorias funcionais, correções inflacionárias e ao expressivo aumento das tarifas públicas.

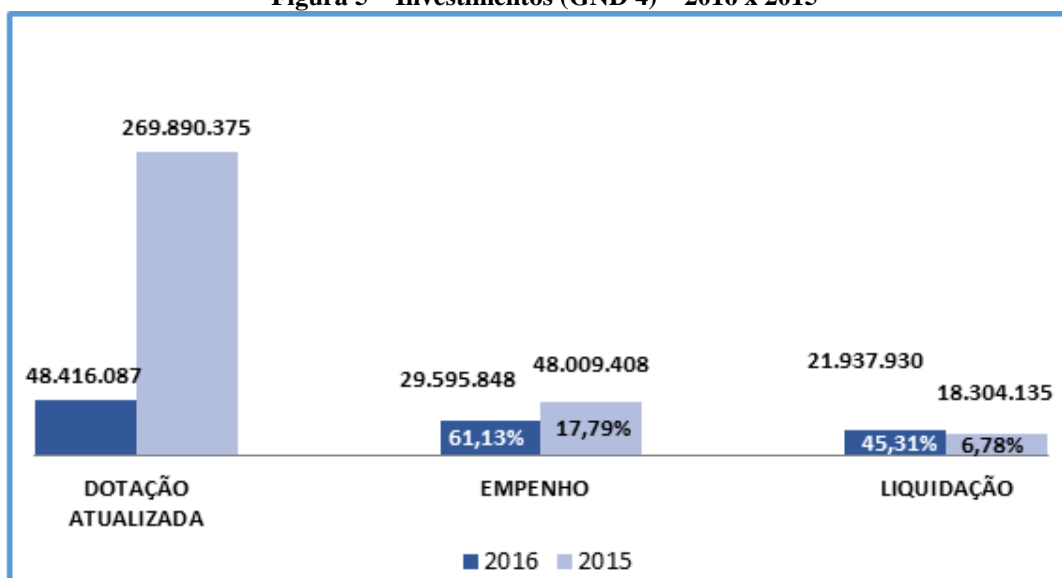
- Aumento na execução da despesa com auxílio-alimentação destinado aos servidores da Casa, reajustado pelo IPCA referente ao exercício de 2015, objeto da [Portaria DG n. 114, de 2016](#).

- Aumento nas despesas liquidadas relativas ao elemento 93 (indenizações e restituições), especialmente em razão do reajuste da cota para o exercício da atividade parlamentar pelo [Ato da Mesa n. 75, de 2016](#).

▪ **Investimentos (GND 4)**

No que tange aos investimentos em 2016, apesar da baixa liquidação em confronto com a dotação (45,3%), houve um aumento da ordem de 19,8% na despesa liquidada ([quadros 11 e 12](#)), especialmente em razão do crescimento da despesa com equipamentos e material permanente (elemento de despesa 52).

Figura 5 – Investimentos (GND 4) – 2016 x 2015



Fonte: Tesouro Gerencial.

No tocante às obras que possuem ações orçamentárias próprias, vale dizer que considerável parcela de suas dotações foram sacrificadas para abertura de créditos adicionais com vistas a atender outras despesas imprescindíveis ao órgão. O conjunto das obras possuía uma dotação inicial de R\$ 28.856.531,00, dos quais foram cancelados R\$ 24.128.531,00, restando, ao final do exercício, a dotação de R\$ 4.728.000,00.

Segue breve resumo acerca da execução orçamentária e financeira das obras da Câmara dos Deputados:

Quadro 13 – Ações orçamentárias – obras

Ação	Valor total da ação ⁽¹⁾	Dotação inicial (meta financeira)	Execução física ⁽²⁾ % de execução física			Execução orçamentária ⁽³⁾	
			Execução financeira (pago + RP pago)	Prevista	Realizada	Realizada (empenhado em 2016)	%
			(c)	(d) = (b/a)	(e) = (c/a)	(f)	(g) = (f/a)
10AT – Ampliação do Edifício Anexo IV	324.746.506,92	100.000,00	45.803,99	0,03%	0,01%	45.803,99	0,01%
7710 – Construção do Anexo V	191.210.000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,00%
10S2 – Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados	50.317.251,56	0,00	4.831.984,34	0,0%	9,6%	0,00	0,00%
12F2 – Reforma dos imóveis funcionais destinados à moradia dos deputados federais	311.026.298,93	500.000,00	1.745.533,87	0,2%	0,6%	44.306,57	0,01%
10C4 – Construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da CD, no SIA	51.501.596,65	4.128.000,00	13.505.165,55	8,0%	26,2%	3.416.976,36	6,63%

Fonte: Dados compilados pelo Departamento Técnico.

Observações:

⁽¹⁾ PPA 2016-2019 (Lei n. 13.249, de 2016) e alterações.

⁽²⁾ Execução física realizada em valores superiores ao previsto da dotação orçamentária em razão de execução financeira de empenhos emitidos em anos anteriores e inscritos em restos a pagar.

⁽³⁾ Sistemas Siorc e Sigmas da Câmara dos Deputados.

▪ Ampliação do edifício Anexo IV

Trata-se da construção do bloco B do edifício Anexo IV com área para gabinetes, apoios administrativos e legislativos, bem como subsolos de garagem, com aproximadamente 120.000,00m².

Em 2015, foi constituída, por meio do [Ato da Mesa n. 13, de 2015](#), Comissão Especial de Parceria Público-Privada (PPP) da Câmara dos Deputados visando à análise de viabilidade da ampliação do complexo arquitetônico da Casa com a previsão de construção dos blocos B, C e D do conjunto de edifícios do Anexo IV. Essa comissão foi desfeita em 2016 por meio do [Ato da Mesa n. 102, de 2016](#), e ficou decidido dar andamento apenas à construção do bloco B, por meio dos mecanismos tradicionais previstos na Lei n. 8.666, de 1993. A partir dessa decisão foi finalizado o projeto básico desse bloco e solicitada a aprovação do projeto aos órgãos competentes, incluindo GDF e Iphan. Essa aprovação foi concluída no segundo semestre de 2016, mas não houve autorização para andamento da obra naquele exercício financeiro, sobretudo por conta de severos cortes sofridos na programação orçamentária da Câmara dos Deputados quando da tramitação do PLOA no Congresso Nacional.

Por isso, embora disponibilizada dotação inicial na LOA 2016 no valor de R\$ 15.128.531,00, foi necessário cancelar R\$ 15.028.531,00, restando a dotação final de R\$ 100.000,00. Deste valor foram empenhados e pagos R\$ 45.803,99 para contratação de sondagem geotécnica do terreno e pagamento de taxas do Crea e do GDF.

Situação do projeto

O projeto básico para construção do bloco B encontra-se finalizado, aguardando autorização para se proceder à contratação. O quadro 14 resume a cronologia da execução desta obra.

Quadro 14 – Execução da obra – bloco B do edifício Anexo IV

	Até 2015	Em 2016	Até 2016
Execução orçamentária	1,45%	0,01%	1,46%
Execução física	1,32%	0,01%	1,33%

Fonte: Departamento de Finanças, Contabilidade e Orçamento e Departamento Técnico.

▪ **Construção do Anexo V**

A dotação inicial de R\$ 960.000,00 foi integralmente cancelada para abertura de créditos no âmbito do órgão. Não houve decisão da administração da Casa pela continuidade da obra no exercício. O quadro 15 resume a cronologia da execução desta obra.

Quadro 15 – Execução da obra – Anexo V

	Até 2015	Em 2016	Até 2016
Execução orçamentária	0,63%	0,00%	0,63%
Execução física	0,63%	0,00%	0,63%

Fonte: Departamento de Finanças, Contabilidade e Orçamento e Departamento Técnico.

Este projeto não faz parte do portfólio de grandes obras da Gestão Estratégica da Casa.

▪ **Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados**

Esta obra refere-se à construção do bloco C do complexo avançado, que abrigará infraestrutura de redundância aos sistemas de informática da Casa, unidade para serviços de segurança e administração do complexo, posto médico, depósito e três subsolos com cerca de 240 vagas de garagem. A edificação com dezesseis módulos está programada para ser construída em três etapas: construção de quatro módulos na primeira etapa, quatro módulos na segunda etapa e oito módulos na terceira etapa.

A ação visa prover infraestrutura física, instalações e climatização necessárias ao funcionamento dos ativos de tecnologia da informação e das pessoas que administrarão diretamente tais equipamentos.

De forma análoga à ação anterior, a dotação inicial de R\$ 1.440.000,00 foi integralmente oferecida para abertura de créditos no âmbito do órgão. Foi realizado o pagamento de valores inscritos em restos a pagar de anos anteriores, correspondendo à execução da segunda etapa do edifício, de um total de três etapas. A obra civil da segunda etapa foi entregue em novembro de 2016 e o recebimento definitivo está previsto para ocorrer no início de 2017.

Situação do projeto:

- Primeira etapa: concluída.
- Segunda etapa: concluída.
- Terceira etapa: projetos ainda não iniciados; previsão de contratação da obra em 2018.

Quadro 16 – Execução da obra – Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados

	Até 2015	Em 2016	Até 2016
Execução orçamentária	48,33%	0,00%	48,33%
Execução física	36,36%	9,60%	45,96%

Fonte: Departamento de Finanças, Contabilidade e Orçamento e Departamento Técnico.

▪ **Reforma dos imóveis funcionais destinados à moradia dos deputados federais**

Trata-se de projeto de reforma de 18 blocos de 24 apartamentos totalizando 432 unidades para reforma ao custo, entre valores executados e estimados atualizados, de R\$ 311.026.298,93 entre os anos de 2005 e 2020, conforme quadros 17 e 18.

Esta ação orçamentária contou com dotação inicial de R\$ 7.200.000,00, da qual R\$ 6.700.000,00 foram oferecidos para abertura de crédito suplementar, restando dotação final de R\$ 500.000,00. Foram empenhados R\$ 44.306,57 para atender aditivo contratual da reforma dos blocos C, D e E da SQN 302. Foi concluída, em 2016, a reforma do bloco E da SQN 302 com a entrega de 24 apartamentos.

A execução financeira de R\$ 1.745.533,87 foi devida ao pagamento de empenhos emitidos em anos anteriores e inscritos em restos a pagar.

A contratação de projetos estruturais e de instalação para reforma dos blocos I, J, K, e L da SQN 202 foi iniciada em 2016, com previsão de término em 2017.

Situação do projeto:

- Reforma dos blocos A, B, C, D, E, F, G, H e I na SQN 302 concluída. Total de 216 apartamentos em 9 blocos.
- Reforma dos blocos I, J, K, e L da SQN 202 em andamento. Elaboração dos projetos para divisão de um apartamento em dois, transformando 96 apartamentos em 192, nesses 4 blocos.
- Reforma dos blocos G e I da SQS 111, e A, B e I da SQS 311 não iniciada. Total de 120 apartamentos em 5 blocos.

Quadro 17 – Execução da obra – reforma dos imóveis funcionais

	Até 2015	Em 2016	Até 2016
Execução orçamentária	38,58%	0,01%	38,59%
Execução física	44,44%	5,56%	50,00%

Fonte: Departamento de Finanças, Contabilidade e Orçamento e Departamento Técnico.

Quadro 18 – Apartamentos – execução física

Blocos	Apartamentos – execução física					
	Total	Reformados ¹ até 2015	Reformados ² em 2016	Reformados (1) + (2) até 2016	Em reforma	Não reformados ³
18	432	192	24	216	0	216
	% de apartamentos	44%	6%	50%	0%	50%

Fonte: Departamento Técnico.

¹ Blocos A, B, C, D, F, G, H e I da SQN 302.

² Bloco E da SQN 302.

³ Blocos I, J, K e L da SQN 202, blocos G e I da SQS 111 e blocos A, B e I da SQS 311.

▪ **Construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da Câmara dos Deputados, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA)**

O projeto visa à construção de edifício de quatro andares no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), que abrigará área para armazenagem de materiais, ala destinada a escritórios e apoio administrativo, e dois pavimentos de garagem, sendo um destinado a estacionamento e outro para armazenagem, com opção pelo uso de materiais construtivos sustentáveis. A obra está prevista para ser concluída em 2017.

Em 2016, a dotação atribuída a esta ação foi de R\$ 4.128.000,00, que permaneceu inalterada ao longo do exercício. Foi empenhado o valor de R\$ 3.416.976,36 com vistas à contratação de instalação de subestação de energia elétrica para continuidade da obra em andamento e para o pagamento de ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica) e RRTs (Registro de Responsabilidade Técnica).

Foram pagos, em 2016, R\$ 13.505.165,55 desta ação, incluindo pagamentos de empenhos emitidos em anos anteriores e inscritos em restos a pagar.

Quadro 19 – Execução da obra – Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais

	Até 2015	Em 2016	Até 2016
Execução orçamentária	83,66%	6,63%	90,29%
Execução física	40,67%	26,22%	66,89%

Fonte: Departamento de Finanças, Contabilidade e Orçamento e Departamento Técnico.

2.3.4 Suprimento de fundos

As informações sobre a gestão de suprimento de fundos, nas modalidades contas tipo B e cartões de pagamento do governo federal, estão evidenciadas nos quadros 20, 21 e 22.

Quadro 20 – Concessão de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Exercício financeiro	Unidade gestora (UG) do Siafi		Meio de concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta tipo B		Cartão de pagamento do governo federal		
	Código	Nome ou sigla	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total	
2016	10001	Câmara dos Deputados	94	475.600,00	141	1.130.434,00	72.000,00
2015			110	473.500,00	138	1.224.900,00	25.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional.

Quadro 21 – Utilização de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Exercício	Unidade gestora (UG) do Siafi		Conta tipo B		Cartão de pagamento do governo federal			Total (a+b+c)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou sigla	Quantidade	Valor total (a)	Quantidade	Valor dos saques (b)	Valor das faturas (c)	
2016	10001	Câmara dos Deputados	94	440.051,62	159	74.930,82	605.879,89	1.120.862,33
2015			110	398.824,80	128	49.795,80	664.272,94	1.112.893,54

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional.

Quadro 22 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Classificação do objeto gasto – Despesa		
Elemento/Subitem	Descrição	Total
33903303	Locação de meios de transporte	378.742,36
33903007	Gêneros de alimentação	278.953,49
33903024	Material para manutenção de bens imóveis/instalações	95.774,84
33903941	Fornecimento de alimentação	81.730,90
33903026	Material elétrico e eletrônico	47.993,68
33903025	Material para manutenção de bens móveis	39.265,62
33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	39.227,47
33903022	Material de limpeza e produtos de higienização	20.764,21
33903036	Material hospitalar	20.306,34
33903016	Material de expediente	13.354,85
33903021	Material de copa e cozinha	12.703,91
33903004	Gás e outros materiais engarrafados	11.740,00
33903974	Fretes e transportes de encomendas	10.112,72
33903042	Ferramentas	8.605,13
33903017	Material de processamento de dados	6.490,10
33903966	Serviços judiciários	6.065,02
	Outros	49.031,69
Total		1.120.862,33

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional.

2.3.4.1 Análise crítica

Na Câmara dos Deputados, a execução de despesa pelo regime de adiantamento, via suprimento de fundos conta tipo B e cartão de pagamento do governo federal, observa os ditames da Lei n. 4.320, de 1964, em especial o seu artigo 68, bem como os da [Portaria DG n. 363, de 2014](#), que passou a regulamentar internamente o tema.

A utilização de contas específicas para movimentação de recursos de suprimentos de fundos pela Casa está amparada pelo art. 3º, § 2º, do Decreto n. 6.370, de 2008.

Os saques efetuados no cartão de pagamento do governo federal foram previamente autorizados pelo ordenador de despesas nos processos de concessão, para atendimento de gastos em situações de impossibilidade de utilização do cartão.

Os agentes supridos são orientados sobre a forma correta de aplicação e comprovação dos suprimentos de fundos. A análise das prestações de contas aponta as impropriedades detectadas e subsidia o ordenador de despesas na tomada de decisão.

Além das análises nas despesas realizadas por suprimentos de fundos, o órgão de controle interno realiza auditorias nessas despesas e apresenta relatórios visando apontar eventuais impropriedades e sugerir medidas corretivas e aperfeiçoamento de controles.

Por fim, destaca-se que, no [portal](#) da Câmara dos Deputados⁵, podem-se obter mais informações sobre os gastos executados com os cartões de pagamento do governo federal.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1 Resultados dos trabalhos legislativos

Característica indissociável das atividades da Câmara dos Deputados é a interação permanente com a sociedade, de tal forma que os processos decorrentes da representação popular estejam permanentemente disponíveis para a consulta dos cidadãos, periodicamente convidados a avaliar metas e resultados por meio de eleições livres.

A força do Parlamento está na participação dos cidadãos e na pluralidade dos interesses que perpassam os debates e votações nos plenários e comissões.

⁵ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/consulta-cartao-suprimento/pesquisa.do;jsessionid=1urlu-G3CxeUC7kjadRjQRh7.sepadn2.camara.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

O Parlamento cumpre sua função institucional quando aprova ou rejeita uma proposição ou até mesmo quando se recusa a votá-la. Mantém-se fiel à sua missão de representar a sociedade quando aprova matérias com a urgência requerida ou quando se demora em questões que precisam ser amadurecidas com cautela e paciência. Nesse sentido, não se posicionar a respeito de determinado assunto é tão legítimo quanto elaborar um diploma legal a respeito do tema.

Sobre a atuação da Casa em 2016, ressaltam-se as votações ocorridas acerca de temas de relevância política, econômica e social que atenderam a demandas da sociedade e dos parlamentares. Alguns desses temas foram: novo regime fiscal e teto dos gastos públicos (EC n. 95, de 2016), instituição do regime especial de pagamentos de precatórios para os casos em mora (EC n. 94, de 2016), plano de auxílio aos estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal (Lei Complementar n. 156, de 2016), redefinição do conceito de organizações terroristas (Lei Ordinária n. 13.260, de 2016), crime de descumprimento de medidas protetivas da Lei Maria da Penha (PL n. 173, de 2015), denúncia por crime de responsabilidade em desfavor da Presidente da República Dilma Rousseff (DCR n. 1, de 2015) e uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna (Lei n. 13.269, de 2016).

Em termos gerais, a Câmara dos Deputados realizou, em 2016, 342 sessões⁶ no plenário Ulysses Guimarães e votou 725 matérias, entre elas 42 medidas provisórias, 2 projetos de lei complementar, 41 projetos de lei, 23 projetos de decreto legislativo, 7 propostas de emenda à Constituição e 6 projetos de resolução.

No exercício, foram realizados 1.594 reuniões e eventos⁷ nas comissões permanentes e temporárias. Os dados apresentados relacionam-se aos macroprocessos finalísticos “Elaborar diplomas legais”, “Representar o povo brasileiro” e “Fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes” (este último no caso de, por exemplo, representações e comissões parlamentares de inquérito).

Dentro do escopo de matérias aprovadas, várias já compõem o ordenamento jurídico brasileiro e impactam diretamente a vida da população. Seguem os *links* para acessar a relação de propostas apreciadas e aprovadas pela Câmara dos Deputados:

Propostas de emenda à Constituição:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/pec.asp
Medidas provisórias:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/mpv.asp
Projetos de lei complementar:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/plp.asp
Projetos de lei ordinária:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/pl.asp
Projetos de decreto legislativo:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/pdc.asp
Projetos de resolução:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/prc.asp
Mensagens:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/msc.asp
Outros objetos de deliberação	http://www.camara.leg.br/internet/conle/obj.asp

Com relação às propostas de emenda à Constituição aprovadas pelo Plenário, três ainda dependem de um segundo turno de votação: a PEC n. 395/14, que altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; a PEC n. 1/15, que altera o art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde, de forma escalonada em cinco exercícios: 15%, 16%, 17%, 18% e 18,7%, e a PEC n. 209/12, que insere o § 1º ao art. 105, da

⁶ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/trabalhosplenario2016>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/reunioeseventos-2016>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

Constituição Federal, e renumera o parágrafo único com a finalidade de atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ.

Merecem destaque outros itens relativos aos macroprocessos finalísticos, tais como [estatística dos trabalhos da Casa](#)⁸, atividades do [Conselho de Ética e Decoro Parlamentar](#)⁹ e atividades do [Centro de Estudos e Debates Estratégicos](#)¹⁰. Também foram desenvolvidas atividades no que diz respeito ao assessoramento a parlamentares.

Importante salientar que as consultorias da Câmara produziram mais de **200 estudos** para oferecer embasamento técnico-científico no processo de planejamento de políticas públicas e de tomada de decisão pelos parlamentares.

2.5 Informações sobre Indicadores de Desempenho

Em 2016, a Câmara dos Deputados iniciou um piloto de indicadores específicos para possibilitar a mensuração do desempenho da estratégia da organização, com foco em quatro linhas de atuação prioritárias definidas pelo CGE em reunião de avaliação estratégica (RAE). Elas são vinculadas às diretrizes estratégicas transparência, interação, qualidade das leis e gestão:

- ✓ Facilitar o acesso da sociedade às informações.
- ✓ Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a CD.
- ✓ Promover o aperfeiçoamento do processo legislativo.
- ✓ Aprimorar o processo decisório, a gestão de projetos, de processos e de riscos corporativos e o uso de indicadores de desempenho.

A reflexão sobre indicadores na Câmara dos Deputados já ocorre há alguns anos. Como informado em relatórios de gestão anteriores, percebeu-se a impossibilidade de mensurar os macroprocessos finalísticos da Casa: “representar o povo brasileiro”, “elaborar diplomas legais” e “fiscalizar os seus atos e os dos demais Poderes” por meio de indicadores. Contudo, apresentam-se as estatísticas das atividades parlamentares no [item 2.4.1](#).

Além disso, após a conclusão do projeto corporativo Indicadores de Gestão, em dezembro de 2015, a [Portaria DG n. 166, de 2016](#), criou o processo de trabalho DataCâmara, de análise de dados e organização de informações que auxiliem a tomada de decisões, com a finalidade de prover à alta direção da Casa dados confiáveis para a tomada de decisão, de acompanhar de modo organizado os principais indicadores da gestão e, também, de encorajar as demais unidades administrativas a adotar uma cultura de gestão baseada em análise de dados.

Em consonância com os esforços citados acima, o trabalho atual de indicadores da estratégia, apresentado no quadro a seguir, constitui mais uma etapa no processo de amadurecimento acerca da melhor forma de medir o desempenho da administração da Casa. Alguns indicadores foram construídos estritamente para a mensuração da estratégia; outros foram aproveitados de controles já realizados na Casa, como é o caso de alguns índices do [Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação \(Peti\)](#) e, também, dos indicadores de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho apresentados no [item 4.1.2](#).

⁸ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/estatistica-dos-trabalhos2016>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/conselhoeticaedecoro2016>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

¹⁰ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/centro-de-estudos-e-debates-estrategicos2016>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

Quadro 23 – Indicadores da estratégia

Indicadores da Estratégia

Linha de atuação	Nome do indicador	Descrição do indicador	Gestor do indicador	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Frequência	2016	Meta para 2017
2.1 Facilitar o acesso da sociedade às informações	Índice de aderência da Câmara dos Deputados à Lei de Acesso à Informação	Índice construído a partir de adaptação do questionário de auditoria do Tribunal de Contas da União ao portal da Câmara dos Deputados com foco na Lei de Acesso à Informação.	Cedi	Razão do somatório da pontuação dada às questões (0 - 0,5 - 1) sobre o total de questões.	Percentual	Anual	83,5%	90%
	Acessos aos serviços voltados para a sociedade	Indicador do Plano Estratégico de TI (Peti). Mostra a variação de acessos aos serviços da Câmara dos Deputados construídos para a sociedade. Entende-se por serviços de TIC da Câmara à sociedade o <i>site</i> e os aplicativos para dispositivos móveis.	Cenin	Variação percentual dos acessos aos serviços de TIC disponibilizados pela Câmara à sociedade em relação ao ano base 2014.	Percentual	Mensal	3%	10% , conforme tabela 25 do item 4.3.2
3.1 Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados	Índice de interação da sociedade com a Câmara dos Deputados	Indicador elaborado a partir de recorte feito sobre o questionário do Índice de Transparência do Legislativo, construído pelo Senado Federal. Utilizamos a dimensão Participação e Controle Social para estabelecer um nível de interação entre a sociedade e a Câmara dos Deputados.	Aproge	Média entre aspectos e critérios estabelecidos no questionário a partir da definição de pesos para cada tipo de resposta.	Percentual	Anual	66,7%	70%
	Acessos a aplicativos para dispositivos móveis	Indicador do Plano Estratégico de TI (Peti). Mostra a variação dos acessos aos aplicativos para dispositivos móveis Infoleg e Câmara Notícias.	Cenin	Variação percentual dos acessos aos aplicativos para dispositivos móveis dirigidos à sociedade em relação a 2014.	Percentual	Mensal	10.866%	35%, conforme tabela 25 do item 4.3.2
4.3 Promover o aperfeiçoamento do processo legislativo	Pessoas treinadas por ano em processo legislativo	Quantitativo anual de servidores que passaram por algum curso de treinamento em disciplinas que envolvem o processo legislativo no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor).	Cefor	Quantidade absoluta de pessoas treinadas no ano.	Valor/ano	Anual	697	1.000 (Aumento de 43% em relação ao número de pessoas treinadas em 2016)
7.1 Aprimorar o processo decisório, a gestão de projetos, de processos e de riscos corporativos e o uso de indicadores de desempenho	Capacitação – planejamento estratégico	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em planejamento.	Aproge	Razão do quantitativo de membros dos escritórios de gestão estratégica (corporativo e setoriais) treinados na disciplina sobre o total de servidores dos escritórios de gestão estratégica (corporativo e setoriais) .	Percentual	Anual	66%	70%
	Capacitação – gestão de projetos	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em gestão de projetos.	Aproge		Percentual	Anual	70%	75%
	Capacitação – gestão de processos	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em gestão de processos.	Aproge		Percentual	Anual	58%	70%
	Capacitação – gestão de riscos	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em gestão de riscos.	Aproge		Percentual	Anual	19%	30%

Indicadores da Estratégia								
Linha de atuação	Nome do indicador	Descrição do indicador	Gestor do indicador	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Frequência	2016	Meta para 2017
	Índice de Desempenho do Escopo do Portfólio Corporativo (IDE-P)	Grau de execução do portfólio de projetos corporativos, a partir da conclusão de suas entregas.	Aproge	Média aritmética dos Índices de Desempenho do Escopo (IDEs) dos projetos componentes do portfólio corporativo. Cálculo do IDE: as entregas dos projetos são ponderadas de acordo com sua complexidade e esforço para conclusão. IDE = $(\sum \text{Pontos das entregas realizadas}) / (\sum \text{Pontos das entregas planejadas})$.	Percentual	Trimestral	83%	85%

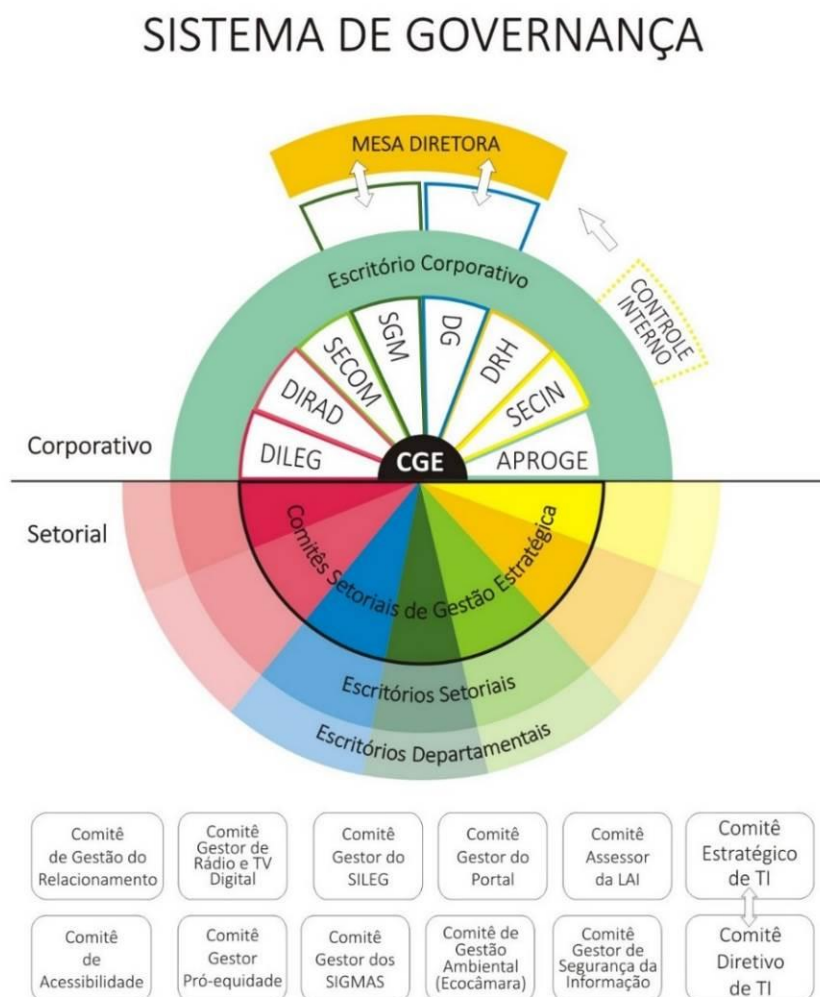
Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Estrutura de Governança

O sistema de governança da Câmara dos Deputados compõe-se das instâncias internas representadas na figura a seguir.

Figura 6 – Sistema de governança da Câmara dos Deputados



Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

3.1.1 Nível corporativo

O nível corporativo é formado pela Mesa Diretora, pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE), pelo Controle Interno e pelo Escritório Corporativo. A Mesa, composta pelo presidente da Câmara dos Deputados, dois vice-presidentes e quatro secretários, é responsável pela direção dos trabalhos legislativos e pelos serviços administrativos da Casa (Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 14).

O CGE é composto pelos titulares de oito órgãos: Diretoria-Geral (DG), Secretaria-Geral da Mesa (SGM), Diretoria de Recursos Humanos (DRH), Diretoria Administrativa (Dirad), Diretoria Legislativa (Dileg), Secretaria de Comunicação Social (Secom), Secretaria de Controle Interno (Secin) e Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge). Compete ao CGE deliberar, orientar, acompanhar o processo de gestão e garantir a continuidade administrativa, atuando sobre os objetivos, processos, programas e projetos estratégicos corporativos. É a instância máxima da Gestão Estratégica da Casa e atua conforme as diretrizes da Mesa Diretora.

Cabe à Secretaria de Controle Interno a avaliação dos controles de gestão da Casa, bem como a interação com o controle externo.

O Escritório Corporativo integra a estrutura administrativa da Aproge e tem como objetivo primordial prestar serviços de assessoramento e consultoria em planejamento estratégico, gestão de projetos e de processos. Também, compete ao Escritório Corporativo coordenar a Rede da Estratégia, composta pelos escritórios corporativos e setoriais, bem como os agentes da gestão, a fim de disseminar as práticas de gestão e governança para o nível setorial e alinhar as ações à estratégia.

3.1.2 Nível setorial

O nível setorial é composto por sete Comitês Setoriais de Gestão (CSGs) e pelos seus respectivos Escritórios Setoriais, que lhes prestam assessoramento. Os CSGs orientam e acompanham o processo de gestão estratégica da respectiva diretoria ou secretaria e cada colegiado é formado pelos titulares dos departamentos e unidades administrativas diretamente subordinadas. Os Comitês Setoriais de Gestão desempenham competências na condução dos trabalhos administrativos, legislativos e de gestão, sendo responsáveis por alinhar e priorizar iniciativas no seu âmbito de atuação, com vistas a aumentar o desempenho global da instituição.

Os Escritórios Setoriais são núcleos integrantes de uma diretoria ou secretaria e têm como função principal prestar assessoria e consultoria aos CSGs e à unidade organizacional a que se vinculam sobre programas, projetos e processos estratégicos desenvolvidos e gerenciados. Encontram-se hierarquicamente subordinados à respectiva diretoria, secretaria ou departamento e, tecnicamente, devem atuar de forma alinhada com as metodologias e orientações do Escritório Corporativo.

3.1.3 Comitês temáticos

Além das instâncias de governança dedicadas à implantação e à evolução da gestão estratégica, a Casa conta com comitês temáticos, que são colegiados especializados com a atribuição de deliberar sobre temas que envolvem diferentes unidades administrativas. O [quadro A1](#) do Anexo deste relatório relaciona esses comitês, bem como os principais resultados em 2016.

3.2 Atividades do Sistema de Correição

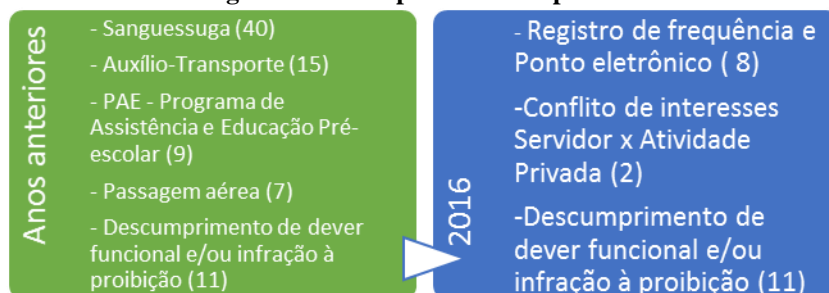
A Comissão Permanente de Disciplina (Coped), órgão vinculado à Diretoria-Geral, foi instituída pela [Resolução CD n. 14, de 2012](#), e tem como competência (art. 3º, *caput*, da referida resolução) apurar, com exclusividade, por determinação do Diretor-Geral, responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei n. 8.112, de 1990.

Ressalta-se que em 2016 foi publicada a [Portaria DG n. 12, de 2016](#), que instituiu o regulamento da Comissão Permanente de Disciplina.

3.2.1 Principais eventos apurados (Coped)

No ano de 2016, houve atuação em 103 (cento e três) processos de natureza disciplinar, cujas temáticas são as indicadas na figura a seguir. Da totalidade de processos com movimentação em 2016, 21 foram instaurados neste mesmo ano e 82 foram instaurados em anos anteriores.

Figura 7 – Principais eventos apurados



Fonte: Comissão Permanente de Disciplina.

3.2.2 Principais resultados observados

Os quadros a seguir apresentam os dados consolidados da atuação da Comissão Permanente de Disciplina no âmbito dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias instaurados e/ou em curso no ano de 2016. Ressalte-se que o ato de julgamento é de competência do diretor-geral ou do presidente da Câmara dos Deputados, conforme o caso (art. 141 da Lei n. 8.112, de 1990).

Quadro 24 – Situação dos PADs e sindicâncias instaurados e/ou em curso

Situação dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias instauradas e/ou em curso em 2016			
Especificação	PAD	Sindicância	Total
1. Processos instaurados em 2016	21	-	21
2. Emissão de Relatório Final pelas comissões em 2016	41	-	41
2.1. Processos instaurados em 2016	6	-	6
2.2. Processos instaurados em anos anteriores	35	-	35
3. Processos em fase de inquérito em 31/12/2016	25	-	25
4. Processos julgados em 2016	60	1	61
4.1. Instaurados em 2016	3	-	3
4.2. Instaurado em anos anteriores	57	1	58
4.2.1. Relatório Final emitido em 2016	21	-	21
5. Processos pendentes de julgamento (2 - 4.1 - 4.2.1)	17	-	17
6 Total de processos com atos praticados em 2016 (3 + 4 + 5)	102	1	103

Fonte: Comissão Permanente de Disciplina.

Quadro 25 – Aplicação de penalidades em 2016

Especificação	Total de servidores
1. Aplicação de penalidade disciplinar (*)	32
2. Arquivamentos/Absoluções	99
3. Penalidades que deixaram de ser aplicadas em função da prescrição	15

Fonte: Comissão Permanente de Disciplina.

* **Penalidades aplicadas:** 4 (quatro) penalidades de advertência e 28 (vinte e oito) de conversão de exoneração em destituição de cargo em comissão. O somatório dos totais de penalidades aplicadas, arquivamento/absoluções e prescrições, não corresponde ao número total de processos julgados no ano pelo motivo de, em único processo, constar mais de um acusado.

Aponta-se como fato relevante para a atuação da Comissão Permanente de Disciplina, no ano de 2016, o desenvolvimento do Sistema de Controle de Processos Disciplinares (CPD) que permite a geração de diversos relatórios acerca do andamento dos processos disciplinares instaurados, melhorando a gestão dos seus processos e proporcionando um atendimento mais eficaz das demandas apresentadas por outros órgãos da Casa.

3.3 Gestão de Riscos e Controles Internos

A Câmara dos Deputados gerencia riscos associados aos projetos corporativos desde 2010, tendo como referência os preceitos do Project Management Institute (PMI). A metodologia de gestão de projetos da Casa prevê as seguintes medidas para mitigar riscos: i) na etapa de planejamento, é feita a identificação e o tratamento dos riscos na declaração de escopo do projeto e são registrados os itens “descrição do risco”, “ação proposta” e “responsável pela ação”; e ii) na etapa de execução e monitoramento, o gerente do projeto registra, periodicamente, no relatório de situação, os principais pontos de atenção (problemas ou riscos) do projeto.

Em 2016, foi iniciado um projeto corporativo com o objetivo de implantar práticas sistemáticas de gestão de riscos na Câmara dos Deputados. O projeto é patrocinado diretamente pela diretora-geral adjunta e teve seu termo de abertura aprovado na reunião de avaliação estratégica (RAE) realizada em 25/5/2016. O escopo prevê as seguintes etapas:

- I Levantamentos: estudo de modelos de referência e visitas de *benchmarking* a instituições de interesse (etapa concluída).
- II Metodologia de gestão de riscos corporativos: elaboração de metodologia que possa ser utilizada em qualquer setor ou processo da organização (em andamento).
- III Normatização: elaboração e submissão de minuta de normativo para estabelecer a política de gestão de riscos corporativos (não iniciada).
- IV Capacitação: ações de capacitação e sensibilização para os diversos públicos envolvidos na gestão de riscos corporativos (em andamento).
- V Implantação Piloto: implantação em uma área piloto para testar a metodologia proposta e promover eventuais ajustes (não iniciada).
- VI Comunicação: ações de divulgação e comunicação das práticas desenvolvidas e da cultura de gestão de riscos (não iniciada).
- VII Transição: ações para assegurar a continuidade do processo de gestão de riscos corporativos após o término do projeto (não iniciada).

Com a conclusão do projeto, espera-se ter respaldo normativo e metodológico para identificar, analisar e tratar os riscos mais relevantes à instituição de maneira sistemática e transparente.

A gestão de riscos, com enfoque metodológico específico, ainda é recente no serviço público. Para propiciar um ambiente favorável à implementação das práticas de gestão de riscos, mesmo antes da conclusão do projeto supracitado, o tema foi inserido na grade curricular do MBA em Governança Legislativa, direcionado a gestores que atuam nas diversas áreas da Casa.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

Neste item, apresentam-se as informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da Câmara dos Deputados, de forma a possibilitar a análise da estrutura de pessoal, bem como da contratação de pessoal de apoio e de estagiários.

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

4.1.1.1 Composição da força de trabalho

A composição do quadro de servidores ativos é apresentada na tabela a seguir:

Tabela 3 – Composição do quadro de servidores ativos

Quadro efetivo de pessoal (posição em 31/12/2016)

	Analista legislativo/atribuição	Quantidade de cargos				
		Ocupados	Vagos	Total	Excedentes	
Nível superior	Administrador	0	2	2	-	
	Analista de Informática Legislativa	162	16	178	-	
	Arquiteto	19	1	20	-	
	Assistente Social	1	3	4	-	
	Assistente Técnico	2	1	3	-	
	Consultoria	242	13	255	-	
	Contador	54	6	60	-	
	Enfermeiro	14	0	14	-	
	Engenheiro	53	2	55	-	
	Engenheiro de Segurança do Trabalho	3	0	3	-	
	Farmacêutico	4	0	4	-	
	Fisioterapeuta	6	0	6	-	
	Fonoaudiólogo	3	0	3	-	
	Médico	85	7	92	-	
	Museólogo	2	0	2	-	
	Nutricionista	7	0	7	-	
	Odontólogo	4	0	4	-	
	Psicólogo	1	0	1	-	
	Recursos Humanos	33	0	33	-	
	Taquígrafo Legislativo	130	11	141	-	
	Técnica Legislativa	698	51	749	-	
	Técnico em Comunicação Social	1	1	2	-	
	Técnico em Comunicação Social – Área Audiovisual	8	0	8	-	
	Técnico em Comunicação Social – Área Divulgação Institucional	13	0	13	-	
	Técnico em Comunicação Social – Área Imprensa Escrita	37	0	37	-	
	Técnico em Comunicação Social – Área Relações Públicas	22	0	22	-	
	Técnico em Comunicação Social – Área Rádio	33	0	33	-	
	Técnico em Comunicação Social – Área Televisão	46	1	47	-	
	Técnico em Documentação e Informação Legislativa	101	25	126	-	
	Técnico em Material e Patrimônio	54	30	84	-	
	Total – nível superior		1.838	170	2.008	0

Quadro efetivo de pessoal (posição em 31/12/2016)					
Nível intermediário especializado	Técnico legislativo/atribuição	Quantidade de cargos			
		Ocupados	Vagos	Total	Excedentes
	Adjunto Parlamentar – Área Condução de Veículos	3		3	
	Adjunto Parlamentar – Área Secretaria	50		50	1
	Agente de Conservação e Restauração	11		11	
	Agente de Encadernação e Douração	26		26	
	Agente de Polícia Legislativa	261	27	288	
	Agente de Serviços Legislativos – Área Serviços Especiais	5	-		
	Agente de Serviços Legislativos – Área Serviços Paramédicos	85	14	99	-
	Agente de Serviços Legislativos – Área Serviços de Arquitetura e Engenharia	6	0	6	-
	Agente de Serviços Legislativos – Área Serviços de Atendimento	96	0	96	1
	Agente de Serviços Legislativos – Área Serviços de Comunicação e Informação	7	0	7	-
	Agente de Transporte Legislativo – Área Condução de Veículos	19	0	19	-
	Agente de Transporte Legislativo – Área Mecânica de Veículos	0	0	0	-
	Assistente Administrativo	523	352	875	-
	Operador de Audiovisual	44	0	44	-
Operador de Máquinas	105	0	105	-	
Total – nível intermediário especializado	1.241	393	1.634	2	
Total geral	3.079	563	3.642	2	

Fonte: Departamento de Pessoal.

A Câmara dos Deputados dispõe de quadro de pessoal com quantitativo de cargos condizente com as atuais demandas internas de trabalho e necessidades de atendimento ao público externo, embora o não preenchimento da totalidade de cargos vagos (563), como mostra a [tabela 3](#), possa gerar um déficit funcional à instituição. O quadro de servidores apresenta-se estável há aproximadamente vinte anos e a terceirização das atividades contribuiu para a pouca variação no número de servidores efetivos ao longo do tempo.

4.1.1.2 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da Câmara dos Deputados

A demonstração e a distribuição da força de trabalho é objeto das [tabelas 4, 5, 6 e 7](#), as quais contêm respectivamente a força de trabalho, a distribuição da lotação efetiva, o quantitativo de servidores por faixa etária e o detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.

Tabela 4 – Força de trabalho da Câmara dos Deputados

Tipologias dos cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	4.567	4.033	280	388
1.1. Membros de poder e agentes políticos	513	540	31	07
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4.054	3.493	249	381
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.642	3.081	159	274
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas (CNE e SP)	412	412	90	107
2. Servidores com contratos temporários				
3. Servidores sem vínculo com a administração pública (CNE e SP)	11.607	11.555	4.641	4.966
4. Total de servidores (1+2+3)	16.174	15.588	4.921	5.354

Fonte: Departamento de Pessoal.

Ingressos: servidores de carreira vinculados ao órgão = posse e exercício em 2016 + reversão.

Egressos: vacância + aposentadorias.

Cumpra esclarecer, sobre a [tabela 4](#), que a Constituição Federal determina que o número total de deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população. A Lei Complementar n. 78, de 1993, dispõe que o número de deputados não ultrapassará 513, razão pela qual foi lançado esse dado na coluna “Autorizada”.

Na coluna “Efetiva”, por sua vez, foram considerados os deputados titulares que estavam em exercício efetivo do mandato, somados àqueles que se licenciaram sem perder a condição de parlamentar, bem como os suplentes em exercício, levando-se em consideração os parlamentares que tomaram posse no período de 1º/2/2016 a 31/12/2016. O total apurado em 31/12/2016 foi de 540 deputados.

Na coluna “Ingressos no exercício”, foram computados os deputados que tomaram posse entre 1º/2/2016 a 31/12/2016. Também foram calculados nessa coluna os deputados suplentes que assumiram em data anterior a 2016, afastados do mandato e, posteriormente, efetivados como titulares durante o ano de 2016.

No campo “Egressos no exercício”, foram incluídos os deputados que saíram do mandato de maneira definitiva por motivos como: perda do mandato, renúncia, aposentadoria por invalidez, falecimento e cassação.

Tabela 5 – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos cargos	Lotação efetiva		
	Área-meio	Área-fim	Total
1. Servidores de carreira (1.1)	1.880	1.613	3.493
1.1. Servidores de carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	1.880	1.613	3.493
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.878	1.203	3.081
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	02	410	412
2. Servidores com contratos temporários	-	-	-
3. Servidores sem vínculo com a administração pública (CNEs e SPs)	43	11.512	11.555
4. Total de servidores (1+2+3)	1.923	13.125	15.048

Fonte: Departamento de Pessoal.

Para o preenchimento da [tabela 5](#), considerou-se como áreas finalísticas: Mesa Diretora, Suplência da Mesa, Ouvidoria Parlamentar, Corregedoria Parlamentar, Procuradoria Parlamentar, Secretaria da Mulher, lideranças, Conselho de Ética, comissões, Diretoria Legislativa, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Secretaria-Geral da Mesa e gabinetes parlamentares. As demais foram consideradas área-meio.

Tabela 6 – Quantitativo de servidores efetivos por faixa etária

Faixa etária	Quantitativo	Percentual
Até 30 anos	186	6%
De 31 a 40 anos	788	25%
De 41 a 50 anos	1.097	36%
De 51 a 60 anos	888	29%
Acima de 60 anos	122	4%
Total de servidores	3.081	100%

Fonte: Departamento de Pessoal.

Tabela 7 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CD

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	12.019	11.969	4.660	4.990
1.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo – Direção e Assessoramento Superior (CNE e SP)	12.019	11.969	4.660	4.990
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1*	1*	4	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas (CNE e SP)**	412	412	15	17
1.2.4. Sem vínculo (CNE e SP)	11.605	11.555	4.641	4.966
1.2.5. Aposentados	1	1	-	2
2. Funções gratificadas	1.719	1.643	742	737
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.719	1.643	742	737
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	13.738	13.612	5.402	5.727

Fonte: Departamento de Pessoal.

* Inclusive servidores ocupantes de CNE.

** Engloba os servidores requisitados de outros órgãos ocupantes de CNE e de cargo de SP na Câmara dos Deputados.

4.1.1.3 Concursos públicos e nomeações

A [tabela 8](#) apresentada a seguir mostra os dados relativos a concursos públicos vigentes e às nomeações ocorridas em 2016.

Tabela 8 – Concursos públicos vigentes e nomeações em 2016

Concursos públicos								Nomeações em 2016										
Cargo	Atribuição	Data edital do concurso (DOU)	Número de vagas previstas no edital	Data homologação do concurso (DOU)	Validade do concurso	Total de nomeações realizadas	Total de posses realizadas	Em vagas surgidas até 2015			Em vagas surgidas em 2016			Em vagas criadas pelo AM 142/2016 (Saldo 2015)			Total nomeações em 2016	Total posses com nomeações em 2016
								Total	Posses	Desistências	Total	Posses	Desistências	Total	Posses	Desistências		
Analista legislativo	Arquiteto	14/3/2012	5	24/9/2012	23/9/2016	10	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Consultoria	29/1/2014	53	3/7/2014 ⁽¹⁾	2/7/2018 ⁽¹⁾	87	78	14	12	2	1	1	0	0	0	0	15	13
	Engenheiro	14/3/2012	19	24/9/2012	23/9/2016	47	44	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	Engenheiro de Segurança do Trabalho	14/3/2012	2	24/9/2012	23/9/2016	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Museólogo	31/7/2012	2	5/2/2013	4/2/2017	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Médico	31/7/2012	6	5/2/2013	4/2/2017	11	11	4	4	0	0	0	0	0	0	0	4	4
	Taquígrafo Legislativo	31/7/2012	14	5/2/2013	4/2/2017	35	33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Técnico em Material e Patrimônio	14/3/2012	8	24/9/2012	23/9/2016	16	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Técnica Legislativa	31/7/2012	111	24/12/2012	23/12/2016	408	391	20	19	1	71	65	6	32	28	4	123	112
Total – Analista legislativo						619	586	39	36	3	72	66	6	32	28	4	143	130
Técnico legislativo	Agente de Polícia Legislativa	29/1/2014	60	3/7/2014	2/7/2018	88	83	1	1	0	6	4	2	0	0	0	7	5
	Agente de Serviços Legislativos – Serviços Paramédicos	31/7/2012	5	14/2/2014	13/2/2018	6	6	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total – Técnico legislativo						94	89	2	2	0	6	4	2	0	0	0	8	6
Total geral						713	675	41	38	3	78	70	8	32	28	4	151	136

Fonte: Departamento de Pessoal.

⁽¹⁾ Para as Áreas II e XIV: homologação – 22/8/2014; validade – 21/8/2018.

4.1.1.4 Aposentadoria

As tabelas 9 e 10 detalham os dados sobre aposentadorias no ano de 2016, e a tabela 11 apresenta a idade média dos aposentados nos últimos 6 anos.

Tabela 9 – Quantitativo de aposentadorias em 2016

Mês	Aposentados			Total de inativos
	Falecidos	Reversões	Aposentadorias	
Dez./15 (acumulado)	-	-	-	2.953
Jan./16	6	-	5	2.952
Fev./16	6	-	8	2.954
Mar./16	3	-	19	2.970
Abr./16	1	-	6	2.975
Mai./16	4	1	14	2.984
Jun./16	2	-	8	2.990
Jul./16	5	-	6	2.991
Ago./16	6	-	16	3.001
Set./16	2	-	3	3.002
Out./16	5	-	18	3.015
Nov./16	4	-	67	3.078
Dez./16	3	-	88	3.163
Total	47	1	258	-

Fonte: Departamento de Pessoal.

Tabela 10 – Detalhamento das aposentadorias em 2016

Regime de proventos/ Regime de aposentadoria	Quantidade				
	Acumulado até 31/12/2015	Aposentadorias concedidas em 2016	Reversões em 2016	Óbitos em 2016	Servidores aposentados até 31/12/2016
1. Integral	2.337	257	1	43	2.550
1.1. Voluntária	2.090	240	1	35	2.294
1.2. Compulsória	4	-	-	-	4
1.3. Invalidez permanente	145	2	-	8	139
1.4. Outras (*)	98	15	-	-	113
2. Proporcional	616	1	-	4	613
2.1. Voluntária	578	-	-	4	574
2.2. Compulsória (**)	7	-	-	-	7
2.3. Invalidez permanente	31	1	-	-	32
2.4. Outras	0	-	-	-	0
3. Totais (1+2)	2.953	258	1	47	3.163

Fonte: Departamento de Pessoal.

(*) Aposentadoria de servidores policiais (LC n. 51, de 1985).

(**) Excluídos seis aposentados que recebem aposentadoria de outros órgãos.

Tabela 11 – Idade média dos aposentados por ano de aposentadoria

Ano	Homem		Mulher		Total	
	Aposentadorias	Média de idade	Aposentadorias	Média de idade	Aposentadorias	Média de idade
2011	191	59,3	151	57,0	342	58,3
2012	66	58,2	62	58,1	128	58,2
2013	80	58,6	75	57,5	155	58,1
2014	83	57,7	66	57,4	149	57,6
2015	128	57,7	133	57,4	261	57,6
2016	126	61,5	132	57,5	258	59,3

Fonte: Departamento de Pessoal.

Já a [tabela 12](#) contém a previsão de aposentadorias até 2020, consideradas apenas as compulsórias e as voluntárias integrais, com e sem paridade.

Tabela 12 – Previsão de aposentadorias para o período 2017-2020

Cargo efetivo	Atribuição	Previsão de aposentadorias				
		2017	2018	2019	2020	Total
Analista legislativo	Administrador	0	0	0	0	0
	Arquiteto	0	0	0	0	0
	Assistente Social	0	0	1	0	1
	Assistente Técnico	1	1	0	0	2
	Consultoria Legislativa	24	10	9	10	53
	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira	2	1	1	2	6
	Contador	10	1	2	6	19
	Enfermeiro	1	0	0	0	1
	Engenheiro	0	0	0	1	1
	Farmacêutico	1	0	0	1	2
	Fisioterapeuta	0	0	0	0	0
	Inspetor de Polícia Legislativa	0	0	0	0	0
	Médico	5	4	3	3	15
	Nutricionista	0	0	1	0	1
	Psicólogo	0	0	1	0	1
	Recursos Humanos	0	0	0	1	1
	Taquígrafo Legislativo	20	4	5	8	37
	Técnico em Comunicação Social	1	0	0	0	1
	Técnico em Comunicação Social – Televisão	1	0	1	0	2
	Técnico em Comunicação Social – Relações Públicas	2	2	2	1	7
	Técnico em Comunicação Social – Divisão Institucional	1	1	0	0	2
	Técnico em Comunicação Social – Rádio	1	0	1	1	3
	Técnico em Comunicação Social – Imprensa Escrita	1	3	1	1	6
	Técnico em Comunicação Social – Audiovisual	0	0	0	0	0
Técnico em Documentação e Informação Legislativa	17	4	6	4	31	
Técnico em Material e Patrimônio	19	2	2	5	28	
Analista de Informática Legislativa	1	2	3	8	14	
Técnica Legislativa	65	22	14	14	115	
<i>Total nível superior</i>		173	57	53	66	349
Técnico legislativo	Adjunto Parlamentar	39	3	2	6	50
	Agente de Conservação e Restauração	4	1	2	1	8
	Agente de Encadernação e Douração	3	1	1	3	8
	Agente de Polícia Legislativa	30	1	1	1	33
	Agente de Serviços Legislativos – Paramédicos	15	3	3	3	24
	Agente de Serviços Legislativos – Demais Áreas	79	7	6	7	99
	Agente de Transporte Legislativo	10	1	3	2	16
	Assistente Administrativo	42	18	27	23	110
	Operador de Audiovisual	4	0	3	2	9
	Operador de Máquinas	8	4	3	4	19
<i>Total nível médio</i>		234	39	51	52	376
Total geral		407	96	104	118	725

Fonte: Departamento de Pessoal.

Na página de transparência da Câmara ([Recursos Humanos](#))¹¹, podem ser obtidas outras informações sobre aposentadoria.

¹¹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/quadro-remuneratorio>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

Como se observa, em 2016, houve expressivo número de aposentadorias (258), quantitativo que representa 8,4% dos cargos efetivos ocupados. No mesmo período, 136 novos servidores aprovados em concursos públicos foram empossados e entraram em exercício, ou seja, a reposição de pessoal não fez frente ao contingente dos que passaram à inatividade. Logo, o déficit funcional em 2016 foi de 122 servidores. Verifica-se, portanto, a necessidade de redistribuição da força de trabalho, de forma a garantir a manutenção da eficiência e a qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido, a área de RH tem atuado com monitoramento constante e apoiado a adoção de medidas gerenciais, já em prática na Casa, especialmente no que tange à reorganização de processos de trabalho. Tal situação também impõe à Administração a necessidade de formulação de políticas que permitam a realização de processos seletivos com a antecedência necessária e a implantação de mecanismos gerenciais que garantam mais agilidade à recomposição do quadro funcional.

4.1.1.5 Capacitação e desenvolvimento de pessoas

A fim de promover a capacitação continuada dos servidores, com vistas ao desenvolvimento de competências e à aquisição de conhecimentos necessários ao melhor desempenho de suas atribuições, a Câmara dos Deputados, em 2016, realizou 310 eventos entre cursos de curta e longa duração, treinamentos, palestras, seminários e programas de ambientação.

Os cursos ofertados pertencem a diversas áreas, em especial as de processo legislativo, Poder Legislativo, orçamento público, emendas orçamentárias, técnica legislativa, sistemas de informação, educação para a democracia e desenvolvimento de gestores.

O quantitativo total de inscritos em cursos de treinamento e aperfeiçoamento foi de 17.998 participantes, sendo 6.334 participantes de cursos presenciais¹² e 11.664 de cursos a distância, 9.681 dos quais participaram de cursos sem tutoria. Afastaram-se para capacitação externa 1.453 servidores, sendo 610 para licença-capacitação.

Nesse segundo ano da legislatura, houve ainda a participação de 33 parlamentares em cursos nas áreas do processo legislativo, orçamento, língua estrangeira e discurso parlamentar.

Além disso, destaca-se o Programa de Pós-Graduação, que representa uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional de alto nível, disponível a todos os servidores da Casa e a demais interessados no Poder Legislativo. Em 2015, o Programa de Pós-Graduação foi submetido à avaliação por meio de diligência do Ministério da Educação (MEC) e recebeu nota quatro no processo para credenciamento institucional, em uma escala de um a cinco, para tornar-se apto a emitir certificados de cursos de especialização *lato sensu*. Soma-se a essa avaliação a bem-sucedida condução de um programa próprio de Mestrado, credenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do MEC, programa que manteve 63 alunos regulares e 193 alunos especiais em 2016. Também foram atendidos 89 estudantes nos cursos de especialização. Além disso, quinze servidores participavam do curso de doutorado interinstitucional em Ciência Política, parceria com o IESP/UERJ.

¹² Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/participantes-cursos>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

Outras informações sobre o Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados encontra-se no [portal](#)¹³ da Câmara.

Por fim, apresenta-se a tabela a seguir, que tem por objetivo demonstrar a qualificação dos servidores efetivos por escolaridade nos últimos três anos.

Tabela 13 – Quantitativo de servidores por nível de escolaridade (2014 a 2016)

Nível de escolaridade	2014		2015		2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Analfabeto	0	0	0	0	0	0
Alfabetizado sem cursos regulares	0	0	0	0	0	0
Ensino fundamental incompleto	25	0,7	16	0,5	12	0,4
Ensino fundamental	55	1,6	44	1,4	32	1,0
Ensino médio ou técnico	322	9,5	250	7,8	196	6,4
Superior	689	20,3	610	19,1	566	18,4
Aperfeiçoamento/especialização/pós-graduação	1.866	54,9	1.850	57,9	1.817	59,0
Mestrado	292	8,6	293	9,2	324	10,5
Doutorado/pós-doutorado/PhD/livre-docência	88	2,6	95	3	103	3,3
Não classificada	59	1,7	38	1,2	31	1,0
Total	3.396	100	3.196	100	3.081	100

Fonte: Departamento de Pessoal.

4.1.2 Indicadores de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho

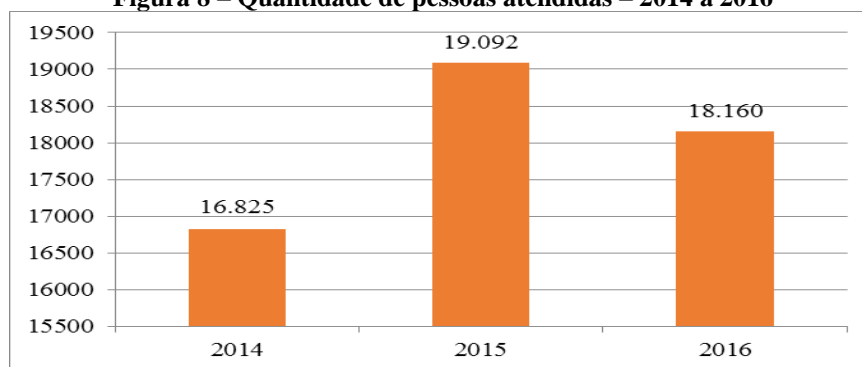
A Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, instituída pelo [Ato da Mesa n. 151, de 2014](#), estabelece, como uma de suas diretrizes, a realização de ações de vigilância epidemiológica e a avaliação dos riscos presentes no ambiente de trabalho, com vistas a identificar os fatores que geram adoecimento e empreender ações de controle e de redução dos riscos.

Mediante a atuação do Departamento Médico, em ações conjugadas com outros órgãos da Casa, a Câmara realiza campanhas educativas e de detecção precoce de doenças, exames periódicos de saúde, programas de educação e acompanhamento específicos, entre outras ações.

4.1.2.1 Atendimento médico

Em 2016, o Departamento Médico da Câmara dos Deputados atendeu 18.160 pessoas. Os atendimentos podem se dar na forma de consultas, exames, pequenas cirurgias, mensuração de sinais vitais, curativos, procedimentos externos, entre outros, totalizando, no ano de 2016, 107.187 atendimentos. Por procedimentos externos, entendem-se aqueles originados no Laboratório e no Serviço de Radioimagem. A [figura](#) a seguir ilustra, de forma comparativa, a quantidade de pessoas atendidas no período de 2014 a 2016. Já a [figura 9](#) mostra o total de procedimentos efetuados no mesmo período.

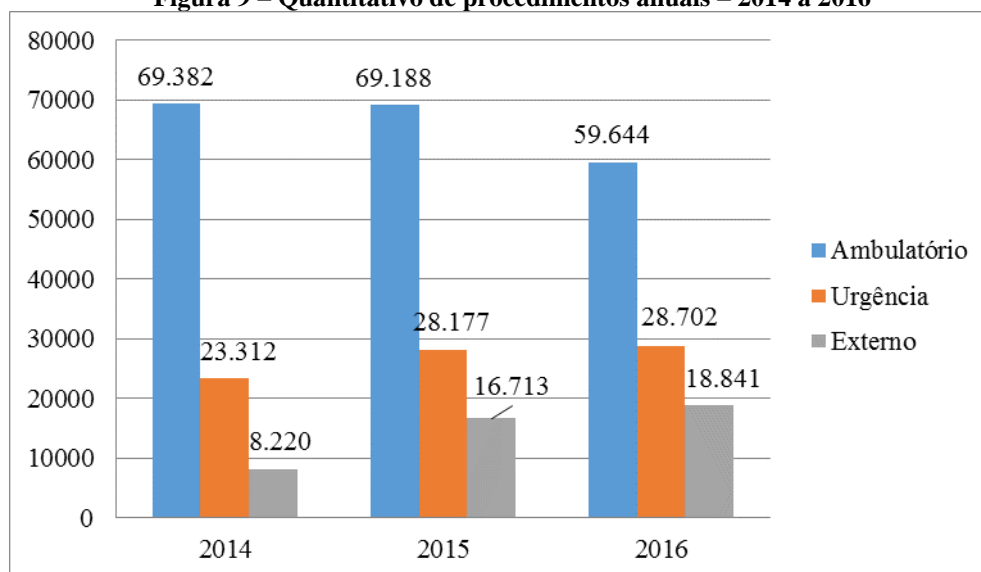
Figura 8 – Quantidade de pessoas atendidas – 2014 a 2016



Fonte: Departamento Médico.

¹³ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/posgraduacao>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

Figura 9 – Quantitativo de procedimentos anuais – 2014 a 2016



Fonte: Departamento Médico.

4.1.2.2 Programas voltados à saúde preventiva e laboral

Com o foco nos objetivos estratégicos da área de RH, foram realizados programas e campanhas voltados à saúde preventiva e laboral, cujos quantitativos de atendimentos/procedimentos realizados são detalhados na tabela a seguir.

Tabela 14 – Programas e campanhas voltados à saúde preventiva e laboral

Programa	Público-alvo	Objetivo geral	Quantitativos
Programa de Saúde da Mulher	Mulheres acima de 25 anos	Deteção precoce do câncer do colo uterino e do câncer de mamas e promoção do autocuidado.	224 pacientes 368 atendimentos
Programa de Avaliação e Tratamento da Hipertensão Arterial (Pratha)	Parlamentares, servidores efetivos, dependentes, SPs e CNEs com diagnóstico de hipertensão	Aumentar a âmbito ao tratamento da hipertensão, incentivar o controle da pressão arterial e de outros fatores de risco presentes e proporcionar qualidade de vida.	3 participantes no primeiro semestre 14 participantes no segundo semestre 26 procedimentos realizados
Programa de Acompanhamento e Apoio à Gestante	Gestantes e familiares	Assistir, em âmbito preventivo, aos futuros pais, servidores da Câmara dos Deputados, por meio de ações educativas, visando à promoção da saúde da gestante e do bebê, à capacitação dos pais para lidarem com o processo gestacional e o cuidado de seus filhos de maneira saudável, efetiva e confiante.	35 participantes na edição de n. 36 37 participantes na edição de n. 25
Programa de Assistência aos Pacientes com Diabetes	Servidores ativos, aposentados e dependentes diagnosticados com Diabetes Mellitus	Promover a deteção precoce do <i>diabetes mellitus</i> , por meio da assistência integral, possibilitando um bom controle metabólico e diminuindo, assim, a incidência de complicações crônicas.	50 participantes no primeiro semestre 45 participantes no segundo semestre
Programa de Imunização	Servidores efetivos, parlamentares, SPs, CNEs, dependentes legais e terceirizados	Prevenção de doenças imunopreveníveis como a influenza, inclusive contra a cepa H1N1, difteria, tétano e febre amarela e hepatite B.	Influenza: 5336 vacinados Hepatite B: 182 vacinados Difteria e tétano: 28 vacinados
Programa de Controle de Peso	Servidores efetivos e parlamentares, com sobrepeso e obesidade	Diminuição do peso corporal em casos de sobrepeso ou obesidade, contribuindo para melhoria da qualidade de vida; educação nutricional por meio de informações educativas acerca de alimentação saudável e de todos os	80 participantes inscritos atendidos 140 participantes em atividades abertas a toda a Casa

Programa	Público-alvo	Objetivo geral	Quantitativos
		aspectos que podem envolver essa questão; adoção de rotina alimentar mais saudável e menos calórica.	
Programa de <i>Check-up</i> Clínico Cardiológico	Servidores efetivos	Avaliar o estado de saúde do servidor para identificar e prevenir possíveis agravos relacionados ou não com a atividade laborativa e/ou com o ambiente de trabalho.	901 servidores atendidos
Campanha de Prevenção da Perda Auditiva	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs	Prevenção da perda auditiva por meio da detecção precoce e da orientação sobre os fatores prejudiciais à audição.	111 atendimentos em fonoaudiologia e audiometria 24 atendimentos otorrinolaringologia
Campanha de Detecção Precoce de Câncer de Pele	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs	Promover a detecção precoce do câncer de pele e a educação em saúde.	79 atendimentos
Campanha de Prevenção ao Câncer de Laringe e Dia Mundial da Voz	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs	Rastreamento e detecção precoce do câncer de laringe e educação em saúde.	59 atendimentos
Campanha de Prevenção e Rastreamento da Hepatite C	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs	Prevenção e rastreamento da hepatite C e educação em saúde.	881 testes rápidos
Campanha de Doação de Sangue em parceria com o Hemocentro	Servidores ativos e inativos, parlamentares, SPs e CNEs	Incentivar a doação de sangue.	20 participantes
Campanha de Prevenção ao Câncer de Tireóide	Servidores efetivos, parlamentares, SPs, CNEs e terceirizados	Orientações e rastreamento para a prevenção do câncer de tireoide.	369 atendimentos 87 exames laboratoriais 96 ecografias 70 consultas
Detecção Precoce de Câncer de Mama (Outubro Rosa)	Mulheres servidoras efetivas, parlamentares, SPs e CNEs, com idade superior a 40 anos	Promover a detecção precoce do câncer de mama e colo uterino; orientar sobre a importância do autoexame das mamas; informar sobre a necessidade de realização de mamografia; avaliar o resultado dos exames solicitados e encaminhar para tratamento especializado quando for solicitado.	84 atendimentos
Campanha Filhos Seguros	Pais, responsáveis e cuidadores das crianças atendidas no Demed Adolescentes participantes do Programa Pró-Adolescente e respectivos pais ou responsáveis.	Disponibilizar material de orientação, impresso e <i>on-line</i> , a todos os envolvidos nos cuidados com as crianças, visando à prevenção de acidentes na infância. Disseminar informações de prevenção de acidentes a pais, responsáveis e adolescentes participantes do Programa Pró-Adolescente.	Distribuídos cerca de 600 <i>folders</i> com orientações sobre 11 temas de segurança
Programa de Saúde no Trabalho (Prosat)	Servidores efetivos	Cuidar da saúde física e mental, por meio de ações de prevenção e promoção de saúde nos ambientes de trabalho.	1.503 consultas realizadas por equipe multidisciplinar 371 servidores atendidos pelo Grupo de Adequação Laboral 246 servidores atendidos pela Fisioterapia do Trabalho 365 sessões de Ginástica Laboral

Fonte: Departamento Médico.

4.1.2.3 Acidentes de trabalho

Em 2016, a Câmara dos Deputados realizou 56 atendimentos decorrentes de acidente de trabalho, conforme mostra a [tabela](#) seguir. Em comparação a 2015, houve redução de cerca de 40% no número de acidentes, o que, acredita-se, resulta das ações preventivas implementadas pelo Programa de Saúde no Trabalho, do Demed, e pela Seção de Engenharia de Segurança do Trabalho, do Detec.

Tabela 15 – Acidentes de trabalho

Tipo de acidente	Sexo	Categoria funcional					Total
		Servidor efetivo	SP	CNE	Terceirizados	Pró-adolescente	
Típico*	Masculino	4	0	0	22	0	26
	Feminino	12	2	1	6	0	21
Trajeto**	Masculino	0	0	0	3	0	3
	Feminino	4	1	0	1	0	6
Total		20	3	1	32	0	56

Fonte: Departamento Médico.

* Acidente ocorrido na execução do trabalho.

** Acidente ocorrido no deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa.

A maior prevalência de acidentes típicos dentre os servidores terceirizados reflete a natureza do trabalho desenvolvido, o que implica maiores riscos aos trabalhadores (atividades de marcenaria, eletricitista, pedreiro, limpeza, dentre outras). Importante destacar a redução do número de acidentes nesse grupo de trabalhadores, de cerca de 50% (65 acidentes em 2015). Já os servidores efetivos, os secretários parlamentares e os ocupantes de cargo de natureza especial exercem atividades predominantemente administrativas, sendo que os principais riscos identificados são os de natureza ergonômica. Nessas categorias, o quantitativo de acidentes registrado é menor, predominando entre as mulheres.

Além do trabalho preventivo realizado pelas áreas competentes já mencionadas, a Câmara disponibilizou formulário eletrônico na CamaraNet para a notificação de acidentes e de riscos, o que tem contribuído com os esforços de promoção da Segurança do Trabalho.

4.1.2.4 Doenças ocupacionais

Os atendimentos prestados a servidores com agravos à saúde e expostos a riscos ocupacionais pela Seção de Saúde no Trabalho em 2016 estão consolidados na tabela seguir.

Tabela 16 – Atendimentos realizados

Tipo	2015	2016
Periódico	513	914
Admissional	49	153
Insalubridade	173	145
Periculosidade	73	15
Exame periódico ocupacional	300	263
Acidente de trabalho	96	56
Inspeções ergonômicas de posto de trabalho (individual)	78	101
Inspeções ergonômicas de posto de trabalho (coletivas)	100	3
Posturologia (atendimento ambulatorial)	69	10
Escola de postura	-	132
Ginástica laboral (número de sessões)	244	325
Outras	13	13
Total	1.708	2.130

Fonte: Departamento Médico.

4.1.2.5 Indicadores de absenteísmo

Foram apresentados e homologados 12.040 atestados, totalizando 57.109 dias de afastamento em 2016.

Tabela 17 – Indicadores de absenteísmo 2016

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Total de dias	3.608	5.527	5.466	5.005	5.589	4.941	3.850	6.198	5.086	3.961	4.624	3.254	57.109
Quantidade de atestados	710	1.071	1.160	1.123	1.148	1.145	788	1.205	1.059	892	968	771	12.040
Média de dias	5,08	5,16	4,71	4,45	4,86	4,31	4,88	5,14	4,80	4,44	4,77	4,22	4,74

Fonte: Departamento Médico.

Em relação à licença para tratamento da própria saúde (LTS), constatou-se o aumento do quantitativo de atestados médicos (17%) e de dias de afastamento (6%), o que se deve, em parte, à implantação do ponto eletrônico, visto que confere maior rigor ao controle de frequência e inibe a informalidade.

Considera-se que a execução gradativa das diretrizes e as ações previstas na Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, estabelecida no [Ato da Mesa n. 151, de 2014](#), poderá contribuir para minimizar os afastamentos para tratamento da própria saúde, proporcionando mais satisfação e produtividade aos servidores no ambiente de trabalho. Apenas como exemplo, pode ser citado o Programa Controle de Peso, que tem como foco não apenas o acompanhamento individual dos participantes, mas também a disponibilização, para todos os servidores da Casa, de uma série de atividades educativas em saúde, ministradas pelos profissionais do Departamento Médico, com foco tanto na alimentação saudável quanto nas questões psicológicas que envolvem hábitos de vida. Resultados preliminares apontam para a melhoria em padrões de sono, realização de atividade física, mudanças nos hábitos alimentares de toda a família, conscientização quanto a escolhas alimentares, autoconhecimento, estabelecimento de metas e objetivos, motivação e compreensão do processo de responsabilidade pela saúde.

Também merece menção o Grupo de Exame Periódico Ocupacional (Gepo), criado em 2016, em substituição ao Grupo de Adequação Laboral. A equipe, formada por dois médicos e uma enfermeira do trabalho, desenvolve estratégias no sentido de prevenir e promover o bem-estar no trabalho. Os servidores atendidos recebem o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), previsto na NR7, que contém orientações sobre as condições de saúde do servidor, orientações para intervenção na intrajornada bem como encaminhamentos à Junta de Saúde Ocupacional, quando necessário.

4.1.3 Demonstrativo das despesas de pessoal

A composição das despesas de pessoal, conforme as orientações do Tribunal de Contas União, Portaria-TCU n. 59, de 2017, e sistema e-Contas, está demonstrada por meio do [quadro 26](#), que discrimina as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de 2016.

Quadro 26 – Despesas de pessoal *

Valores em reais

Tipologia / exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2016	218.335.360	0	18.014.174	0	9.194.606	439.790	0	154.000	0	246.137.930
2015	243.947.494	0	17.805.764	0	11.828.632	1.372.493	0	20.507	0	274.974.890
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada **										
2016	918.095.246	102.344.512	89.166.733	82.611.578	42.971.449	20.437.250	273.325	20.359.508	0	1.276.259.602
2015	951.824.734	99.502.928	89.212.975	115.324.573	38.521.935	23.685.185	206.467	3.314.503	0	1.321.593.299
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2016	695.622.963	0	60.066.242	32.702.305	176.456.162	5.591.821	12.736	5.553.709	0	976.005.937
2015	643.338.962	0	54.115.676	38.836.422	170.388.704	4.762.788	15.180	665.563	0	912.123.296
Servidores cedidos com ônus ***										
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário										
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Coordenação de Pagamento de Pessoal/Sigesp.

Observação:

* Trata-se de despesas com a força de trabalho.

** A redução de despesa verificada entre 2016 e 2015 deve-se, principalmente, à diminuição dos gastos com pagamento de serviços extraordinários (sessões noturnas) e às aposentadorias ocorridas, o que diminuiu o quantitativo da força de trabalho em relação ao ano de 2015.

*** A contabilização das despesas com servidores cedidos pela Câmara, cedidos à Câmara dos Deputados e sem vínculo (comissionados) não possibilita o desdobramento dessas informações. Portanto, indica-se como "servidores sem vínculo" (investidos em cargo em comissão) os cedidos à Câmara e "servidores de carreira vinculados ao órgão" (servidores concursados nível médio e nível superior) aqueles cedidos pela Câmara.

4.1.4 Controles para mitigar riscos relativos a pessoal

Em relação à terceirização de cargos, informa-se que a Câmara dos Deputados não possui empregados terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicas de categorias funcionais do plano de cargos.

Quanto à acumulação indevida de cargos, de funções e de empregos públicos, são elencados a seguir os procedimentos e as providências adotadas pela Casa:

- Na posse: ao apresentar os documentos exigidos para a posse no cargo efetivo, o nomeado declara o exercício ou não de outro cargo público. Compromete-se, também, no prazo de dez dias, a apresentar comprovante de desligamento do órgão anterior, conforme o caso. Se declarar que vai continuar a exercer cargo em concomitância ao da Câmara dos Deputados, o nomeado informa o horário de trabalho e a carga horária a que está sujeito no outro órgão, devidamente verificados em declaração emitida pelo setor de pessoal correspondente. Com a posse, é iniciado o processo de verificação da licitude da acumulação.

- Na emissão de declarações de carga horária para outros órgãos públicos: ao emitir declarações de carga horária, solicita-se ao servidor informar o seu vínculo com outro órgão público. Caso o servidor confirme a ligação, inicia-se o processo.

- Verificação anual de compatibilidade: anualmente, os servidores cuja acumulação de cargos já foi declarada lícita apresentam declarações de horário de trabalho/carga horária, emitidas pelos outros órgãos públicos, a fim de que seja verificada a compatibilidade. Destaca-se, ainda, que os controles existentes atendem satisfatoriamente ao propósito de identificar casos de acumulação vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, que já existam no momento da posse do servidor.

Ao identificar a situação de acumulação de cargos, imediatamente é iniciado processo para verificação de sua licitude. Assim, não há registro de situação de acumulação irregular de cargos, nem processo administrativo disciplinar aberto para regularização de situação de acumulação irregular de cargo, função ou emprego público, relativo aos servidores efetivos.

Vale destacar ainda que a Câmara dos Deputados tem avançado significativamente na adoção de boas práticas de gestão de pessoal, o que contribui sobremaneira para o aperfeiçoamento da instituição. Exemplo recente é a aprovação do [Ato da Mesa n. 131, de 2016](#), que regulamenta a alocação de servidores efetivos na Casa. O modelo de alocação delineado incorpora mecanismos já adotados em organizações públicas, a exemplo do tempo mínimo de permanência na primeira lotação, adoção de procedimento-padrão à movimentação de pessoal e à fixação de quantitativos mínimos e máximos de pessoal em cada órgão. Acredita-se que esse é um importante passo no sentido de aperfeiçoar o gerenciamento da força de trabalho na Câmara.

4.1.5 Ações voltadas à valorização do servidor

A instituição desenvolve projetos e ações de aprimoramento e valorização do servidor que são implementados por meio do Programa de Valorização do Servidor (Pró-Ser). Criado pelo [Ato da Mesa n. 27, de 2003](#), o programa conta com equipe técnica especializada, formada por profissionais das áreas de psicologia e gestão de pessoas, atuando nas seguintes áreas: educação financeira, prevenção e controle do tabagismo, prevenção e orientação em dependência química, adaptação funcional, consultoria interna em gestão de pessoas e preparação para aposentadoria.

4.1.5.1 Programa de educação financeira

O programa realiza atendimentos individuais (servidores efetivos, CNEs e secretários parlamentares) nas áreas de planejamento financeiro, organização do orçamento, endividamento, investimento e psicologia econômica. Essa é uma ação que faz parte do portfólio de ações de

Recursos Humanos para o biênio 2016-2017. A meta de atendimento de 80% da demanda individual foi ultrapassada, pois todos os servidores (100%) que demandaram atendimento foram contemplados.

O programa também realiza ações voltadas à educação financeira, que faz parte do portfólio de ações de Recursos Humanos para o biênio 2016/2017. A meta de 100 vagas foi amplamente superada tendo em vista que foram ofertadas 424 vagas com a participação de 382 pessoas, conforme tabela a seguir:

Tabela 18 – Ações de educação financeira

Evento	Participantes
Oficina de Excel aplicado ao orçamento pessoal	16 participantes
Palestra: “Conhecendo investimentos de renda fixa”	Turma 1 – 29 participantes Turma 2 – 25 participantes
Palestra: “Crenças femininas sobre o dinheiro”	21 participantes
Palestra: “O impacto do dinheiro nos relacionamentos”	87 participantes
Palestra: “Planejando seu futuro e outros caminhos”	121 participantes
Palestra: “Tesouro Direto ao seu alcance”	83 participantes
Total	382 participantes

Fonte: Departamento de Pessoal.

Destaca-se, ainda, a obtenção da Titulação no [Selo Estratégia Nacional de Educação Financeira](#) (Enef) 2016-2019, pois o Conselho Nacional de Educação Financeira aprovou o programa de educação financeira da Câmara dos Deputados e reconheceu que essa iniciativa fortalece os objetivos da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

4.1.5.2 Programa de prevenção e controle do tabagismo

O programa realiza campanhas educativas periódicas, tendo como objetivo manter as dependências da Casa livres do tabaco. Em 2016, foi realizada o curso “Quero parar de fumar” para servidores, CNEs e secretários parlamentares, com quinze participantes, e para os terceirizados das áreas de copa e de limpeza, com doze participantes. Além disso, realizaram-se ações de divulgação nas datas comemorativas: Dia Mundial Sem Tabaco e Dia Nacional de Combate ao Fumo.

4.1.5.3 Programa de prevenção e orientação nas questões relacionadas à dependência química

O programa realiza a divulgação de eventos, publicações e matérias sobre dependência química na Comunidade CamaraNet. Em 2016, algumas ações foram realizadas, tais como: campanha preventiva no Dia Mundial de Combate às drogas; orientação personalizada ao servidor, aos familiares e aos chefes; e desenvolvimento e manutenção da parceria com o Serviço de Perícia Médica.

4.1.5.4 Programa de adaptação funcional

O programa revisa rotinas de reabilitação e readaptação funcional e acompanha servidores em processo de readaptação funcional. Em 2016, iniciou-se o processo de aprimoramento e normatização do processo de adaptação funcional junto ao Demed. Essa é uma ação que faz parte do portfólio de ações de Recursos Humanos para o biênio 2016-2017, com a meta de formular minuta de portaria normatizando o processo de adaptação funcional com o respectivo fluxograma até dezembro de 2017. Participação na lotação dos novos servidores com a elaboração do perfil das áreas e posterior adequação dos servidores às vagas. Recebimento de demandas das áreas por servidores e de servidores em busca de novas colocações. Orientação aos servidores quanto à lotação adequada.

4.1.5.5 Programa de preparação para aposentadoria (Proa)

O programa promove divulgação de eventos, de publicações e de matérias sobre Aposentadoria na Comunidade CamaraNet; e distribuição de *folder* informativo sobre o Proa em eventos específicos (cursos, oficinas). Essa é uma ação que faz parte do portfólio de ações de Recursos Humanos para o biênio 2016-2017, com a meta de 100% de participação. Em 2016, houve duas turmas da Oficina de Preparação para Aposentadoria com 25 participantes em cada oficina, atingindo a meta estabelecida.

4.1.6 Outras informações sobre gestão de pessoas

Por fim, destaca-se que na internet é possível obter mais informações sobre [governança e gestão de pessoas](#)¹⁴ e [quadro de pessoal e estrutura remuneratória](#)¹⁵.

4.1.7 Contratação de estagiários e de pessoal de apoio

4.1.7.1 Contratação de estagiários

Em conformidade com o [Ato da Mesa n. 81, de 2013](#), a Câmara dos Deputados oferece estágio universitário por meio de convênios com instituições de ensino do Distrito Federal. As atividades práticas do estágio contribuem para a formação profissional dos estudantes, uma vez que são compartilhados os conhecimentos adquiridos tanto na instituição de ensino quanto na Câmara.

A duração do estágio é de quatro horas diárias, sendo vinte horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira, e duração máxima de um ano. Essa configuração permite um período considerado adequado para a aprendizagem prática no contexto de trabalho da Câmara, garantindo um prazo para locomoção, refeição e descanso diários e simultaneamente um rodízio periódico de alunos, proporcionando ampla participação de discentes.

Diante das restrições orçamentárias impostas em 2016 e tendo em vista as alterações normativas previstas nos atos da Mesa [n. 90, de 2016](#), e [n. 99, de 2016](#), bem como [Portaria DG n. 137, de 2016](#), as contratações foram suspensas no mês de maio, com vistas à realização de ajustes nos convênios, sendo retomadas no mês de novembro.

O quadro a seguir ilustra a distribuição das vagas conveniadas de estágio vigentes em cada trimestre de 2016, por área de lotação. Atualmente, há um total de 244 vagas conveniadas. O estudante recebe bolsa-estágio no valor correspondente a R\$ 1.120,00, acrescida do auxílio-transporte de R\$ 8,00 por dia estagiado.

Quadro 27 – Informações sobre as contratações de estagiários

Ano	Quantitativo de vagas conveniadas de estágio por área												Despesas anuais (valores em reais)	
	1º trimestre			2º trimestre			3º trimestre			4º trimestre			Bolsa-estágio	Auxílio-transporte
	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total		
2012	114	88	202	122	104	226	120	98	218	122	98	220	2.470.384,91	227.430,00
2013	74	53	127	102	76	178	117	84	201	129	82	211	2.670.853,87	227.058,00
2014	126	96	222	142	105	247	153	114	267	149	106	255	3.246.891,99	259.034,80
2015	140	114	254	141	116	257	159	117	276	142	115	257	3.849.590,37	302.984,00
2016	145	113	258	119	93	212	84	68	152	60	61	121	3.002.817,86	257.448,01

Fonte: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento e Departamento de Pessoal.

¹⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/governanca-e-gestao-de-pessoas>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

¹⁵ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

Observa-se que as despesas em 2016 retornaram aos patamares de 2014, consequência da interrupção dos estágios e da revisão do valor da bolsa-estágio, impulsionada pelas novas diretrizes orçamentárias.

Informações adicionais sobre o Estágio Universitário podem ser obtidas no [portal](#)¹⁶ da Câmara dos Deputados.

4.1.7.2 Contratação de pessoal de apoio

A Câmara dos Deputados não terceiriza serviços relacionados à sua atividade-fim. Por outro lado, em relação a atividades-meio, informa-se que, em 31/12/2016, a Casa dispunha de 3.220 postos de serviços terceirizados de diversas categorias, distribuídos entre 35 contratações. Além disso, existe o Programa Pró-Adolescente, detalhado no [item 5.6](#), que conta com a colaboração 460 aprendizes.

Todas as principais informações relativas a cada um dos contratos, bem como suas cópias integrais digitalizadas, encontram-se disponibilizadas no [portal](#)¹⁷ da Câmara dos Deputados. Destaca-se, ainda, que desde a entrada em vigor da Lei n. 12.465, de 2011, esta Casa publica em seu [portal](#)¹⁸ uma relação de todos os seus empregados terceirizados com nome, CPF, categoria, lotação, empresa contratada e número do contrato correspondente.

4.1.8 Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não existem informações a serem prestadas, posto que os contratos foram integralmente executados e liquidados nos exercícios de 2013 e 2014.

4.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

4.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

A legislação que trata dos serviços de transporte da Câmara dos Deputados é o [Ato da Mesa n. 63, de 2005](#), que disciplina, regula e classifica o uso e a manutenção dos veículos automotores de transporte rodoviário, bem como define os condutores e as suas responsabilidades, além de outras disposições.

Em 2016, deu-se prosseguimento ao processo de substituição gradativa dos veículos remanescentes da frota oficial. A mudança do modelo de gestão, de frota própria para frota terceirizada, visa a inovar e aprimorar a logística e os serviços de transportes colocados à disposição dos parlamentares e dos servidores da Câmara dos Deputados, de acordo com [estudo técnico](#)¹⁹. Os fatos mais significativos ocorridos no âmbito da gestão de transportes são os seguintes:

¹⁶ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/estagios>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/contratos/>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

¹⁸ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes/relacao-de-terceirizados>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

¹⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/estudo-tecnico-frota-de-veiculos>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

1. Maior eficiência e segurança no consumo de combustíveis, com a contratação de empresa que disponibiliza a tecnologia de abastecimento com cartões com *chip*.
2. Leilão de 15 veículos da frota oficial, cujos detalhes constam no [item 4.2.2](#) deste Relatório.

4.2.1.1 Informações sobre a frota de veículos

A Câmara dos Deputados dispõe de uma frota de 8 veículos próprios, entre eles modelos de passeio, carga, transporte de passageiros e ambulâncias. Além disso, dispõe de uma frota de 85 veículos contratados de terceiros para atender a todas as demandas por transporte das áreas administrativa e legislativa.

A movimentação de veículos (origem e destino dos percursos, quilometragem percorrida, horários, usuários atendidos, nomes dos motoristas, locais de abastecimento, quantidade de litros e tipos de combustível, etc.) é monitorada com o auxílio dos sistemas de gerenciamento de controle de frotas. Utiliza-se, também, o sistema de abastecimento por cartão com *chip*, em que a liberação de combustível na bomba está condicionada ao cadastramento de senha para o veículo e para o motorista.

As informações sobre a frota de veículos, própria e terceirizada, bem como as despesas associadas a sua manutenção, estão condensadas nos [quadros 28 e 29](#), a seguir apresentados:

Quadro 28 – Frota de veículos

Classificação de veículos automotores	Uso	Quantidade de veículos		Média km rodados/veículo (*)		Idade média da frota	
		Frota própria	Frota terceirizada	Frota própria	Frota terceirizada	Frota própria	Frota terceirizada
Representação	Presidente da Câmara dos Deputados	–	3	–	14.183	–	3 anos
Natureza especial	Demais membros da Mesa Diretora, Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Procuradoria Parlamentar, Ouvidoria-Geral, Procuradoria Especial da Mulher, Conselho de Ética	–	14	–	11.434	–	menor que 1 ano
Serviços de natureza administrativa	Apoio às unidades administrativas da Casa	8	60	897	16.702	14 anos	2 anos
MOB	MOB Parque e Minas	–	8 (**)	–	–		2 anos
Total		8	85	897	15.646		–

Fonte: Coordenação de Transportes.

(*) Média anual.

(**) O programa Mobilidade Sustentável (MOB) Parque e Minas iniciou o ano com 10 vans, porém houve supressão de 2 vans em dez/2016, finalizando o ano com 8 veículos. As despesas com combustível, manutenção, motoristas e outros custos estão incluídas nas despesas do contrato.

Quadro 29 – Despesas associadas à manutenção da frota de veículos

Valores em reais

Tipo da frota	Descrição da despesa*	Despesa empenhada	Despesa liquidada
Própria	Contrato de manutenção preventiva e corretiva n. 2014/165, para 23 (vinte e três) veículos próprios da frota da Câmara dos Deputados, com a empresa Laicon Comércio e Serviços Ltda. EPP, CNPJ 00.850.172/0001-54; vigência anterior: 7/8/2015 a 6/8/2016; vigência atual: 7/8/2016 a 6/8/2017; processo n. 2013/127.649.	142.387,08	133.387,08
	Borderô seguro obrigatório – DPVAT dos veículos da frota da Câmara dos Deputados referente exercício 2016 a pedido Coordenação de Transportes/CD. Processo n. 101.099/2016.	3.461,17	3.461,17
	Licenciamento anual de veículos da frota da Câmara dos Deputados, referente ao exercício de 2016, a pedido da Coordenação de Transportes/CD.	1.472,00	1.472,00
	Pagamento de taxas por utilização de placas de bronze e de placas vinculadas nos veículos pertencentes à frota da Câmara dos Deputados, a pedido da CTRAN/CD.	4.068,00	4.068,00
	Revisão de ambulância Renault Minibus 12h2, com fornecimento de peças e mão de obra, a pedido da CTRAN/CD, com a empresa Tecardf Veículos e Serviços SA, CNPJ 04.621.624/0001-87.	919,73	919,73
	Reconhecimento de dívida referente à aquisição de 8 unidades de pneus 215-75 R17,5, para micro-ônibus da frota da Câmara dos Deputados, com a empresa RJ Comércio Atacadista e Varejista de Lubrificantes Eireli, CNPJ 17.169.134/0001-33, a pedido da CTRAN/CD.	4.629,20	4.629,20
	Subtotal	156.937,18	147.937,18
Terceirizada	Contrato de locação anual de veículos automotores, sem combustível e sem motoristas, n. 2012/187 e seus aditivos, com a empresa Daleth Veículos Ltda., CNPJ 04.515.963/0001-89; processo n. 2011/139.429. Vigência anterior: 20/7/2015 a 19/7/2016; vigência atual: 20/7/2016 a 19/7/2017.	1.876.286,69	1.876.286,69
	Contrato de locação anual de veículos automotores, sem combustível e sem motoristas (vans executivas, sedãs e furgões), n. 2015/030, com a empresa Daleth Veículos Ltda., CNPJ 04.515.963/0001-89; processo n. 2014/109.350. Vigência: 25/2/2016 a 24/2/2017.	720.198,00	720.198,00
	Contrato de locação anual de veículos automotores (vans), com motoristas e combustível, n. 2014/228 e seus aditivos, com a empresa Ribal Locadora de Veículos Ltda. EPP, CNPJ 07.605.506/0001-85; processo n. 2013/122.100. Vigência anterior: 24/10/2015 a 23/10/2016; Vigência atual: 24/10/2016 a 23/10/2017.	1.889.309,35	1.706.684,73
	Contrato de locação anual de veículos automotores (caminhões), sem motoristas e sem combustível, n. 2015/032, com a empresa Ribal Locadora de Veículos Ltda. EPP, CNPJ 07.605.506/0001-85; processo n. 2014/109.350. Vigência: 25/2/2016 a 24/2/2017.	728.643,97	728.643,97
	Contrato de locação anual de veículos automotores (ônibus e micro-ônibus), sem motoristas e sem combustível, n. 2015/031, com a empresa TS Locações e Serviços Ltda. ME, CNPJ 09.463.607/0001-82; processo n. 2014/109.350. Vigência: 25/2/2016 a 24/2/2017.	859.735,38	859.735,38
	Prestação de serviços, mediante Ata de Registro de Preços, de locação eventual de veículos automotores, sem motorista e sem combustível, para transporte de pessoas em serviço, de materiais, de documentos e de cargas em geral, para atender às demandas da Casa em deslocamentos no Distrito Federal e entorno até 100 km contados da Câmara dos Deputados. Ata de Registro de Preços n. 2016/11; vigência: 24/2/2016 a 24/2/2017. Empresa contratada: Investcar Veículos Ltda.; CNPJ 01.615.224/0001-70.	51.000,00	51.000,00
	Locação de veículos: 9 veículos tipo sedan, com motorista usando terno e gravata, para o período de 4 a 8/4/2016 – diária; 8 vans executivas, com motorista usando terno e gravata, para o período de 4 a 8/4/2016 – diária; veículo sem motorista – diária; conforme proposta e convite, com a empresa André Luiz Alves Sadeck dos Santos – ME, CNPJ 15.181.923/0001-64, a pedido da CTRAN/CD.	38.750,00	38.750,00
	Locação de veículo blindado sem motorista e sem combustível, para circulação na cidade de Brasília/DF, a pedido da CTRAN/CD, atendendo especificações do Depol/CD. Valor para atender despesas de 24/10/2016 a 31/12/2016. Empresa: Blend Locação de Veículos Especiais Ltda.	22.333,30	22.333,30
	Locação de veículo blindado sem motorista e sem combustível, para circulação na cidade de São Paulo/SP, a pedido da CTRAN/CD, atendendo especificações do Depol/CD. Valor para atender despesas de 24/10/2016 a 31/12/2016. Empresa: Alugauto Locadora de Veículos Ltda.	27.916,67	25.000,00
	Subtotal	6.214.173,36	6.028.632,07
Própria e terceirizada	Contrato de mão de obra para condução de veículos n. 2010/015 e seus aditivos, com a empresa Brasfort Administração e Serviços Ltda., CNPJ 36.770.857/0001-38; processo n. 2009/128.109. Vigência anterior: 18/1/2015 a 17/1/2016; vigência atual: contrato encerrado.	437.406,34	437.406,34
	Contrato de mão de obra para manutenção de veículos n. 2010/161 e seus aditivos, com a empresa Brasfort Administração e Serviços Ltda., CNPJ 36.770.857/0001-38; processo n. 2010/126.851. Vigência anterior: 1/5/2015 a 30/1/2016; vigência atual: contrato encerrado.	104.647,94	104.647,94

Tipo da frota	Descrição da despesa*	Despesa empenhada	Despesa liquidada
	Contrato de mão de obra para condução de veículos n. 2015/258, com a empresa Cetro RM Serviços Ltda. EPP; CNPJ 08.307.120/0001-48; processo n. 2014/117.540. Vigência: 31/12/2015 a 30/12/2016.	8.589.140,21	8.589.140,21
	Contrato de mão de obra para a prestação de serviços continuados na área de higienização e lavagem de veículos oficiais e locados n. 2016/081 com a empresa J. Macedo Pereira ME, CNPJ 10.653.264/0001-06; processo n. 2014/117.726. Vigência: 27/4/2016 a 26/4/2017.	447.505,97	394.966,92
	Contrato de mão de obra para operadores de tráfego de veículos n. 2014/244 e seus aditivos, com a empresa Cetro RM Serviços Ltda. EPP; CNPJ 08.307.120/0001-48; processo n. 2013/129.167; vigência inicial: 1/12/2015 a 30/11/2016; vigência atual: 1/12/2016 a 30/11/2017.	996.074,58	996.074,58
	Contrato de fornecimento de combustível n. 2013/097 e seus aditivos, com a empresa Pix Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Ltda., CNPJ 11.845.291/0001-35; processo n. 2012/110.929. Vigência anterior: 8/7/2015 a 7/7/2016; vigência atual: 8/7/2016 a 7/7/2017.	723.025,59	710.338,26
	Contrato de assistência técnica para o Sistema de Controle de Frota n. 2011/083 e seus aditivos, com a empresa Execução, Gestão e Consultoria em Informática Ltda., CNPJ 02.908.992/0001-85; processo n. 2008/001.415. Vigência anterior: 16/1/2015 a 15/1/2016. Vigência atual: contrato encerrado.	1.555,00	1.555,00
	Contrato de prestação serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em equipamentos diversos utilizados na higienização de veículos da Câmara dos Deputados, n. 2015/056, com a empresa Vaine Assistência Técnica em Compressores Ltda., CNPJ 26.481.317/0001-80; processo n. 2014/105.534; vigência: 6/4/2016 a 5/4/2017.	20.871,59	15.505,01
	Aquisição de materiais para limpeza dos veículos da frota da Câmara dos Deputados.	3.999,21	3.999,21
	Subtotal	11.324.226,43	11.253.633,47
Total		17.695.336,97	17.430.202,72

Fonte: Coordenação de Transportes.

* Todas as contratações foram realizadas na modalidade de pregão eletrônico.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

O [Ato da Mesa n. 80, de 2001](#), que regulamenta os procedimentos licitatórios da Câmara dos Deputados, prevê a realização de leilões para alienação de bens de propriedade da Casa, desde que tal ato seja devidamente justificado e precedido de avaliação. Por conta disso, foi aberto o processo n. 2015/134.832 para permitir a realização de leilão de dezoito veículos da frota própria, que apresentam longo tempo de uso, altos custos de manutenção e elevado consumo de combustível.

O leilão foi realizado em 24/9/2016, pela empresa BSB Leilões Associados, sob a coordenação do leiloeiro oficial Marco Geovanne Tobias da Silva, que avaliou os 18 veículos em R\$ 450.459,50. Ao final do procedimento, 15 veículos, inicialmente avaliados por R\$ 322.628,50, foram arrematados por R\$ 429.564,50.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

4.2.3.1 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados

A gestão e o controle de imóveis funcionais são regulamentados pelo [Ato da Mesa n. 5, de 2011](#), alterado pelo [Ato da Mesa n. 41, de 2012](#). Todo o processo de utilização dos imóveis funcionais, desde a ocupação das unidades habitacionais até a eventual apuração de responsabilidade por danos aos imóveis decorrentes de ação ou omissão de possíveis ocupantes, está a cargo da Coordenação de Habitação (Cohab).

São atividades da Cohab: vistoriar o imóvel tanto no momento da ocupação quanto no instante da desocupação, relatando eventuais danos ou problemas identificados no imóvel ou nos bens que o guarnecem; formalizar os Termos de Ocupação, instrumentos previstos no [Ato da Mesa n. 5, de 2011](#), com o fim de regular a utilização dos imóveis funcionais e, nas hipóteses em que se verifica a irregularidade na ocupação, apurar as multas aplicáveis àqueles que ocuparam irregularmente algum imóvel; bem como instruir processos com vistas à responsabilização por danos causados às instalações ou aos bens que compõem o acervo patrimonial sob responsabilidade desta Casa.

4.2.3.1.1 Distribuição geográfica dos imóveis funcionais

Atualmente, existem 447 bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade desta Casa, situados em [diferentes áreas](#)²⁰ do Distrito Federal. Desses imóveis, 432 se destinam à ocupação por parlamentares e o restante consiste em reserva técnica: grupo de imóveis destinados à ocupação por servidores que exercem determinadas funções comissionadas e por ocupantes de cargos de natureza especial, cujo marco regulatório é o [Ato da Mesa n. 46, de 2009](#), com redação alterada pelo [Ato da Mesa n. 129, de 2013](#).

Tabela 19 – Distribuição dos imóveis destinados a parlamentares

Quadra	Blocos	Total de blocos	Apartamentos por bloco	Total de imóveis
SQN 302	9 (A, B, C, D, E, F, G, H e I)	18	24	432
SQN 202	4 (I, J, K e L)			
SQS 111	2 (G e I)			
SQS 311	3 (A, B e I)			

Fonte: Coordenação de Habitação – Sistema de Habitação (Habit).

A distribuição dos imóveis destinados à reserva técnica encontra-se na tabela a seguir.

Tabela 20 – Distribuição dos imóveis destinados à reserva técnica

Setor	Endereço	Quantidade
Asa Norte	SQN 106-I-301; SQN 106-J-502; SQN 112-A-303; SQN 112-D-201; SQN 112-D-405; SQN 112-D-505 e SQN 304-B-201.	7
Asa Sul	SQS 114-H-104; SQS 114-H-107; SQS 114-H-304; SQS 114-H-502; SQS 114-H-505; SQS 114-H-506; SQS 203-I-102 e SQS 316-B-202.	8
Total		15

Fonte: Coordenação de Habitação.

Destaca-se ainda que o [Ato da Mesa n. 67, de 2015](#), determinou a restituição de 21 imóveis funcionais da reserva técnica, que era constituída de 34 imóveis, à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e ao Governo do Distrito Federal. Em 2016, foram restituídos 19 imóveis, restando 2 imóveis, que serão devolvidos tão logo estejam desocupados. Anote-se que esse Ato da Mesa não se restringiu à devolução de imóveis da reserva técnica, mas determinou que 13 unidades pertencentes a esse grupo tivessem sua destinação alterada para residência de parlamentares, à medida que forem desocupados.

4.2.3.1.2 Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais

Identificam-se inúmeros riscos afetos à gestão dos imóveis funcionais, em especial os relacionados na [tabela 21](#). Convém destacar que esses riscos já contam com mecanismos idealizados para reduzi-los, reavaliados periodicamente, na tentativa de identificar oportunidades reais de melhoria.

²⁰ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/distribuicao-geografica-dos-imoveis>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

Tabela 21 – Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais

Riscos identificados	Medidas para mitigá-los
Danos causados pelos ocupantes às instalações dos imóveis, bem como aos bens móveis que os guarnecem.	São reduzidos por ações realizadas previamente às ocupações. Assim, há momento especialmente reservado para que os futuros ocupantes sejam orientados quanto às implicações, inclusive financeiras, de danos identificados nos imóveis ou nos bens patrimoniais que nele se localizam. As ferramentas administrativas mais expressivas ao longo desse processo são o Termo de Ocupação do Imóvel Funcional e os laudos de vistoria.
Consumo exagerado de água, energia e gás canalizado nos imóveis funcionais.	É mitigado pelo processo de ressarcimento, mediante descontos em folha de pagamento, das despesas com energia elétrica, gás canalizado e abastecimento de água e coleta de esgotos (no caso dos imóveis situados na SQN 302).
Subsistência, após a desocupação do imóvel, de pendências financeiras nos cadastros de concessionárias de serviço público.	É reduzida a níveis bem próximos de zero a partir de rígido controle de ocupações e desocupações acompanhado de frequente atualização da titularidade das despesas apuradas pelas concessionárias de serviços públicos. Além disso, mesmo que eventualmente alguma despesa seja atribuída indevidamente à Câmara dos Deputados, a busca pelo ressarcimento é facilitada pela célere instrução de processos de cobrança administrativa ou desconto em folha de pagamento.
Potencialidade de danos à imagem da Câmara dos Deputados decorrentes de eventual desrespeito às normas de convivência condominial nas quadras residenciais onde se localizam os edifícios funcionais.	É combatida pela orientação dos ocupantes quanto à preocupação com o convívio em coletividade, bem como com a edição de Regulamento de Edifício, norma interna na qual restam explicitadas regras básicas necessárias à boa convivência entre moradores que compartilhem um mesmo espaço.
Possibilidade de perda da posse direta dos imóveis funcionais, haja vista a retenção indevida das unidades habitacionais por ocupantes, mesmo após a perda do direito à ocupação.	É minimizada pelo acompanhamento, em sistemas institucionais da Casa, do histórico e desenvolvimento do mandato parlamentar, uma vez que esse se constitui como principal referencial de análise para avaliação da regularidade de determinada ocupação, assim como para elaboração de notificação de devolução do imóvel. Quando, a despeito de sucessivas notificações, a administração da Casa não obtém êxito na retomada do imóvel funcional, medidas em âmbito judicial são adotadas por meio de ações possessórias.
Cessão direta dos imóveis entre os ocupantes, sem a participação dos agentes da Administração.	É arrefecida por processo de conscientização, prévio à ocupação, dos embaraços administrativos e consequências provenientes da desocupação ou ingresso em imóvel sem a participação da administração da Casa.
Exposição dos imóveis funcionais e seus ocupantes à insegurança ligada ao aumento de índices de violência no Distrito Federal, fator bastante comum nos grandes centros urbanos.	É reduzida por contrato de prestação de serviços de vigilância idealizado e fiscalizado por esta Casa.
Exposição dos imóveis a perigos de incêndio, explosão, descargas elétricas, responsabilidade civil ou outras fatalidades.	É minimizada por contrato de seguro firmado pela administração e celebrado com a Allianz Seguradora no valor de R\$ 98.629,38 (noventa e oito mil seiscientos e vinte e nove reais e trinta e oito centavos), para o período de cobertura compreendido entre 26/8/2016 a 25/8/2017.

Fonte: Coordenação de Habitação.

4.2.3.1.3 Análise crítica acerca dos imóveis funcionais

Destaca-se que, em dezembro de 2016, foi publicado o [Ato da Mesa n. 135, de 2016](#), com o objetivo de consolidar os critérios para o uso e distribuição de imóveis funcionais aos Deputados Federais e Suplentes, ao encontro da orientação expressa pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 2.438/2009-Plenário.

Dessa forma, foram incorporados ao ato que regulamenta a administração dos imóveis funcionais avanços importantes empreendidos na política habitacional da Casa, como a padronização da manutenção e a eficiência e sistematização na distribuição e ocupação de imóveis. Também foi dada especial atenção à celeridade na desocupação e devolução dos apartamentos, de modo a evitar o uso indevido do patrimônio público.

Dentro da política de revitalização de imóveis funcionais com foco em sistema habitacional alternativo às indenizações de auxílio-moradia, foram concluídas as obras de reformas dos apartamentos do bloco E da SQN 302. Com isso, 24 novos apartamentos foram colocados à disposição dos parlamentares desta Casa, o que permitiu conter as despesas da Câmara dos Deputados com o auxílio-moradia.

Nessa seara, é fundamental registrar que os gastos com auxílio-moradia em 2016 totalizaram R\$ 9.336.112,07, montante 5% menor em relação ao ano de 2015, o que gerou uma economia ao erário de R\$ 511.664,39. Cabe registrar, ainda, a redução de 34% nos custos com a manutenção dos imóveis funcionais em comparação ao exercício anterior, conforme se observa na tabela a seguir.

Tabela 22 – Despesas com manutenção – imóveis funcionais

Item	Valores em reais		
	2016	2015	Variação
Despesas com manutenção	1.314.267,06	2.005.925,60	-34,48%
Despesas com auxílio-moradia	9.336.112,07	9.847.776,46	-5,19%

Fonte: Coordenação de Habitação.

As informações detalhadas que contemplam atributos e características dos imóveis funcionais podem ser obtidas no [portal](#)²¹. Destaca-se ainda que existem outros tipos de informações sobre imóveis funcionais e auxílio-moradia que podem ser obtidos no link <http://www2.camara.leg.br/transparencia/imoveis-funcionais>.

4.2.3.2 Bens imóveis sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados (exceto imóvel funcional)

Em 2016, as despesas com manutenção e conservação de imóveis administrativos totalizaram R\$ 36 milhões, englobando reparos ou substituições de sistemas elétricos e hidráulicos, divisórias, telhados e infiltrações, instalação de ar-condicionado central, entre outras.

Informa-se que a participação da Câmara no controle do patrimônio imobiliário da União concentra-se na atualização do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Cumpre declarar, portanto, que os dados constantes daquele sistema referentes aos imóveis utilizados por esta Casa encontram-se atualizados. As informações relacionadas aos registros contábeis desses imóveis podem ser obtidas em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, anexas a este relatório ([página 167](#)).

Outras informações sobre esses imóveis podem ser obtidas no [portal](#)²² da Câmara dos Deputados.

4.2.3.3 Imóveis locados de terceiros

Esta Casa possui dois imóveis locados (dois galpões adjacentes) que estão sendo utilizados como abrigo para o almoxarifado de bens permanentes durante a execução dos serviços de reforma do imóvel situado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). Os valores mensais das locações, no ano de 2016, são R\$ 35.456,80 e R\$ 18.164,85.

²¹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/imoveis-funcionais-2016-1>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

²² Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/imoveis-adm-2016-1>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

4.2.3.4 Outras ações de planejamento em infraestrutura

Com o objetivo de promover a infraestrutura adequada ao desenvolvimento das atividades legislativas no complexo arquitetônico da Câmara dos Deputados, assegurando a conformidade com as regras vigentes, foram realizadas, em 2016, outras ações que podem ser consultadas no [portal](#)²³ da CD.

4.2.4 Cessão de espaço físico em imóvel da União

Com o objetivo de fornecer informações sobre a cessão de espaços físicos a terceiros em imóvel da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados, apresentam-se os [quadros A2 e A3](#) no Anexo deste relatório. Além disso, destaca-se que os valores decorrentes de aluguéis desses imóveis constituem receitas do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, conforme dispõe a [Resolução da Câmara dos Deputados n. 18, de 1971](#), em seu art. 2º, inciso XV.

Essas receitas são registradas obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei n. 4.320, de 1964. Sua contabilização é realizada de forma automática, conforme parâmetros definidos no Manual Siafi, Macrofunção 020331 – Guia de Recolhimento da União (GRU).

A finalidade do Fundo Rotativo é prover recursos adicionais visando ao cumprimento integral da função legislativa da Câmara dos Deputados, conforme se pode confirmar no [item 4.5.1](#) deste relatório.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

4.3.1 Modelo de governança de TIC da Câmara dos Deputados

O modelo de Governança de TIC da Câmara dos Deputados foi estabelecido por meio da [Portaria DG n. 406, de 2013](#), que criou dois comitês gestores de TIC: o Comitê Estratégico de TIC (Ceti) e o Comitê Diretivo de TIC (CDTI).

Tabela 23 – Comitês de TIC

Comitê	Atribuição	Composição
Ceti	Responsável pela governança de TIC	Titulares da Diretoria-Geral, da Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge), do Centro de Informática (Cenin) e do Centro de Documentação e Informação (Cedi).
CDTI	Responsável por priorização de demandas setoriais e estruturantes, além do acompanhamento das ações da TIC.	Representantes dos seguintes órgãos: Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria Administrativa, Diretoria Legislativa, Secretaria de Comunicação Social, Assessoria de Projetos e Gestão, Centro de Informática e Centro de Documentação e Informação.

Fonte: Centro de Informática.

²³ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/infraestrutura-2016>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

Seguem as principais ações e decisões do Ceti e do CDTI, durante o ano de 2016.

Tabela 24 – Ações e decisões do Ceti e do CDTI

Comitê	Ação/decisão
Ceti	<p>Agosto/2016</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de diretrizes para acesso aos bancos de dados. • Normatização do período para mudanças em ativos e serviços de TIC. • Apresentação do relatório de Auditoria n. 1/2016 Nuati. • Acompanhamento dos indicadores estratégicos de TIC. <p>Dezembro/2016</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da definição dos processos críticos de negócio definidos no Comitê de Gestão Estratégica. • Direcionamento quanto à abordagem a ser dada no Modelo de Governança de Dados Abertos. • Assinatura de portaria de regulamentação de horário para mudanças em ativos de TIC. • Análise dos Indicadores estratégicos de TIC com foco nos serviços dirigidos à sociedade. • Análise das ações do Planejamento Estratégico de TIC dirigidas à aproximação da Câmara aos cidadãos.
CDTI	<p>Junho/2016</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação aos membros do comitê sobre as linhas de atuação priorizadas pela Diretoria-Geral para toda a Câmara dos Deputados em 2016. • Reforço na comunicação das diretrizes estabelecidas pelo Comitê Estratégico de TIC por meio da Decisão n. 1/2013. • Apresentação dos produtos de TIC concluídos no 1º semestre de 2016. • Avaliação de demandas extemporâneas. • Apresentação dos riscos de TIC em projetos. • Apresentação dos indicadores de 2015. <p>Setembro/2016</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise de demandas extemporâneas. • Apresentação da situação do portfólio 2015-2016. <p>Dezembro/2016</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação das entregas de 2015-2016. • Apresentação das pendências em projetos. • Análise de demandas extemporâneas. • Proposta de agenda para planejamento do portfólio 2017-2018.

Fonte: Centro de Informática.

4.3.2 Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

A Câmara dos Deputados estabeleceu em seu [Plano Estratégico de TIC \(Peti\)](#) para o período 2014-2018 **oito objetivos** de maneira a viabilizar a concretização das diretrizes estratégicas definidas pelo Comitê de Gestão Estratégica. Desta maneira, o Peti transcende as ações do Centro de Informática, uma vez que apresenta ações realizadas por várias unidades da instituição para atingir os indicadores previstos e a seguinte visão: “Ser ator estratégico da Câmara dos Deputados, prestando serviços de TIC com qualidade e tempestividade, de forma a participar da consolidação de um parlamento moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos”.

Distribuídos em um [mapa](#), os objetivos estratégicos estão organizados em dimensões estratificadas de maneira que aqueles situados nas camadas inferiores entregam valor às camadas superiores, alinhando-se às diretrizes estratégicas corporativas: sintonia; interação com a sociedade; transparência e gestão. Assim, o Peti define um encadeamento lógico de objetivos para o atingimento das diretrizes estratégicas da Casa. A [figura 10](#) apresenta a associação entre as ações definidas para cada objetivo estratégico e as diretrizes estratégicas da Câmara dos Deputados.

Figura 10 – Associação das ações do Peti às diretrizes estratégicas da Câmara dos Deputados

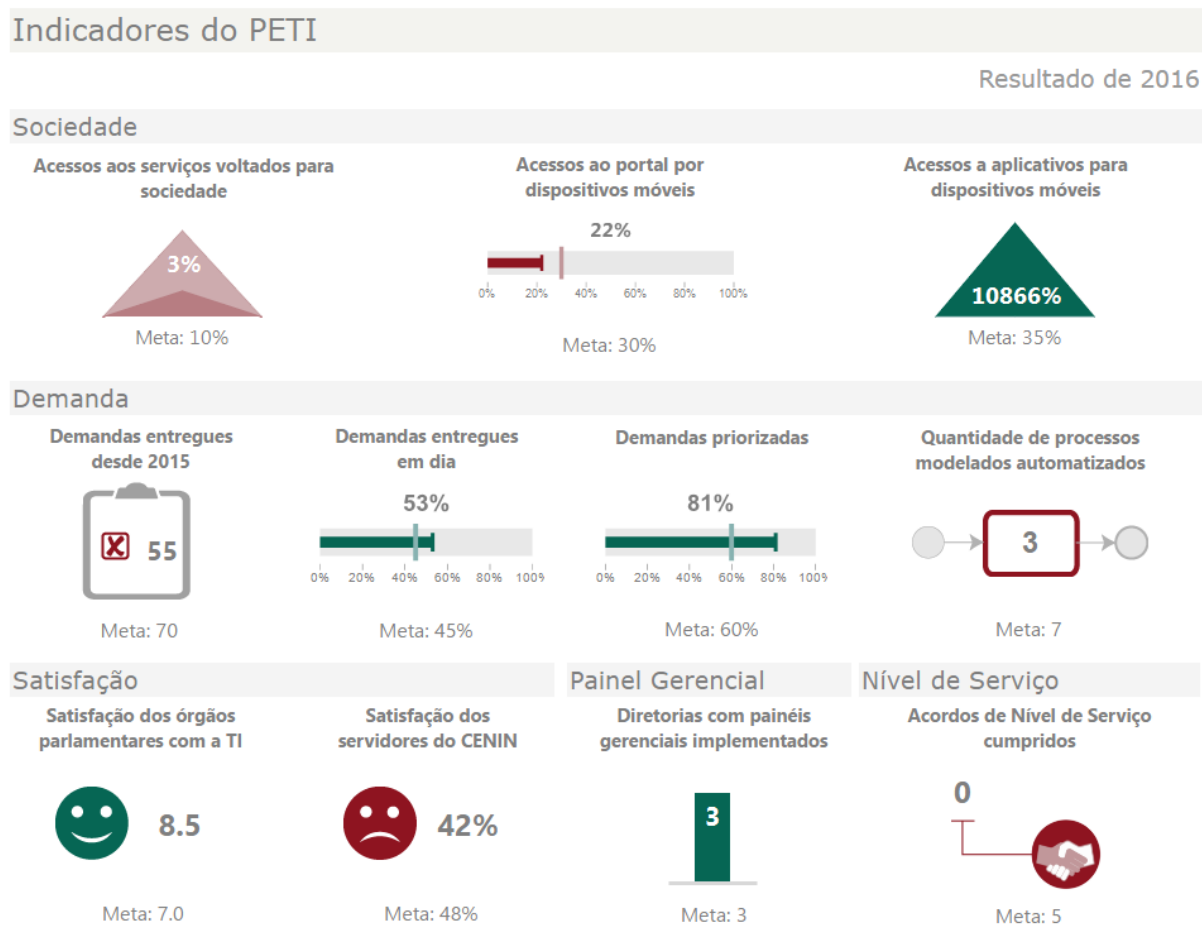
Associação das ações do Planejamento Estratégico de TIC às Diretrizes Estratégicas da Câmara dos Deputados.



Fonte: Portal institucional da Câmara dos Deputados.

Indicadores de desempenho e metas de incremento anual foram definidos para mensurar o atingimento dos objetivos estratégicos conforme a figura 11:

Figura 11 – Painel de indicadores do Peti – 2016



Fonte: Centro de Informática.

Sobre cada indicador, resumem-se os seguintes comentários:

Tabela 25 – Indicadores do Peti

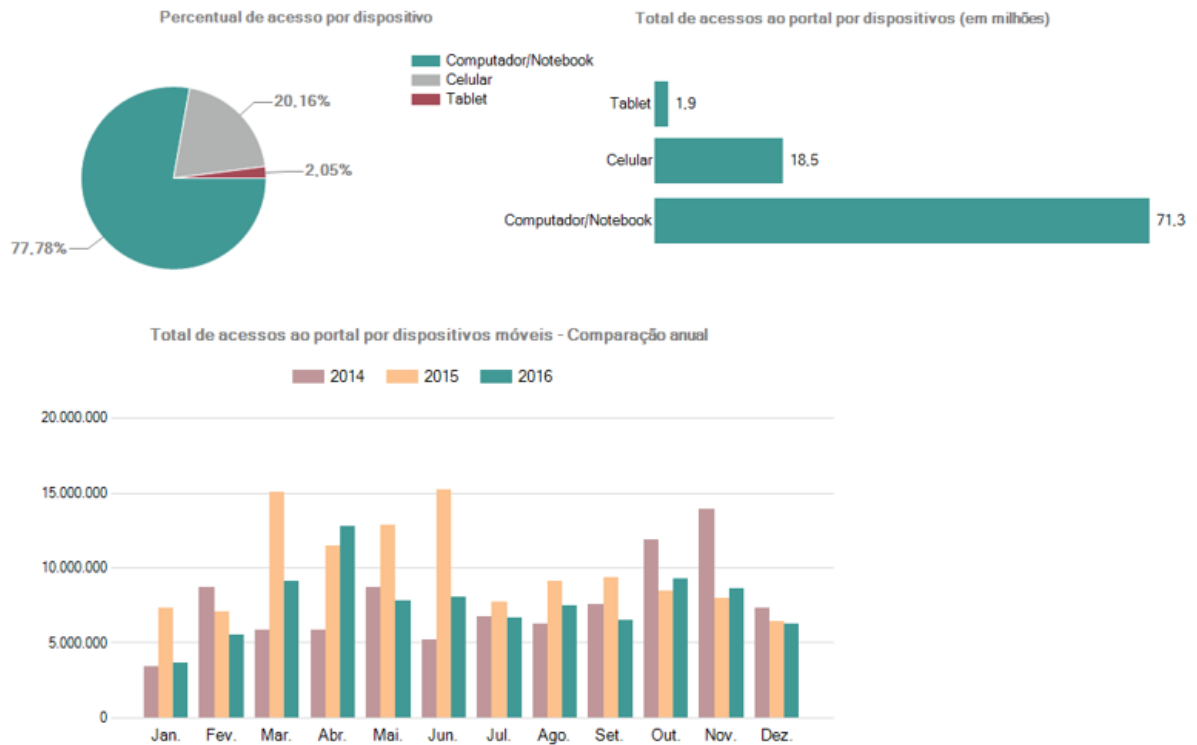
Indicador	Meta	Resultado	Comentários
Variação de acessos aos serviços da CD construídos para a sociedade	10%	3%	Apesar de em 2015 o valor ter sido superado, em 2016 houve queda de acesso em praticamente todos os serviços disponíveis à sociedade. A Diretoria-Geral estuda escopo de projeto para revisar conteúdo e formato do novo portal institucional. E, na última reunião do Comitê Estratégico de TIC, foram feitas as seguintes análises de necessidades: <ul style="list-style-type: none"> • Campanha de comunicação que envolva as redes sociais e, por meio delas, trazer os usuários para os serviços da Câmara dos Deputados. • Analisar o retorno do serviço de enquetes (2º serviço mais acessado em 2014 e 2015) em redes sociais, trazer novos usuários para serviços de temas correlatos. • Avançar em aplicativos para celulares e em mais funcionalidades no portal responsivo (para dispositivos móveis), visto que 65% das classes D e E e 45% da classe C somente acessam a internet pelo celular (fonte: Comitê Gestor da Internet). Conquistar novos usuários que não estão acessando o portal por estarem em plataformas móveis, pois a versão responsiva do portal está bem aquém da versão para <i>desktop</i>.
Número de processos de trabalho modelados que foram automatizados ou aperfeiçoados por meio da TIC	7	3	Valor inferior à meta. Alguns projetos com conclusão prevista para 2016 atrasaram. Nesse bloco, estavam projetos com processos de trabalho modelados pelas unidades clientes. Como este indicador considera somente os projetos concluídos no exercício de referência, o bloco em atraso não pôde ser incluído na amostra de 2016.
Percentual de demandas prioritizadas pelos comitês	60%	81%	Valor ultrapassou a meta. O centro de informática tem feito esforços no sentido de otimizar equipes para atender o maior conjunto de demandas apresentadas nos comitês. Também tem atuado, por meio de seus gerentes de relacionamento, orientando as áreas demandantes a somente encaminharem demandas quando os requisitos necessários ao seu início já estiverem definidos.
Percentual de demandas entregues em dia	40%	50%	Valor ultrapassou a meta. Esforços do Centro de Informática no Processo de Gestão de Projetos e no Processo de Gestão de Riscos de TIC têm contribuído para o acompanhamento sistemático das entregas ao longo do projeto. Um painel de acompanhamento de projetos em tempo real foi construído para o acesso, por qualquer usuário da Rede Câmara, a informações relevantes dos projetos, assim como a vários indicadores referentes às carteiras de projetos.
Número de demandas entregues até o ano de referência	70	54	Valor inferior à meta. Vários projetos tiveram alteração de escopo, o que gerou novo cronograma, estendendo-se além da previsão inicial. Apesar de terem a linha de base ajustada e permanecerem em dia, suas entregas ficaram para 2017.
Número de diretorias e secretarias contempladas com painel de informações gerenciais	3	3	Meta atingida. Destacam-se os seguintes fatos: <ol style="list-style-type: none"> a) A Diretoria Administrativa possui dois painéis, sendo um específico para indicadores de TIC do Centro de Informática. b) Já a Diretoria Legislativa possui um painel com

Indicador	Meta	Resultado	Comentários
			Informações Eleitorais e há projeto em curso para Painel Legislativo.
Índice de satisfação de gabinetes parlamentares, órgãos da Mesa e Lideranças com os serviços de TIC	7.0	8.5	Valor ultrapassou a meta. Pesquisa realizada com todos os usuários da Rede Câmara em 2016. Diante da necessidade detectada de melhoria da satisfação dos usuários das unidades alvos do indicador e de toda a Casa, o Cenin, com apoio da direção da Câmara, realizou uma série de ações ao longo do tempo que concorreram para ultrapassar as metas estabelecidas. Destacam-se a ampliação da área de cobertura da rede wi-fi, modernização dos equipamentos, provimento de portais de conteúdo e de novos <i>software</i> para melhor atender às necessidades dos usuários, otimização da redundância de serviços (redução de indisponibilidade), aprimoramento de processos internos e consolidação da governança de TIC.
Índice de satisfação dos servidores com a Área Central de TIC	48%	42%	Valor inferior à meta.
Percentual de acesso aos serviços do portal institucional a partir de dispositivos móveis	30%	22%	Meta não atingida. Na última reunião do Comitê Estratégico de TIC, foram analisadas as seguintes necessidades: <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação das funcionalidades disponíveis na versão responsiva do portal institucional (aquela que atende a dispositivos móveis). Dados do Comitê Gestor da Internet (CGI) apontam para o expressivo e crescente número de usuários da internet no Brasil que somente fazem o acesso por meio do celular. No entanto, 77,78% dos acessos ao portal institucional www.camara.leg.br ainda estão sendo feitos pelo <i>desktop</i>. Observa-se que esse percentual em 2016 foi inferior a 2015, quando havia atingido a meta naquele ano, e bem inferior à média dos usuários apontados na pesquisa do CGI. • Utilização dos meios de comunicação que a Câmara dos Deputados possui para ampliar a divulgação dessa versão do portal institucional em todo o Brasil.
Variação de acesso aos aplicativos para dispositivos móveis dirigidos à sociedade	35%	10.866%	O valor superou a meta. Deve-se ao aplicativo Infoleg Móvel, que teve excelente aceitação. Está em curso nova versão deste aplicativo, que pretende garantir o patamar de acessos alcançados, trazendo novidades. Será iniciada campanha de divulgação da nova versão para todo o Brasil.
Número de acordos de nível de serviço atendidos quanto aos parâmetros de disponibilidade	5	0	Meta não atingida. Em razão da necessidade de se rever o catálogo de serviços e todos os processos de trabalho que o sustentam, a implantação do processo de Gestão de Nível de Serviço não pôde ser concluída em 2016. Prevê-se sua implantação em 2017.

Fonte: Centro de Informática.

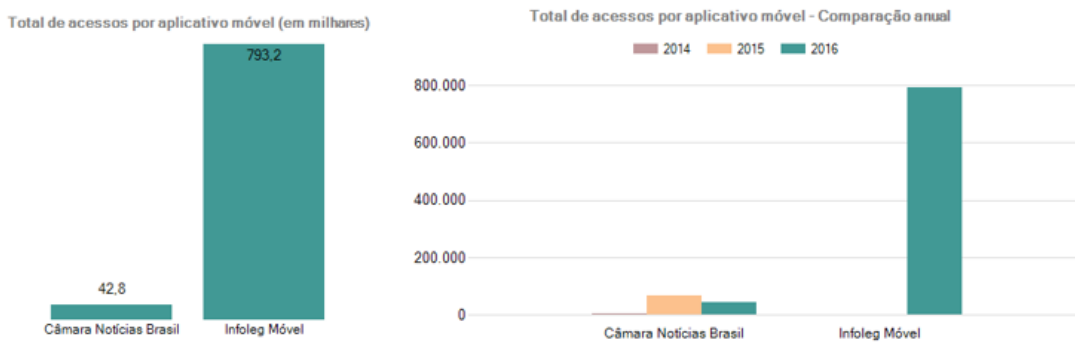
Nas figuras 12, 13, 14 e 15 são apresentados alguns detalhes de indicadores do Peti:

Figura 12 – Detalhes do indicador “Percentual de acesso aos serviços do portal institucional a partir de dispositivos móveis”



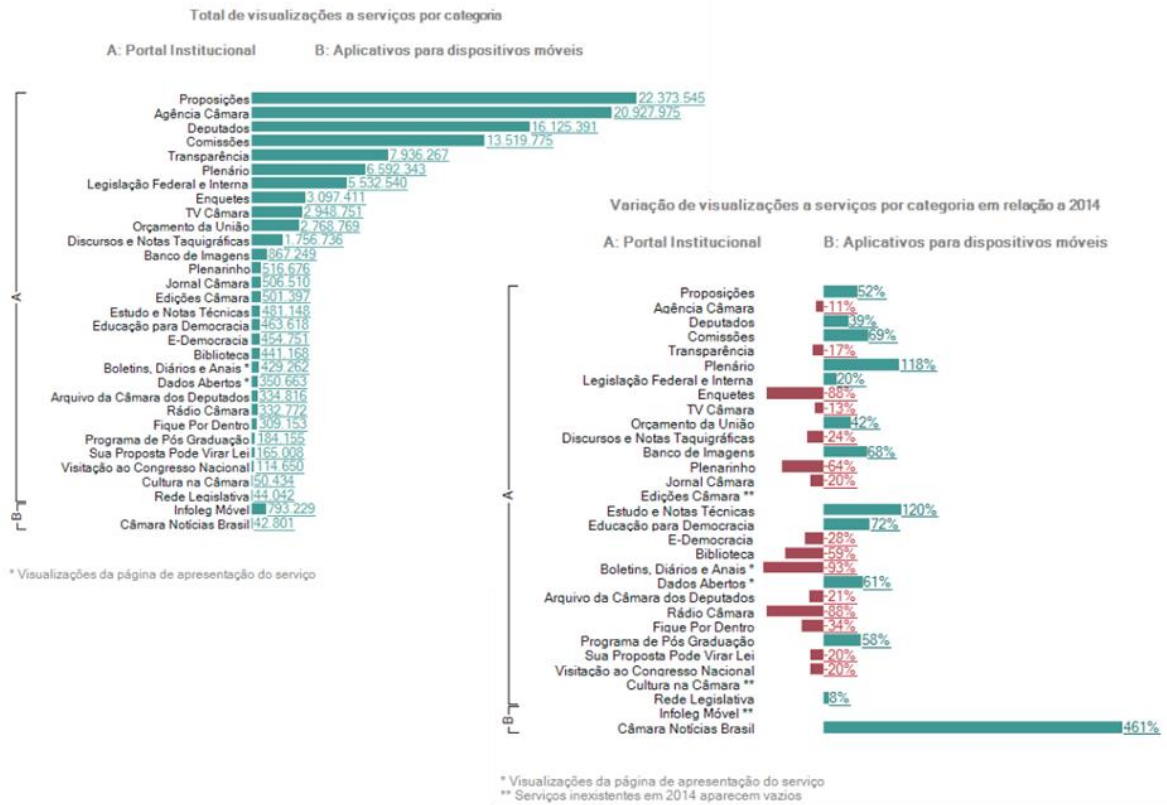
Fonte: Centro de Informática.

Figura 13 – Detalhes do indicador “Variação de acesso aos aplicativos para dispositivos móveis dirigidos à sociedade”

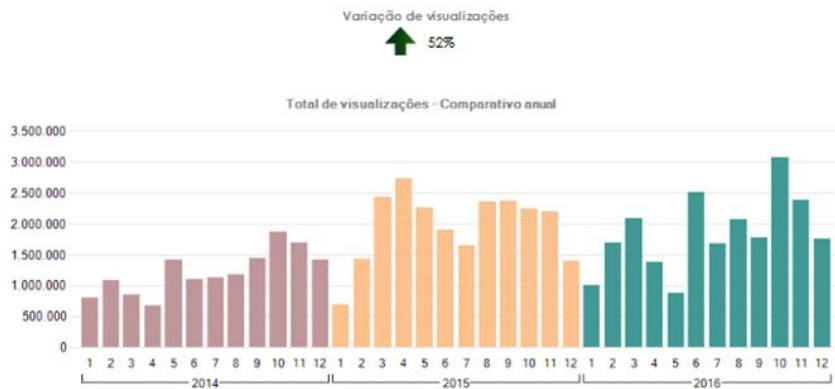


Fonte: Centro de Informática.

Figura 14 – Detalhes do indicador “Variação de acessos aos serviços da CD construídos para a sociedade”

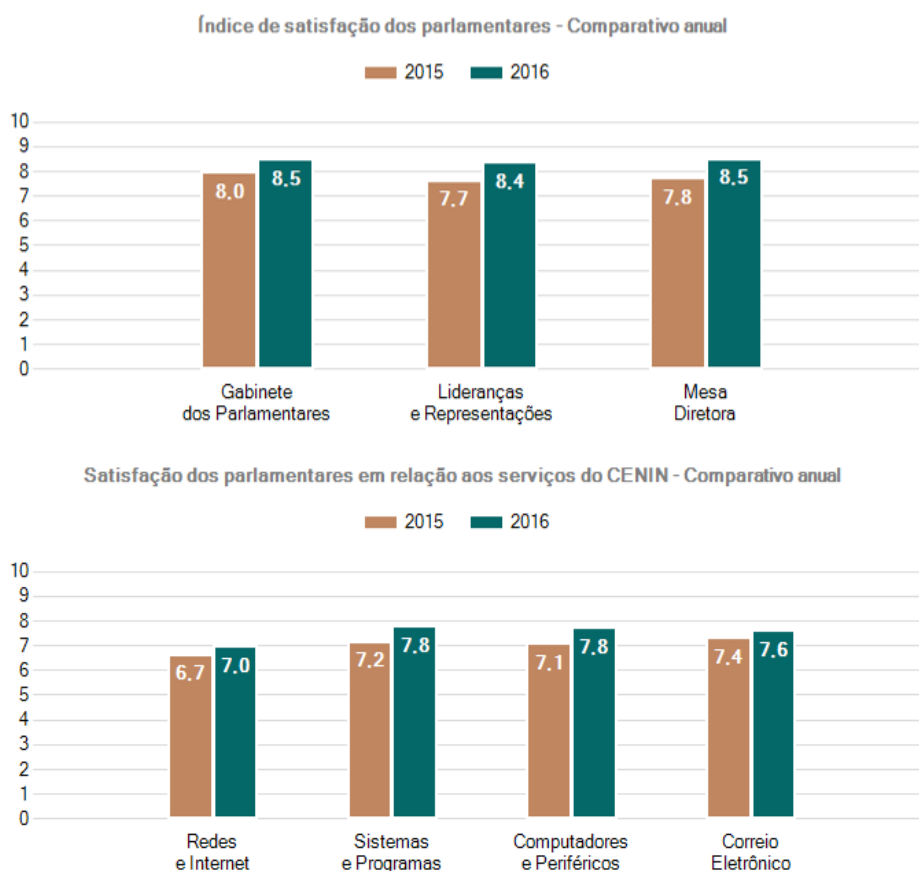


Visualizações do serviço 'Proposições'



Fonte: Centro de Informática.

Figura 15 – Detalhes do indicador “Índice de satisfação dos gabinetes parlamentares, dos gabinetes de lideranças e dos órgãos da Mesa Diretora com os serviços de TIC”



Fonte: Centro de Informática.

Para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos de TIC, foram previstas ações estratégicas, que, por sua vez, são efetivadas como projetos executados pelo Centro de Informática e pelas demais unidades da Casa.

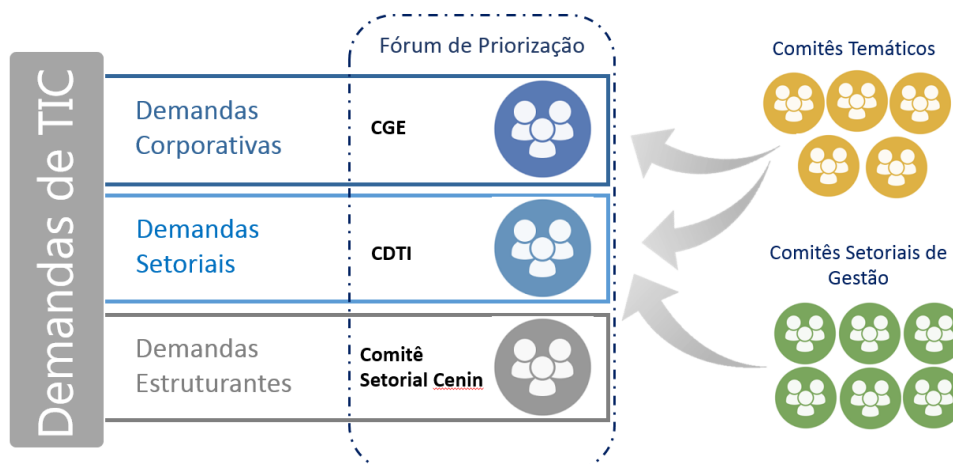
Durante a elaboração do Peti, foram identificados riscos ao seu sucesso. Com o propósito de mitigar tais riscos, esse plano também apresenta recomendações à Alta Administração, associadas aos objetivos estratégicos.

Para a concretização das ações de curto prazo (dois anos), o modelo de governança de TIC prevê o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI), contemplando o portfólio de projetos e plano orçamentário. Assim, para um ciclo estratégico (quadriênio 2015-2018), tem-se o PDTI 2015-2016 (em fechamento) e o PDTI 2017-2018 (em construção).

A composição do portfólio de TIC resulta da análise de demandas submetidas ao Comitê Diretivo de TIC por meio do Processo de Governança de TIC (que inclui a atividade de elaboração do PDTI) e do Processo de Gestão de Demandas, para demandas provenientes após o planejamento bianual.

De acordo com a origem, cada demanda é classificada em corporativa, setorial e estruturante e é aprovada de acordo com o fórum de priorização adequado (figura 16). As corporativas estão intrinsecamente atreladas à gestão estratégica da Câmara e, por essa razão, têm prioridade sobre as demais. As demandas estruturantes são as necessárias para o provimento da infraestrutura e sustentação dos processos de TIC da Casa, normalmente requeridas pelo Centro de Informática. As demandas setoriais são aquelas feitas por cada diretoria ou secretaria da Casa no Comitê Diretivo de TIC.

Figura 16 – Composição do portfólio de TIC
COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO DE TIC



Fonte: Centro de Informática.

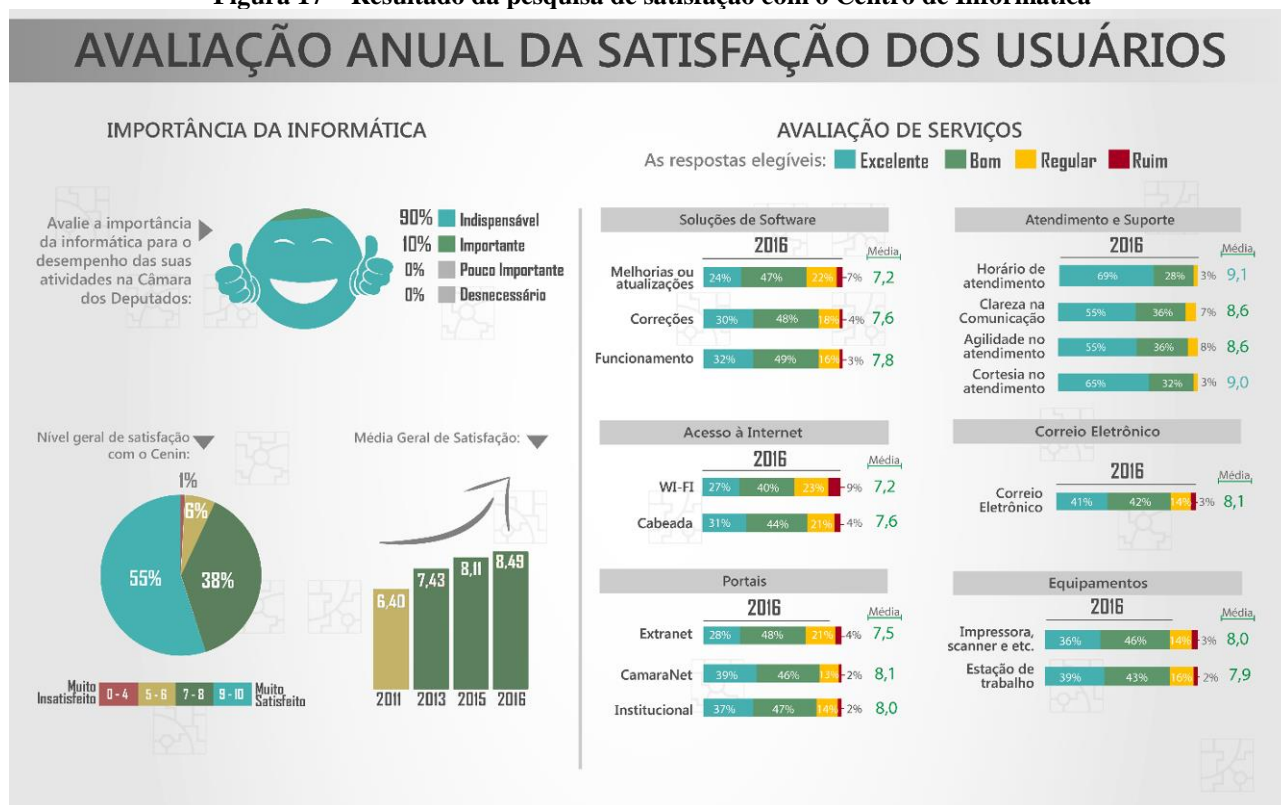
4.3.3 Pesquisa de satisfação com os serviços do Centro de Informática

No Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (Peti), encontra-se o objetivo estratégico “Melhorar o Atendimento aos Parlamentares – OE5”, que visa a prover meios para melhor conhecer as necessidades dos gabinetes parlamentares, gabinetes de lideranças e órgãos da Mesa Diretora, com o propósito de disponibilizar soluções de TIC adequadas e capacitar sistematicamente os usuários nessas soluções.

Para medir a atuação do Centro de Informática no atingimento desse propósito, o Peti estabeleceu o “Índice de satisfação dos gabinetes parlamentares – I5.1”, dos gabinetes parlamentares, de lideranças e dos órgãos da Mesa Diretora com os serviços de TIC. Esse indicador permite obter a percepção direta dos usuários lotados nessas áreas quanto aos serviços e produtos providos pelo Cenin. Entretanto, compreendendo a importância gerencial dessa informação, a pesquisa de satisfação não se restringe ao público-alvo do indicador, mas a todos os usuários de informática da Câmara dos Deputados. Com a aprovação do Peti, a pesquisa passou a ser realizada anualmente.

Considera-se que a pesquisa é uma ferramenta de gestão, uma vez que amplia o conhecimento por parte do Cenin sobre as perspectivas, expectativas e experiências dos diferentes perfis de usuários que trabalham na Casa, permite a obtenção da avaliação da atuação do Centro com suas forças e fraquezas e ainda embasa o planejamento de ações para a melhoria contínua dos serviços prestados. Os resultados da pesquisa são publicados nos instrumentos oficiais de notícias e ainda compõem o painel de indicadores do Cenin (figura 17).

Figura 17 – Resultado da pesquisa de satisfação com o Centro de Informática



Fonte: Centro de Informática.

4.3.4 Projetos de TIC desenvolvidos em 2016

A partir das demandas apresentadas pelas diversas áreas da Câmara dos Deputados e de sua priorização realizada no âmbito dos Comitês, foi definido um portfólio de projetos de TIC para o biênio 2015-2016. O quadro A4 do Anexo a este relatório apresenta a descrição de uma amostra dos principais projetos de TIC desenvolvidos no exercício de 2016, bem como os resultados esperados, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

4.3.5 Principais sistemas de TIC da Câmara dos Deputados

Para viabilizar o pleno exercício de suas atividades, a Câmara dos Deputados conta com diversos sistemas de TIC sob a responsabilidade do Centro de Informática. No quadro A5 do Anexo deste relatório é apresentada uma amostra dos principais sistemas (todos mantidos com recursos internos), incluindo as áreas gestoras de negócio.

4.3.6 Processos de gerenciamento de serviços de TIC

Os diversos serviços de TIC disponibilizados pela Câmara dos Deputados aos parlamentares, aos servidores e à sociedade necessitam ser continuamente gerenciados, garantindo um funcionamento adequado. Para isso, foram estabelecidos diversos processos, que constituem um mapeamento das ações necessárias para gerir cada tipo de serviço. O quadro A6 do Anexo a este relatório apresenta a descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TIC implementados na Câmara dos Deputados, bem como os normativos associados e ferramentas utilizadas.

Para facilitar a comunicação, foi construído um portal de processos (figura 18) que não só inclui o processo em si, como também identifica seu gerente e os indicadores a ele associados.

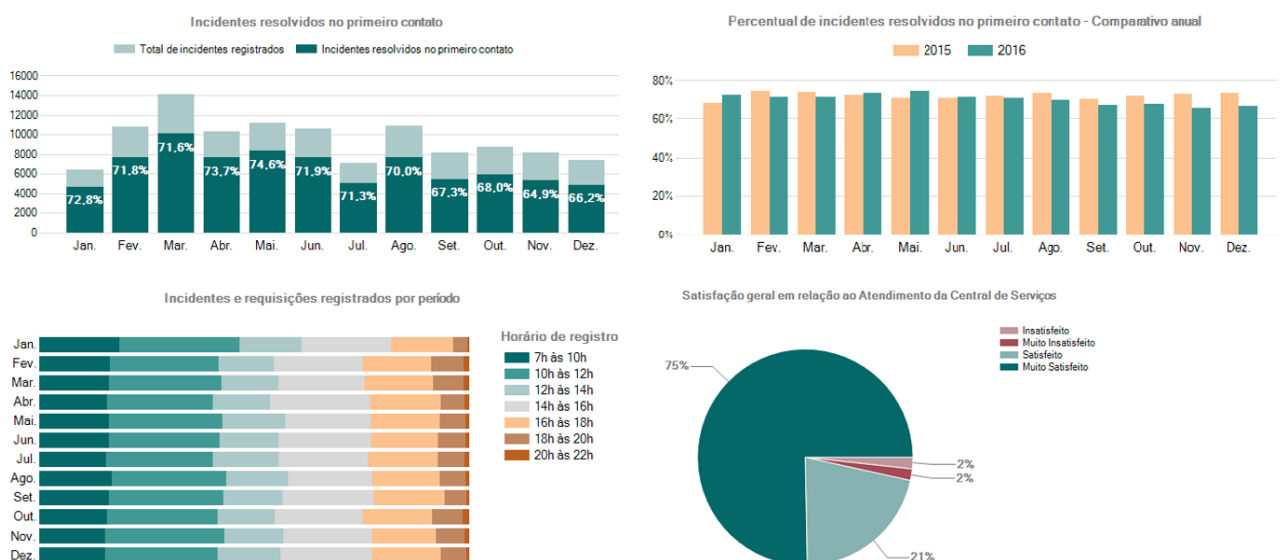
Figura 18 – Portal de processos de TIC



Fonte: Centro de Informática.

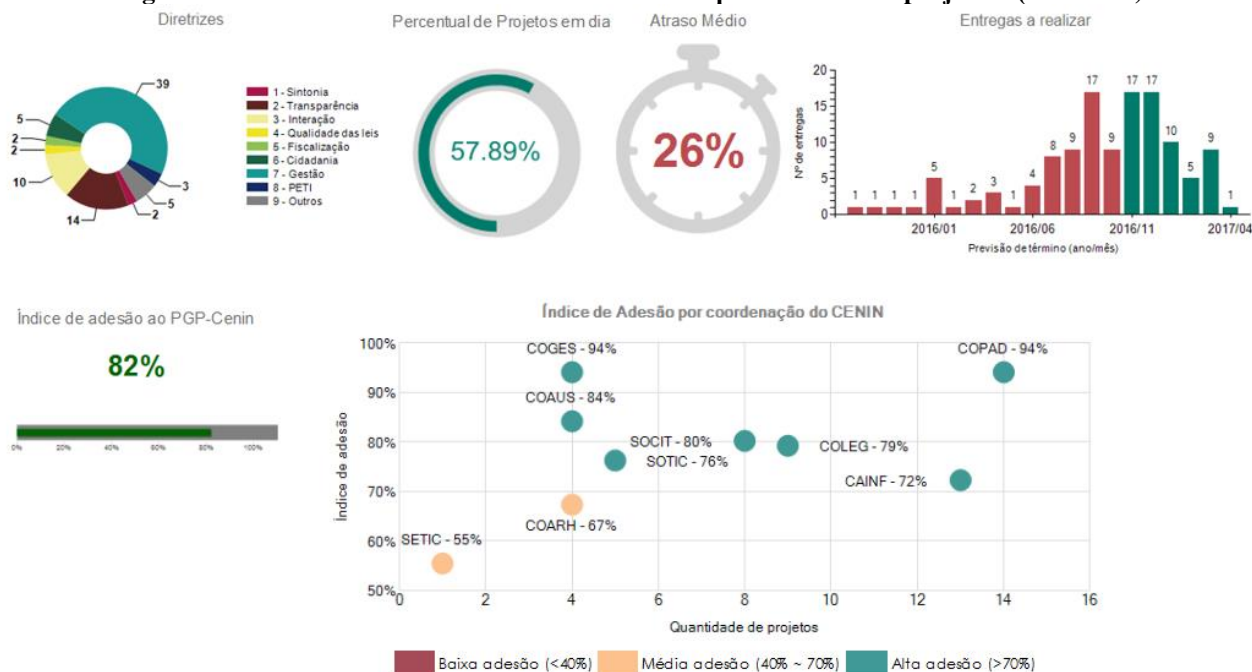
Nas figuras 19 e 20 são apresentados alguns detalhes de indicadores de processos de TIC:

Figura 19 – Detalhes de indicadores relacionados ao processo “Gerenciar incidentes”



Fonte: Centro de Informática.

Figura 20 – Detalhes de indicadores relacionados ao processo “Gerir projetos” (nov./2016)



Fonte: Centro de Informática.

4.3.7 Gestão de riscos de TIC

4.3.7.1 Mecanismos para gerenciamento de riscos de TIC

O Centro de Informática tem usado alguns mecanismos sistemáticos para gerenciar riscos. Os principais são expostos a seguir.

4.3.7.1.1 Lista de verificação de processos de contratação em TIC

Relação de requisitos contemplando análise de riscos durante a instrução de um processo de contratações.

- Responsável: servidor elaborador do termo de referência.
- Público-alvo: Assessoria da Diretoria do Centro de Informática.
- Normativo: [Anexo da Instrução Cenin n. 3, de 2014](#), que disciplina a instauração e instrução de processos administrativos com vistas à aquisição de bens ou contratação de serviços de Tecnologia da Informação no âmbito do Centro de Informática e no domínio de suas atribuições e responsabilidades.

4.3.7.1.2 Normativo para o período de execução de mudanças no ambiente computacional da Câmara dos Deputados

Regras para o período de execução de mudanças nos ativos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com o objetivo de reduzir os riscos de indisponibilidade dos serviços ou diminuição do desempenho, ainda que temporária, nos serviços de TIC, com eventuais prejuízos para a consecução dos objetivos institucionais da Casa.

- Responsável: gerente do processo “Gerenciar implantação”.

- Público-alvo: todos os colaboradores da Câmara dos Deputados.
- Normativo: [Portaria n. 266, de 2016](#), que estabelece regras para o período de execução de mudanças nos ativos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito da Câmara dos Deputados.

4.3.7.1.3 Relatório de riscos de TIC

Relatório mensal destinado a todos os gestores do Centro de Informática com alertas de riscos em projetos, processos, execução orçamentária e contratações ([figura 21](#)).

- Responsável pela elaboração: Coordenação de Apoio à Governança e à Gestão de TIC.
- Público-alvo: chefes de seção, diretores de coordenação, assessores e diretor do Centro de Informática.

Figura 21 – Relatório de riscos de TIC



Fonte: Centro de Informática.

4.3.7.1.4 Relatório de impacto em demandas do portfólio de TIC

Documento do Processo de Gestão de Demandas destinado a alertar os cenários prováveis de aceitação de uma demanda apresentada fora do período de planejamento (figura 22). Constam os riscos dessa aceitação para que o Comitê Diretivo de TIC possa analisar e aprovar, se o risco for aceito.

- Responsável pela elaboração: diretor da principal coordenação envolvida no atendimento da demanda.
- Público-alvo: Comitê Diretivo de TIC.

Figura 22 – Relatório de impacto de TIC

 CÂMARA DOS DEPUTADOS	RELATÓRIO DE IMPACTO DE TIC	(DATA)
(TÍTULO DO PROJETO AVALIADO)		VERSÃO
Escritório de Origem:		
Patrocinador:		

1. Informações Complementares ao Termo de Abertura ou Formulário de Demanda de TIC

--

2. Estimativa de Esforço no CENIN para atendimento à demanda (equipe, prazo)

--

3. Cenários

	Cenários identificados
1.	
2.	
...	

3.1. Cenário 1 (Consequências possíveis "Atrasar Início", "Suspender Andamento" ou "Cancelar")

Fonte: Centro de Informática.

4.3.7.2 Recomendações para mitigar riscos na execução do Peti

Riscos para a execução do Plano Estratégico de TIC foram levantados durante a elaboração do plano e apresentados como recomendações. Podem ser citadas as seguintes:

- R 4.1 – Aumentar a quantidade de projetos setoriais para modelar processos de trabalho na Casa.
- R 7.1 – Elaborar ações para disseminar a cultura de Parlamento aberto (participação e transparência) junto aos gestores e parlamentares.
- R 7.2 – Criar mecanismos para adequar a linguagem e o conteúdo do portal institucional a seu público-alvo.

4.3.7.3 Medidas para mitigar dependência tecnológica de empresas terceirizadas

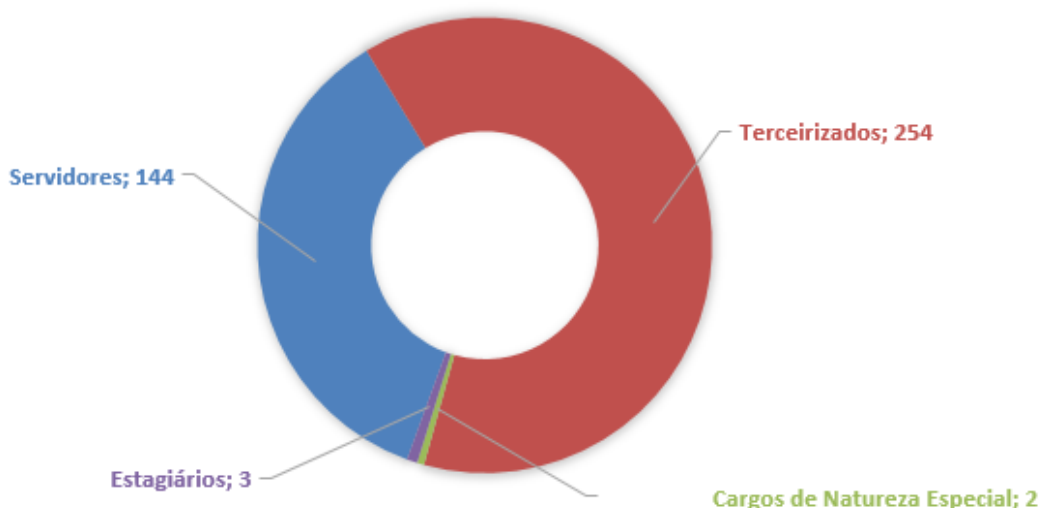
O risco de descontinuidade de serviços críticos de TIC providos por terceiros, devido ao impacto no desempenho da função institucional, pode ser muito significativo. Desta forma, foram previstas as seguintes medidas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas:

- Suporte básico efetuado por recursos internos com experiência nas soluções e equipamentos utilizados (descontinuidade de contratos de soluções de infraestrutura, como solução de suporte a antivírus, rede sem fio e controle de acesso à internet).
- Migração emergencial para equipamento/plataforma de menor porte ou *software* livre (descontinuidade de contratos de soluções de fornecimento de licenças de *software* ou sistemas operacionais, como licenças de Adobe, Microsoft e CorelDraw).
- Contratação de serviço complementar para aumentar disponibilidade (contratos de prestação de serviços de internet, como prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo e de serviços de garantia de funcionamento, atualização e suporte técnico para a solução de firewall).

4.3.8 Força de trabalho e plano de capacitação de pessoal de TIC

O Centro de Informática da Câmara dos Deputadas conta hoje com 144 servidores, dentre os quais 122 analistas legislativos – atribuição informática legislativa –, além de 2 ocupantes de Cargos de Natureza Especial (CNE), 3 estagiários e 254 funcionários terceirizados, proporção distribuída na [figura 23](#):

Figura 23 – Distribuição de pessoal no Centro de Informática



Fonte: Centro de Informática e Departamento de Pessoal.

Desde o Plano Estratégico de TI de 2010, o Centro de Informática tem investido na capacitação de seu corpo funcional na governança e gestão de TIC, o que vem sendo mantido até o momento. A distribuição dos servidores capacitados nessa trilha de conhecimento durante esse período é apresentada na [figura 24](#).

Figura 24 – Distribuição de servidores do Cenin capacitados em governança e gestão desde 2010



Fonte: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento.

Na trilha de capacitação técnica, em 2016, foram realizados 103 cursos/eventos, em especial nas áreas de inteligência de negócios, *design thinking*, estatística, banco de dados, infraestrutura e desenvolvimento web.

4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A contribuição da Câmara dos Deputados para a construção de um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável e com menor impacto sobre o meio ambiente segue a incorporação dos princípios de sustentabilidade em suas próprias atividades administrativas e operacionais e da aprovação de leis capazes de alavancar o desenvolvimento sustentável do país.

Para viabilizar esse compromisso em seu funcionamento cotidiano, foi criado o Comitê de Gestão Socioambiental (EcoCâmara), em 2003, e instituída a Política Socioambiental por meio da [Portaria n. 336, de 2010](#). Essa política é conduzida pelo EcoCâmara, que assessora a administração da Casa na inclusão dos componentes ambientais, sociais e econômicos da sustentabilidade nos processos de trabalho da área administrativa, com destaque para:

- **Compras e contratações sustentáveis:** o [Ato da Mesa n. 4, de 2011](#), trata da adoção de padrões de aquisição sustentáveis, regulamentado pela [Portaria n. 227, de 2014](#), que traz de forma objetiva os requisitos ambientais a serem observados na aquisição de diversos produtos e serviços comuns.

Ainda sobre o tema, houve, em 2016, a realização da I Jornada de Boas Práticas em Contratações Públicas com a participação de servidores da Casa e de outros órgãos da administração pública.

- **Resíduos sólidos:** o primeiro Plano de Gestão de Resíduos Sólidos Recicláveis da Câmara foi regulamentado pelo [Ato da Mesa n. 129, de 2002](#). Recentemente, em função da Lei n. 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi publicado o [Ato da Mesa n. 34, de 2015](#), criando o novo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), consoante os novos conceitos e instrumentos trazidos pela citada lei. Destaca-se que o novo PGRS ainda está em fase de conclusão. Vale ressaltar que ambos os planos (2002 e 2015) passaram a integrar os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no processo de destinação final adequada dos resíduos produzidos na Casa.

- **Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):** trata-se do principal programa de gestão socioambiental da administração pública. O programa tem sido implementado por diversos órgãos e instituições públicas das três esferas de governo, no âmbito dos três Poderes, e pode ser usado como modelo de gestão socioambiental por outros segmentos da sociedade. Em 2002, a A3P foi reconhecida pela Unesco devido à relevância do trabalho desempenhado e dos resultados positivos obtidos ao longo do seu desenvolvimento, ganhando o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente. A Câmara dos Deputados aderiu ao programa em junho de 2009.
- **Estabelecimento dos 5Rs e campanha de divulgação:** em 2016, a Câmara dos Deputados idealizou uma [cartilha virtual](#) e um [vídeo](#) para promover os 5Rs (Repensar, Reduzir, Recusar, Reutilizar, Reciclar).
- **Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS):** o PLS da Câmara está em processo de construção. Recentemente foi assinado um [termo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas da União](#) para compartilhamento da metodologia utilizada por aquele órgão na elaboração do seu Plano de Logística Sustentável (PLS/TCU).
- **Eventos relacionados à sustentabilidade:** o ano de 2016 contou com diversos eventos relacionados à sustentabilidade para servidores e cidadãos, tais como: [debate](#) “Integração terra-água: da teoria à prática”, [exposição fotográfica](#) “Bonita por Natureza”, [palestra](#) “Biodiversidade e Sustentabilidade: potencial da agroecologia, extrativismo, turismo sustentável”, oficinas para crianças, campanhas de comunicação para economia de água e energia, entre outros.
- **Outras ações de Sustentabilidade:** a página da Câmara na internet ([EcoCâmara](#)²⁴) divulga, com maior detalhamento, as ações para a sustentabilidade desenvolvidas pela Câmara.

4.4.1 Gabinete Sustentável

Outra iniciativa aprimorada pela Câmara, por meio do Departamento de Apoio Parlamentar (Deapa), diz respeito ao projeto-piloto Gabinete Sustentável, originado de proposta da Primeira-Secretaria da Casa, com foco no atendimento das diretrizes e objetivos estabelecidos pela Política Socioambiental da Câmara dos Deputados.

A iniciativa contou com a [participação de dez gabinetes parlamentares](#)²⁵ para validação da metodologia proposta e posterior extensão aos demais gabinetes que venham a demonstrar interesse em participar de uma próxima edição. O projeto tem como objetivo promover mudança comportamental das equipes dos gabinetes e dos respectivos deputados, para a busca da adoção de práticas de consumo consciente dos recursos materiais disponíveis, bem como da desmaterialização dos processos de trabalho, por meio da construção de planos de ação com metas definidas pela própria equipe, de acordo com a realidade vivenciada em cada gabinete, além do aprimoramento dos recursos de infraestrutura disponibilizados pela Casa aos gabinetes parlamentares.

4.4.2 Água e energia elétrica

Em 2016 foram realizadas várias [ações](#)²⁶ visando à redução de consumo de água e energia na Casa.

²⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

²⁵ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara/o-ecocamara/noticias/parlamentares-aderem-ao-projeto-piloto-do-gabinete-sustentavel>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

²⁶ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/consumo-agua-e-energia-2016>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

4.5 Gestão de Fundos e Programas

4.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

O Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados (FRCD) foi instituído pela [Resolução n. 18, de 1971](#), e tem como objetivo prover recursos para o aparelhamento da Casa, a solução do problema habitacional, os programas de assistência social, a melhoria das condições de trabalho de Deputados e de funcionários e outras realizações que se fizerem necessárias ao integral cumprimento da função legislativa.

Para o exercício de 2016, foi prevista a arrecadação de R\$ 12.384.177,00. A receita total realizada foi de R\$ 73.175.141,74, conforme detalhamento abaixo:

Tabela 26 – Receita prevista x receita arrecadada – FRCD

Recursos próprios	Receita (a)	Receita (b)	Diferença (b - a)
Fonte 180 – Recursos Próprios Financeiros	0,00	64.250.852,11	64.250.852,11
Remuneração de depósitos bancários	0,00	64.250.852,11	64.250.852,11
Fonte 150 – Recursos Próprios Não Financeiros	12.384.177,00	8.924.289,63	-3.459.887,37
Aluguéis e arrendamentos – principal	2.755.601,00	2.088.119,57	-667.481,43
Aluguéis e arrendamentos – multas e juros	4.342,00	4.499,08	157,08
Serviços administrativos e comerciais gerais – principal	45.154,00	75.831,60	30.677,60
Multas e juros previstos em contratos – principal	621.491,00	1.063.372,96	441.881,96
Indenizações por danos causados ao patrimônio público – principal	30.712,00	53.517,99	22.805,99
Restituições de despesas de exercícios anteriores – principal	8.926.877,00	5.077.349,75	-3.849.527,25
Outras receitas*	0,00	561.598,68	561.598,68
Total	12.384.177,00	73.175.141,74	60.790.964,74

Fonte: Tesouro Gerencial.

* Contempla receitas com multas e juros diversos e receita com alienação de veículos.

Conforme quadro acima, no exercício de 2016, houve excesso de arrecadação no total de R\$ 60.790.964,74. Esse excesso tem como principal origem a remuneração de depósitos bancários (Fonte 180 – Recursos Próprios Financeiros) no total de R\$ 64.250.852,11. Já em relação à fonte 150 (Recursos Próprios Não Financeiros) houve frustração de receita no total de R\$ 3.459.887,37.

A dotação orçamentária autorizada para o FRCD na LOA de 2016 foi de R\$ 28.472.708,00, com a seguinte distribuição por origem de recursos:

- Recursos ordinários (Fonte 100): R\$ 16.088.531,00.
- Recursos não financeiros diretamente arrecadados (Fonte 150): R\$ 12.384.177,00.

Todavia, em razão de remanejamentos de créditos, foram cancelados recursos ordinários no valor de R\$ 15.988.531,00, conforme Portaria da presidência da CD n. 19, de 23 de agosto de 2016. Além da dotação orçamentária prevista na LOA 2016, foi disponibilizado para o FRCD o valor de R\$ 24.701.537,00 (Fonte 180 – Recursos Próprios Financeiros) oriundo de créditos extraordinários para atender despesas no GND 3 – outras despesas correntes, na ação Processo legislativo – administração legislativa, conforme MP n. 750, de 2016.

A tabela abaixo apresenta a execução orçamentária no exercício por ação:

Tabela 27 – Dotação orçamentária autorizada x despesas empenhadas – FRCD

Ação	Dotação atualizada (a)	Despesas empenhadas (b)	Percentual (b)/(a)	Diferença (a - b)
Processo legislativo – administração legislativa	5.144.177,00	2.941.315,92	57%	2.202.861,08
Assistência médica e odontológica	4.200.000,00	4.200.000,00	100%	0,00
Processo legislativo – capacitação de recursos humanos	3.000.000,00	651.379,25	22%	2.348.620,75
Ampliação do edifício Anexo IV	100.000,00	45.803,99	46%	54.196,01
Processo legislativo – administração legislativa – crédito extraordinário	24.701.537,00	24.073.027,35	97%	628.509,65
Reserva de contingência – financeira	40.000,00	0,00	0%	40.000,00
Total	37.185.714,00	31.911.526,51	86%	5.274.187,49

Fonte: Tesouro Gerencial.

Conforme se observa, em 2016, as despesas empenhadas representaram 86% da dotação atualizada. Em relação aos créditos extraordinários, verifica-se que 97% da dotação foi empenhada. Cabe ressaltar ainda que neste exercício houve a descentralização de crédito no valor de R\$ 69.268,79 para atender despesas com capacitação de recursos humanos, conforme detalhado na tabela abaixo.

Tabela 28 – Destaques concedidos – FRCD

Órgão	Descrição	Valor
02000	Senado Federal	5.899,88
03000	Tribunal de Contas da União	9.856,40
10000	Supremo Tribunal Federal	1.249,38
20116	Fundo de Imprensa Nacional	728,82
20202	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	36.317,95
25000	Ministério da Fazenda	728,82
26271	Fundação Universidade de Brasília	10.427,04
36000	Ministério da Saúde	3.331,68
63000	Advocacia-Geral da União	728,82
Total		69.268,79

Fonte: Tesouro Gerencial.

As disponibilidades financeiras são representadas, exclusivamente, pelos saldos das contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento e Recursos da Conta Única Aplicados (CTU), conforme discriminado a seguir:

Tabela 29 – Disponibilidades financeiras – FRCD

Recursos financeiros	Saldo em 31/12/2015 (a)	Saldo em 31/12/2016 (b)	Diferença (b-a)
Limite de saque com vinculação de pagamento	3.639.935,61	1.235.341,62	-2.404.593,99
Recursos da Conta Única aplicados	494.160.526,46	558.720.624,20	64.560.097,74
Total	497.800.462,07	559.955.965,82	62.155.503,75

Fonte: Tesouro Gerencial.

O resultado patrimonial do exercício de 2016, apurado com base no regime de competência, foi de R\$ 64.047.700,33, oriundo basicamente de receitas de aplicação financeira.

As demonstrações contábeis do FRCD estão disponíveis para consulta no [portal da Câmara dos Deputados](#)²⁷.

²⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-orcamentaria-financeira-e-contabil/contabilidade-da-camara/demonstracoes-contabeis-do-fundo-rotativo>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

4.6 Gestão da Informação

As informações contidas neste item evidenciam as principais ações da Câmara dos Deputados vinculadas à gestão da informação, que ampliam a organização e a disseminação da produção legislativa e dos acervos histórico e bibliográfico. Além disso, as ações demonstram o uso de tecnologias como forma de preservar o meio ambiente para as novas gerações e disponibilizar a uma parcela maior da sociedade as informações aqui produzidas ou custodiadas. São evidenciadas também as ações de preservação dos suportes físicos que visam a garantir a integridade e o acesso a informação no decorrer dos anos, explicitando o zelo da instituição com o patrimônio público.

4.6.1 Organização da informação legislativa

A Câmara dos Deputados disponibiliza para o cidadão, por meio de seu [portal](#)²⁸, as proposições em discussão e as matérias que tramitam na Casa. Em 2016 foram indexadas e descritas 3.296 novas proposições e inseridas as legislações por elas citadas. Somam-se a isso a inclusão, correção e atualização de 645 proposições arquivadas, anteriores a 1988, que estavam registradas apenas em papel e agora estão disponíveis com todas as informações de tramitação no portal da Câmara dos Deputados. Para se ter uma ideia da importância de tal atividade, a área “Proposições” foi o terceiro conteúdo mais acessado durante o ano de 2016, com 22.348.689 acessos.

A indexação e a descrição das proposições são necessárias para a fidedigna recuperação da informação, constituindo-se em processos de trabalho de alta relevância para a sociedade.

As normas federais (lei ordinária, lei complementar, emenda constitucional e outras) e normas internas (resolução, ato da mesa, portaria e outras), desde o tempo do Império, também estão disponíveis no [portal](#)²⁹. Em 2016 foram inseridos 1.560 atos normativos novos e indexadas 3.359 normas com o intuito de melhorar e facilitar as pesquisas realizadas pelo cidadão. No ano de 2016, a área “Legislação” do portal recebeu 5.529.063 acessos.

A sociedade também pode ter acesso às informações biográficas e da atividade dos parlamentares, atores do processo legislativo, no [portal](#)³⁰. Em 2016 foram atualizadas 11.905 informações acerca do cadastro parlamentar, biografias e movimentação parlamentar. Durante o ano de 2016, a área “Deputados” do portal recebeu 15.991.559 acessos.

Acesse <http://www2.camara.leg.br/sobre-o-portal/estatisticas> para obter mais informações sobre as estatísticas do portal da Câmara dos Deputados.

4.6.2 Gestão dos acervos informacionais

4.6.2.1 Preservação

4.6.2.1.1 Conservação preventiva

A conservação preventiva compreende os processos de higienização de livros e documentos, higienização e acondicionamento de acervo audiovisual e restauração.

²⁸ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

²⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

³⁰ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

4.6.2.1.1.1 Higienização de livros e documentos

O processo de higienização de livros e documentos é parte integrante das atividades de conservação preventiva dos acervos arquivísticos e bibliográficos da Câmara dos Deputados e compreende o trinchamento de livros e documentos e a limpeza de estantes, caixas e prateleiras.

Uma parte desse trabalho é realizada por profissionais portadores de deficiência intelectual, por meio de contrato com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae/DF), cuja finalidade é auxiliar no processo de preservação e disseminação da informação, bem como na conservação preventiva e aumento da vida útil de nossos acervos. Além disso, amplia as possibilidades de inclusão no mercado de trabalho e na sociedade de pessoas com deficiência intelectual ou múltipla, permitindo-lhes o pleno exercício de seus direitos e deveres de cidadãos.

Em 2016 foram higienizados:

- 7.329 prateleiras;
- 43.691 caixas de arquivo;
- 29.155 livros; e
- 2.156.522 folhas de livros e documentos.

4.6.2.1.1.2 Higienização e acondicionamento de acervo audiovisual

O projeto de higienização e acondicionamento de fotografias e negativos pertencentes ao acervo audiovisual da Câmara dos Deputados teve início em 2016. Um total de 137.518 fotogramas e 4 mil fotografias foram tratados.

4.6.2.1.1.3 Restauração

A restauração é um conjunto de medidas que objetivam o restabelecimento, estabilização ou reversão de danos ocorridos aos bens culturais. Além de incluir os procedimentos de conservação, uma vez que esses dois aspectos estão interligados, atua especificamente nos valores históricos e estéticos dos objetos que representam esses bens, restituindo esses valores tanto quanto possível, fundamentando-se no respeito à originalidade e nas referências documentais, de acordo com as normas técnicas e princípios éticos reconhecidos na área de preservação.

Esses bens, que constituem os elementos formadores do patrimônio histórico e cultural da Câmara dos Deputados, são a representação de nossa memória legislativa, permitindo que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade de nosso povo. A preservação desses bens significa a preservação da história e acima de tudo o respeito pelas futuras gerações.

Em 2016 foram restaurados na Câmara dos Deputados aproximadamente 3.389 documentos, compreendendo obras raras, plantas arquitetônicas originais da construção do Palácio do Congresso Nacional e documentos históricos datados desde meados de 1823, além de cerca de 40 objetos museológicos, entre presentes protocolares, telas, esculturas, vasos, mobiliário e painéis integrados à arquitetura.

4.6.2.2 Acervo arquivístico

O acervo arquivístico da Câmara dos Deputados, reconhecido patrimônio documental e cultural brasileiro, é formado por documentos que datam da criação do Parlamento brasileiro, em 1823, quando do início dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, até os dias atuais. Reúne documentos produzidos pela Câmara dos Deputados e pelas diversas Assembleias Constituintes em variados formatos e suportes, como papel, áudio, vídeo, manuscritos, mapa, microfilme, fotografias e outros, destacando-se os documentos oriundos do processo legislativo (autos das CPIs, dossiês das proposições legislativas e de audiências públicas

diversas, etc.) e da gestão administrativa da Casa. Parte desse acervo já se encontra disponível no portal da Casa, por meio das abas “Atividade Legislativa” e “Transparência”.

Pela importância desse acervo, em 2016, foi concluído o processo de adequação do depósito para atender às normas internacionais de preservação de documentos em seus mais diversos suportes, observando requisitos específicos de preservação documental. Além da aderência aos níveis de temperatura e umidade relativa do ar, a ação promoveu a ampliação da área de depósito em 168 metros lineares, além da disponibilização de um móvel específico para acondicionamento de material audiovisual da TV Câmara. Foi possível, também, climatizar salas com as condições ambientais ideais para cada tipo de suporte, ampliando sua perspectiva de perenidade. Além disso, foi ampliada e redistribuída a quantidade de câmeras de vigilância do depósito. Todas essas ações possibilitam a garantia de integridade e autenticidade da informação disponibilizada ao cidadão nos termos que preconiza a Lei de Acesso a Informação (LAI).

A cada ano, parte desse acervo é eliminada conforme legislação federal e normas e instrumentos internos, bem como novos documentos são recebidos das diversas unidades administrativas após terem cumprido suas funções iniciais. Em 2016, foram eliminadas 859 e recebidas 3.613 caixas-arquivo, cuja capacidade de armazenamento é de 10 cm de largura. Outras 1.440 caixas-arquivo estão em processo de avaliação para descarte.

A necessidade de discutir as políticas arquivísticas adotadas pela Casa, e no escopo da ampliação da parceria entre as duas Casas do Legislativo, os Centros de Documentação e Informação da Câmara e do Senado organizaram o 1º Seminário de Gestão Arquivística de Documentos do Legislativo Federal, ocorrido em outubro de 2016, no auditório do Interlegis. O evento permitiu a discussão, no viés da experiência do Legislativo federal, das práticas arquivísticas relacionadas à gestão e preservação de documentos digitais, discutindo aspectos de certificação digital, sistemas de informação voltados para os documentos arquivísticos, instrumentos de classificação e normas, num total de dez palestras. Houve participação maciça das duas Casas, bem como de representantes de instituições de várias partes do país.

4.6.2.3 Acervo bibliográfico

A Câmara dos Deputados disponibiliza ao público, em dias úteis, das 9h às 18h30, a Biblioteca Pedro Aleixo, que oferece espaço para estudo e consulta ao acervo. Além disso, são oferecidos computadores com acesso à internet e sala equipada com *software* de leitura de tela para pessoas com deficiência visual.

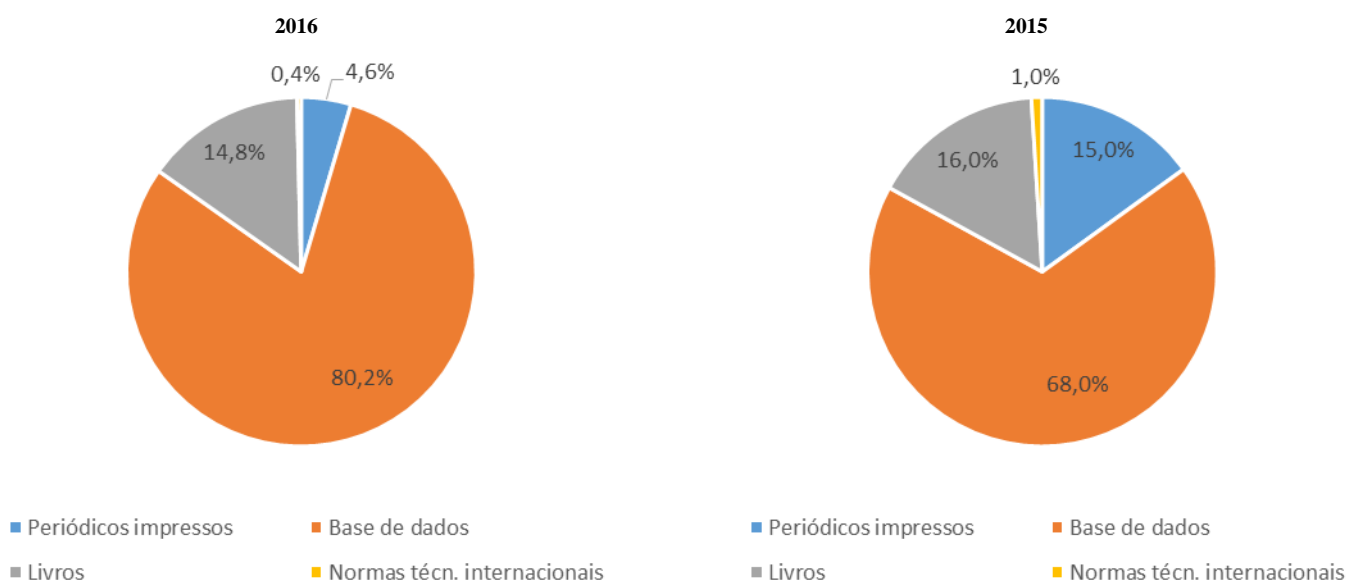
Tabela 30 – Movimento da biblioteca – 2016

Item	Quantidade
Média mensal de circulação de pessoas	8.000
Usuários cadastrados (parlamentares, servidores e funcionários terceirizados)	5.667
Empréstimo de livros (facultado aos usuários cadastrados)	31.550
Empréstimo de livros para outras bibliotecas	4.108

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Biblioteca Aleph e Portal Eletromagnético.

Por fim, destaca-se que a tendência de migração da aquisição do material bibliográfico impresso para o digital vem se confirmando e tem seus aspectos positivos, pois representa maior economia de espaço físico para armazenamento de material, sustentabilidade na redução do uso do papel, bem como economia de recursos humanos com a redução da mão de obra especializada que seria necessária para o tratamento do material impresso.

Figura 25 – Comparativo de despesas com material bibliográfico – 2016 x 2015



Fonte: Sistema de Gestão Orçamentária da Câmara dos Deputados (Siorc).

4.6.3 Disseminação da informação

A Câmara dos Deputados tem empreendido esforços para digitalizar e microfilmar seus documentos, com o objetivo de ampliar a disseminação da informação e garantir a preservação do arquivo físico e a integridade dos dados em sua originalidade, para usufruto da sociedade e das gerações futuras.

Em 2016, foram realizadas: a digitalização de cerca de 3.717.768 imagens de documentos históricos, bibliográficos e arquivísticos; a produção de 316 microfilmes, com cerca de 2.476.819 fotogramas de documentos da atividade legislativa, financeira e administrativa da Casa; e a publicação no *site* institucional de 357 edições do *Diário da Câmara dos Deputados* e seus suplementos, com total aproximado de 84.080 páginas disponibilizadas.

Além disso, a Câmara promoveu ações de capacitação para servidores de áreas específicas sobre o tratamento das informações sigilosas e o atendimento às demandas da Lei de Acesso a Informação, além de elaborar o Manual de Procedimentos para o Tratamento da Informação com Restrição de Acesso, que será publicado em 2017.

4.6.3.1 Documentos históricos

Com o objetivo de ampliar o acesso da sociedade às informações legislativas, foi organizada a exposição “Oh, Igualdade! Por que tardas?”, com a utilização de documentos originais pertencentes ao acervo arquivístico da Casa e a reprodução de documentos de outras instituições. O tema principal foi a busca feminina pela igualdade política no Brasil e como as mulheres estão representadas no Parlamento brasileiro. O lançamento da exposição contou com a colaboração do Centro Cultural e da Secretaria da Mulher. Houve a realização de palestra com especialistas na áreas e o lançamento da publicação *Bertha Lutz*, da série Perfis Parlamentares, que trata da deputada e de sua atuação na busca pela participação feminina na política brasileira. A exposição e

a publicação do livro coroaram o estudo iniciado há mais de quatro anos no Arquivo da Câmara dos Deputados pela pesquisadora da Universidade de Brasília, Prof.^a Dra. Teresa Cristina de Novaes Marques.

A riqueza do acervo histórico e a metodologia de tratamento adotada pela Câmara dos Deputados propiciaram o convite para que servidora desta instituição iniciasse o ciclo de palestras intitulado “Encontro com Especialistas: acervos documentais brasileiros”, ocorrido em dezembro de 2016, na cidade de São Paulo, sob a promoção e a expensas do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, com a palestra “Acervos Legislativos: o Arquivo da Câmara dos Deputados do Brasil”.

4.6.3.2 Documentos bibliográficos

A **Biblioteca Digital**³¹ da Câmara dos Deputados reúne conteúdos informacionais relevantes para as atividades legislativas. Seu acervo está disponível à comunidade em geral e reúne coleções editadas pela Edições Câmara, trabalhos de órgãos técnicos da Casa, obras raras, valiosa produção acadêmica de servidores da Câmara dos Deputados, estudos e notas técnicas das consultorias legislativa e de orçamento. Somente no ano de 2016, 754 documentos foram inseridos e disponibilizados ao público, com acesso ao texto integral. Nesse mesmo período, foram realizadas 153.114 pesquisas, sendo as obras mais acessadas:

- Constituição da República Federativa do Brasil em áudio;
- Lei n. 8.112/1990 em áudio;
- Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

4.6.3.2.1 Busca Integrada de Bibliografia (BIB)

Trata-se de uma ferramenta de alta tecnologia que integra informações de diversas bases de dados bibliográficas e apresenta ao usuário uma interface de consulta única, provendo acesso às informações de maneira ágil, simples, com critérios de relevância e oferecendo recursos que agregam valor à pesquisa bibliográfica.

Esse recurso foi implantado, em março de 2016, inicialmente para uso interno. A partir de 2017 será disponibilizada para toda a sociedade e unificará a pesquisa em todo o catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI) e nos acervos das bibliotecas digitais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Ressalta-se que a ferramenta foi adquirida pela Câmara dos Deputados para ser compartilhada, também, com o Senado Federal em contrapartida ao uso do sistema de gerenciamento de bibliotecas (Aleph) pela Biblioteca da Câmara dos Deputados. Esse compartilhamento representou uma economia de recursos públicos, tendo em vista que a aquisição separada pelas duas Casas implicaria maiores gastos.

³¹ Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

4.6.3.3 Produção editorial

Com mais de 1.500 títulos publicados desde 1972, a Edições Câmara produziu, em 2016, 106 publicações em diversos formatos.

Em agosto, foi lançada a [livraria virtual](#)³² da Câmara dos Deputados. No *site* também é disponibilizada gratuitamente a versão digital de todos os livros da editora. Os títulos mais vendidos foram a Constituição Federal, o Curso de Regimento Interno e o Código de Processo Civil. Entre os livros mais baixados estão a Constituição Federal e o Regimento Interno, com mais de 30 mil *downloads* cada um.

Figura 26 – Balanço 2016 – Edições Câmara



Fonte: Coordenação Edições Câmara.

Em relação aos *e-books* da editora, destaca-se que, em 2016, foram realizados mais de 350 mil *downloads* nas lojas de livros digitais Google Play Livros, iBooks Store e Kobo Store. Além disso, os *e-books* figuram entre os mais baixados, inclusive por usuários de países como Peru, México, Nigéria, Alemanha, Holanda, Itália, Indonésia, Filipinas, Vietnã e China.

³² Disponível em: <<http://livraria.camara.leg.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

5. RELACIONAMENTO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de Acesso do Cidadão

Em 2014, o Comitê Gestor do Relacionamento, integrante da estrutura de governança da Casa (ver [item 3.1](#)), apresentou o primeiro relatório conjunto das iniciativas de relacionamento com a sociedade de todos os órgãos que o integram, bem como registrou todos os normativos vigentes e o histórico de construção e consolidação do comitê.

Para o presente relatório, como nos anos anteriores, são apresentadas a consolidação dos dados originados da interação da sociedade com a Câmara dos Deputados por intermédio de uma multiplicidade de canais bilaterais e multilaterais, possibilitando oportunidades diversas a segmentos sociais heterogêneos, de acordo com suas preferências e com os recursos tecnológicos disponíveis. As interações bilaterais se dão por intermédio dos meios eletrônico, telefônico, presencial e por correspondência; enquanto as interações multilaterais são viabilizadas por meio de enquetes, fóruns, *chats*, mídias sociais e do portal e-Democracia.

Como ponto de destaque, registre-se que ao longo de 2016, como resultado do Projeto Corporativo Sistema de Gestão do Relacionamento, foi parametrizado o aplicativo licitado no final de 2015, em atividade conjunta entre a empresa fornecedora do sistema – Extreme Digital Consultoria, o Centro de Informática; e representantes do Comitê Gestor do Relacionamento, para dar suporte às ações de gestão de relacionamento com a sociedade, com funcionalidades que facilitarão o monitoramento das interações, a consolidação dos dados, a integração de iniciativas entre os órgãos da Câmara, e também a mensuração da satisfação do cidadão que se relaciona com esta Casa por intermédio dos diversos canais disponíveis.

A nova plataforma entrou em operação no Portal no dia 20 de dezembro de 2016 e está disponível no novo canal Fale Conosco da Câmara dos Deputados, no endereço www.camara.leg.br. As demandas recebidas entre os dias 20 e 31 de dezembro de 2016 foram processadas por intermédio do novo sistema e consolidadas nos relatórios de atendimentos realizados.

Com a nova plataforma, os cidadãos que interagem com esta Casa, por meio do Fale Conosco, e da Central de Comunicação Interativa – serviço Disque Câmara ligação gratuita 0800 619 619 poderão usufruir de diversos benefícios, dentre os quais:

- Monitorar o processo de atendimento da demanda, por meio de página personalizada no Portal da Câmara dos Deputados;
- Receber notificações por e-mail quando o processo de atendimento for finalizado;
- Contar com um espaço único de interações com a Câmara, em que todas as demandas e respostas estarão disponíveis em um único local, compondo um histórico de relacionamento com esta Casa;
- Sempre dispor das respostas às suas solicitações, podendo ser acessadas de qualquer local, por meio da Internet;
- Ter a possibilidade de avaliar o atendimento de forma simples e ágil.

Mais informações sobre a modernização do Fale Conosco podem ser obtidas no link <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/institucional/materias/521501-FALE-CONOSCO-PASSARA-POR-MODERNIZACAO.html>.

Todas as iniciativas do Comitê Gestor do Relacionamento são realizadas de acordo com as diretrizes e competências da gestão do relacionamento na Câmara dos Deputados, estabelecidas pelo [Ato da Mesa n. 58, de 2013](#), e nas Portarias [n. 111, de 2013](#), e [n. 410, de 2013](#), que dispõem sobre a criação do CGR e a designação de seus integrantes, respectivamente.

5.1.1 Canais bilaterais de interação

Por intermédio de uma estratégia unificada de relacionamento com o cidadão, respaldada pelas normas elencadas acima, realiza-se a gestão dos tipos de demanda, possibilitando um tratamento mais efetivo, rápido e transparente a elas. O processo tem início na triagem realizada pela Central de Comunicação Interativa (CCI) – 0800, que analisa todas as mensagens recebidas pelo sistema Fale Conosco e responde àquelas ao alcance de suas competências. As demais mensagens são encaminhadas às respectivas áreas gestoras, para que procedam às pesquisas e aos encaminhamentos necessários para possibilitar a resposta ao cidadão.

Em 2016, verificou-se decréscimo de 22,7% em relação ao número de demandas recebidas em 2015. Historicamente, há um deslocamento de foco para a política local em anos de eleições municipais, mas há uma circunstância adicional que necessita ser levada em consideração para analisar esse resultado: a descontinuidade do serviço de *call center*, em 16 de agosto de 2016, pelo término do Contrato n. 131/2015 e pela anulação do Pregão Eletrônico n. 67/2016, cujo objetivo era a contratação de nova empresa. O novo contrato entrou em operação apenas em 1º de novembro de 2016, mas ainda sem sistema de registro, que passou a ser utilizado apenas em 20 de dezembro daquele ano, com a implantação do novo sistema de gestão do relacionamento da Câmara dos Deputados (ver [item 5.1](#)).

Nesse intervalo, o atendimento dos serviços 0800 da Câmara foi realizado de forma parcial por meio do Contrato n. 146/2015. Durante esse período houve apenas registros manuais de manifestações e solicitações de informações, o que parece ser a causa de um decréscimo expressivo em comparação a 2015, especialmente nas manifestações que contêm o posicionamento dos cidadãos em relação a proposições legislativas em tramitação na Câmara e também em relação aos principais fatos que permeiam o cenário político no país.

Observa-se que o tipo de demanda que lidera o *ranking* das interações bilaterais são as manifestações, mensagens que contêm o posicionamento dos cidadãos em relação às proposições legislativas em tramitação na Câmara e aos principais fatos que permeiam o cenário político no país.

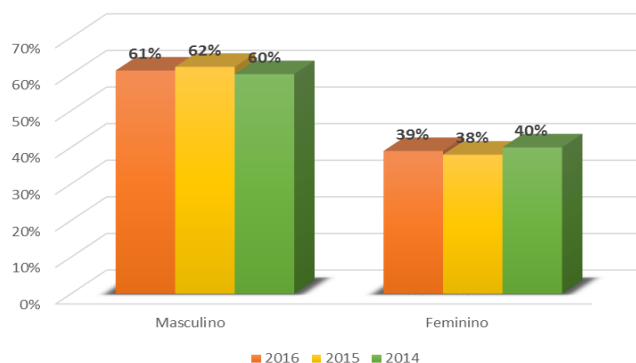
Tabela 31 – Número de demandas atendidas, por tipo, em 2016

Tipo de demanda	Quantidade
Manifestação	45.537
Solicitação	15.896
Lei de Acesso à Informação	44.024
Sugestão	318
Reclamação	1.575
Elogio	51
Denúncia	16
TOTAL	107.414

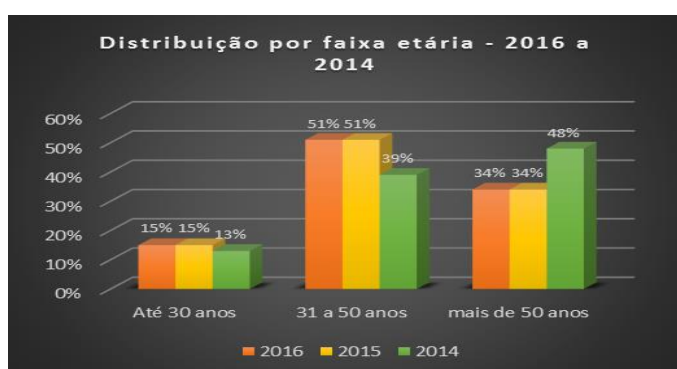
Fonte: Comitê Gestor do Relacionamento.

Em relação ao perfil dos solicitantes, considerados os usuários que interagiram com a Câmara dos Deputados em 2016 e registraram seu perfil, percebe-se que:

Distribuição dos solicitantes, por sexo - 2016 a 2014

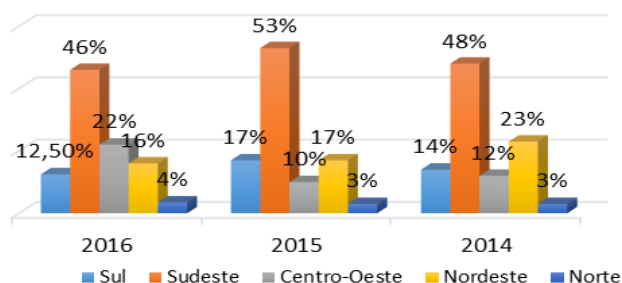


- A participação masculina mantém-se predominante, apesar de constante mobilização e esforços desta Casa em ações que contribuam para a equidade de gênero e para a participação política feminina.



- A participação mais expressiva nas interações bilaterais ocorre a partir dos 30 anos, como se observa na figura ao lado.

Distribuição por região



- A preponderância da região Sudeste se mantém, conforme anos anteriores, mas declinou alguns pontos percentuais em relação a 2015. É notório o baixo percentual de participação da região Norte.

5.1.2 Canais multilaterais de interação

Os canais multilaterais de interação estão sob a responsabilidade do Laboratório Hacker (LabHacker), integrante da estrutura da Diretoria-Geral, e da Secretaria de Comunicação Social (Secom).

É importante ressaltar que a Câmara dispõe de diversas ações de interação multilateral, com objetivo de ampliar a transparência do processo legislativo e direcionar as contribuições originadas na participação popular aos parlamentares em exercício, de modo que possam considerar em suas decisões legislativas aspectos colocados em evidência pela sociedade, por intermédio de discussões virtuais.

5.1.2.1 Laboratório Hacker (LabHacker)

O LabHacker, normatizado pela [Resolução n. 49, de 2013](#), tem por finalidade promover ações de transparência e participação social no processo legislativo. O laboratório também é responsável pela governança do portal e-Democracia, uma plataforma de participação com múltiplas ferramentas, que amplia a transparência da atividade legislativa e a interação entre os parlamentares e a sociedade.

Ao longo de 2016, motivado pela evolução do cenário global de participação em governos, o LabHacker desenvolveu o novo portal e-Democracia centrado no usuário e com uma interface inovadora e amigável. O portal agregou novas versões de algumas de suas ferramentas/funcionalidades de participação, descritas sucintamente a seguir:

- Login unificado – de modo que outras ferramentas de participação oportunas possam ser acopladas, desde que possuam acesso livre ao código-fonte e disponibilização de APIs.
- Personalização dos conteúdos – os conteúdos deixaram de ser organizados em Comunidades Legislativas para serem apresentados em raias diferenciadas por ferramentas de participação. O usuário pode configurar a exibição dos conteúdos participativos da plataforma conforme seus temas de preferência.
- Expressão – inovadora versão de fórum virtual que minimiza a pulverização da discussão por meio da apresentação de tópicos de discussão segundo critérios de recenticidade e relevância; de orientações preliminares à criação de tópicos; de sistema de notificação de semelhança com tópicos preexistentes; e da possibilidade de interações simples do usuário (curtir, favoritar e compartilhar).
- *Wikilegis* – além de um *design* mais fluido e atraente, o novo editor colaborativo de leis permite a inclusão de vídeos explicativos, por meio dos quais os deputados convidam à participação e descrevem os principais pontos do projeto de lei. Outra novidade é a integração com o sistema de tramitação das proposições legislativas da Câmara dos Deputados (Sileg), que incorpora na página do projeto de lei no *Wikilegis* informações sobre as fases do processo legislativo em que a proposição se encontra.
- Audiência pública interativa – ferramenta que promove a audiência e interação em tempo real com as audiências públicas. Numa nova versão da ferramenta, o *chat* foi separado do local para perguntas às autoridades presentes fisicamente à audiência pública. Agora as perguntas são ranqueadas pelos próprios internautas, de modo a organizá-las por ordem de relevância.

Para difundir a cultura da participação democrática e o desenvolvimento colaborativo de tecnologias que contribuam para o aprimoramento da transparência pública, o Laboratório Hacker promoveu a abertura do código do portal e-Democracia, disponibilizando-o na plataforma de compartilhamento [GitHub](#). Com isso, qualquer assembleia legislativa ou câmara municipal que tiver interesse poderá usar o código para ter seu próprio portal de interação com a sociedade.

Cabe ressaltar que a migração da versão anterior do portal e-Democracia foi integralmente realizada em 2016 e que, ao final do citado ano, o novo portal registrou mais de 37 mil usuários (1.968 novos cadastros), os fóruns do portal receberam mais de 1.700 postagens, visualizadas por mais de 220 mil pessoas. Além disso, mais de 22 mil mensagens foram enviadas nas 157 salas de bate-papo realizadas neste ano, que contaram com a participação de 3.071 pessoas, uma média de mais de 19 usuários por sala. Nesse mesmo ambiente virtual, foram oportunizados debates interativos por ocasião das 12 comissões gerais ocorridas no Plenário Ulysses Guimarães no ano de 2016.

Além de estimular o desenvolvimento de aplicações digitais das informações legislativas, o Laboratório promoveu em 2016 diversas atividades, articulando a rede entre parlamentares, sociedade civil, *hackers* e laboratórios de inovação, tais como: debates com especialistas sobre premissas colaborativas e ações das instituições públicas para estimular a inovação e a participação

social; *hackday*, sobre prospecção de novas tecnologias e suas potenciais utilizações no trabalho legislativo; oficinas com crianças integrando tecnologia e cidadania.

O laboratório também participou de diversos eventos nacionais e internacionais nas áreas de participação social, transparência na gestão de dados públicos, inovação legislativa e Parlamento aberto. Destaca-se a participação como organizador do primeiro Hackathon legislativo global, realizado em junho, na Câmara dos Deputados do Chile, durante a World e-Parliament Conference; e do *workshop* Institutionalizing Parliamentary Openness: Innovative Models for Driving Reform, que compôs a programação da [Cúpula Mundial da Open Government Partnership \(OGP\)](#), realizada em dezembro em Paris.

5.1.2.2 Secretaria de Comunicação Social

No âmbito da Secom, reestruturada por meio do [Ato da Mesa n. 68, de 2013](#), foi criada a Coordenação de Participação Popular (CPP), que coordena as manifestações que chegam à Câmara dos Deputados por meios eletrônicos, mídias sociais e sistema 0800. As demandas (solicitações, críticas, elogios e sugestões) recebidas por esses canais são respondidas nas próprias ferramentas ou, a depender da complexidade, o usuário é direcionado ao serviço 0800/Fale Conosco.

As ferramentas disponíveis para interação digital são:

- ✓ **Comentários nas reportagens:** possibilita a participação dos cidadãos por meio de comentários nas matérias do [portal Câmara Notícias](#). Em 2016, 10.288 internautas comentaram em 2.012 conteúdos jornalísticos do portal da Câmara. Somente a matéria sobre inibidores de apetite ([PL n. 2.431/2011](#)) recebeu 650 comentários. Outro assunto que se destacou em manifestações foi o [PL n. 4.850/2016](#), que cria medidas de combate à corrupção.
- ✓ **Comissão Geral:** quando o Plenário da Câmara se reúne em Comissão Geral, o internauta pode acessar a sala interativa do [portal e-Democracia](#) e enviar suas manifestações, que são divulgadas ao vivo na TV Câmara e encaminhadas aos deputados. Em 2016, foram 233 cidadãos se manifestando nas 10 comissões gerais realizadas durante o ano.
- ✓ **Mídias sociais:** esses meios vêm se afirmando com cada vez mais força como essenciais (e com imenso potencial para ser explorado) para fortalecer a interação entre Estado e sociedade. Em 2015, os dois principais canais da Câmara dos Deputados nas mídias sociais se unificaram: no Twitter e no Facebook, o conteúdo das *fanpages* “CamaraNoticias” foi integrado ao endereço “CamaraDeputados” e a gestão de mídias sociais da Secom passou à Coordenação de Divulgação Institucional. Em 2016, os 10 perfis institucionais conquistaram 996.423 fãs, que interagiram 714.883 vezes nas diferentes páginas, por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos.

A Câmara tem participado ativamente nas principais mídias sociais. Essas iniciativas vêm sendo atualizadas, em sua totalidade, com participação da Gestão do Relacionamento. A Secretaria de Comunicação Social monitora, por meio da Coordenação de Participação Popular, os perfis no Facebook e no Twitter.

Embora haja avanços relacionados à gestão de canais multilaterais de relacionamento, com a criação do LabHacker e da CPP, a governança das ações de interatividade baseadas na *web 2.0* ainda não foi plenamente estabelecida em nível corporativo.

5.2 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

A Secom é responsável pelo atendimento à população por meio dos serviços 0800 e Fale Conosco e também possui um núcleo dedicado a acolher as demandas específicas da Secretaria. Além do papel de esclarecimento de dúvidas, esses canais também funcionam como mecanismos de avaliação do trabalho da Casa e da Secom, já que o cidadão também pode encaminhar críticas, elogios e sugestões.

É possível aferir a satisfação do cidadão com os veículos de comunicação através da variação da quantidade de elogios e críticas recebidos pelo 0800 e pelos próprios veículos de comunicação. Esse procedimento é realizado regularmente e os resultados encaminhados aos gestores com o objetivo de monitorar, ainda que sem validade estatística, o crescimento da satisfação ou insatisfação dos usuários.

A tabela abaixo demonstra a variação do número de reclamações e elogios entre 2015 e 2016:

Tabela 32 – Variação do número de críticas e elogios entre 2015 e 2016

	Elogios	Críticas
2015	166	1.622
2016	66	951
Variação	- 60,24%	- 41,37%

Fonte: Secretaria de Comunicação Social.

Cabe ressaltar que essas mensagens de avaliação (críticas, elogios e sugestões) também são recebidas na forma de comentários que os cidadãos podem fazer nas matérias do Câmara Notícias e aos conteúdos da Rádio e da TV Câmara. Assim como os dados do Fale Conosco, essas informações são utilizadas como elementos para elaboração de novos conteúdos e implantação de melhorias.

5.3 Mecanismos de Transparência das Informações na Câmara dos Deputados

O [portal](http://www.camara.gov.br)³³ da Câmara dos Deputados na internet oferece serviços e conteúdos que reforçam o compromisso da instituição com a transparência na divulgação das informações de interesse público. Entre eles, destacam-se os seguintes:

Quadro 30 – Portal da Câmara dos Deputados

Nome do serviço e URL da página	Descrição
1. Acesso a informação http://www2.camara.leg.br/transparencia/lei-de-acesso-a-informacao/	Atendimento e acesso às informações da Câmara disponíveis ao cidadão, com base na Lei de Acesso à Informação.
2. Boletins eletrônicos http://www2.camara.leg.br/transparencia/sispush	Informações atualizadas sobre a atuação dos deputados, proposições e notícias, enviadas ao cidadão por e-mail.
3. Comissões http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes	Informações sobre as atividades das comissões da Câmara, tipos, composição, reuniões, votações, notícias e outros conteúdos.
4. Comunicação http://www2.camara.leg.br/comunicacao	Serviços, notícias e conteúdos multimídia produzidos pelos veículos de comunicação da Câmara: Câmara Notícias , TV e Rádio . Nessa área também há informações para jornalistas, Assessoria de Imprensa .
5. Conheça a Câmara http://www2.camara.gov.br/a-camara/conheca	Funcionamento da estrutura político-administrativo da Câmara dos Deputados, informações históricas e principais atribuições.
6. Conheça os deputados http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa	Informações sobre a biografia dos deputados e sua atuação parlamentar na Câmara.
7. Cota para o exercício da atividade parlamentar http://www2.camara.gov.br/transparencia/cota-para-exercicio-da-atividade-parlamentar	Informações sobre a utilização da cota para o exercício da atividade parlamentar.

³³ Disponível em: <www.camara.leg.br>. Acesso em: 13 mar. 2017.

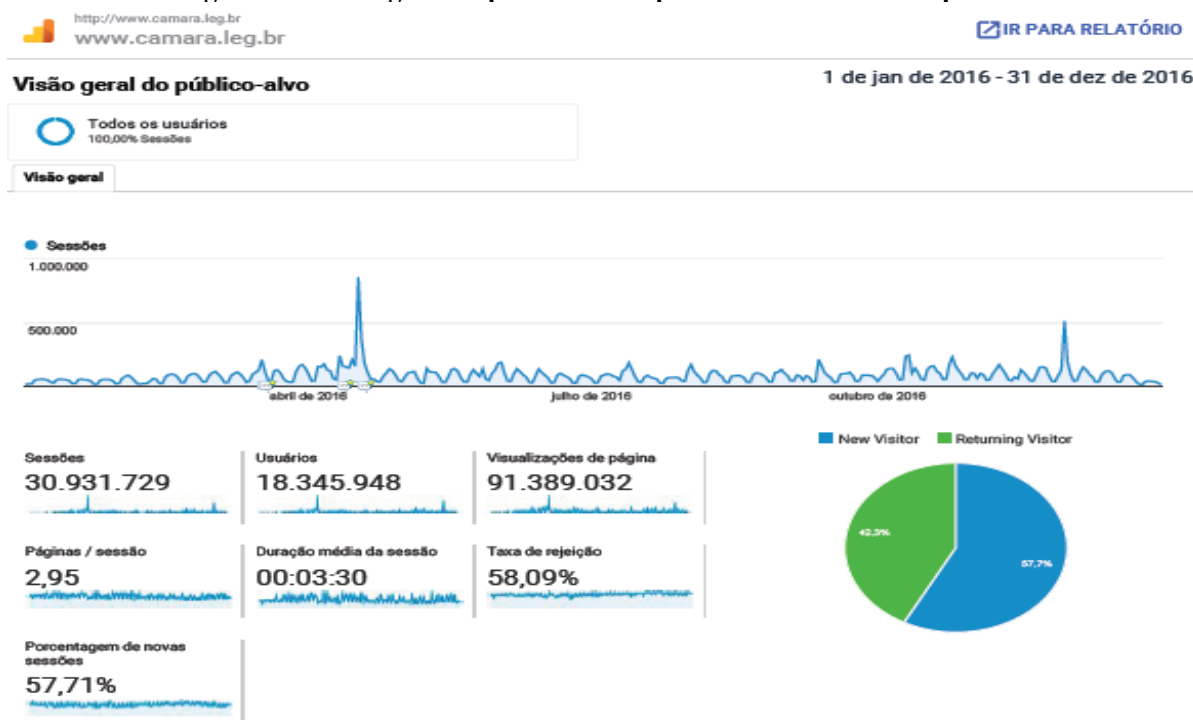
Nome do serviço e URL da página		Descrição
8.	Dados abertos https://www2.camara.leg.br/transparencia/dados-abertos/	Dados brutos em formato aberto para utilização em aplicações digitais.
9.	Discursos e notas taquigráficas http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas	Consulta aos discursos, pronunciamentos e notas taquigráficas registradas em Plenário ou nas comissões da Casa.
10.	Educação para a democracia http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/educacao-para-a-democracia-1	Divulgação de programas de estágio para universitários, cursos presenciais e a distância para cidadãos, visitação pedagógica e jornadas presenciais, entre outras iniciativas.
11.	Gestão na Câmara http://www2.camara.gov.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/	Informações sobre gestão na Câmara dos Deputados, incluindo gestão de recursos humanos, administrativa, estratégica, estatísticas dos trabalhos legislativos e relatórios de auditoria do Controle Interno.
12.	Histórico de movimentação parlamentar http://www2.camara.gov.br/deputados/historico-de-movimentacao-parlamentar	Informações sobre mudanças ocorridas nos mandatos parlamentares, como filiação partidária e participação em comissões.
13.	Imóveis funcionais e auxílio-moradia http://www2.camara.gov.br/transparencia/imoveis-funcionais	Informações sobre a ocupação dos imóveis funcionais e auxílio-moradia oferecidos pela Câmara dos Deputados.
14.	Laboratório Hacker (LabHacker) http://www2.camara.leg.br/transparencia/laboratorio-hacker	Promoção de ações colaborativas visando ao aprimoramento da transparência legislativa e da participação popular.
15.	Legislação federal e interna http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao	Pesquisa de legislação federal e interna (Constituição, Regimento e outras normas).
16.	Licitações e contratos http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes	Informações sobre licitações em andamento e realizadas pela Câmara dos Deputados (editais, contratos e obras).
17.	Orçamento da União (emendas, acompanhamento e fiscalização) http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/	Consultas e relatórios sobre processo de elaboração, execução, fiscalização e controle legislativo do Orçamento da União.
18.	Participação https://www2.camara.leg.br/participe/a-participacao-na-camara	Divulgação dos principais instrumentos de participação oferecidos pela Câmara à sociedade: debates no e-Democracia , eventos na Câmara , redes sociais , Fale com o Deputado , Fale Conosco e Sua proposta pode virar lei .
19.	Plenário http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario	Informações sobre as atividades do Plenário: agenda, pauta, presença nas sessões e resultado das votações.
20.	Processo legislativo http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/processolegislativo/	Informações sobre o funcionamento do processo legislativo em geral.
21.	Projeto de lei de iniciativa popular http://www2.camara.leg.br/participe/sua-proposta-pode- virar-lei	Serviço que possibilita à sociedade apresentar um projeto de lei à Câmara dos Deputados, conforme art. 61, § 2º, da Constituição Federal do Brasil.
22.	Proposições legislativas http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada	Pesquisa sobre proposições legislativas e sua tramitação na Casa.
23.	Publicações e acervos http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa	Consulta a publicações e documentos do Arquivo da Câmara e do acervo da Biblioteca , além de acesso a boletins administrativos , diários e anais , estudos e notas técnicas , compilações de temas em destaque e à Livraria da Câmara .
24.	Recursos humanos http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos	Informações sobre concursos e quadro de pessoal da Câmara dos Deputados (deputados, servidores e profissionais contratados): nome, lotação, remuneração e contracheques.

Nome do serviço e URL da página		Descrição
25.	Responsabilidade social http://www2.camara.gov.br/responsabilidade-social/a-pratica-na-camara	Página institucional para divulgação das iniciativas de responsabilidade social promovidas pela Câmara (Acessibilidade , EcoCâmara , Fiscalize o Orçamento , Missão Pedagógica do Parlamento , Parlamento Jovem , Plenarinho e Programa Pró-Adolescente).
26.	Transmissões (WebCâmara) http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/webcamara/ Disponível também pelo canal da Câmara no YouTube.	Serviço de transmissão em áudio e vídeo das sessões e reuniões da Câmara dos Deputados.
27.	Viagens em missão oficial http://www2.camara.gov.br/transparencia/viagens-em-missao-oficial	Informações sobre as viagens em missão oficial realizadas por servidores e parlamentares.
28.	Visitação ao Congresso Nacional http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/visiteacamara	Programa de Visitação Institucional ao Congresso Nacional.

Fonte: Comitê Gestor do Portal.

Em 2016, o portal da Câmara recebeu mais de 30 milhões de visitas, conforme se observa na figura abaixo. Os relatórios estatísticos podem ser acessados na área [Sobre o Portal/Estatísticas](#).

Figura 27 – Visão geral do público-alvo – portal da Câmara dos Deputados



Fonte: Comitê Gestor do Portal.

5.3.1 Ações de transparência

A Câmara dos Deputados prosseguiu, em ação continuada, com a implementação de ações visando a ampliar seu grau de conformidade aos requisitos da Lei n. 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), no quarto ano de sua vigência. A Cartilha do Cidadão, cujo objetivo é destacar os principais pontos da LAI e apresentar as diversas formas de acesso a informações na Casa, encontra-se disponível para consulta no [portal](#)³⁴.

Na tabela abaixo, encontram-se os números totais dos requerimentos de acesso à informação para o ano de 2016:

Tabela 33 – Distribuição mensal das demandas LAI por macrotema

Macrotema	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Atividade	91	293	569	312	629	231	420	579	481	858	1.052	740	6.255
Constituinte	4	17	12	11	15	9	13	7	3	9	9	5	114
Deputado	161	314	441	437	399	774	624	501	391	241	684	645	5.612
Institucional	1.064	2.373	4.060	2.223	2.264	1.166	1.555	1.814	1.389	2.728	2.289	1.717	24.642
Legislação	20	34	40	44	38	58	62	109	56	41	25	15	542
Proposição	353	553	616	423	582	768	544	588	390	490	676	391	6.374
Publicação	35	31	32	36	16	23	22	43	92	87	35	33	485
Total	1.728	3.615	5.770	3.486	3.943	3.029	3.240	3.641	2.802	4.454	4.770	3.546	44.024

Fonte: Serviço de Informação ao Cidadão.

No que se refere ao Serviço de Informação ao Cidadão e ao tratamento das informações com restrições de acesso, observa-se uma diminuição significativa no número de demandas atendidas – 39,6% em relação ao ano de 2015 –, em razão da descontinuidade dos serviços da Central de Comunicação Interativa (CCI).

Essa descontinuidade foi superada com a celebração do contrato 164, de 2016, e com a entrada em produção do sistema de gestão do relacionamento, conforme descrito no [item 5.1](#).

5.3.1.1 Cota para o exercício da atividade parlamentar

A cota para o exercício da atividade parlamentar (Ceap) é uma cota única mensal destinada a custear os gastos dos deputados exclusivamente vinculados ao exercício da atividade parlamentar.

O [Ato da Mesa n. 43, de 2009](#), detalha as regras para o uso da Ceap. O valor máximo mensal da cota depende da unidade da federação que o deputado representa. Essa variação ocorre pelo valor das passagens aéreas de Brasília ao estado que o deputado representa. A tabela completa, para todas as unidades da federação, com os limites mensais da cota por deputado, encontra-se disponível anexo ao referido ato da Mesa.

A [página](#)³⁵ da cota para o exercício da atividade parlamentar foi reformulada para cumprir o que está previsto na Lei de Acesso à Informação, permitindo ao cidadão uma pesquisa mais completa dos gastos dos deputados com a cota. O novo sistema, chamado Controle Cidadão, permite, por exemplo, pesquisar vários deputados ao mesmo tempo, por um período de tempo ampliado, e escolher um ou mais tipos de despesa. Os resultados podem ser agrupados por mês, por deputado, partido, unidade da federação e até pelo CNPJ das empresas que prestaram serviços aos parlamentares. Estão disponíveis na página 22 tipos diferentes de busca.

³⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/lei-de-acesso-a-informacao/cartilha-do-cidadao-lei-de-acesso-a-informacao>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

³⁵ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/cota-parlamentar/>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

Destaca-se que os documentos comprobatórios desses gastos são digitalizados e podem ser acessados no mesmo endereço eletrônico. Além disso, é possível, também, acessar o serviço [Dados abertos – cota parlamentar](#), que disponibiliza arquivos XML compactados para *download* contendo dados relativos aos gastos parlamentares registrados na Câmara dos Deputados.

O Controle Cidadão vai ao encontro do direito fundamental de acesso à informação, previsto nos arts. 5º, XXXIII; 37, § 3º, II; e 216, § 2º, da Constituição Federal. Ademais, o novo sistema fortalece a transparência ativa da Câmara dos Deputados, exigida pelo art. 8º da Lei de Acesso à Informação, na medida que a Casa disponibiliza seus dados independentemente de requerimento. Desse modo, a sociedade civil pode acompanhar facilmente a utilização dos recursos públicos pelos deputados.

5.4 Outras Ações de Interação da Câmara dos Deputados com a Sociedade

Algumas ações realizadas em 2016 merecem destaque por buscar ampliar a visibilidade do Legislativo junto aos cidadãos e a interação com a sociedade.

5.4.1 Rede Legislativa de Rádio e TV

Dando continuidade às ações para divulgar as atividades parlamentares ao maior número de brasileiros, a Rede Legislativa de TV Digital já é uma realidade em vinte capitais: Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Cuiabá, Goiânia, Florianópolis, Palmas, Vitória, Natal, Salvador, João Pessoa, Macapá, Manaus, São Luís, Boa Vista, Rio Branco, Belém e Maceió.

Além das capitais, a Rede Legislativa de TV Digital expande-se pelo interior do país. Em São Paulo, foram inaugurados os canais de Botucatu, Franca, Jundiá e São José do Rio Preto. Também iniciaram suas transmissões Barreiras/BA e Campos dos Goytacazes/RJ. Ao todo, a Rede Legislativa de TV Digital está presente em 42 cidades em todo o país. Além disso, possui 36 canais já consignados e mais 47 canais indicados, cujas câmaras municipais parceiras nas cidades contempladas preparam-se para entrar em operação. Além desses, outros 371 novos canais foram solicitados ao Ministério das Comunicações.

No ar em três cidades, Brasília/DF, Cuiabá/MT e Bauru/SP, a Rede Legislativa de Rádio fechou o ano com uma nova operação, em Pouso Alegre, Minas Gerais. Com enorme potencial de crescimento, a Rede Legislativa de Rádio possui 23 canais FM consignados e 101 novos canais indicados. Aguardam, ainda, a liberação de canais, por parte do Ministério das Comunicações, 312 cidades de diversos estados.

Em 2016, a Câmara dos Deputados participou de grupo de trabalho formado pelo Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital e pela ABNT, para a alteração da Norma 15290, que prevê alteração na metodologia de acertos na legenda oculta. Além disso, participou do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, da Anatel.

Para divulgar as ações dos trabalhos da Rede Legislativa, foi criada a [página](#)³⁶ Rede Legislativa de TV e Rádio, na qual as câmaras municipais podem ter acesso à legislação, a notícias e a um manual de como participar da rede.

³⁶ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

5.4.2 Divulgação institucional e da atividade parlamentar por meio dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados não dispõe de contrato de prestação de serviços de publicidade e propaganda. Existe uma equipe própria lotada no Serviço de Publicidade do Departamento de Relações Públicas e Divulgação da Secom, responsável por desenvolver as campanhas institucionais (informativas e de conscientização) voltadas aos públicos interno e externo, além de outras ações relacionadas à divulgação dos eventos realizados pelos diversos órgãos da Casa.

A divulgação da atividade parlamentar é feita pelos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados – TV Câmara, Rádio Câmara, Agência Câmara, Jornal da Câmara e portal Câmara Notícias.

Em 2016, foram transmitidas, ao vivo, 1.884 horas de sessões plenárias da Câmara dos Deputados (ordinárias, extraordinárias e solenes) e do Congresso Nacional, das quais 1.154 horas foram exibidas ao vivo. Ademais, foram exibidas, ao vivo ou pré-gravadas, 2.968 horas de reuniões de comissões (temáticas, especiais ou seminários), o que representou a exibição de reuniões de 74 comissões e 15 frentes parlamentares. Ao todo, a TV Câmara exibiu 1.642 horas de programação ao vivo e 6.883 horas de programas gravados.

Para as eleições, a TV Câmara apresentou programação especial, que levou aos telespectadores apurações e análises dos pleitos realizados em outubro. O resultado das urnas foi abordado por cientistas políticos, juristas e jornalistas especializados em cobertura política. O cidadão também ficou sabendo como o resultado do pleito interferiu nos trabalhos legislativos e as perspectivas de uma nova reforma política. O programa Ponto de Vista, em face das eleições municipais, produziu 18 entrevistas inéditas com especialistas sobre mobilidade urbana, saneamento básico, saúde pública, moradia, economia e participação política nos municípios.

Os telejornais da TV Câmara veicularam cerca de 2.100 matérias, além de 175 links ao vivo, em sua edição matutina e 2.500 matérias e 138 links em sua edição noturna. Foram quase 200 horas de produção jornalística exibida ao vivo, cujo material também foi reeditado e transformado na Revista da Casa, um painel dos fatos mais importantes que ocorreram na Câmara durante a semana, totalizando 37 edições em 2016. Destaca-se, ainda, a participação de 282 parlamentares dos mais variados partidos no Programa Palavra Aberta, bem como 316 deputados no Câmara Debate. O Expressão Nacional, programa realizado com a presença de dois deputados e dois especialistas para o debate dos grandes temas nacionais, teve 44 edições inéditas, contando com a participação de 200 convidados, sendo 93 especialistas e 107 parlamentares de 20 partidos diferentes. Voltado para o público jovem, o Câmara Ligada completou dez anos em 2016. Foram dez edições temáticas e dois programas especiais de férias, sempre com a presença de deputados; passaram pela plateia 1.200 estudantes de 26 instituições de ensino, em sua maioria escolas da rede pública de ensino de 13 regiões administrativas do DF. O #Ocupação, também voltado para o público jovem, teve 12 edições inéditas e contou com a participação de dezenas de universitários representando várias regiões e ideologias. Ainda em 2016, a TV Câmara produziu 6 documentários, 24 vídeos corporativos e 7 interprogramas informativos. O ano foi marcado pelo início das transmissões da Câmara dos Deputados no YouTube (rádio e TV); foram 1.931 publicações e, desde o lançamento, o canal já alcançou mais de 7.860.000 visualizações e possui cerca de 43 mil inscritos.

Na Rádio Câmara, foram realizados 740 jornais, 2.351 matérias e 1.068 notas. No âmbito dos programas, houve uma produção média de 1.854 horas de conteúdo, além da produção de 23 reportagens especiais inéditas. Ao longo de 2016, foram produzidos 252 programas inéditos pela equipe da Voz do Brasil, totalizando 83h18min. Durante o ano, 495 deputados diferentes apareceram no programa, num total de inserções de 7.233.

Destaca-se, ainda, o trabalho de relacionamento com a imprensa, realizado pelo Serviço de Assessoria de Imprensa. Em 2016, foram realizados aproximadamente 8.000 atendimentos telefônicos e cerca de 2.000 por correio eletrônico. As demandas apresentadas envolvem desde o esclarecimento de dúvidas sobre agenda e processo legislativo até informações relativas à administração da Casa e ao conjunto dos deputados e servidores, como, por exemplo, apurações sobre orçamento, contratos e licitações, salários, cota parlamentar, apartamentos funcionais e atuação da Polícia Legislativa.

Por fim, ressalta-se um outro trabalho importante que é o de divulgação interna, por meio de boletins diários e publicação de notícias no CamaraNet que sejam de interesse ou utilidade para os funcionários da Casa. Nesse veículo, foram publicadas 991 matérias e enviados 260 boletins eletrônicos no decorrer do ano.

5.4.3 Apoio a eventos institucionais

A Câmara dos Deputados mantém uma estrutura específica que viabiliza a realização de eventos nas suas dependências – da reserva do espaço à divulgação, passando por cerimonial e protocolo, fornecimento de serviços de infraestrutura, entre outras ações. Em 2016, a Câmara dos Deputados apoiou aproximadamente 900 eventos e 87 sessões solenes.

Esses eventos, promovidos pelo quadro parlamentar e administrativo da Casa, consistem em atos públicos, seminários, congressos, simpósios, conferências, fóruns, encontros, exposições artísticas e manifestos culturais, lançamentos de publicações e de campanhas, visitas oficiais, sessões solenes, programas institucionais e outras iniciativas. Merecem atenção, pois aproximam a sociedade do Parlamento e reafirmam a vocação da Casa de acolher e representar a pluralidade dos interesses do povo brasileiro. A seção de fotografia providencia o registro fotográfico dos eventos institucionais realizados na Câmara, bem como realiza a cobertura jornalística fotográfica; em 2016, foram 3.839 pautas cobertas e produzidos 318.261 fotogramas.

O serviço de publicidade realizou o atendimento de vários desses eventos institucionais, que envolveram a produção de 653 peças, tais como: banners/papel de parede/convites (impressos e virtuais), cartazes, folders, panfletos, filipetas, faixas de mesa, diplomas/certificados, etc. Além disso, foram realizadas 123 campanhas publicitárias e ações de divulgação com a criação de 673 peças.

5.4.4 Centro Cultural Câmara dos Deputados

O Centro Cultural Câmara dos Deputados, criado pelo [Ato da Mesa n. 51, de 2012](#), disponibiliza à sociedade e aos servidores o rico acervo histórico e artístico da Câmara dos Deputados. Também apoia, viabiliza e normatiza todas as manifestações culturais realizadas nas dependências da Casa. São exposições artísticas, fotográficas, históricas e corporativas, além de gabinetes de arte, apresentações musicais e projeções cinematográficas. Também estão incluídos lançamentos de livros, eventos literários e institucionais, desde que os eventos sejam de interesse da instituição, além de iniciativas nas áreas museológica, museográfica e histórico-parlamentar. O objetivo é valorizar a história parlamentar, a cultura nacional, a arte e o acervo museológico, elementos essenciais para a constituição de nossa identidade, do papel institucional e histórico do Legislativo.


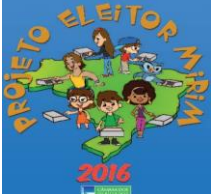
Em 2016, diversos eventos foram realizados, entre eles, exposições artísticas, fotográficas, históricas e corporativas, saraus literários e oficinas literárias e restaurações do acervo da Casa, reforçando o compromisso da Câmara dos Deputados com a educação para a cidadania. Dentre os eventos, destacam-se os seguintes:

- Exposições de cunho histórico sobre personagens e momentos importantes da vida brasileira, tais como como Ulysses Guimarães: Ulysses 100 Anos e Miguel Arraes: Uma trajetória de luta pelo Brasil.
- Palestras: em parceria com o Tribunal de Contas da União, entre agosto e setembro, foi realizado um ciclo de palestras em homenagem ao centenário de nascimento do poeta brasileiro Manoel de Barros, com a participação de servidores da Câmara dos Deputados e do TCU.
- Restauração do acervo museológico: foram realizadas 33 intervenções pelos conservadores e restauradores da Coordenação de Preservação de Conteúdos Informativos (Cobec).

5.4.5 Interação com o público infanto-juvenil – programa Plenarinho

Há onze anos, a Câmara dos Deputados mantém atuante um portal na internet, denominado **Plenarinho**³⁷, dedicado ao público infanto-juvenil, que já conta com mais de 5 milhões de acessos, com uma média de 350 mil visitas anuais. Nesse portal, reportagens especiais, jogos e narrativas lúdicas mostram como funciona o Poder Legislativo e aprofundam conhecimentos ligados aos componentes curriculares do ensino fundamental. Entre as atividades do *site*, estão os projetos Câmara Mirim e Eleitor Mirim.

Tabela 34 – Projetos do programa Plenarinho

Projetos	Finalidade	O que aconteceu em 2016
	Estimular estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental a apresentar projetos de lei que tragam melhorias para o país. Os alunos autores das três melhores propostas, e seus respectivos professores, participam de atividades que simulam uma sessão de votação no Plenário da Câmara, tendo a chance de vivenciar a rotina dos deputados. Podem concorrer estudantes de todo o Brasil.	https://plenarinho.leg.br/index.php/2017/03/09/como-foi-o-camara-mirim-2016/
	Oferecer atividades de capacitação em educação política para professores que tenham interesse em temáticas relacionadas a eleições, importância do voto e cidadania. O programa é oferecido a cada dois anos.	https://plenarinho.leg.br/index.php/2017/03/09/resultado-do-eleitor-mirim-2016/





Fonte: Secretaria de Comunicação Social.




³⁷ Disponível em: <<https://plenarinho.leg.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

5.4.6 Outros programas permanentes de interação com o público

A Câmara dos Deputados realiza outros programas que também visam a interação com públicos de interesse da instituição, conforme tabela a seguir.

Tabela 35 – Programas permanentes de interação com o público

Programas	Descrição	Total de participantes em 2016	Número de edições
Estágio-Visita de Curta Duração 	Durante cinco dias, estudantes universitários participam de palestras, debates, visitas, vivências e simulações que abordam o papel do Poder Legislativo e proporcionam reflexões sobre democracia e exercício da cidadania. São oferecidas oito turmas por ano, cada uma com cinquenta vagas. Maiores informações no portal da CD .	645	10
Universidade na Câmara	O projeto oferta, a partir da demanda das instituições universitárias, visita institucional ao Congresso e aulas dialogadas sobre temas do Poder Legislativo.	127	3
	Alunos do ensino médio participam, durante uma semana, de atividades que simulam as diversas etapas do processo legislativo, debatendo e votando projetos de lei. Atuando como se fossem deputados, os jovens vivenciam, na prática, os ritos democráticos de discussão e aprovação das leis. Podem participar estudantes de todo o país. Maiores informações no portal da CD .	78	1
Politeia	<p>O Politeia é um projeto de extensão do Instituto de Ciência Política (Ipol) da Universidade de Brasília (UnB). O principal objetivo do Politeia é, por meio de uma simulação do trabalho parlamentar, trazer aos universitários informações sobre o Legislativo, seus processos e suas implicações para o cotidiano de todo e qualquer brasileiro. Possibilita, ainda, uma maior habilidade de elaboração de projetos e de argumentação, entre outras que se desenvolvem ao participar de uma atividade de simulação.</p> <p>A Câmara dos Deputados apoia o projeto ofertando, durante o período de recesso parlamentar, o espaço para realização da simulação e também educadores que trabalham temas do Legislativo com os participantes.</p>	50	2
	Programa de capacitação de 120 horas em Educação para Democracia, voltado para professores de escolas públicas que têm interesse nas temáticas relacionadas a democracia, cidadania, política e Poder Legislativo. As atividades são realizadas em Brasília e em módulos a distância. Conheça mais sobre o programa no portal da CD .	278	1
ASGPLP	Encontro Interparlamentar de Quadros de Apoio ao Processo Legislativo dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa que visa a promover a troca de experiências em diversas áreas, como gestão da informação, gestão de recursos humanos, tecnologia e informática, dentre outros.	17	1
	Capacitação voltada para representantes de organizações da sociedade civil, a oficina visa a divulgar o funcionamento do Poder Legislativo e as formas de acompanhar o processo de elaboração e aprovação das leis. A cada ano, são oferecidas duas turmas, cada uma com cinquenta vagas. Maiores informações no portal da CD .	96	2
Encontro de Coordenadores Estaduais do PJB	O PJB (Parlamento Jovem Brasileiro) conta com a parceria das Secretarias de Educação dos estados e do DF. As Secretarias de Educação, por sua vez, escolhem um servidor cuja responsabilidade é coordenar as ações do programa no estado. Por reconhecer a importância da participação desses coordenadores para o êxito do programa, realiza-se o Encontro Anual dos Coordenadores Estaduais do PJB desde 2009. Durante esse Encontro, são repassadas as diretrizes do PJB estabelecidas pela Câmara dos Deputados e também construídas estratégias para a atuação dos coordenadores desde a divulgação do programa até a sua execução.	27	1

Programas	Descrição	Total de participantes em 2016	Número de edições
	O programa destina-se a estudantes universitários de todo o país e a cada edição aborda um dos principais temas em discussão no Parlamento. Com edições mensais, o programa tem como objetivo aproximar os jovens do Parlamento, incentivando a participação política e o exercício da cidadania. Conheça mais sobre o programa no portal da CD .	302	9
Cidade Constitucional	Evento de duração continuada da USP, em cooperação técnica com a Esaf, que fomenta a implementação de metodologias ativas e flexibilização curricular. Tem o objetivo de facilitar o desenvolvimento da personalidade, o preparo para a cidadania e para o mundo do trabalho, por meio de encontros expositivos, diálogos, mapas conceituais, estudos dirigidos, solução de problemas, formação de diagnósticos, dramatização, seminários, estudo de caso, painel, estudo de meio. A Câmara dos Deputados participa do projeto viabilizando visita institucional ao Congresso, palestras sobre o Legislativo e simulação do trabalho parlamentar.	112	1
	O programa oferece aos estagiários da Câmara dos Deputados uma oportunidade de formação, de maneira que entendam a complexidade do processo legislativo, as funções do Parlamento e conheçam a instituição da qual fazem parte, buscando incentivar o protagonismo dos jovens. Maiores informações no portal da CD .	42	1
	O programa integra atividades de cunho pedagógico a uma visita guiada pelo Congresso Nacional. Tem por objetivo promover a aproximação da Câmara dos Deputados com jovens estudantes das últimas séries do ensino médio, visando a estimulá-los à participação no processo político-democrático. Conheça mais sobre o programa no portal da CD .	214	8
Total		1.988	40

Fonte: Secretaria de Comunicação Social e Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento.

A Câmara dos Deputados, em conjunto com o Senado Federal, possui, ainda, o programa Visite o Congresso, que oferece visitas guiadas às duas Casas Legislativas. Em 2016, a visita institucional recebeu 118.588 pessoas. Pelo terceiro ano consecutivo o programa recebeu o Certificado de Excelência do *TripAdvisor* em razão da qualidade do serviço prestado. Houve redução do número de visitantes em relação ano de 2015, que recebeu 142.599, devido aos 79 dias em que não foi possível realizar a visita institucional.

Os visitantes são recebidos por recepcionistas, que podem prestar atendimento em português, espanhol, francês, inglês e libras. Os profissionais ainda atuam na recepção de autoridades, visitas oficiais, eventos institucionais variados, no balcão da Lei de Acesso à Informação, atendimento aos programas institucionais e na visita institucional.

Por fim, informa-se que, em novembro de 2016, foi lançada a [Escola Virtual da Cidadania](#), que tem por objetivo manter um portal educativo para toda a sociedade brasileira e também para a comunidade de países de língua portuguesa, com ênfase na educação para a democracia a partir dos referenciais do Poder Legislativo, disponibilizando conteúdo pedagógico de alto nível e fácil acesso sobre cidadania política.

5.5 Medidas Relativas à Acessibilidade

O Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados tem a finalidade de planejar, implementar e promover, de forma integrada e em atendimento à legislação federal vigente, ações para proporcionar o acesso de funcionários, parlamentares, visitantes, telespectadores e internautas com algum tipo de deficiência ou limitação aos ambientes, produtos, serviços e informações da Casa.

As equipes que trabalham no programa vêm implementando diversas adaptações na Câmara para atender as necessidades das pessoas com deficiência física, auditiva, visual e intelectual, eliminando barreiras arquitetônicas, atitudinais e de comunicação, além de capacitar funcionários que atuam no atendimento a esse público, como se observa no link: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/o-programa/acoes.html>. Destaca-se ainda que, em 2016, conforme mencionado no item 1.2, foi criada a Coordenação de Acessibilidade.

Com essas iniciativas, espera-se contribuir para eliminar preconceitos, combater as desigualdades sociais, disseminar o respeito às diferenças e tornar a Câmara um exemplo de responsabilidade social na administração pública.

5.6 Responsabilidade Social

O Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente (Pró-Adolescente) é um programa de responsabilidade social cuja essência é a inclusão social de jovens por meio da educação pelo trabalho. Um contrato é celebrado entre a Câmara dos Deputados e uma instituição sem fins lucrativos, com o objetivo de proporcionar educação profissional ao adolescente. Atualmente, a instituição qualificadora dos aprendizes é o Centro Salesiano do Menor (Cesam), que, além de ministrar o curso teórico de aprendizagem, é responsável pela inscrição, seleção e contratação e acompanhamento psicopedagógico e funcional dos adolescentes que atuam na Casa.

O Pró-Adolescente conta com 460 jovens que trabalham de segunda a sexta-feira, com jornada de 4 horas diárias, nos horários da manhã (8 às 12 horas) ou da tarde (14 às 18 horas). Os adolescentes recebem um salário mínimo, vale-transporte de acordo com o local de residência, vale-alimentação, crachá de identificação e uniforme (camiseta branca personalizada). As ações do programa estão elencadas na tabela a seguir.

Tabela 36 – Ações do programa Pró-Adolescente

Ações	Descrição	Resultados
Projeto de Ação Escolar/Plantão de Apoio Escolar	Ação voltada para a melhoria do rendimento escolar dos adolescentes, por meio de aulas de reforço escolar de diversas disciplinas escolares e cursos e oficinas que abordam conteúdos curriculares, ministrados voluntariamente por servidores da Casa.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizes atendidos: média de 90 por bimestre • Voluntários participantes: média de 10 por bimestre • Aulas oferecidas: 664 aulas por ano
Projeto de Ação Escolar/Espaço Viva Leitura	Ampliação do acervo do Espaço Viva Leitura (minibiblioteca), com livros voltados para o público adolescente e obras indicadas para o PAS/UnB. Além do empréstimo de livros, também é oferecida orientação para a realização de pesquisas escolares na internet.	<ul style="list-style-type: none"> • Acervo: 1.952 livros • Livros emprestados: 154 livros • Visitantes: 455 aprendizes
Projeto de Ação Escolar/Palestra “Motivação para Estudar”	Apresentação de palestras para os adolescentes incentivando o estudo, ministradas voluntariamente por servidores da Casa.	<ul style="list-style-type: none"> • Palestras: 5 • Aprendizes participantes: 450 • Palestrante participante: 1
Projeto Lotações/Ambientação	Ao ingressarem na Câmara dos Deputados, os adolescentes participam da ambientação, que tem em sua programação palestras diversas, visita guiada às dependências da Casa, acolhimento à família, elaboração do projeto de vida, entre outros. Essas ações facilitam a adaptação ao ambiente de trabalho e contribuem para que os adolescentes melhorem o desempenho no exercício de suas funções.	<ul style="list-style-type: none"> • Ambientações: 17 • Visitas guiadas: 17 • Famílias acolhidas: 203
Projeto de Valorização do Adolescente	Divulgação e promoção do programa Pró-Adolescente por meio de cartilhas, <i>folders</i> , página no portal CamaraNet e	<ul style="list-style-type: none"> • Cartilhas e <i>folders</i>: 800 • Visitas aos diversos setores

Ações	Descrição	Resultados
	visitas aos diversos setores da Casa para orientar sobre os aspectos legais e práticos do programa, visando valorizar o trabalho do adolescente, sensibilizar os servidores da Casa para os desafios que envolvem a adolescência e tornar o programa de aprendizagem profissional mais efetivo.	da Casa: 81
Programa de Orientação Profissional	Objetiva auxiliar o jovem no processo de escolha da profissão e na inserção no mercado de trabalho. Tem a duração de seis encontros em que são desenvolvidas atividades individuais e grupais voltadas para o conhecimento de si mesmo, o conhecimento das profissões e o processo de escolha propriamente dito.	<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="1145 365 1505 421">• Aprendizizes participantes: 103
Atendimento psicológico	Estão disponíveis as modalidades de plantão psicológico, que oferecem um apoio emergencial por meio de uma ação interventiva imediata, e de aconselhamento terapêutico, que busca restaurar no jovem suas condições de crescimento, levando-o a perceber, sem distorções, a realidade que o cerca, habilitando-o a agir para alcançar sua satisfação pessoal e social.	<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="1145 551 1489 584">• Aprendizizes atendidos: 270

Fonte: Departamento de Pessoal.

Mais informações sobre o programa podem ser obtidas no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/programa-pro-adolescente>.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

A Câmara dos Deputados observa as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, NBC T 16.9 e NBC T 16.10, para efetuar a contabilização da depreciação e amortização do seu patrimônio, bem como para mensuração dos ativos e dos passivos. As informações relativas aos procedimentos e políticas contábeis adotadas por este órgão estão evidenciadas nas notas explicativas às suas demonstrações contábeis, anexas a este relatório (p. 166).

6.2 Sistemática de Apuração de Custos

A Câmara dos Deputados não dispõe de sistema informatizado de apuração de custos, embora sua gestão estratégica para o período de 2012 a 2023, aprovada pelo [Ato da Mesa n. 59, de 2013](#), possua diretrizes e linhas de ação voltadas para a melhora na eficiência administrativa e na utilização de recursos. Essas diretrizes sinalizam a preocupação da administração da Casa com a qualidade do gasto público e com a futura implementação da apuração dos custos após os estudos necessários para a identificação e mensuração adequada dos produtos ofertados à sociedade.

A dificuldade de implantar e trabalhar informações de custos num órgão do Poder Legislativo reside no fato de que os seus produtos são em sua maioria abstratos e difíceis de mensurar, tais como proposições apreciadas, leis aprovadas, medidas provisórias aprovadas, vetos votados, fiscalizações efetuadas, contas julgadas, entre outros.

Entretanto, a gestão da Casa pode ser aperfeiçoada com informações gerenciais que levem a um processo decisório mais bem fundamentado e pautado em uma metodologia que permita a correta comparação de alternativas e análise de informações de custos. Assim, o Comitê de Gestão Estratégica (CGE) aprovou a abertura do Projeto Gestão de Custos para Decisão, com os seguintes benefícios esperados: ter informação tempestiva e com a precisão adequada de custos para a decisão da média e alta gerência; dar maior transparência aos gastos públicos; fornecer visão sistêmica dos gastos públicos para a melhoria do processo decisório; produzir informações para subsidiar prestação de contas; e propiciar maior eficiência na alocação de recursos.

Este projeto prevê o levantamento de informações para duas vertentes principais:

- 1) Comparar alternativas de ação; e
- 2) Apropriar custos a programas e unidades administrativas.

Em 2016, foram concluídas as fases de benchmarking e de estudos de modelos de ambas as vertentes e de definição da metodologia para comparar alternativas de ação, cujo produto está em validação por meio de piloto.

6.3 Demonstrações contábeis e notas explicativas

As demonstrações contábeis da Câmara dos Deputados são elaboradas por meio do Siafi em atenção à Lei n. 4.320, de 1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Essas demonstrações estão disponíveis no Anexo deste relatório (p. 154), acompanhadas das notas explicativas.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Apresenta-se neste tópico uma visão geral acerca das determinações e recomendações feitas em acórdãos pelo Tribunal de Contas da União à Câmara dos Deputados.

7.1.1 Deliberações expedidas em 2016

No exercício de 2016, as deliberações do Tribunal de Contas da União, consubstanciadas em 9 (nove) acórdãos, dos quais 2 (dois) referem ao exercício de 2015³⁸, resultaram em 20 (vinte) determinações e 14 (quatorze) recomendações, nas seguintes classificações: 2 (dois) acórdãos expedidos pela Primeira Câmara, 2 (dois) pela Segunda Câmara e 5 (cinco) acórdãos pelo Plenário do TCU.

Constam do [item 7.1.3](#) as deliberações decorrentes do julgamento dos processos de contas dos responsáveis pela Câmara dos Deputados referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2014.

A tabela abaixo apresenta resumo das deliberações expedidas em acórdãos no exercício pelo Tribunal de Contas da União, destacando os itens das atendidas (76%) e as das não atendidas (24%) no exercício. O detalhamento com as informações acerca das providências adotadas e das justificativas do não cumprimento de determinações e recomendações encontra-se para consulta na [internet](#)³⁹.

Tabela 37 – Deliberações expedidas pelo TCU no exercício de 2016

Processo TC	Acórdão	Situação das deliberações no exercício			
		Tipo/ítem	Itens atendidos	Itens pendentes	Comunicação expedida
021.543/2010-0	57/2015 TCU-Plenário	Determinação 9.2 e 9.4	9.2 e 9.4	-	-
025.068/2013-0	2.622/2015 TCU- Plenário	Recomendação 9.10 (9.1, 9.2.1.2 9.2.1.3.2, 9.2.1.3.3, 9.2.1.4, 9.2.1.5, 9.2.1.7, 9.2.1.8, 9.2.2.5, 9.2.2.6, 9.2.4, 9.7, 9.8)	9.10 (9.1, 9.2.1.2 9.2.1.3.2, 9.2.1.3.3, 9.2.1.4, 9.2.1.5, 9.2.1.7, 9.2.1.8, 9.2.2.5, 9.2.2.6, 9.2.4, 9.7, 9.8)	-	Aviso 294-GP/TCU Processo/CD n. 111.253/2016
020.145/2015-2	2.339/2016 TCU-Plenário	Recomendação 9.5	-	9.5	Aviso 834-GP/TCU
021.221/2016-2	2.406/2016 TCU-Plenário	Determinação 1.6.1	1.6.1	-	Aviso 824-GP/TCU, de 29/9/2016 Processo/CD n. 124.895/2016
011.706/2014-7	2.780/2016 TCU-Plenário	Determinação 9.1 (9.1.1,	-	9.1 (9.1.1, 9.1.2,	Ofício 11762/2016- TCU/Sefip

³⁸ Enviados à Câmara no exercício de 2016.

³⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/relatorio-de-gestao/pasta-administrativa/ano-de-2016/delib-tcu-2016-atendidas-e-nao-atend>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

Processo TC	Acórdão	Situação das deliberações no exercício			
		Tipo/item	Itens atendidos	Itens pendentes	Comunicação expedida
		9.1.2, 9.1.3, 9.1.4), 9.2		9.1.3, 9.1.4), 9.2	
032.626/2013-4	511/2016 TCU-Segunda Câmara	Determinação 9.3 (9.3.1, 9.3.2)	9.3 (9.3.1, 9.3.2)	-	Aviso 4 - Seses -TCU - 2ª Câmara Processo/CD n. 102.430/2016
007.815/2016-6	8.788/2016 TCU-Segunda Câmara	Determinação 9.4 (9.4.1 a 9.4.3)	9.4 (9.4.1, 9.4.2)	9.4.3	Processo/CD n. 117.679/2015
012.960/1997-7	1.804/2016- TCU-Primeira Câmara	Determinação 9.3.1. a 9.3.3	9.3.1	9.3.2, 9.3.3	Processo/CD n. 25.497/1996
022.932/2014-3	6.548/2016- TCU- Primeira Câmara	Determinação 9.4.1 a 9.4.5	9.4.1 a 9.4.5	-	Processo/CD n. 135.395/2013

Fonte: Assessoria Técnica.

7.1.2 Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores

As deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores estão apresentadas na tabela abaixo, que demonstra a situação dos 12 (doze) itens de determinações e recomendações: 7 (sete) itens de determinação atendidos e 5 (cinco) itens de recomendação pendentes de atendimento no presente exercício.

Tabela 38 – Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores

Processo TC	Acórdão	Situação das deliberações no exercício			
		Tipo/item	Item atendidos	Itens pendentes	Comunicação expedida
023.050/2013-6	3.051/2014 - TCU - Plenário	Recomendação 9.1 (9.1.1 a 9.1.8)	9.1.2, 9.1.3, 9.1.4	9.1.1, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8	Ofício 0867/2014- TCU-Sefit Processo/CD n. 129.939/2014
007.887/2012-4	2.585/2012- TCU-Plenário	9.2 [9.1 (9.1.1.1 a 9.1.1.4)]	9.2 [9.1 (9.1.1.1 a 9.1.1.4)]	-	Processo/CD n. 128.495/2012

Fonte: Assessoria Técnica.

7.1.3 Deliberação decorrente do julgamento de contas anual

As recomendações e determinações feitas nos Acórdãos/TCU n. 2.114/2016, 3.619/2016 e 6.709/2016, todos da Primeira Câmara, decorrentes dos julgamentos dos processos de prestações de contas anuais dos responsáveis da Câmara dos Deputados relativas aos exercícios de 2011, 2012 e 2014, respectivamente, seguidas das justificativas apresentadas e das medidas adotadas, estão nos quadros A7, A8 e A9 do Anexo deste relatório.

Registra-se ainda que, em face do recurso de reconsideração interposto nos autos de prestação de contas do **exercício de 2013** da Câmara dos Deputados, apreciada por meio do Acórdão n. 5.589/2015-TCU-1ª Câmara, que julgou regulares e regulares com ressalva as contas dos responsáveis, com determinações, acordaram os Ministros do Tribunal de Contas da União,

Acórdão n. 696/2017-TCU-1ª Câmara, conhecer do citado recurso para, no mérito, dar-lhe provimento e com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos. 1º, inciso I; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas de Carlos Eduardo Torres Gomes, CPF-313.402.611-20; Márcio Miguel Bittar, CPF-237.963.321-53; Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, CPF- 358.677.601-20; Fábio Chaves Holanda, CPF-170.479.943-00; Cassia Regina Ossipe Martins Botelho, CPF-385.325.731-34, dar-lhes quitação plena; e recomendar à Câmara dos Deputados, em substituição às determinações contidas nas alíneas “c.3” a “c.7” do item 1.7.1 do acórdão recorrido, que:

“9.3.1. promova melhorias no processo de diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los;

9.3.2. promova melhoria na definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão;

9.3.3. promova melhorias no nível de avaliação de riscos de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo;

9.3.4. promova melhoria na mensuração e classificação dos riscos identificados, de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão; e

9.3.5. adote ou promova melhorias no registro de histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.”

Destaca-se que as justificativas e ou medidas adotadas em relação a essas recomendações constam do relatório de gestão do exercício de 2015.

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

7.2.1 Recomendações expedidas pelo OCI no exercício de 2016

No exercício de 2016, a Secretaria de Controle Interno (Secin) emitiu 9 (nove) relatórios de auditoria (RA)⁴⁰ com recomendações, os quais tiveram como objeto a avaliação da conformidade e a adequação dos controles internos administrativos nos processos de trabalho do órgão, quais sejam: processo orçamentário, realização de despesas médicas, processo de implantação da estação de transmissão de TV digital, controles administrativos relativos às acumulações legais de cargos, controle sobre a lotação de servidores e ainda acerca do processo de seguridade social relativo à gestão do regime de previdência complementar dos servidores da Câmara dos Deputados, realizada pela Funpresp-Exe, em decorrência do convênio de adesão celebrado entre aquela fundação e órgão do Poder Legislativo, etc.

Além desses, a Secin emitiu 2 (dois) relatórios de inspeção, sendo:

- Relatório de Inspeção n. 1/2015/Nacop, objeto do Processo/CD n. 149.029/2015, com objetivo de verificar a apropriação de juros, multa e atualização monetária nos pagamentos de energia elétrica. Não houve recomendações.

⁴⁰ Além dos seis relatórios emitidos, a auditoria prevista no Plano Anual de Controle Interno (Paci) 2016, a cargo do Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos, não foi abordada no presente relatório de gestão por ter sido concluída no fim do exercício de 2016 (31.12.2016) e somente encaminhada à administração da Câmara no início do exercício de 2017, com o seguinte objeto:

Processo/CD n. 133.045/2016 – referente ao Relatório de Auditoria n. 2/2016/Nuarh: avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos destinados ao processo “Gerenciar Processos Disciplinares”.

- Relatório de Inspeção n. 1/2016/Nuarh, objeto do Processo/CD n. 126.169/2016, que trata da gestão da folha de pagamento⁴¹. Não foram emitidas recomendações, apenas sugestões.

A tabela abaixo apresenta resumo da situação das recomendações contidas nesses relatórios, destacando os itens das recomendações que foram atendidas no exercício (25%) daqueles que ficaram pendentes de atendimento (75%), com apresentação de justificativas do não cumprimento. Muitas das recomendações referem-se à apresentação e implantação de plano de ação para estabelecimento de controles administrativos, razão pela qual se registra prolongamento em seu atendimento, em virtude da demora na execução do plano e, conseqüentemente, no cumprimento total delas pelo gestor.

Tabela 39 – Relatórios de auditoria expedidos no exercício de 2016

Situação das recomendações no exercício					
Núcleo de auditoria	Objeto da auditoria	Itens de recomendações	Itens atendidos	Itens pendentes	Comunicação expedida
Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional (Nacop)	RA n. 1/2016/Nacop: avaliar a conformidade dos procedimentos relativos ao processo orçamentário da Câmara dos Deputados e a adequação e suficiência dos controles internos administrativos.	2.1.8 2.2.8	- 2.2.8	2.1.8 -	Processo CD n. 110.127/2016
	RA n. 3/2016/Nacop: avaliar a conformidade dos procedimentos e a adequação e suficiência dos controles internos administrativos na realização de despesas médicas de SPs e CNEs na Câmara dos Deputados.	2.1.8 a, b	-	2.1.8 a, b	Processo CD n. 129.290/2016
Núcleo de Auditoria de Licitações e Contratos (Nualc)	RA n. 4/Nualc/2015: avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos relacionados aos procedimentos de implantação de estação de transmissão do sinal digital da TV Câmara pelo território nacional.	2.1.8 (a, b, c, d, e, f, g) 2.2.8 (a, b.1, b.2, c)	2.1.8 c 2.2.8 b (b.1, b.2), c	2.1.8 (a, b, d, e, f, g) 2.2.8 a	Processo CD n. 106.636/2016
	RA n. 1/2016/Nualc: avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos da gestão relacionados aos procedimentos de execução de obras e serviços de engenharia na Câmara dos Deputados.	2.1.8 a, b (b1, b2, b3) c	-	2.1.8 a, b (b.1, b.2, b.3) c	Processo CD n. 127.691/2016
Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos (Nuarh)	RA 2/2015/Nuarh: examinar os controles administrativos do processo “Gerenciar Frequência, Licenças e Afastamentos”, com objetivo de verificar os controles relacionados às acumulações legais de cargos, empregos e funções públicas por parte de	2.1.8 a (a.1, a.2 e a.3) 2.1.8 b (b1 a b5) 2.2.8 a (a.1 e a.2)	- 2.1.8 b (b.3, b.4)	2.1.8. a (a.1, a.2 a.3) 2.1.8 b (b.1, b.2, b.5), 2.2.8 a (a.1, a.2)	Processo CD n. 150.308/2015

⁴¹ Auditoria realizada em cumprimento ao disposto no item 9.1.1.5 do Acórdão 3.023/2013-TCU-Plenário, que recomendou: “9.1.1.5 adotar medidas para garantir a realização sistemática de auditorias internas na folha de pagamento das unidades sob sua jurisdição”.

Situação das recomendações no exercício					
Núcleo de auditoria	Objeto da auditoria	Itens de recomendações	Itens atendidos	Itens pendentes	Comunicação expedida
	servidores ocupantes de cargos efetivos da Câmara dos Deputados, ou seja, as acumulações já autorizadas pela Câmara, sujeitas à constante avaliação da compatibilidade de horários.				
	RA 3/2015/Nuarh: avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos no processo “Gerir a Seguridade Social”.	2.1.8 2.1.8 a (a, b, c, d,e) 2.2.8 (a, b) 2.3.8 2.4.8 (a, b)	- 2.1.8 a (a, b, c, d, e)	2.1.8 - 2.2.8 (a, b) 2.3.8. 2.4.8 (a, b)	Processo CD n. 150.316/2015
	RA 1/2016/Nuarh: avaliar a conformidade e da eficácia dos controles internos adotados pela gestão na primeira lotação dos servidores, por ocasião da posse, e em suas movimentações posteriores pela organização.	40 a, 41 (a, b, c, d), 66 (a, b, (i, ii), c (i, ii)), 77 (a, b, c) 78 a 79 (a, b, c)	-	40 a, 41 (a, b, c, d), 66 (a, b, (i, ii), c (i, ii)), 77 (a, b, c) 78 a 79 (a, b, c)	Processo CD n. 132.562/2016
Núcleo de Auditoria de Tecnologia da Informação (Nuati)	RA 1/2016/Nuati: avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos no processo BAI03 – Gerenciar identificação e desenvolvimento de soluções, baseado no Cobit 5.	3.1.8, 3.2.8, 3.3.8	3.1.8, 3.2.8, 3.3.8	-	Processo CD n. 105.357/2016

Fonte: Assessoria Técnica.

Destaca-se que as auditorias realizadas contribuem com a administração da Câmara na medida em que alcançaram os objetivos a que se propuseram. Assim, foram consideradas relevantes as auditorias cujas recomendações provocaram maior impacto na gestão da unidade neste exercício. Tais recomendações se relacionam às ações acerca dos controles administrativos e dos procedimentos relativos à conformidade e à eficácia dos controles internos referentes aos procedimentos de: execução direta de obras e serviços de engenharia (RA 1/2016/Nualc); gerenciamento da seguridade social – regime de previdência complementar do servidor público federal – Funpresp-Exe (RA 3/2015/Nuarh); primeira lotação de servidores (RA 1/2016/Nuarh); processo orçamentário (RA 1/2016/Nacop); e realização de despesas médicas de SPs e CNEs na Câmara dos Deputados (RA 3/2016/Nacop).

7.2.2 Recomendações expedidas pelo OCI em exercícios anteriores

A situação das recomendações expedidas pelo OCI em exercícios anteriores está apresentada na tabela abaixo, a qual demonstra 19 itens de recomendações atendidos no exercício de 2016, independentemente daquele em que se originaram, e os 45 itens das recomendações pendentes de atendimento até o fim de 2016, independentemente do ano em que se originaram.

Tabela 40 – Relatórios de auditoria emitidos em exercícios anteriores

Situação das recomendações no exercício			
Relatório de auditoria	Atendidas	Pendentes	Comunicação expedida/processo CD
4/2010/Calip	-	2.2.8, a, b, c	139.109/2010
4/2010/Coasp	-	2.1.8, e	140.976/2010
8/2011/Calip	-	2.1.8, a	148.638/2011
2/2012/Calip	-	2.1.8, a [c], 2.3.8, a, b, c	111.944/2012
3/2012/ Calip	2.1.8 b; 2.2.8, b (b.1, b.2); 2.3.8, a, b, c	2.1.8, a	116.104/2012
5/2012/Calip	2.1.8, a.1, a.2	-	126.888/2012
3/2013/Calip	-	2.1.8, a	129.217/2013
5/2013/Calip	-	2.1.8, a, b, c, d; 2.2.8, a, b, c	137.095/2013
2/2013/Coarh	-	2.1.8, b	119.734/2013
	-	2.2.8, d*	
	-	2.3.8, a	
	-	2.3.8, e	
	-	2.4.8, d	
1/2014/Coati	-	2.2.8 a, 2.3.8 a	117.351/2014
4/2014/Nacop	2.1.8, 2.3.8	2.2.8, 2.4.8	105.251/2015
2/2015/Nacop	2.1.8	-	135.457/2015
1/2015/Nualc	-	3	111.290/2015
2/2015/Nualc	2.1.8, b.2 (i, ii, iii, iv), c	-	119.037/2015
3/2015/Nualc	-	3.1.8, 3.2.8 a, b (i, ii)	147.944/2015
1/2015/Nuarh	2.1.8 d, 2.2.8 a	2.1.8 a	136.039/2015
1/2015/Secin	-	2.1.8	136.112/2015
2/2015/Secin	-	2.1.8, 2.2.8 a, [a.1 (i, ii, iii, iv, iv,v), a.2 (i, ii, iii, iv)]	147.953/2015

Fonte: Assessoria Técnica.

7.3 Demais Informações Referentes ao Tratamento das Deliberações do TCU e das Recomendações do Órgão de Controle Interno

O acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União é feito pela Assessoria Técnica da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados. A comunicação expedida pelo TCU é recebida pela Presidência da Câmara dos Deputados ou pela Diretoria-Geral, que, por sua vez, encaminha o processo à área específica responsável pelas atribuições para manifestação e adoção das providências devidas ou apresentação de justificativa em caso de impossibilidade de lhes dar cumprimento.

Com relação às recomendações recebidas do órgão de Controle Interno, a comunicação expedida, mediante processo administrativo, pelo OCI (Relatório de Auditoria) é encaminhada à Diretoria-Geral, que, por sua vez, envia o processo a cada Diretoria, para conhecimento, incluindo à área específica responsável pelas atribuições, para manifestação e adoção das providências devidas ou apresentação de justificativa em caso de impossibilidade de lhes dar cumprimento.

Encontra-se em fase de homologação uma estrutura de controle informatizado, denominado Pró-Contas, desenvolvido pelo Centro de Informática para permitir a consolidação dos dados e informações exigidas na composição do Processo de Contas Anual pela Corte de Contas, dentre elas, as relativas ao Relatório de Gestão. Tal sistema contém módulo de acompanhamento e controle das deliberações do Tribunal de Contas da União e das recomendações contidas nos Relatórios de Auditoria da Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados.

7.4 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

O quadro abaixo demonstra os casos de dano ao erário, que foram objeto de medidas internas administrativas, bem como, ante a não elisão do dano, o número de tomadas de contas especiais instauradas e remetidas ao TCU.

Quadro 31 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de contas especiais (TCE)								
	Não instauradas			Instauradas					
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU					
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros casos	Arquivamento			Não enviadas < 180 dias do exercício instauração	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	Remetidas ao TCU
Recebimento débito				Não comprovação	Débito < R\$ 75.000				
1.362*	459	–	–	–	–	–	1	–	2

Fonte: Coordenação de Movimentação Financeira e Coordenação de Contabilidade.

* Observações:

- Do total de 1.362 casos de dano objeto de medidas administrativas internas, 478 foram regularizados, 459 ocorrências foram dispensadas de TCE (embora não regularizadas) e houve a instauração de 1 TCE (425 casos de danos);
- A Portaria DG n. 215, de 7/10/2016, constituiu Comissão de Tomada de Contas Especial para apurar a responsabilidade, com vista à obtenção do ressarcimento, em virtude de pagamentos oriundos da concessão provisória de pensão civil.

7.5 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei n. 8.666, de 1993

O art. 5º da Lei n. 8.666, de 1993, impõe à administração pública, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada. Tal obrigação encontra-se reproduzida no art. 11 do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo [Ato da Mesa n. 80, de 2001](#).

Já a Lei n. 4.320, de 1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, define os três estágios referentes à execução das despesas: empenho, liquidação e pagamento.

É importante ressaltar que diversos órgãos internos da Câmara dos Deputados participam do processo que envolve os procedimentos relativos a esses três estágios da execução da despesa. O Departamento de Material e Patrimônio atua diretamente no estágio da liquidação das despesas.

Nesse sentido, detalham-se, a seguir, as rotinas executadas relativas à liquidação e pagamento em observância à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades:

1. Recebimento dos documentos fiscais, devidamente atestados pelas diversas áreas técnicas ou solicitantes da Casa, na Coordenação de Compras do Departamento de Material e Patrimônio.
2. Conferência pela Coordenação de Compras dos dados do documento fiscal e registro das informações relativas à liquidação da despesa no Sistema de Gestão de Material e Serviço (Sigmas).
3. Inserção da obrigação na ordem cronológica das datas das exigibilidades dá-se após o ateste do documento fiscal e a fase da liquidação da despesa pela Coordenação de Compras, que verifica o direito do credor com base nos documentos fiscais recebidos, procedendo à glosa de valores quando necessário.
4. Emissão da relação de pagamentos diariamente detalhado por empresa, acompanhada da GFIP e GPS, assentando-se os valores a serem pagos, a nota de empenho correspondente⁴² e observadas as validades das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.
5. No caso de ocorrência de erros ou falha documental, a empresa credora é notificada para ciência e regularização. Após sanadas as irregularidades, a ordem cronológica segue o disposto no item 4.
6. A relação de pagamento, acompanhada das notas fiscais originais, é enviada à Coordenação de Contabilidade do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade.
7. A Coordenação de Contabilidade efetua os registros contábeis correspondentes e envia a relação de pagamentos para a Coordenação de Movimentação Financeira.
8. A Coordenação de Movimentação Financeira efetua os pagamentos seguindo a ordem cronológica estabelecida na relação diária.
9. Os pagamentos de despesas cujos valores não ultrapassam o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666, de 1993, são efetuados no prazo de até 5 dias úteis, contados da data de apresentação do documento fiscal ou fatura na Coordenação de Movimentação Financeira.
10. A ordem cronológica de pagamentos poderá ser alterada, na hipótese de relevantes razões de interesse público mediante ato justificativo prévio do ordenador de despesa, devidamente publicado no sítio da Câmara dos Deputados.

7.6 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

Cumprido destacar que, em 2/3/2015, o TCU acolheu parecer do Ministério Público, conhecendo pedido de reexame e suspendendo os subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão n. 2.859/2013-Plenário, que determinou a adoção de providências para reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Portanto, amparadas pela suspensão liminar, a Câmara dos Deputados mantém-se desobrigada de atender a este item até que sobrevenha do colegiado do TCU decisão definitiva, cujo andamento pode ser acompanhado pelo Processo n. 013.515/2013-6.

⁴² A nota de empenho informa a fonte de recursos.

ANEXOS E APÊNDICES

Quadro A1 – Comitês temáticos

Comitê	Criação	Principais atribuições	Principais resultados em 2016
Comitê de Acessibilidade	Portaria n. 61, de 30/5/2007	Implementar ações continuadas de inclusão social das pessoas com deficiência, de forma a lhes permitir o pleno exercício da cidadania no âmbito da Câmara dos Deputados, bem como apoiar e assessorar os órgãos da Casa em assuntos relacionados ao tema.	Construção de rampa – acesso da área da escada ferradura à SGM; adequação de leiaute e mobiliário dos restaurantes do Anexo IV, cafezinho do PUG e lanchonete do Cefor; reforma para instalação de sistema de aro magnético e disponibilização de saída de áudio para sistema FM e <i>bluetooth</i> (sistemas de escuta assistida para pessoas usuárias de aparelho auditivo) nos plenários 11 e 13 das comissões; instalação de sistema de aro magnético em balcões de atendimento – portaria do Anexo I, portaria do Anexo II, balcão da Lei de Acesso à Informação do Anexo II, portaria do Anexo II/III, portaria do Anexo III, portaria do Anexo IV, Salão Negro, Salão Branco (Chapelaria), Seção de Correspondência nos Correios, Centro de Documentação e Informação, protocolo-geral e laboratório do Demed; aquisição de tecnologia assistiva – 2 linhas braile, 1 impressora braile, 4 licenças de <i>software</i> ampliador de tela e 3 <i>scanner</i> de voz; disponibilização do aplicativo VLibras (tradutor automático de Libras para língua portuguesa) na página principal do portal da Câmara para <i>download</i> e utilização imediata; cursos de capacitação em audiodescrição – roteiro e narração de material audiovisual, imagens estáticas e material publicitário – e em Língua Brasileira de Sinais – nível básico para servidores.
Comitê Assessor da LAI	Portaria n. 101, de 22/3/2013	Assessorar o diretor-geral no planejamento, implementação, monitoramento, avaliação e controle das atividades e projetos relacionados à adequação da Câmara dos Deputados à Lei n. 12.527, de 2011. O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) funciona como Secretaria Executiva do Comitê, dentre outras atribuições.	O Comitê Assessor da Lei de Acesso à Informação coordenou e promoveu, em parceria com o Centro de Documentação e Informação (Cedi) e com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), ações de capacitação para servidores de áreas específicas sobre o tratamento das informações sigilosas na Câmara e o atendimento às demandas da Lei de Acesso a Informação, além de elaborar o Manual de Procedimentos para o Tratamento da Informação com Restrição de Acesso, que será publicado em 2017. Houve também um intenso trabalho de assistência técnica a sete órgãos da Casa e a sete comissões parlamentares de inquérito sobre organização do acervo documental arquivístico de natureza sigilosa.
Comitê Diretivo de TI	Portaria n. 406, de 27/9/2013	Elaborar o Plano Diretor de TIC (PDTI), a partir de proposta encaminhada pelo diretor do Centro de Informática, alinhado ao Plano Estratégico de TIC (Peti). Tem caráter deliberativo.	Comunicação aos membros do comitê das diretrizes estabelecidas pelo Comitê Estratégico de TIC por meio da Decisão n. 1/2013. Apresentação dos produtos de TIC concluídos no 1º semestre de 2016. Análise e avaliação de demandas extemporâneas. Apresentação dos riscos de TIC em projetos. Apresentação dos indicadores de 2015. Apresentação da situação do portfólio 2015-2016. Agenda para planejamento do portfólio 2017-2018.
Comitê Estratégico de TI	Portaria n. 406, de 27/9/2013	Estabelecer diretrizes, objetivos e metas de tecnologia da informação e comunicação alinhados à estratégia da Câmara dos Deputados, além de elaborar o Plano	Diretrizes para acesso aos bancos de dados. Normatização do período para mudanças em ativos e serviços de TIC. Relatório de auditoria n. 1/2016/Nuati. Acompanhamento dos indicadores Estratégicos de TIC.

Comitê	Criação	Principais atribuições	Principais resultados em 2016
		Estratégico de TIC (Peti). Responsável pela governança de TIC.	Apresentação da definição dos processos críticos de negócio definidos no Comitê de Gestão Estratégica. Direcionamento quanto à abordagem a ser dada no Modelo de Governança de Dados Abertos. Análise dos Indicadores estratégicos de TIC com foco nos serviços dirigidos à sociedade. Análise das ações do Planejamento Estratégico de TIC dirigidas à aproximação da Câmara aos cidadãos.
Comitê de Gestão Ambiental – EcoCâmara	Portaria n. 119, de 4/5/2010	Promover a gestão socioambiental na Câmara dos Deputados, de forma integrada com os setores administrativos.	Realização com o Senado Federal da Exposição Memórias do Lixo Vivo, entre 30 de maio e 10 de junho. Debate “Integração terra-água: da teoria à prática”. Palestra “Biodiversidade e sustentabilidade: potencial da agroecologia, do extrativismo e do turismo sustentável”. A Campanha de Recolhimento de Resíduos Eletroeletrônicos – 6ª edição. I Jornada de Boas Práticas em Compras e Contratações Públicas, entre 6 e 8 de dezembro. Seminário “O novo prosumidor: um debate sobre geração distribuída, energias renováveis, eficiência energética e portabilidade da conta de luz no contexto da economia de baixo carbono”, em 9 de novembro. Implantação do projeto de revitalização da coleta seletiva no Anexo III da Câmara dos Deputados (http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara/areas-tematicas/coleta-seletiva).
Comitê Gestor do Relacionamento	Portaria n. 111, de 22/3/2013	Propor normas e zelar pelo cumprimento dos procedimentos estabelecidos, sugerir ações, propor objetivos e diretrizes para o aprimoramento da Gestão do Relacionamento no âmbito da Câmara dos Deputados.	Parametrização do sistema informatizado de Gestão do Relacionamento licitado em 2015 – contrato 208/2015, em atividade conjunta com o Centro de Informática; definição dos fluxos de atendimento junto aos órgãos responsáveis por atender às demandas; treinamento das equipes no novo sistema; teste de qualidade e consistência do aplicativo, e entrada em produção do novo Fale Conosco, por meio de página de autosserviço disponível para a sociedade em www.camara.leg.br ; e da página de autosserviço para o público interno – deputados, consultores e servidores, disponível na intranet.
Comitê Gestor do Portal	Portaria n. 123, de 24/11/2004 Portaria n. 11, de 27/1/2012	Promover e gerenciar as ações que dizem respeito à estrutura de serviços e informações, à apresentação e à forma do portal institucional da Câmara dos Deputados, nos ambientes internet, intranet e extranet.	O Comitê Gestor do Portal realizou 15 reuniões ordinárias, nas quais foram tomadas decisões relacionadas não só ao portal institucional (www.camara.leg.br), como ao portal corporativo e aos portais complementares Plenarinho, e-Democracia, LabHacker, Educação a Distância e Escola Virtual de Cidadania. Participações nos projetos Política de Governança do Portal, que resultou na elaboração de minutas de normas que estão em análise na Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, o de conformidade do portal com a Lei de Acesso à Informação (LAI), cuja primeira entrega foi um diagnóstico de adequação do portal e o Virada Digital. Além disso, o

Comitê	Criação	Principais atribuições	Principais resultados em 2016
			colegiado analisou todos os novos produtos inseridos nos portais e em dispositivos móveis, tais como o início das transmissões das sessões e reuniões ao vivo pelo YouTube, o aplicativo Infoleg, a Escola Virtual de Cidadania, o novo canal de atendimento à sociedade (Prisma), entre outros. Elaborou relatórios ao Tribunal de Contas da União, referente aos serviços públicos digitais oferecidos à sociedade pela Câmara e outro para verificar a transparência dos sítios das instituições da administração pública federal.
Comitê Gestor Pró-Equidade	Portaria n. 79, de 26/3/2014	Promover a igualdade de condições e oportunidades, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade no ambiente de trabalho, bem como prevenir e coibir as discriminações de qualquer natureza.	A diversidade tem se consolidado como diretriz na gestão da CD e observa-se a intenção de se manter na pauta de discussão e no planejamento dos próximos anos, possibilitando, assim, a continuidade do processo de conscientização e sensibilização do corpo funcional. É possível perceber que os temas passaram a ser tratados de forma mais natural e menos estigmatizada, com boa adesão dos servidores às ações.
Comitê Gestor de Rádio e TV Digital	Portaria n. 290, de 18/9/2014	Propor estratégias, executar e coordenar os trabalhos necessários para a implantação da Rede Legislativa de TV Digital e da Rede Legislativa de Rádio da Câmara dos Deputados.	Em 2016 a Rede Legislativa de TV Digital inaugurou nove operações nas cidades de Belém, Maceió, Botucatu, Franca, Jundiá, São José do Rio Preto, Pouso Alegre, Barreiras e Campos dos Goytacazes, totalizado 42 operações em sinal aberto. Foi estabelecida parceria com a Universidade da Paraíba para a atualização de um aplicativo de interatividade para o plenário da Casa, que deverá ser submetido a teste de campo em Brasília em 2017. O comitê participou do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired), presidido pela Anatel, dos grupos técnicos do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre e das discussões de alteração de normas da ABNT relativas à acessibilidade na radiodifusão. Além disso, organizou e participou de seminários de expansão da rede legislativa e representamos a Câmara dos Deputados na vice-presidência da Associação Brasileira de Rádios e TVs Legislativas.
Comitê Gestor de Segurança da Informação	Portaria n. 407, de 30/9/2013	Propor, promover e acompanhar as ações que dizem respeito à implantação, à avaliação e à revisão da Política de Segurança da Informação da Câmara dos Deputados.	Revisão e atualização da Portaria-DG n. 408/2013, que resultou na publicação da Portaria n. DG 214/2016.
Comitê Gestor do Sistema de Gestão de Material e Serviço (CG-Sigmas)	Portaria n. 19, de 30/1/2015	Planejar e acompanhar a evolução do Sistema de Gestão de Material e Patrimônio (Sigmas), de acordo com as necessidades indicadas pelas áreas técnicas.	Entrada em ambiente de produção da classificação <i>United Nations Standard Products and Services Code</i> (UNSPSC) no Sigmas, permitindo que todas as aquisições por dispensa, por convite e por tomada de preços fossem registradas no Sigmas com os respectivos códigos UNSPSC. A finalidade desse monitoramento da natureza dos bens e dos serviços adquiridos pela Câmara dos Deputados é evitar fracionamento de despesa, seleção incorreta de modalidade licitatória e perda de economia de escala. Com vistas à melhoria desse monitoramento, o CG-Sigmas decidiu proceder estudo sobre o nível do catálogo UNSPSC mais adequado à identificação de bens e de serviços de mesma natureza para evitar critérios muito genéricos de classificação. Em 2017, esse estudo subsidiará a regulamentação do Ato da Mesa n. 80/2001, art. 20,

Comitê	Criação	Principais atribuições	Principais resultados em 2016
Comitê Gestor do Sistema de Informação Legislativa da Câmara dos Deputados (CG-Sileg)	Portaria-SGM n. 01, de 31/5/2012	Analisar, propor e acompanhar ações para o aperfeiçoamento do Sistema de Informação Legislativa (Sileg) atual e suas futuras versões, bem como, de sua integração com os demais sistemas de informação da Câmara dos Deputados.	incisos I e II, e da Portaria n. 103/2005, art. 2º, parágrafo único. Concluídas as implementações de 38 solicitações de ajustes e melhorias para o Sileg; Construída proposta para definição dos primeiros módulos que deverão compor a nova plataforma tecnológica de suporte ao processo legislativo (Infoleg), e que deverão substituir o Sileg atual gradativamente.

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Quadro A2 – Espaços físicos – caracterização da cessão

RIP	Empresa	Localização	Formalização de contratação		
			Instrumento	Número	Processo/termo/contrato/aditivo/despacho
9701.00206.500-4	Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.	Balcão de atendimento (térreo AIV)	Permissão	2011/015	Processo n. 121.966/10 – Termo de Permissão de Uso n. 2011/015.0 e Processo n. 2010/121.966 – Despacho autorizativo do DG.
9701.00206.500-4	Banco do Brasil S.A.	Agência Câmara (AIV): Agência (térreo AIV) + atendimento parlamentar (térreo AIV) + caixas eletrônicos (térreo AIV)	Contrato encerrado	2014/148.0	Processo n. 114.189/14 – Contrato Emergencial n. 2014/148.0
9701.00288.500-1	Banco do Brasil S.A.	Agência Parlamento (edifício Principal): Agência Estilo (térreo edifício Principal) + caixas eletrônicos (térreo edifício Principal e salão VIP parlamentares) + caixas eletrônicos AI (térreo) + caixas eletrônicos AII (térreo)	Contrato encerrado	2014/148.00	Processo n. 114.189/14 – Contrato Emergencial n. 2014/148.00
9701.00206.500-4	Caixa Econômica Federal	Agência e caixas eletrônicos (térreo Anexo IV)	Contrato	2014/149.0	Processo n. 114.189/14 – Contrato Emergencial n. 2014/149.0
9701.00288.500-1	Caixa Econômica Federal	Agência edifício Principal (térreo) + caixas eletrônicos edifício Principal (térreo) + caixas eletrônicos AII (térreo)	Contrato	2014/149.0	Processo n. 114.189/14 – Contrato Emergencial n. 2014/149.0
9701.00206.500-4	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	Agência AIV (térreo)	Permissão	2014/081.1 (vigência até 3/5/16)	Processo n. 102.333/06 – Aditivo ao Termo de Permissão de Uso n. 2014/081.1
9701.00206.500-4	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	Agência AIV (térreo)	Permissão	2014/081.2 (vigência até 3/5/16)	Processo n. 102.333/06 – Aditivo ao Termo de Permissão de Uso n. 2014/081.2
9701.00206.500-4	GOL Transportes Aéreos S.A. (VRG Linhas Aéreas S.A.)	Balcão de atendimento e loja (térreo AIV)	Permissão	2009/038	Processo n. 105.141/06 – Termo de Permissão de Uso n. 2009/038.0
9701.00206.500-4	Ocean Air Linhas Aéreas Ltda. (Avianca)	Balcão de atendimento (térreo AIV)	Permissão	2008/147	Processo n. 162.089/08 – Termo de Permissão de Uso n. 2008/147.0
9701.00206.500-4	Passaredo Transportes Aéreos Ltda.	Balcão de atendimento (térreo AIV)	Permissão	2008/120	Processo n. 109.077/07 – Termo de Permissão de Uso n. 2008/120.0
9701.00206.500-4	TAM Linhas Aéreas S.A.	Balcão de Atendimento e loja (térreo AIV)	Permissão	2007/176	Processo n. 105.129/06 – Termo de Permissão de Uso n. 2007/176.0 e Processo n. 2006/105.129 – Despacho autorizativo
9701.00206.500-4	Senac – Restaurante Escola	Senac – restaurante (10º andar AIV)	Acordo	2008/008	Processo n. 147.215/07 – Acordo de Cooperação n. 2008/008.5
9701.00206.500-4	Senac – Lanchonete Escola	Senac – lanchonete (10º andar AIV)	Acordo	2008/008	Processo n. 147.215/07 – Acordo de Cooperação n. 2008/008.5
9701.00213.500-2	Central Park – Restaurante e lanchonete	Taioba (lanchonete subsolo BLP, restaurante subsolo AIII, restaurante e lanchonete térreo AIII)	Contrato rescindido	2013/116 (vigência até 15/6/2016)	Processo n. 126.367/12 – Termo de Formalização da Rescisão Unilateral do Contrato n. 2013/116.0

RIP	Empresa	Localização	Formalização de contratação		
			Instrumento	Número	Processo/termo/contrato/aditivo/despacho
9701.00213.500-2	Taioba Self Service Ltda. – Restaurante e lanchonete	Taioba (lanchonete subsolo BLP, restaurante subsolo AIII, restaurante e lanchonete térreo AIII)	Contrato	2016/112 (vigência até 16/6/2016)	Processo n. 126.367/12 – Aditivo ao Contrato n. 2016/112.1
9701.00213.500-2	Ascade – Farmácia	Farmácia (subsolo AIII)	Permissão	2008/041	Processo n. 5.351/2006 – Termo de Permissão de Uso n. 2008/041.0
9701.00288.500-1	Ascade	Ascade (27º andar – AI)	Permissão	2008/041	Processo n. 5.351/2006 – Termo de Permissão de Uso n. 2008/041.0 Processo n. 3.169/2015 – Despacho autorizativo do DG. Fl. 24
9701.00221.500-6	OI (Brasil Telecom Celular S.A.)	OI (subsolo AII)	Autorização	2007/019	Processo n. 17.634/04 – Termo de Autorização n. 2007/019.0
9701.00221.500-6	Nextel Telecomunicações Ltda.	Nextel (subsolo AII e unidades remotas)	Permissão	2009/030	Processo n. 134.591/05 – Termo de Permissão de Uso n. 2009/030.0
9701.00221.500-6	Vivo S.A.	Vivo (subsolo AII)	Permissão	2009/023	Processo n. 164.649/08 – Termo de Permissão de Uso n. 2009/023.0
9701.00221.500-6	Claro (Americel S.A.)	Claro (subsolo AII)	Permissão	2009/024	Processo n. 164.648/08 – Termo de Permissão de Uso n. 2009/024.0
9701.00221.500-6	Agência Aerotur Ltda.	Aerotur (superior AII, sala DG)	Contrato	2014/140	Processo n. 131.291/13 – Aditivo ao Contrato n. 2014/140.2 e Processo n. 2016/100.338 – Despacho
9701.00221.500-6	Brasil Telecom S.A. – TUP (orelhão)	Brasil Telecom (térreo AII)	Permissão	2013/053	Processo n. 017.634/04 – Termo de Permissão de Uso n. 2013/053.0
9701.00221.500-6	Assessoria – Ministério Público Federal MPU/PGR	MPF/PGR (7º andar – AIV)	Autorização	2013/250	Processo n. 145.323/11 – Termo de Autorização de Uso n. 2013/250.0
9701.00287.500-6	Senac – Lanchonete Escola	Senac – lanchonete e vestiário (térreo Cefor)	Acordo	2008/008	Processo n. 147.215/07 – Acordo de Cooperação n. 2008/008.5
9701.00288.500-1	Fundação Milton Campos	Fundação (27º andar – AI)	Cessão de Uso	2009/106	Processo n. 114.532/2005 – Termo de Cessão de Uso n. 2009/106.0
9701.00288.500-1	Fundação Ulysses Guimarães	Fundação (26º andar – AI)	Cessão de Uso	2009/107	Processo n. 104.755/06 – Termo de Cessão de Uso n. 2009/107.0
9701.00288.500-1	Sindilegis	Sindlegis (27º andar – AI)	Permissão	2008/044	Processo n. 5.558/06 – Termo de Permissão de Uso n. 2008/044.0
9701.00288.500-1	Associação dos Congressistas do Brasil - ACB	ACB (20º andar – AI)	Autorização	2014/069	Processo n. 119.391/09 – Termo de Autorização de Uso n. 2014/069.0
9701.00288.500-1	Legiscred	SICOOB Legislativo (27º andar AI)	Permissão	2008/121	Processo n. 112.583/06 – Termo de Permissão de Uso n. 2008/121.0
9701.00288.500-1	Senac – Lanchonete Escola	Senac – lanchonete (térreo Edifício Principal) + lanchonete parlamentar (3º pavimento Edifício Principal)	Acordo	2008/008	Processo n. 147.215/07 – Acordo de Cooperação n. 2008/008.5

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio, Departamento Técnico e Fundo Rotativo da CD.

Quadro A3 – Espaços físicos – área ocupada e valores

RIP	Cessionário	Área de ocupação (m ²)			Valores	
		Caderno de ocupação	Contratual	Planilha de cobranças	Previsto em instrumento (R\$/mês)	Arrecadados (R\$)
9701.00206.500-4	Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.	17,66	3,09	17,28	1.354,42	14.871,01
9701.00206.500-4	Banco do Brasil S.A.	403,36	396,24	396,24	29.877,60	355.123,55
9701.00288.500-1	Banco do Brasil S.A.	337,43	337,31	337,31	25.916,95	308.102,55
9701.00206.500-4	Caixa Econômica Federal	126,27	125,18	125,18	9.490,99	112.903,49
9701.00288.500-1	Caixa Econômica Federal	178,99	178,23	178,23	13.760,06	163.608,32
9701.00206.500-4	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	227,53	272,48	227,53	20.493,23	179.373,99
9701.00206.500-4	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	227,53	227,53	227,53	17.117,49	
9701.00206.500-4	GOL Transportes Aéreos S.A. (VRG Linhas Aéreas S.A.)	54,41	92,49	52,30	4.214,55	45.690,63
9701.00206.500-4	Ocean Air Linhas Aéreas Ltda. (Avianca)	16,13	15,60	15,60	1.198,26	15.283,00
9701.00206.500-4	Passaredo Transportes Aéreos Ltda.	3,19	3,09	3,09	273,74	2.982,05
9701.00206.500-4	TAM Linhas Aéreas S.A.	65,38	78,8	62,08	4.880,60	62.587,84
9701.00206.500-4	Senac – Restaurante Escola	1316,39	1496	-	Isento	-
9701.00206.500-4	Senac – Lanchonete Escola	304,35	327	-	Isento	-
9701.00213.500-2	Central Park – Restaurante e lanchonete	1540,59	-	-	111.810,86	311.283,96
9701.00213.500-2	Taioba Self Service Ltda. – Restaurante e lanchonete	1540,59	-	-	123.709,66	
9701.00213.500-2	Ascade – Farmácia	45,5	45,3	45,3	3.461,67	81.937,29
9701.00288.500-1	Ascade	51,47	77,51	77,51	5.923,05	
9701.00221.500-6	OI (Brasil Telecom Celular S.A.)	3,33	3	3	942,70	11.014,45
9701.00221.500-6	Nextel Telecomunicações Ltda.	15,89	15	15	1.802,55	23.240,90
9701.00221.500-6	Vivo S.A.	38,91	46	46	7.192,82	77.513,12
9701.00221.500-6	Claro (Americel S.A.)	14,46	12	12	2.824,46	33.385,90
9701.00221.500-6	Agência Aerotur Ltda.	5,12	-	-	176,80	2.605,05
9701.00221.500-6	Brasil Telecom S.A. – TUP (orelhão)	1,58	1,58	-	Isento – Ato da Mesa n. 61, de 2005	-
9701.00221.500-6	Assessoria – Ministério Público Federal MPU/PGR	45,39	37	-	Isento – Ato da Mesa n. 61, de 2005	-
9701.00287.500-6	Senac – Lanchonete Escola	92,47	74	-	Isento	-
9701.00288.500-1	Fundação Milton Campos	48,39	46,02	46,02	3.524,50	41.893,19
9701.00288.500-1	Fundação Ulysses Guimarães	158,38	129,67	129,67	9.798,19	116.463,12
9701.00288.500-1	Sindilegis	31,65	27,44	27,44	2.105,72	25.032,66
9701.00288.500-1	Associação dos Congressistas do Brasil – ACB	66,46	66,46	-	Isento	-
9701.00288.500-1	Legiscred	15,06	14,37	14,37	1.139,17	13.546,45
9701.00288.500-1	Senac – Lanchonete Escola	191,50	82	-	Isento	-

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio, Departamento Técnico e Fundo Rotativo da CD.

Quadro A4 – Principais projetos de TIC desenvolvidos em 2016

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido até dez./2016	Prazo de conclusão
Acordo de cooperação entre Câmara dos Deputados e Senado Federal em sistemas de dados	Integração entre as Casas Legislativas para disponibilização, distribuição e uso de código-fonte em acordo de cooperação de desenvolvimento de programas ou sistemas em prol do processo legislativo e criação de bases de integração em cada uma das Casas (Câmara dos Deputados e Senado Federal) permitindo transmissão e validação de dados em tempo real.	Integração entre as casas legislativas. Maior confiabilidade na persistência e disponibilidade de dados legislativos. Compatibilidade e conhecimento dos códigos-fontes pelas duas Casas, evitando redundâncias quanto à origem da informação e à portabilidade de sistemas.	Não previsto	Não se aplica	31/7/2017
Automação do processo de tomada de contas anual – Pró-Contas	Sistema para subsidiar a elaboração do processo de contas dos ordenadores de despesas da Câmara dos Deputados.	Melhoria no controle de processo e na padronização do documento final e diminuição dos riscos associados ao não cumprimento dos prazos normativos.	Não previsto	Não se aplica	24/3/2017
Câmara Móvel	Oferecer acesso facilitado a conteúdos e serviços do portal da Câmara por meio dos diversos dispositivos móveis (<i>smartphones, tablets</i> e similares).	Atendimento à demanda por conteúdos e serviços adaptados para dispositivos móveis; aumento da interatividade; diversificação na oferta de serviços e funcionalidades que atraíam nova audiência.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Controle Cidadão – Cotasnet	Oferecer uma solução para recuperar e disseminar os dados das despesas relativas ao uso da cota para exercício da atividade parlamentar (Ceap).	Agilidade, rapidez e flexibilidade na pesquisa; racionalização de recursos; redução da quantidade de requerimentos de acesso à informação relacionada ao uso da cota para exercício da atividade parlamentar (Ceap); ampliação da transparência dos gastos da Ceap; conformidade com a Lei Acesso à Informação.	Não previsto	Não se aplica	30/5/2017
Cotasnet – Release 2	Evolução do sistema contemplando as mudanças ao Serviço de Reembolso, ao Serviço de Passagem Aérea, ao Serviço de Telefonia e ao Serviço Postal.	Aprimoramento do processo de solicitação do reembolso de bilhete aéreo não utilizado junto às companhias aéreas; melhoria no controle das rotinas de restituição de documentos fiscais reembolsados no sistema; novas funcionalidades para atender as rotinas administrativas inerentes às despesas de telefonia; melhoria na transparência sobre os documentos fiscais reembolsados e posteriormente restituídos pelo deputado.	Não previsto	Não se aplica	30/5/2017
Display para exibição das agendas dos plenários	Instalação de painéis eletrônicos nas entradas do corredor central do térreo do edifício Anexo II, para exibição da agenda dos eventos. Os painéis deverão reunir informações sobre horários e estado dos eventos (reuniões, audiências, etc.) em curso ou previstos nos dezesseis plenários das comissões e no auditório Nereu Ramos.	Melhorar a transparência e a divulgação de eventos que ocorrem nos plenários das comissões aos públicos interno e externo.	Não previsto	Não se aplica	3/3/2017
eDoc – solução de tramitação de documentos eletrônicos	Prover uma solução para iniciar o processo de implantação gradativa do uso de documentos e processos totalmente eletrônicos, em substituição ao tradicional uso de papel na área administrativa da Câmara dos Deputados.	Modernizar a tramitação de processos administrativos da Câmara dos Deputados. A solução, além de oferecer ganho de produtividade, simplifica, agiliza, controla e proporciona mais segurança aos processos administrativos, além de possibilitar a racionalização dos	3.923.439,46	2.338.493,47	30/6/2017

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido até dez./2016	Prazo de conclusão
		gastos com tinta e papel, reduzindo a utilização de recursos naturais.			
Gravação de orientações de lideranças de votações simbólicas	Gravar em base de dados as orientações de lideranças de votações simbólicas quando de seu encerramento, as quais deverão estar disponíveis para internet.	Disponibilizar para a sociedade bem como os partidos orientarem suas bancadas numa votação simbólica.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Implantação do Sistema de Gestão de Relacionamento – Prisma	Contratação e implantação de serviço de tecnologia da informação para suporte à gestão do relacionamento da Câmara dos Deputados com os públicos internos e externos por 24 meses.	Viabilizar o cumprimento das exigências da Lei de Acesso a Informação, regulamentada na Câmara dos Deputados pelo Ato da Mesa n. 45, de 2012, e o gerenciamento das demandas externas e internas, em conformidade com as determinações do Ato da Mesa n. 58, de 2013. Permitir a geração de indicadores que viabilizem a construção do perfil do público que interage com a Câmara, facilitando o processo decisório de iniciativas pertinentes. Viabilizar a implantação das decisões do Comitê Gestor do Relacionamento.	1.780.000,00	749.066,10	Concluído
Infoleg Parlamentar – Módulo Movimentação Parlamentar e Organização Partidária	Solução corporativa para gestão de dados dos parlamentares, integrando as bases hoje existentes.	Propiciar a integração de informações e bases de dados relativos aos deputados existentes na Casa. Estabelecer a governança das informações relativas aos deputados entre os diversos órgãos gestores das mesmas. Desenvolver a sinergia entre os setores pelos quais as informações são transitadas, propiciando uma otimização dos processos. Substituir documentos em papel por informações digitais. Melhorar a pesquisa de parlamentares na internet.	Não previsto	Não se aplica	20/2/2017
Informações Gerenciais – gestão de pessoal	Solução para a extração e análise de dados oriundos dos sistemas de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento da Câmara dos Deputados.	Facilitar o processo de tomada de decisão pautadas nos princípios da exatidão, qualidade, tempestividade e disponibilidade, antecipando os seus impactos, os custos e sua viabilidade.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Informações gerenciais – Sisconle	Solução para a extração e análise de dados oriundos do Sistema de Solicitações e Acompanhamentos de Trabalhos da Consultoria Legislativa (Sisconle).	Facilitar o controle e planejamento de ações, especialmente no tocante à tomada de decisões.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Mapa corporativo de papéis e responsabilidades sobre serviços de TIC e informação	Elaborar e implantar mapa corporativo de papéis e responsabilidades sobre serviços de TIC e informação.	Aprimoramento dos processos de provimento de soluções de TIC. Clareza para os gestores, colaboradores e unidades administrativas acerca das responsabilidades que lhes são atribuídas em relação a serviços, sistemas e informações.	Não previsto	Não se aplica	29/9/2017

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido até dez./2016	Prazo de conclusão
Modernização da pesquisa e da interface com o usuário do banco de discursos da CD	Realizar melhorias no aplicativo de busca de discursos do portal da Câmara e modernização de sua interface com o usuário.	Maior flexibilidade e desempenho na pesquisa de discursos do portal; melhor desempenho com a migração para a plataforma Fast; aperfeiçoamento da interface com o usuário, utilizando padrões web atuais, visando melhoria na experiência de uso do aplicativo.	Não previsto	Não se aplica	20/2/2017
Modernização Legim	Desenvolvimento e implementação de um novo modelo de estruturação e pesquisa da legislação federal brasileira e interna da Câmara dos Deputados, visando o acesso e a localização dos atos normativos, conforme as novas diretrizes governamentais de acesso à informação e tecnologias disponíveis.	Otimização da pesquisa de legislação. Possibilidade de controle automático dos textos vigentes. Integração com o padrão LexML. Otimização do processo de atualização de normas.	627.900,00	0	31/7/2017
Nova página de deputados no portal da Câmara	Reformulação da página de deputados no Portal da Câmara de forma a facilitar o acesso às informações sobre os parlamentares e aumentar a transparência quanto à utilização de recursos públicos. À título de referência, sugere-se a avaliação da página similar no Portal do Senado Federal, que apresenta um exemplo interessante de organização das informações sobre os senadores.	Facilitar o acesso do cidadão às informações disponibilizadas pela Câmara dos Deputados. Estimular o controle social. Ampliar a audiência do Portal da Câmara.	Não previsto	Não se aplica	23/2/2017
Orçamento Brasil – novo portal	Implantação de melhorias na visualização e organização das informações e serviços da área Orçamento Brasil no portal da Câmara dos Deputados.	Implementação da arquitetura da informação definida no planejamento do <i>site</i> . Construção das páginas e recursos de navegação do <i>site</i> ; dos serviços de pesquisa de informações orçamentárias e dos serviços de interação com a sociedade.	Não previsto	Não se aplica	30/10/2017
Painel de Dados Eleitorais – Siele	Construção de painéis que possibilitem aos usuários da Câmara dos Deputados e da sociedade acesso facilitado a dados eleitorais e informações consolidadas quanto às votações, despesas, receitas e bens dos candidatos, com a possibilidade de cruzamentos de variáveis e construção de modelos que permitam analisar o processo eleitoral.	Acesso com maior clareza e tempestividade a dados tratados e consolidados sobre eleições, bem como a elaboração de modelos de análise estatística; maior facilidade para a produção de estudos e proposições a respeito do processo eleitoral e o assessoramento das comissões; possibilidade de cruzamento com outras bases de dados consolidadas desenvolvidas pelo Centro de Informática em parceria com a Consultoria Legislativa e outros órgãos da Câmara dos Deputados, ampliando a capacidade de análise; possibilidade de utilização para fins acadêmicos pelos alunos dos cursos de especialização e mestrado providos pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor).	Não previsto	Não se aplica	31/3/2017
Painel Legislativo	Provimento de uma solução que possibilite a geração e a consulta de informações legislativas por meio de painéis gerenciais, bem como a geração de relatórios de forma tempestiva sobre informações legislativas no âmbito das comissões para subsidiar o processo de tomada de decisões e	Disponibilidade de informações gerenciais para subsidiar o processo de decisão. Agilidade no atendimento das demandas por informações legislativas produzidas na comissão. Maior facilidade no acesso às informações das comissões.	Não previsto	Não se aplica	30/10/2017

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido até dez./2016	Prazo de conclusão
	atender demandas diversas do público atuante e interessado no processo legislativo.				
Reformulação do layout do portal da Câmara dos Deputados	Modernização do layout, da interação com usuário e da diagramação visual do portal com melhorias na navegabilidade, usabilidade, responsividade a dispositivos móveis e acessibilidade. Reformulação da página inicial com nova seção para destacar sessões de Plenário, reuniões de comissões e outros eventos transmitidos ao vivo na Câmara dos Deputados. Destaque-se que a demanda (ilustrada no anexo) não abrange mudanças profundas na arquitetura de informação e nos serviços do portal, o que virá a ser escopo de outro projeto.	Facilitar o acesso do cidadão às informações disponibilizadas pela Câmara dos Deputados. Ampliar a audiência do portal da Câmara.	Não previsto	Não se aplica	14/4/2017
Serviço de Dados Abertos da Câmara dos Deputados – nova plataforma	Prestação de serviço tecnológico de dados abertos da Câmara dos Deputados.	Aperfeiçoar o acesso a alguns dados corporativos, organizando e otimizando as consultas às bases de dados. Transparência de dados da Câmara, garantindo acesso automatizado mais robusto e seguro às bases de informações da Câmara dos Deputados. Propiciar melhores condições para a realização pela Câmara dos Deputados, de ações de fomento de desenvolvimento de soluções tecnológicas conectadas ao legislativo pela sociedade.	Não previsto	Não se aplica	30/6/2017
Sistema de Controle de Débitos – versão 2.0	Evolução do Sistema de Controle de Débitos (Sicod).	Maior segurança, controle e confiabilidade dos cálculos e procedimentos de cobrança administrativa; melhor facilidade no uso do sistema (usabilidade); garantia de ressarcimento de valores devidos corretos ao erário.	Não previsto	Não se aplica	13/2/2018
Sistema de Gerenciamento de Proposições nas Comissões	Desenvolvimento de solução tecnológica para controle de proposições no âmbito das comissões que possibilite registrar diversas informações, tais como: análises de parecer, pedidos de pauta e relatoria, distribuição de relatorias, verificação de presença, inserção de protocolo, além de possibilitar a pesquisa de matérias correlatas e a gestão de inversão de itens da pauta.	Controle, agilidade, confiabilidade, disponibilidade, auxílio no processo de decisão do presidente.	Não previsto	Não se aplica	31/3/2017
Fiscalize Orçamento – informações de transferências da União para estados e municípios	Incorporação de dados de transferências constitucionais, disponíveis no Siafi Operacional, ao Informações Gerenciais Fiscalize.	Aumento do grau de completude das informações de transferências para estados e municípios atualmente disponibilizadas ao cidadão por meio do sistema Fiscalize Orçamento.	Não previsto	Não se aplica	Concluído

Fonte: Centro de Informática.

Quadro A5 – Principais sistemas de TIC da Câmara dos Deputados

Nome do serviço	Descrição	Área gestora
Integração de informações de parlamentares	Sistema que fornece base oficial de dados com as informações legislativas, administrativas, biográficas e fotográficas dos deputados.	Diretoria-Geral
		Departamento de Pessoal
		Centro de Documentação e Informação
		Secretaria-Geral da Mesa
Pauta eletrônica	Permite o acesso eletrônico à pauta do dia, às propostas em discussão, às emendas e aos votos apresentados, além de mostrar o que ocorre nas comissões. Agiliza o acesso às informações em cada reunião, economizando no número de impressões e reduzindo o impacto ambiental das atividades da Câmara dos Deputados.	Secretaria-Geral da Mesa
Portal da Câmara dos Deputados	Portal que reúne dados, informações, conteúdos e serviços com a finalidade de divulgar as atividades legislativas, administrativas, educacionais e culturais da Câmara dos Deputados, promover a transparência e a prestação de contas à sociedade e oferecer mecanismos de manifestação e participação do cidadão por meio de plataformas multilaterais de interação.	Comitê Gestor do Portal
Portal e-Democracia	Espaço público, virtual e interativo que tem como objetivo promover a participação colaborativa de cidadãos no processo de elaboração de leis de interesse nacional. Ele é composto por comunidades virtuais temáticas, com acesso restrito aos seus integrantes, e pelo Espaço Cidadão, de participação livre para todos que tiverem interesse em opinar sobre proposições em discussão na Câmara dos Deputados.	Diretoria-Geral/Laboratório <i>Hacker</i>
Sistema de Apoio aos Registros Taquigráficos (Sitaq)	Sistema responsável pelo registro dos apanhamentos taquigráficos em Plenário e nas Comissões. Ele faz a gestão da escala dos taquígrafos e revisores e reúne os textos taquígrafados para revisão e publicação. Com base no Sitaq, são publicados na internet os discursos proferidos e as notas taquigráficas.	Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Sistema de Gestão de Documentos de CPIs (SISCPI)	Indexa documentos gerados e recebidos pelas CPIs, para controle de providências e respostas a requerimentos, e emite relatórios de controle e guia de transferência.	Departamento de Comissões
Sistema de Gestão de Cotas e Serviços	Sistema de apoio à gestão de cota para exercício da atividade parlamentar que garante maior detalhamento e transparência de informações.	Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Sistema de Controle de Tramitação de Proposições (Sileg)	O Sileg, também conhecido como SilegTram, é responsável pelo cadastro e acompanhamento da tramitação de proposições legislativas na Câmara dos Deputados. O sistema faz o registro da proposição (projeto de lei, emenda, projeto de lei complementar, proposta de emenda à Constituição, requerimento, etc.), e o acompanhamento do andamento da proposição nas comissões até o encaminhamento para o Plenário.	Secretaria-Geral da Mesa
Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Seldor)	Gerencia a elaboração Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) quando em fase de apreciação pelo Congresso Nacional.	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
Sistema de Legislação Interna	Possibilita cadastro e pesquisa de legislação interna e federal.	Centro de Documentação e Informação
Sistema de Subscrição Eletrônica de Proposições	Permite aos parlamentares realizar o apoio a proposições de maneira eletrônica. Por meio de sua digital, o deputado poderá subscrever determinado documento, bem como retirar seu apoio a alguma proposição. Ademais, a solução permite que o processo de coleta de assinaturas seja acompanhado eletronicamente não apenas pelo autor da proposição como também por todos os parlamentares em exercício.	Secretaria-Geral da Mesa
Sistema Questão de Ordem	O sistema faz o cadastro e a pesquisa das questões de ordem relativas ao processo legislativo. De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, considera-se questão de ordem toda dúvida sobre a interpretação do próprio regimento, na sua prática exclusiva ou relacionada com a Constituição Federal.	Secretaria-Geral da Mesa
Aplicativo de informações legislativas	Aplicativo para dispositivos móveis com informações das atividades legislativas da Câmara dos Deputados.	Departamento de Comissões
Sistema de Presença, Votação e Eleição nas Comissões	Gerenciador eletrônico de presença, votação e eleição nas comissões.	Secretaria-Geral da Mesa

Fonte: Centro de Informática.

Quadro A6 – Principais processos de gerenciamento de serviços de TIC

Processo	Descrição	Normativos associados	Referência	Ferramentas utilizadas
Gerenciamento de catálogo de serviços	Compreende as políticas que regulam a manutenção de um catálogo de serviços que tenha informações consistentes, atualizadas e disponíveis para os consumidores de serviços de TIC da Câmara dos Deputados.	<ul style="list-style-type: none"> – Instrução n. 3, de 27/1/2015 – institui processo organizacional para gerenciamento do catálogo de serviços de tecnologia da informação no domínio das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática da Câmara dos Deputados. – Ordem de Serviço n. 10, de 4/9/2015 – designa o gerente do processo de gerenciamento do catálogo de serviço de tecnologia da informação e comunicação do Centro de Informática (Cenin). 	Gerenciamento do Catálogo de Serviços (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	Portal da intranet da Câmara dos Deputados, FrontRange ITSM e OTRS.
Gerenciamento de implantação	Define procedimentos para gerenciar as implantações a fim de prover um ambiente estável, minimizando os impactos nos serviços providos pelo Centro de Informática. Além disso, fornece suporte a outros processos da ITIL por meio de informação sobre a infraestrutura de TI montada a partir do banco de dados de itens de configuração, o Banco de Dados de Gerenciamento de Configuração (BDGC).	<ul style="list-style-type: none"> – Instrução n. 2, de 13/1/2015 – institui processo organizacional para gerenciamento da liberação e configuração de ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática da Câmara dos Deputados. – Ordem de Serviço n. 1, de 7/10/2016 – designa o gerente do processo gerenciar implantação de TIC. 	Gerenciamento de Liberação e Distribuição e Gerenciamento de Configuração e Ativos (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	FrontRange ITSM e OTRS.
Gerenciamento de incidentes	Define procedimentos para restabelecer a operação normal do serviço (conforme acordos de níveis de serviço preestabelecidos) o mais rápido possível e minimizar o impacto nas operações das áreas de negócio.	<ul style="list-style-type: none"> – Instrução n. 1, de 21/5/2012 – institui processo organizacional para gerenciamento de incidentes de serviços de tecnologia da informação e comunicação no domínio das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática. – Ordem de Serviço n. 5, de 31/3/2014 – designa o gerente do processo de gerenciamento de incidentes de serviços de tecnologia da informação e comunicação do Centro de Informática. 	Gerenciamento de Incidentes (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	FrontRange ITSM e OTRS.
Gerenciamento de demandas	Visa entender, antecipar e influenciar as demandas de serviços de TIC originadas pelos clientes.	<ul style="list-style-type: none"> – Instrução n. 1, de 13/1/2015 – institui processo organizacional para gerenciamento de demandas de tecnologia da informação no domínio das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática da Câmara dos Deputados. – Ordem de Serviço n. 2, de 13/1/2015 – designa o gerente do processo de gerenciamento de demandas de tecnologia da informação. 	Gerenciamento de Demanda (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011.	eDoc (sistema de gerenciamento eletrônico de documentos).
Gestão de projetos	Define procedimentos e boas práticas que visam assegurar que	– Instrução n. 2, de 8/4/2014 – institui o Processo de Gestão de Projetos aplicado ao Cenin (PGP-Cenin) como processo	PMBOK 5ª edição.	Microsoft Project.

Processo	Descrição	Normativos associados	Referência	Ferramentas utilizadas
	os projetos entreguem os resultados esperados dentro do prazo, escopo e custos planejados.	organizacional de gerenciamento de projetos a ser adotado nas demandas de tecnologia da informação e comunicação a serem tratadas como projetos no domínio das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática. – Ordem de Serviço n. 8, de 8/4/2014 – designa o gerente do Processo de Gestão de Projetos aplicado ao Centro de Informática (PGP-Cenin).		
Desenvolvimento de sistemas de TIC (Siga-me)	Institui procedimentos para a construção e manutenção de sistemas no âmbito do Centro de Informática, utilizando princípios de técnicas ágeis.	– Instrução do Centro de Informática n. 1, de 5/2/2013 – institui o processo Siga-me como processo organizacional de engenharia de sistema e de <i>software</i> a ser adotado nos projetos de desenvolvimento e de manutenção de soluções e produtos de <i>software</i> no domínio das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática. – Ordem de Serviço n. 7, de 28/7/2015 – designa o gerente do processo Siga-me.		Sonar, Jenkins, Redmine, Wiki.
Fiscalização de contratos de TIC (Fiscon)	Institui procedimentos para acompanhamento e fiscalização de contratos de TI.	– Instrução n. 3, de 8/11/2012 – institui o processo Fiscon como processo organizacional para acompanhamento e fiscalização de contratos administrativos no domínio das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática. – Ordem de Serviço n. 6, de 31/3/2014 – designa o gerente do processo organizacional para acompanhamento e fiscalização de contratos administrativos do domínio da Tecnologia da Informação e Comunicação – Fiscon.		Sistema Integrado de Gestão de Material e Serviço (Sigmas) – sistema desenvolvido internamente.
Gestão de orçamento	Institui procedimentos para gestão orçamentária de TIC.	Em fase de normatização.		Sistema Integrado de Gestão de Material e Serviço (Sigmas) e Sistema de Gestão Orçamentária (Siorc).
Gestão de riscos	Estabelece procedimentos para identificação e tratamento de riscos associados à gestão de TIC.	Em fase de normatização.	Norma ISO 31000:2009 – Risk Management – Principles and Guidelines.	
Provimento de solução de TI	Estabelece procedimentos para o provimento de soluções de TIC, que envolvem desenvolvimento e/ou aquisição.	Em fase de normatização.	Processo Cobit 5 BAI03 – Gerenciar identificação e desenvolvimento de soluções.	

Fonte: Centro de Informática.

Quadro A7 – Julgamento de contas anual do exercício de 2011

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.176/2012-0	2.114/2016 – Primeira Câmara	1.7.1 e 1.7.2	Aviso n. 217-GP/TCU, de 4/4/2016 Processo/CD n. 108.097/2016	6/4/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Câmara dos Deputados				
Descrição da determinação				
<p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares, dar quitação plena aos responsáveis, e mandar fazer as seguintes recomendações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:</p> <p>1. Processo TC-019.176/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS – Exercício: 2011)</p> <p>1.1. Responsáveis: Evandro Lopes Costa (262.539.251-72); Fábio Chaves Holanda (170.479.943-00); Fábio Rodrigues Pereira (483.203.311-53); Marco Aurélio Spall Maia (475.008.670-34); Pedro Ivan Pellegrini (151.864.741-34); Rogério Ventura Teixeira (292.707.311-20); Rosilda de Freitas (379.675.177-68) e Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida (358.677.601-20)</p> <p>[...]</p> <p>1.7. Recomendar à Câmara dos Deputados que:</p> <p>1.7.1. aprimore seu sistema de controles internos, de forma a dar prioridade aos procedimentos associados à avaliação de riscos, para que sejam minimizadas as falhas, reduzidas as perdas e mitigadas as fragilidades;</p> <p>1.7.2. nas contratações para a prestação de serviços de tecnologia da informação, a remuneração esteja vinculada aos resultados ou ao atendimento de determinado nível de serviço, consoante previsto na Súmula-TCU 269, admitindo-se o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço somente quando as características do objeto não permitirem outra forma de contraprestação, hipótese em que a excepcionalidade deve estar prévia e adequadamente justificada nos respectivos processos administrativos.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Item 1.7.1. As iniciativas relacionadas à gestão de riscos na Câmara dos Deputados ocorrem de forma isolada e não sistematizada. Algumas iniciativas são desenvolvidas por unidades administrativas específicas, a exemplo de práticas realizadas nas áreas de tecnologia da informação (relatório mensal de alertas), polícia legislativa (gestão dos riscos à segurança do Presidente da Câmara dos Deputados), atendimento médico e laboratorial (gestão dos riscos de contaminação, por meio do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde – PGRSS) e gestão de projetos (identificação e tratamento dos riscos em projetos).</p> <p>Em 2016, visando disseminar, integrar e sistematizar a gestão de riscos na Casa, a Diretoria-Geral apresentou um projeto corporativo ao Comitê de Gestão Estratégica, com o objetivo de “implantar práticas sistemáticas de gestão de riscos corporativos na Câmara dos Deputados”. O projeto é patrocinado diretamente pela Diretora-Geral Adjunta e teve seu termo de abertura de projeto aprovado na reunião de avaliação estratégica (RAE) realizada em 25/5/2016.</p> <p>O escopo do projeto prevê as seguintes etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamentos (etapa concluída): estudo de modelos de referência e visitas de <i>benchmarking</i> a instituições de interesse. • Metodologia de gestão de riscos corporativos (etapa em andamento): elaboração de metodologia que possa ser utilizada em qualquer setor ou processo da organização. • Normatização (etapa não iniciada): elaboração e submissão de minuta de normativo para estabelecer a política de gestão de riscos corporativos. • Capacitação (etapa em andamento): ações de capacitação e sensibilização para os diversos públicos envolvidos na gestão de riscos corporativos. • Implantação piloto (etapa não iniciada): implantação em uma área piloto para testar a metodologia proposta e promover eventuais ajustes. • Comunicação (etapa não iniciada): ações de divulgação e comunicação das práticas desenvolvidas e da cultura de gestão de riscos. • Transição (etapa não iniciada): ações para assegurar a continuidade do processo de gestão de riscos corporativos após o término do projeto. <p>Com a conclusão do projeto, a Diretoria-Geral espera ter respaldo normativo e metodológico para identificar, analisar e tratar os riscos mais relevantes para instituição de maneira sistemática e transparente.</p>				
<p>Item 1.7.2. A Câmara dos Deputados está envidando todos os seus esforços no sentido de atender ao que preconiza a</p>				

Súmula/TCU n. 269, buscando firmar contratos de prestação de serviços de tecnologia de informação com fulcro em resultados, conforme recomenda a Decisão n. 1/2013 de seu Comitê Estratégico de TIC. Para tanto, foram realizados os seguintes esforços:

- a) comutação dos contratos de impressão (2013/234, 2013/233, 2014/083, 2014/193, 2015/040), que antes consistiam em aquisições de equipamentos e insumos com manutenção por equipe de técnicos terceirizados, para serviços de impressão remunerados por volume efetivamente impresso;
- b) contratações para o serviço de fábrica de *software*, com remuneração em função dos resultados e critérios de qualidade. No entanto, tais modelos de contratos precisaram ser revisados para se tornarem ainda mais efetivos. Nesse momento, encontra-se em estágio avançado a elaboração de termo de referência para contratação de serviço de desenvolvimento e sustentação de sistemas com os ajustes identificados;
- c) avanço no Programa de Gestão de Serviços, em atendimento ao Plano Estratégico de TIC, com a revisão do catálogo de serviços de TIC e a modelagem do processo de Gestão de Nível de Serviço. Em 2017, quando da conclusão desse último projeto, espera-se realizar os acordos de serviço (ANS) e os acordos operacionais (ANO).

A partir da finalização da ação “c”, espera-se possuir conhecimento necessário quanto à forma mais vantajosa e com menor risco de perda de qualidade na prestação de cada serviço (dentre aqueles não incluídos nos itens “a” e “b”) e, assim, poder tomar a decisão prevista no parágrafo único do artigo 1º da Resolução/CD n. 3/2011, naquilo que se enquadrar na condição estabelecida pela Câmara dos Deputados neste instrumento legal.

Quadro A8 – Julgamento de contas anual do exercício de 2012

Caracterização da determinação do TCU				
Processo TC	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.541/2013-9	3.619/2016 – Primeira Câmara	1.7 [1.7.1 a 1.7.5]	Aviso 485-GP/TCU, de 15/6/2016 Processo/CD n. 115.673/2016	17/11/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Câmara dos Deputados				
Descrição da determinação				
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares, dar quitação plena aos responsáveis indicados no item 1.1, e mandar fazer as seguintes recomendações, sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:				
1. Processo TC-019.541/2013-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS – Exercício: 2012)				
1.1. Responsáveis: Marco Aurélio Spall Maia, CPF 475.008.670-34; Rosilda de Freitas, CPF 379.675.177-68; Eduardo Henrique da Fonte de Albuquerque Silva, CPF 534.671.084-15; Carlos Eduardo Torres Gomes, CPF 313.402.611-20; Jorge Tadeu Mudalen, CPF 956.632.238-00; Inocêncio Gomes de Oliveira, CPF 001.776.014-34; Júlio César Delgado, CPF 819.933.586-68; Geraldo Resende Pereira, CPF 128.969.181-91; Carlos Humberto Mannato, CPF 574.807.887-20; Carlos Eduardo Cintra da Costa Pereira, CPF 002.306.854-04; Sérgio Ivan Moraes, CPF 205.042.250-49; Rogério Ventura Teixeira, CPF 292.707.311-20; Afrísio de Souza Vieira Lima Filho, CPF 152.774.535-04; Fábio Chaves Holanda, CPF 170.479.943-00; Henrique Kenup Sathler, CPF 816.700.101-63; Gentil Sbardelotto, CPF 219.404.799-91; Luiz César Lima Costa, CPF 093.046.301-34; Milton Pereira da Silva Filho, CPF 331.743.181-49; Luiz Henrique Horta Hargreaves, CPF 334.220.281-53; Miguel Gerônimo da Nóbrega Netto, CPF 214.589.281-87; e Cássia Regina Ossipe Martins Botelho, CPF 385.325.731-34.				
1.7. Recomendar à Câmara dos Deputados que promova o aprimoramento da gestão integrada de riscos, possibilitando à unidade efetuar, de forma sistemática e contínua, a identificação de eventos capazes de comprometer seus objetivos, bem como a adoção de medidas para mitigá-los, especialmente no que concerne aos seguintes aspectos:				
1.7.1. diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los;				
1.7.2. definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão;				
1.7.3. avaliação de riscos de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da unidade jurisdicionada, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo;				
1.7.4. mensuração e classificação dos riscos identificados, de modo que possam ser tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão; e				
1.7.5. elaboração de histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				

Justificativas do seu não cumprimento ou medidas adotadas

Item 1.7.1. A disciplina de gestão de riscos, com enfoque metodológico específico, ainda é recente no serviço público, sendo as experiências mais consolidadas as que se relacionam às instituições que operam no mercado financeiro. Entretanto, todas as atividades envolvem riscos e, mesmo sem rotular como gestão de riscos, diversas áreas da Casa realizam, ainda que de forma não sistemática, o diagnóstico dos riscos envolvidos, consideram a probabilidade de ocorrência desses riscos peculiares às suas atividades e adotam as medidas necessárias para mitigá-los.

A respeito dessa recomendação, cumpre informar que o diagnóstico dos riscos envolvidos, a probabilidade de ocorrência e as medidas necessárias para mitigá-los estão relacionados às principais atividades da Câmara abaixo detalhadas:

- a) Riscos que afetam os processos finalísticos: é de fundamental importância manter a ordem interna e garantir o acesso seguro aos plenários das comissões e ao plenário Ulysses Guimarães, locais onde acontecem os debates e as votações essenciais ao desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos de “elaborar diplomas legais” e “fiscalizar seus atos e os dos demais Poderes”. Diagnosticado qualquer risco que afete processos finalísticos, o Departamento de Polícia Legislativa (Depol) o mitiga acompanhando a agenda legislativa, a fim de melhor gerir o acesso às dependências da Casa e garantir a segurança dos parlamentares e servidores que atuam nos processos de trabalho relacionados à elaboração legislativa e à fiscalização.
- b) Riscos que afetam a continuidade de negócios: os riscos relativos a falhas/rupturas de serviços de tecnologia da informação que possam comprometer o funcionamento da Casa são mitigados por ações sistemáticas do Centro de Informática (Cenin) calcadas em um planejamento de TI que visa assegurar a disponibilidade e o bom desempenho dos serviços, bem como modernizar e ampliar o ambiente tecnológico. Esse planejamento é aprovado e acompanhado no Comitê Diretivo de TI, uma das instâncias que compõem o sistema de governança da Câmara dos Deputados.
- c) Riscos associados aos projetos estratégicos: as práticas de gerenciamento de riscos estão previstas na metodologia de gestão de projetos da Casa e têm como referência os preceitos do Project Management Institute (PMI), instituição de maior reconhecimento internacional em gestão de projetos. Para mitigar riscos nos projetos corporativos, são adotadas as seguintes medidas: na etapa de planejamento, é feita a identificação e o tratamento dos riscos na Declaração de Escopo do Projeto e são registrados os itens “descrição do risco”, “ação proposta” e “responsável pela ação”; na etapa de execução e monitoramento, o gerente do projeto registra, periodicamente, no Relatório de Situação os principais pontos de atenção (problemas ou riscos).

Os seguintes projetos merecem destaque neste tópico, por terem sido motivados pela necessidade de identificar e mitigar riscos de alta relevância para a Casa:

- Painel de Processos Críticos: o projeto, que iniciou como Painel de Processos e Pessoas, foi repriorizado pelo Comitê de Gestão Estratégica a fim de concentrar seu escopo em torno da identificação dos processos críticos da Casa. No âmbito do projeto, finalizado em dezembro de 2016, foi definido e validado o conceito de processo crítico como aquele que, quando descontinuado, inviabiliza o suporte dado aos parlamentares para cumprir a missão constitucional de legislar, fiscalizar os atos dos três Poderes e representar o povo brasileiro. Um dos produtos entregues foi a lista de processos gerenciais/de apoio que dão suporte direto aos macroprocessos finalísticos e, entre eles, foram definidos os três processos críticos: realizar sessão plenária, realizar reunião de comissão e gerir a movimentação no mandato parlamentar. Essa definição irá subsidiar decisões sobre alocações de recursos internos, bem como a governança de TI, no que diz respeito ao planejamento de capacidades tendo em vista a continuidade de negócios e o projeto de gestão de riscos, em desenvolvimento na Casa.
- Projeto Segurança: o projeto foi criado para mitigar riscos de alta magnitude à segurança dos parlamentares, servidores e demais cidadãos que frequentam as instalações da Câmara dos Deputados. Seguindo as orientações do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF), o projeto promoveu readequações estruturais e implementou o plano de emergência e pânico. Como ação continuada, estão sendo realizados treinamentos com as diversas áreas da Casa para lidar com as situações de emergência, tais como simulações de desocupação dos edifícios em caso de incêndio.

Adicionalmente, para aperfeiçoar a abordagem metodológica e sistematizar as práticas de gestão de riscos, foi iniciado em 2016 um projeto corporativo com o objetivo de implantar práticas sistemáticas de gestão de riscos corporativos na Câmara dos Deputados. O projeto é patrocinado diretamente pela diretora-geral adjunta, e teve seu termo de abertura aprovado na Reunião de Avaliação Estratégica (RAE) realizada em 25/5/2016.

O escopo do projeto prevê as seguintes etapas:

- Levantamentos (etapa concluída): estudo de modelos de referência e visitas de *benchmarking* a instituições de interesse.
- Metodologia de gestão de riscos corporativos (etapa em andamento): elaboração de metodologia que possa ser utilizada em qualquer setor ou processo da organização.
- Normatização (etapa não iniciada): elaboração e submissão de minuta de normativo para estabelecer a política de gestão de riscos corporativos.
- Capacitação (etapa em andamento): ações de capacitação e sensibilização para os diversos públicos envolvidos na gestão de riscos corporativos.

- Implantação piloto (etapa não iniciada): implantação em uma área piloto para testar a metodologia proposta e promover eventuais ajustes.
- Comunicação (etapa não iniciada): ações de divulgação e comunicação das práticas desenvolvidas e da cultura de gestão de riscos.
- Transição (etapa não iniciada): ações para assegurar a continuidade do processo de gestão de riscos corporativos após o término do projeto.

A sistematização e a organização metodológica dos processos de diagnóstico, identificação da probabilidade de ocorrência e adoção de medidas para mitigar os riscos serão feitas pela metodologia em desenvolvimento. O referido método pode ser utilizado não somente para os riscos relacionados a processos estratégicos, mas a qualquer tipo de processo ou objetivo.

Em relação às recomendações contidas nos **itens 1.7.2, 1.7.3 e 1.7.4**, informamos que os riscos operacionais, de informações e de conformidade são geridos no âmbito dos departamentos da Câmara, como nos exemplos abaixo:

- O Departamento Técnico (Detec) é o órgão responsável por identificar, avaliar e mitigar riscos que afetem a segurança e a qualidade de vida dos servidores e assegurar a conformidade e a eficiência das edificações da Câmara. Dentre as principais medidas para mitigar esses riscos, o Detec desenvolve o Programa de Manutenção Predial da Câmara dos Deputados (PMP/CD) e o Plano de Ação de Adequação das Instalações da Câmara dos Deputados às Normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico.
- O Departamento de Polícia Legislativa (Depol) gerencia continuamente os riscos ligados à segurança do presidente da Câmara dos Deputados, realizando o levantamento antecipado dos locais onde deverão ocorrer eventos com a sua presença, obtendo informações com serviços de inteligência da Câmara e de outros órgãos de segurança pública, de forma a planejar as ações e distribuir as equipes. Atua também com os riscos associados às autoridades nacionais e estrangeiras em visita à Casa.
- O Centro de Informática (Cenin) mitiga riscos operacionais de TIC por meio de análise elaboração de estratégias e monitoramento das ações de tratamento dos riscos, utilizando relatórios de alerta dos projetos, processos e contratações e *checklists* contemplando análise dos riscos envolvidos nas contratações.
- O Departamento Médico (Demed) gerencia os riscos relacionados às atividades de atendimento ambulatorial e de emergência, clínica médica, campanhas de saúde preventiva e laboratório de análises clínicas. Também, desde 2004, coordena o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS), que versa sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde, preocupando-se com os riscos à saúde pública e ao meio ambiente e com a prevenção de acidentes.

Os níveis de riscos que podem ser assumidos pelos gestores, bem como os processos de avaliação, mensuração e classificação dos riscos identificados serão aprimorados e sistematizados na metodologia em desenvolvimento.

Acerca da recomendação do item **1.7.5**, a Câmara dos Deputados adota ou promove melhorias nos processos internos relativos às fraudes e perdas registradas decorrentes das fragilidades constatadas. A elaboração do histórico, entretanto, não está diretamente contemplada no escopo do projeto em andamento, mas será avaliada em fases futuras da gestão de riscos na Casa.

Quadro A9 – Julgamento de contas anual do exercício de 2014

Caracterização da determinação do TCU				
Processo TC	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
027.935/2015-9	6.709/2016 – TCU – Primeira Câmara	1.7 e 1.8 [1.8.1 a 1.8.3]	Aviso 1.008-GP/TCU, de 18/11/2016 Processo/CD n. 129.368/2016	DOU 17/11/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Câmara dos Deputados				
Descrição da determinação				
<p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, fazer a seguinte determinação e adotar as seguintes medidas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.</p> <p>1. Processo TC-027.935/2015-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS – Exercício: 2014)</p> <p>1.1. Responsáveis: Henrique Eduardo Lyra Alves, CPF 130.470.197-20; André Luiz Vargas Ilário, CPF 497.509.509-25; Fábio Salustino Mesquita de Faria, CPF 021.287.284-28; Arlindo Chinaglia Júnior CPF 068.211.461-87; Márcio Miguel Bittar, CPF 237.963.321-53; Simão Sessin, CPF 034.410.677-20; Maurício Quintella Malta Lessa, CPF 803.556.334-34; Antônio Carlos Biffi, CPF 797.963.468-34; Luiz Gonzaga Patriota, CPF 019.609.704-93; Wolney Quiroz Maciel, CPF 749.899.104-78; Vitor Penido de Barros, CPF 010.754.386-91; Hidekazu Takayama, CPF. 524.993.838-87; Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, CPF 358.677.601-20; Cassia Regina Ossipe Martins Botelho, CPF 385.325.731-34</p> <p>1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados [...]</p> <p>1.7. Determinar à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição da República, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as medidas corretivas para que todos quantos exerçam cargo eletivo e cargo, emprego ou função de confiança na Câmara dos Deputados apresentem as Declarações de Bens e Rendas ou apresentem autorização de acesso aos dados definida no art. 3º da IN 67/2011, para o exato cumprimento do art. 1º, <i>caput</i> c/c art. 1º, IV, ambos da Lei 8.730/1993, do art. 13 da Lei 8.429/1992, informando a esta Corte de Contas acerca dos resultados obtidos.</p> <p>1.8. Medidas:</p> <p>1.8.1. recomendar à Câmara dos Deputados, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a conveniência e a oportunidade de adotar os seguintes procedimentos:</p> <p>1.8.1.1. no processo de desenvolvimento da gestão de riscos, elaborar aspectos estruturais e processuais de gerenciamento de riscos, nos moldes dos frameworks tecnicamente consolidados, a exemplo do <i>Risk Management Assessment Framework: a Tool for Departments</i> (REINO UNIDO, 2009), COSO – ERM, e Norma ISO 31.000:2009, em atendimento ao princípio da eficiência e do planejamento, nos termos do art. 6º, inc. I, do Decreto-Lei 200/1967 e do art. 37, <i>caput</i>, da CF/88.</p> <p>1.8.1.2. adequar as metas físicas das ações orçamentárias relativas a obras e serviços de engenharia, aos cronogramas físicos previstos nos projetos básicos ou nos respectivos contratos, com vistas a atribuir maior fidedignidade entre o planejamento e a execução orçamentária;</p> <p>1.8.2. recomendar ao Diretor-Geral da Câmara, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a conveniência e a oportunidade de analisar o grau de execução orçamentária dos projetos estratégicos priorizados na Lei Orçamentária Anual, no curso das reuniões periódicas de análise da estratégia, com vistas a adotar tempestivamente medidas corretivas de realinhamento estratégico, nos termos da competência atribuída no art. 3º, <i>caput</i>, do Ato da Mesa n. 56/2009;</p> <p>1.8.3. dar ciência à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados sobre as seguintes impropriedades:</p> <p>1.8.3.1. a ausência de transparência acerca das metas e indicadores associados a cada objetivo estratégico (diretriz estratégica), bem como dos resultados alcançados frente a tais metas, afronta o art. 6º, inc. I, c/c art. 7º do Decreto-Lei 200/1967;</p> <p>1.8.3.2. a existência de imóveis de uso especial, sob responsabilidade da Câmara dos Deputados, sem registro tempestivo no SPIUnet, conforme verificado no Anexo II do Relatório de Gestão, vai de encontro às disposições da Portaria Interministerial 322 de 23 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial no dia 27 de agosto, Ministério da Fazenda, Seção 1, bem como ao princípio contábil da oportunidade, instituído pela Resolução CFC n. 1.367/11, e MCASP 6ª ed.;</p> <p>1.8.3.3. nas hipóteses de omissão na prestação de contas de convênios ou instrumentos congêneres, em que não seja possível a caracterização ou elisão do dano presumido, nem se identifiquem as hipóteses do art. 6º e seguintes da IN</p>				

71/2012, a ausência de imediata instauração de Tomada de Contas Especial afronta os dispositivos do art. 3º *caput c/c* art. 4º *caput* da IN 71/2012, e art. 8º, *caput*, da Lei 8.443/1992; e
1.8.4. dar ciência desta deliberação à Câmara dos Deputados.

Justificativas do não cumprimento ou medidas adotadas

1.7. A Câmara dos Deputados, nos autos do Processo/CD n. 107.716/2014, informou ao Secretário de Fiscalização de Pessoal do TCU, mediante o Ofício n. 60/2014/Corsep, de 13/6/2014 (comprovante de entrega n. 51.425.251-3), a providência adotada para regularizar o fato ora objeto de determinação à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados. Em 2014, restaram doze parlamentares devedores da entrega da declaração de bens e rendas 2013/2014. Registre-se, contudo, que tais deputados não renovaram seus mandatos na Casa, tampouco recebem proventos de aposentadoria da Câmara e, portanto, não mantêm qualquer vínculo com este órgão.

Cumprir esclarecer que, à míngua de mecanismos penalizadores ou meios coercitivos disponíveis à administração para propiciar a apresentação das declarações de renda e bens, diante de eventuais servidores ou parlamentares recalitrantes, nada mais restava a esta Casa senão informar ao TCU as ausências detectadas. Calha ainda pontuar que esta administração já estabeleceu, por rotina, os procedimentos de forma a evitar o fato objeto da determinação contida no referido acórdão.

1.8.1.1. A gestão de riscos na Câmara dos Deputados está sendo desenvolvida por meio do projeto corporativo Implantação da Gestão de Riscos Corporativos. Essa iniciativa tem como objetivo implantar práticas sistemáticas de gestão de riscos corporativos na Câmara dos Deputados.

O cronograma do projeto prevê uma etapa específica de levantamentos, com as seguintes atividades:

- Levantamento sobre a existência de práticas de gestão de riscos na Câmara.
- Estudo dos modelos COSO-ERM, ISO 31.000 e metodologias e aplicações identificadas em outras instituições.
- *Benchmarking* com órgãos do governo federal e instituições de referência em gestão de riscos.

A etapa de levantamentos objetiva trazer eficiência ao analisar as melhores práticas e as experiências de implantação em outras instituições. O resultado dessa etapa será base para a elaboração da metodologia de gestão de riscos corporativos.

1.8.1.2. O Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin) informou que a proposta orçamentária da Câmara dos Deputados contempla as demandas da Casa conforme os pleitos apresentados pelas unidades técnicas no Sistema de Gestão Orçamentária da Câmara dos Deputados (Siorc), após discussão com a administração superior. Cabe ao Defin, pois, fazer constar, nos instrumentos apropriados, as metas físicas associadas às ações orçamentárias relativas às obras e aos serviços de engenharia, com base nas informações prestadas pelo Departamento Técnico (Detec), unidade que controla os cronogramas físicos das obras e demais informações integrantes de seus projetos básicos.

O Detec acrescentou que, no planejamento anual das obras, tem primado por compatibilizar a necessidade de recursos orçamentários para cumprimento da meta física estabelecida na LOA com o cronograma físico-financeiros das obras.

Pode se comprovar esse esforço nas ações que tiveram autorização para sua continuidade em 2015, quanto aos projetos: **12F2** – Reforma dos imóveis funcionais destinados à moradia dos Deputados Federais, **10C4** – Construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da Câmara dos Deputados, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e **10S2** – Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados.

Os dois projetos (12F2 e 10C4) tiveram suas execuções próximas às respectivas metas físicas previstas, cumprindo assim seus cronogramas físico-financeiros. Apenas a ação/projeto 10S2 teve sua execução física aquém da meta física prevista e do estabelecido no cronograma físico-financeiro.

Ademais, a execução de obras e serviços de engenharia tem sido prejudicada por discontinuidades contratuais. No exercício de 2013, por exemplo, ocorreram as rescisões de três contratos relevantes relativos às obras dos citados projetos, que redundaram em atraso nas suas execuções.

Desta forma, o Detec comprometeu-se a fortalecer o monitoramento da execução orçamentária e, caso se verifique uma incompatibilização com a meta estabelecida e com o respectivo organograma físico-financeiro, a informar esse fato aos órgãos competentes (DG, Dirad e Defin) para tomada de decisão quanto à necessidade de adequação dos recursos orçamentários e financeiros ou até mesmo das metas estabelecidas.

Quanto às ações/projetos constantes do Órgão 01000 – Câmara dos Deputados, UO: 01901 – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados (10AT – Ampliação do Edifício Anexo IV e 7710 – Construção do Anexo V), esclarecemos o seguinte:

- 10AT – Ampliação do Edifício Anexo IV – Em 2015, foi constituída, por meio do Ato da Mesa n. 13, de 26/3/2015, a Comissão Especial de Parceria Público-Privada (PPP) da Câmara dos Deputados para analisar a viabilidade da ampliação do complexo arquitetônico da Casa com a previsão de construção dos blocos B, C e D do conjunto de edifícios do Anexo IV por meio de PPP. Em 29/6/2016, o Ato da Mesa n. 102/2016 revogou o Ato da Mesa n. 13, de 26/3/2015, que constituiu a citada comissão especial, tendo em vista a revogação do Procedimento de Manifestação de Interesse n. 001/2015-CD e ficou decidido dar andamento apenas a construção do bloco B, seguindo às disposições da Lei n. 8.666/1993. A partir dessa decisão, foi finalizado o projeto básico desse bloco e solicitada a aprovação do projeto aos órgãos competentes, incluindo GDF e Iphan. Essa aprovação foi concluída no segundo semestre de 2016, mas não houve autorização para andamento da obra naquele exercício financeiro. A execução

financeira em 2015 e em 2016 refere-se ao pagamento de taxas diversas e das despesas com os projetos de fundações, estruturas e instalações.

- 7710 – Construção do Anexo V – Não houve decisão da administração da Câmara para dar andamento à ação/projeto nos exercícios de 2014, 2015 e 2016. Portanto, não houve execução orçamentária nos respectivos exercícios financeiros e a meta física da ação orçamentária não foi alcançada.

1.8.2. O Sistema de Gestão Orçamentária (Siorc) possui a funcionalidade de controle orçamentário por projetos estratégicos. Essa função já foi apresentada à equipe de gerentes de projetos e à Assessoria de Projetos e Gestão da Diretoria-Geral (Aproge). Dessa forma, é possível fazer o controle orçamentário dos projetos estratégicos da Câmara dos Deputados de maneira tempestiva para que se tomem decisões de realinhamento necessárias.

1.8.2.1. O assunto foi bem esclarecido no recurso de reconsideração contra o Acórdão n. 5.589/2015 – TCU – 1ª Câmara, que apreciou as contas de 2013 da Câmara dos Deputados. A Casa tem evoluído de forma consistente para aprimorar a eficácia do planejamento estratégico e a transparência de seus resultados, conforme argumentos apresentados a seguir:

- O modelo de gestão estratégica na Câmara dos Deputados foi instituído pelo Ato da Mesa n. 56, de 8/12/2009, regulamentado administrativamente pela Portaria da Diretoria-Geral n. 233, de 28/12/2009. A gestão estratégica visa a orientar o gerenciamento das ações administrativas e de apoio técnico-legislativo da Câmara dos Deputados. O modelo de gestão estratégica em vigor estabelece as instâncias responsáveis pelo planejamento, pela execução e pelo controle de políticas e ações voltadas ao alcance dos objetivos e dos resultados almejados.
- A instância de governança que delibera sobre o planejamento estratégico, gestão de processos e gestão de projetos, no âmbito corporativo, é o Comitê de Gestão Estratégica (CGE) e, no âmbito das diretorias e secretarias da Casa, seus respectivos Comitês Setoriais de Gestão (CSGs). Esses comitês são colegiados compostos pelos titulares das unidades administrativas responsáveis pela gestão da Casa e são assessorados por escritórios de gestão estratégica, que auxiliam o desenvolvimento dos projetos que alavancam o desempenho dos processos organizacionais.
- A avaliação objetiva do desempenho da gestão é competência do CGE, aspecto corporativo, e dos CSGs da Casa, contexto setorial. Esses comitês reúnem-se ordinariamente três vezes ao ano, e extraordinariamente, se necessário, em reuniões de avaliação estratégica (RAEs), conforme previsto nos artigos 19 e 20, da Portaria n. 233, de 2009, para deliberar sobre a estratégia institucional e o desenvolvimento dos projetos corporativos e setoriais, tendo em vista o suporte administrativo e técnico-legislativo que impactam o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro da Câmara dos Deputados, aprovadas no Ato da Mesa n. 59, de 8/1/2013. As reuniões dos CSGs são realizadas previamente para analisar os portfólios setoriais correspondentes e subsidiar a pauta das RAEs corporativas. Cada RAE dá origem a uma ata, que passa a ser um importante instrumento de controle das decisões pontuais ocorridas na reunião e das pendências a serem solucionadas.
- Desde 2009, quando este modelo foi instituído, a Câmara tem empreendido grande soma de esforços e recursos com sua governança corporativa e gestão estratégica. Os citados comitês avaliam e aprovam o objetivo, o escopo e o prazo de cada projeto, bem como monitoram indicadores de desempenho dos projetos setoriais e corporativos priorizados e desenvolvidos na Casa. Os gerentes de projeto prestam contas das metas de desempenho dos projetos sob sua responsabilidade aos patrocinadores, que reportam resultados aos comitês de gestão, responsáveis pela aprovação dessas metas ou pela adoção de medidas corretivas. Em 2015, além de custos de aquisições, já acompanhados pelos gerentes, outros custos internos, como pessoal e serviços diretamente alocados, passaram a ser monitorados desde a fase de iniciação dos projetos.
- As diversas unidades organizacionais produzem dados estatísticos, que pautam suas ações de melhoria e diversas decisões gerenciais. Os processos de definição e de uso de indicadores de desempenho vêm sendo amadurecidos na Câmara dos Deputados desde 2012, quando foi iniciado o Projeto Corporativo Indicadores de Gestão. O projeto, concluído em dezembro de 2015, entregou, conforme previsto em seu escopo, a definição do processo de trabalho de criação e uso de indicadores de desempenho da gestão, bem como da construção e publicação de painéis de indicadores. Esse processo, alinhado ao modelo de governança da Casa, foi assumido pelo DataCâmara, como atribuição da Assessoria de Projetos e Gestão da Diretoria-Geral, regulamentada pela Portaria DG n. 166/2016. Desde sua criação, o DataCâmara investiu em capacitação e definição de soluções tecnológicas para a criação de painéis informacionais a fim de subsidiar o monitoramento da gestão e a criação de indicadores.

Em 2016, iniciou-se um piloto para mensurar o desempenho da estratégia da Câmara dos Deputados, com foco em 4 linhas de atuação vinculadas às diretrizes estratégicas relacionadas à transparência, interação com a sociedade, qualidade das leis e gestão:

Linha de atuação 2.1: facilitar o acesso da sociedade às informações.

Indicadores:

- Índice de aderência da Câmara dos Deputados à Lei de Acesso à Informação.
- Variação percentual de acessos aos serviços voltados para a sociedade.

Linha de atuação 3.1: aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados.

Indicadores:

- Índice de interação da sociedade com a Câmara dos Deputados.
- Número de acessos aos aplicativos para dispositivos móveis.

Linha de atuação 4.3: promover o aperfeiçoamento do processo legislativo.

Indicadores:

- Número de servidores capacitados em processo legislativo (público interno).

Linha de atuação 7.1: aprimorar o processo decisório, a gestão de projetos, de processos e de riscos corporativos, e o uso de indicadores de desempenho.

Indicadores:

- Percentual de servidores dos escritórios treinados em planejamento.
- Percentual de servidores dos escritórios treinados em gestão de projetos.
- Percentual de servidores dos escritórios treinados em gestão de processos.
- Percentual de servidores dos escritórios treinados em gestão de riscos.
- Índice de Desempenho do Escopo do Portfólio Corporativo (IDE-P).

1.8.2.2. A respeito desse fato considerado impropriedade pelo Tribunal, informa-se que todos os imóveis de uso especial, sob responsabilidade da Câmara dos Deputados, estão registrados no SPIUnet. Ocorre que a maioria dos imóveis mencionados no Anexo I (Tabela de Logradouros sem RIP no SPIUnet), do Acórdão 6.709/2016-TCU-PC, constante à fl. 10v do Processo/CD 129.368/2016, que compõem a reserva técnica da Câmara dos Deputados não estão registrados sob a unidade gestora Câmara dos Deputados e sim sob a unidade gestora da Secretaria de Patrimônio da União/DF, conforme tabela abaixo:

ITEM	IMÓVEL	RIP	UG
01	SHCES 1103, bloco B, apt. 302	9701 16620.500-3	170021 / 00001 – SPU/DF
02	SQN 106, bloco I, apt. 201	Endereço informado incorretamente. O endereço correto, segundo a Cohab, encontra-se listado abaixo.	
	SQN 106, bloco I, apt. 301	9701 17886.500-3	170021 / 00001 – SPU/DF
03	SQN 112, bloco A, apt. 201	9701 17854.500-9	170021 / 00001 – SPU/DF
04	SQN 202, bloco H, apt. 609	Endereço informado incorretamente. O endereço correto, segundo a Cohab, encontra-se listado abaixo.	
	SQN 302, bloco H, apt. 604	9701 15849.500-6	010001 / 00001 – CD
05	SQN 105, bloco H, apt. 609	9701 17077.500-5	170021 / 00001 – SPU/DF
06	SQN 111, bloco I, apt. 402	Endereço informado incorretamente. O endereço correto, segundo a Cohab, encontra-se listado abaixo.	
	SQS 111, bloco I, apt. 402	9701 32439.500-2	010001 / 00001 – CD
07	SQN 112, bloco C, apt. 408	9701 17858.500-0	170021 / 00001 – SPU/DF
08	SHCES 913, bloco F, apt. 401	9701 16619.500-8	170021 / 00001 – SPU/DF
09	SHCES 1105, bloco F, apt. 203	9701 16361.500-6	170021 / 00001 – SPU/DF

10	SQN 108, bloco A, apt. 203	9701 18032.500-2	170021 / 00001 – SPU/DF
11	SHCES 1209, bloco J, apt. 406	9701 16546.500-1	170021 / 00001 – SPU/DF
12	SQN 108, bloco F, apt. 503	9701 18038.500-5	170021 / 00001 – SPU/DF
13	SQN 112, bloco C, apt. 406	Endereço informado incorretamente. Trata-se do imóvel listado no item 7, segundo a Cohab.	
14	SQS 111, bloco J, apt. 103	Endereço informado incorretamente. O endereço correto, segundo a Cohab, encontra-se listado abaixo.	
	SQS 111, bloco I, apt. 103	9701 32427.500-7	010001 / 00001 – CD

É importante salientar que os imóveis registrados na unidade gestora Câmara dos Deputados foram mencionados, com seus respectivos RIPs, no Anexo II – Imóveis Funcionais sob a Responsabilidade da Câmara dos Deputados no Relatório de Gestão do exercício de 2014. A informação constante da Nota n. 1 do referido Anexo II (fl. 191) foi inserida **equivocadamente**, pois os imóveis possuem os RIPs correspondentes, apenas estão registrados na UG SPU/DF e não na UG Câmara, conforme retro mencionado.

1.8.2.3. O acórdão apontou impropriedade em face de ausência de instauração de TCE em decorrência de omissão na prestação de contas atinente ao convênio firmado em 1970 com a então Sociedade Habitacional de Interesse Social do Distrito Federal (SHIS-DF), autarquia sucedida pela Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (Sedhab-DF), para instrumentalizar o acesso a imóveis pelos servidores da Câmara dos Deputados.

Cumpra esclarecer que, em 1995, foi instaurada tomada de contas especial (TCE) em função da não apresentação da prestação de contas final dos recursos transferidos à extinta Sociedade de Habitações de Interesse Social para construção e/ou aquisição de unidades residenciais a serem alienadas a servidores da Câmara dos Deputados.

Em decisão de 16/5/2012, foi determinado o arquivamento da referida TCE, sem julgamento do mérito, por carecer de pressupostos para prosseguimento do feito.

Não obstante, restou consignado no referido decisum que o suposto débito inexistente, não só porque o ajuste permitia ao IDHAB aplicar o saldo disponível, mas também porque – em desacordo com os artigos 116 c/c o 55, III e VII, da Lei n. 8.666/1993 – os instrumentos jurídicos informadores do convênio não estipularam prazo para que fosse efetuada a transferência de recursos arrecadados de terceiros, nem definiram critérios para imposição de compensação financeira entre os partícipes.

Ainda assim, esta administração, mantendo-se diligente, requisitou junto à Sedhab informações referentes à prestação de contas do convênio em questão. Ou seja, em que pese a comunicação feita pelo órgão de controle interno nas contas de 2014, nunca houve omissão por parte da administração da Câmara dos Deputados em promover a instauração de tomada de contas especial para o caso em tela, mas tão somente o exercício do juízo de admissibilidade negativo quanto à proposta de instauração de nova TCE para o mesmo tema.

Nesse trilhar, o acórdão olvidou tal premissa, que merece ser desfeita, diante da evidente omissão que contamina o julgado.

Acórdão n. 722/2017 – TCU – 1ª Câmara – TC 027.935/2015-9

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apresentam embargos de declaração opostos pela Câmara dos Deputados em face do 6.709/2016-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara e ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1 com fundamento no artigo 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, negar-lhes provimento.

9.2. dar ciência da deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, à recorrente.

Demonstrações contábeis

1. Balanço patrimonial

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Ativo	Nota explicativa	2016	2015
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.016.028.989	1.078.607.108
Créditos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	7.007.135	6.657.682
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	3	8.201.656	4.645.790
VPDs Pagas Antecipadamente		373.985	257.279
Total do Ativo Circulante		1.031.611.765	1.090.167.859
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		16.232.579	19.080.521
Créditos a Longo Prazo	4	728.052	4.588.610
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		6.555.157	6.555.157
(-) Ajustes para em Créditos de Longo Prazo		(5.827.105)	(1.966.547)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	5	15.504.527	14.491.911
Investimentos		-	-
Imobilizado	6	1.115.750.193	973.839.629
Bens Móveis		148.305.314	142.729.414
Bens Móveis		228.516.350	200.279.711
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens		(80.211.036)	(57.550.297)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		967.444.879	831.110.215
Bens Imóveis		969.070.793	831.535.803
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens		(1.625.914)	(425.588)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível	7	18.436.511	16.820.612
Softwares		18.436.511	16.820.612
Softwares		34.458.865	27.900.473
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(16.022.354)	(11.079.861)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
Diferido		-	-
Total do Ativo Não Circulante		1.150.419.284	1.009.740.762
Total do Ativo		2.182.031.048	2.099.908.621

(continua)

Balço patrimonial

Exercício: 2016

(continuação da página anterior)

		R\$ (valores arredondados)	
Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2016	2015
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	8	5.575.598	2.105.181
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		27.829	4.116.875
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões de Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	9	10.095.992	273.534.532
Total do Passivo Circulante		15.699.419	279.756.588
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhista, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Longo Prazo		6.127	6.127
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões de Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo Não Circulante		6.127	6.127
Total do Passivo Exigível		15.705.546	279.762.715
Patrimônio Social e Capital Social			
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		2.166.325.502	1.820.145.906
Resultado do Exercício		218.899.372	(376.564.000)
Resultados de Exercícios Anteriores		1.820.145.906	2.173.477.483
Ajustes de Exercícios Anteriores	10	127.280.224	23.232.424
(-) Ações/Cotas em Tesouraria		-	-
Total do Patrimônio Líquido		2.166.325.502	1.820.145.906
Total do Passivo passivo e patrimônio líquido		2.182.031.048	2.099.908.621

Fonte: Siafi.

Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

(Lei n. 4.320/1964)

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Ativo			Passivo		
Especificação	2016	2015	Especificação	2016	2015
Ativo Financeiro	1.016.108.399	1.078.614.900	Passivo Financeiro	75.499.517	695.166.204
Ativo Permanente	1.165.922.650	1.021.293.721	Passivo Permanente	4.090.741	205.132
			Saldo	2.102.440.791	1.404.537.285

Fonte: Siafi.

Quadro das contas de compensação

(Lei n. 4.320/1964)

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota explicativa	2016	2015
Atos Potenciais Ativos	11		
Execução dos Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		46.928.398	38.142.735
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		-	-
Direitos Contratuais a Executar		1.699.216	1.653.496
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
Total dos Atos Potenciais Ativos		48.627.614	39.796.231
Atos Potenciais Passivos	12		
Execução dos Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar		107.538	-
Obrigações Contratuais a Executar		743.316.765	950.229.507
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
Total dos Atos Potenciais Passivos		743.424.303	950.229.507

Fonte: Siafi.

Quadro do superávit/déficit financeiro

(Lei n. 4.320/1964)

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Destinação de recursos	Superávit/déficit financeiro
Recursos Ordinários	355.261.849
Recursos Vinculados	585.347.032
Seguridade Social (Exceto RGPS)	49.872.730
Alienação de Bens e Direitos	546.036
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	534.928.266
Total	940.608.881

Fonte: Siafi.

2. Demonstração das variações patrimoniais

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota explicativa	2016	2015	AV
Variações Patrimoniais Aumentativas		5.683.395.060	5.443.940.240	100
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-	-
Contribuições		-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.542.575	14.329.061	0%
Venda de Mercadorias		58.834	48.849	0%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		2.483.741	14.280.212	0%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		66.226.878	63.007.719	1%
Juros e Encargos de Mora		1.929.754	614.091	0%
Variações Monetárias e Cambiais		46.272	4.823.858	0%
Remuneração de depósitos bancários e Aplicações Financeiras	1	64.250.852	57.569.770	1%
Transferências e Delegações Recebidas	13	5.268.261.566	4.679.098.408	93%
Transferências Intragovernamentais		5.263.925.405	4.672.145.021	93%
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.336.161	6.953.387	0%
		333.023.958	674.352.252	6%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos				
Reavaliação de Ativos	6	195.028.872	4.778	3%
Ganhos com Alienação		546.036	102.664	0%
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.404.967	26.322.884	0%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	14	135.044.083	647.921.926	2%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		13.340.082	13.152.800	0%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		4.680.811	763.296	0%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		8.659.271	12.389.504	0%
Variações Patrimoniais Diminutivas		5.464.495.688	5.820.504.240	100
Pessoal e Encargos		2.964.121.037	2.969.774.908	54%
Remuneração a Pessoal	15	2.276.246.835	2.300.574.467	42%
Encargos Patronais	15	432.127.668	427.764.342	8%
Benefícios a Pessoal		232.523.116	201.087.997	4%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos.		23.223.418	40.348.102	0%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.585.575.300	1.453.810.676	29%
Aposentadorias e Reformas		1.253.745.622	1.141.038.190	23%
Pensões		330.574.271	311.228.469	6%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.255.407	1.544.017	0%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		558.895.773	431.441.764	10%
Uso de Material de Consumo		10.711.295	13.122.158	0%
Serviços	16	517.842.034	391.889.966	9%
Depreciação, Amortização e Exaustão	6, 7	30.342.444	26.429.640	1%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		208.903	363.421	0%
Juros e Encargos de Mora		208.524	362.755	0%
Variações Monetárias e Cambiais		379	666	0%
Transferências e Delegações Concedidas	17	82.299.110	19.579.477	2%
Transferências Intragovernamentais		76.875.955	11.755.696	1%
Transferências a Instituições Privadas		14.000	10.000	0%
Transferências ao Exterior		874.766	815.853	0%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		4.534.389	6.997.928	0%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		95.179.820	799.028.488	2%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	6, 2, 4	10.501.825	2.295.926	0%
Perdas com Alienação		120.538	-	0%
Perdas Involuntárias		260.439	1.896.224	0%
Incorporação de Passivos		265.222	764.923.933	0%
Desincorporação de Ativos	6	84.031.796	29.912.405	2%

(continua)

Demonstração das variações patrimoniais

Exercício: 2016

(continuação da página anterior)

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota explicativa	2016	2015	AV
Tributárias		548.690	307.712	0%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		267.210	125.470	0%
Contribuições		281.480	182.242	0%
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		-	-	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		177.667.055	146.197.794	3%
Premiações		6.780	-	0%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	18	177.660.275	146.197.794	3%
Resultado Patrimonial do Período		218.899.372	(376.564.000)	

Fonte: Siafi.

3. Balanço orçamentário

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Receitas orçamentárias	Nota explicativa	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes	20	12.384.177	12.384.177	73.025.638	60.641.461
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		2.759.943	2.759.943	66.343.471	63.583.528
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		2.759.943	2.759.943	2.092.619	(667.324)
Valores Mobiliários		-	-	64.250.852	64.250.852
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		45.154	45.154	75.836	30.682
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		45.154	45.154	75.836	30.682
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		9.579.080	9.579.080	6.606.331	(2.972.749)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		621.491	621.491	1.071.514	450.023
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		8.957.589	8.957.589	5.501.339	(3.456.250)
Demais Receitas Correntes		-	-	33.478	33.478
Receitas De Capital		-	-	546.036	546.036
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	546.036	546.036
Alienação de Bens Móveis		-	-	546.036	546.036
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores		-	-	-	-
Subtotal das Receitas		12.384.177	12.384.177	73.571.675	61.187.498
Refinanciamento		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento		12.384.177	12.384.177	73.571.675	61.187.498
Déficit				5.178.334.684	5.178.334.684
Total		12.384.177	12.384.177	5.251.906.359	5.239.522.182
Detalhamento Dos Ajustes Na Previsão Atualizada	19	-	24.701.537	24.701.537	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Execução de Arrecadação		-	24.701.537	24.701.537	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos		-	-	-	-

(continua)

Balanço orçamentário

Exercício: 2016

(continuação da página anterior)

R\$ (valores arredondados)

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Dotação inicial (e)	Dotação atualizada (f)	Despesas empenhadas (g)	Despesas liquidadas (h)	Despesas pagas (i)	Saldo da dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes		5.200.094.409	5.309.930.217	5.222.310.511	5.185.863.149	5.183.488.697	87.619.706
Pessoal e Encargos Sociais	21	4.355.329.456	4.366.121.875	4.303.099.835	4.301.549.375	4.301.549.375	63.022.040
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	22	844.764.953	943.808.342	919.210.676	884.313.774	881.939.322	24.597.666
Despesas de Capital		75.634.618	48.416.087	29.595.848	21.937.929	21.906.867	18.820.239
Investimentos	23	75.634.618	48.416.087	29.595.848	21.937.929	21.906.867	18.820.239
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência		40.000	40.000	-	-	-	40.000
Reserva do RPPS		-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas		5.275.769.027	5.358.386.304	5.251.906.359	5.207.801.078	5.205.395.564	106.479.945
Amortização da Dívida/Refin.		-	-	-	-	-	-
Amort. da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amort. da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento		5.275.769.027	5.358.386.304	5.251.906.359	5.207.801.078	5.205.395.564	106.479.945
Total		5.275.769.027	5.358.386.304	5.251.906.359	5.207.801.078	5.205.395.564	106.479.945

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar não processados

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior				
Despesas		266.623.187	98.267.574	73.429.712	73.427.387	284.428.814	7.034.560
Pessoal e Encargos Sociais		256.949.912	11.708.000	9.787.000	9.787.000	257.049.912	1.821.000
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		9.673.275	86.559.574	63.642.712	63.640.387	27.378.902	5.213.560
Despesas de Capital		24.731.108	29.705.272	38.084.047	37.981.967	3.577.309	12.877.104
Investimentos		24.731.108	29.705.272	38.084.047	37.981.967	3.577.309	12.877.104
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
Total	24	291.354.295	127.972.846	111.513.759	111.409.354	288.006.123	19.911.664

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar processados e não processados liquidados

R\$ (valores arredondados)

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior			
Despesas Correntes		166.203	5.611.850	4.050.259	-	1.727.794
Pessoal e Encargos Sociais		-	607.302	607.302	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		166.203	5.004.548	3.442.957	-	1.727.794
Despesas de Capital		3.121.458	371.769	367.133	-	3.126.094
Investimentos		3.121.458	371.769	367.133	-	3.126.094
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
Total	24	3.287.661	5.983.619	4.417.392	-	4.853.888

Fonte: Siafi.

4. Balanço financeiro

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota explicativa	2016	2015
Ingressos			
Receitas Orçamentárias	20	73.571.675	78.821.245
Ordinárias		396.533	789.386
Vinculadas		73.711.668	78.315.104
Alienação de Bens e Direitos		546.036	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		73.165.632	78.315.104
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(536.526)	(283.245)
Transferências Financeiras Recebidas	13	5.263.925.405	4.672.133.403
Resultantes da Execução Orçamentária		5.263.895.903	4.671.893.961
Cota Recebida		5.263.850.099	4.664.148.920
Repasso Recebido		45.804	7.745.041
Independentes da Execução Orçamentária		29.502	239.442
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		16.635	
Demais Transferências Recebidas		-	231.724
Movimentação de Saldos Patrimoniais		12.867	7.718
Aporte ao RPPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		49.995.572	138.509.791
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		2.405.514	4.096.097
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		44.105.281	127.972.847
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.480.879	6.431.496
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.898	9.351
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3.898	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	6
Demais Recebimentos		-	9.345
Saldo do Exercício Anterior		1.078.607.108	1.553.759.434
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.078.607.108	1.553.759.434
Total		6.466.099.761	6.443.223.875

(continua)

Balanço financeiro

Exercício: 2016

(continuação da página anterior)

R\$ (valores arredondados)			
Especificação	Nota explicativa	2016	2015
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias	21, 22, 23	5.251.906.359	5.093.693.334
Ordinárias		4.666.100.230	4.598.193.133
Vinculadas		585.806.129	495.500.201
Educação		-	1.600
Seguridade Social (Exceto RGPS)		553.940.407	488.839.296
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		31.865.722	6.659.305
Transferências Financeiras Concedidas		76.875.955	11.744.079
Resultantes da Execução Orçamentária		76.449.919	10.715.251
Repasso Concedido		448.021	7.715.251
Cota Devolvida	17	76.001.898	3.000.000
Independentes da Execução Orçamentária		426.036	1.028.828
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		16.635	-
Demais Transferências Concedidas		-	231.724
Movimento de Saldos Patrimoniais		409.401	797.104
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Despesas Extraorçamentárias		121.288.458	259.179.354
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	24	4.417.392	6.896.846
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	24	111.409.355	211.036.657
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		5.390.093	5.758.068
Outros Pagamentos Extraorçamentários		71.618	35.487.783
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-	45.632
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-	35.436.634
Valores Compensados		71.296	5.517
Demais Pagamentos		322	-
Saldo para o Exercício Seguinte		1.016.028.989	1.078.607.108
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.016.028.989	1.078.607.108
Total		6.466.099.761	6.443.223.875

Fonte: Siafi.

5. Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício: 2016

R\$ (valores arredondados)

Especificação	Nota explicativa	2016	2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Ingressos		5.340.431.923	4.757.292.832
Receitas Derivadas e Originárias		73.025.638	78.718.582
Receita Patrimonial		2.092.619	13.625.479
Receita de Serviços		75.836	68.838
Remuneração das Disponibilidades	1	64.250.852	57.569.770
Outras Receitas Derivadas e Originárias		6.606.331	7.454.495
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		5.267.406.285	4.678.574.250
Ingressos Extraorçamentários		3.480.879	6.431.496
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			6
Transferências Financeiras Recebidas	13	5.263.925.406	4.672.133.403
Demais Recebimentos			9.345
Desembolsos		(5.343.300.111)	(5.145.264.557)
Pessoal e Demais Despesas		(4.830.953.899)	(4.666.695.938)
Legislativo		(3.246.551.258)	(3.199.212.109)
Previdência Social		(1.584.406.539)	(1.467.436.597)
Educação		-	(1.600)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3.898	(45.632)
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas	25	(430.008.546)	(425.624.321)
Intragovernamentais		(429.134.477)	(424.813.194)
Outras Transferências Concedidas		(874.069)	(811.127)
Outros Desembolsos das Operações		(82.337.666)	(52.944.298)
Dispêndios Extraorçamentários		(5.390.093)	(5.758.068)
Transferências Financeiras Concedidas	17	(76.875.955)	(11.744.079)
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-	(35.436.634)
Valores Compensados		(71.296)	(5.517)
Demais Pagamentos		(322)	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais		(2.868.188)	(387.971.725)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Ingressos		546.036	102.664
Alienação de Bens		546.036	102.664
Desembolsos		(60.255.967)	(87.283.266)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(54.788.822)	(76.849.306)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		(5.467.145)	(10.433.960)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento		(59.709.931)	(87.180.602)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Ingressos		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
Desembolsos		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		(62.578.119)	(475.152.327)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1	1.078.607.108	1.553.759.435
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1	1.016.028.989	1.078.607.108

Fonte: Siafi.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1 BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.1 Informações Gerais

A Câmara dos Deputados é órgão do Poder Legislativo, inscrito no CNPJ sob número 00.530.352/0001-59, e está localizada em Brasília, na Praça dos Três Poderes.

As demonstrações contábeis foram extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UGs) constantes da tabela abaixo:

Tabela A1 – Unidades gestoras consolidadas

Órgão	Unidade gestora
01000 – Câmara dos Deputados	010001 – Câmara dos Deputados
	010100 – CD – Projetos financiados com recursos externos
	010101 – CD – Projetos financiados com recursos externos – Exterior
01901 – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	010090 – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

Fonte: Siafi.

As demonstrações são compostas por: balanço patrimonial (BP), balanço orçamentário (BO), balanço financeiro (BF), demonstração das variações patrimoniais (DVP) e demonstração dos fluxos de caixa (DFC). Essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2016, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

1.2 Base de Elaboração

As demonstrações contábeis da Câmara dos Deputados foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 6ª edição, bem como em consonância com os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei n. 4.320, de 1964, a Lei Complementar n. 101, de 2000, e com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao setor público.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações consideradas relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

1.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Câmara dos Deputados faz uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. Os principais julgamentos e estimativas estão relacionados a seguir:

a) No ajuste para riscos de não recebimento de créditos, consideram-se a natureza, o prazo de vencimento e histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.

b) O valor histórico dos bens móveis adquiridos até 31/12/2009 foi avaliado a valor justo para se obter uma base monetária confiável, a fim de submetê-los ao processo de depreciação. As comissões de avaliação utilizaram o recurso da pesquisa em vários sítios de venda de mercadorias e também fórmulas de cálculo, onde se consideram a natureza e as particularidades de cada grupo de bens, conforme se observa nos relatórios disponíveis no [portal](#)⁴³ da Câmara. A vida útil e o valor residual utilizados são os definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na macrofunção 02.03.30, conforme tabela abaixo:

Tabela A2 – Tabela de vida útil e valor residual

Conta contábil	Descrição	Vida útil (anos)	Valor residual
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
12311.01.03	Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
12311.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
12311.01.20	Máquinas e utensílios agropecuário/rodoviário	10	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
12311.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	20	10%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
12311.05.01	Veículos em geral	15	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.09.00	Armamentos	20	15%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

Fonte: Manual Siafi – Macrofunção 02.03.30.

c) O prazo de vida útil estipulado para os *software* é de 5 (cinco) anos.

d) Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que, conforme o Departamento de Material e Patrimônio, os tipos de materiais estocados e os controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.

1.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

1.4.1 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas e avaliadas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

⁴³ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-orcamentaria-financeira-e-contabil/contabilidade-da-camara/procedimentos-contabeis-patrimoniais/reavaliacao-de-bens-moveis>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

1.4.2 Créditos e dívidas

Os créditos a receber e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original.

Os créditos a receber são atualizados com base na variação da Selic do período de dezembro de 2015 a novembro de 2016.

Os riscos de não recebimento de créditos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual é reduzida ou anulada quando os motivos que a originam deixam de existir.

A constituição ou baixa por competência dos passivos de 13º salário e do adicional de 1/3 de férias são registradas mensalmente, efetuando-se as compensações dos adiantamentos existentes.

1.4.3 Estoques

Os bens em almoxarifado são avaliados na entrada pelo custo de aquisição ou produção; e na saída, pelo custo médio ponderado. A Câmara dos Deputados possui 8 almoxarifados, conforme detalhado a seguir:

Tabela A3 – Registros contábeis – almoxarifado

Almoxarifado	Sigla	Conta contábil
Almoxarifado de Material de Consumo I	AMCO I	1.1.5.6.1.08.00 Materiais de expediente
Almoxarifado de Material de Consumo II	AMCO II	1.1.5.6.1.03.00 Materiais de construção
Almoxarifado de Material de Consumo III	AMCO III	1.1.5.6.1.01.00 Materiais de consumo
Almoxarifado de Material de Consumo SIA	AMCO SIA	1.1.5.6.1.08.00 Materiais de expediente
Almoxarifado de Material Médico	AMMED	1.1.5.6.1.06.00 Medicamentos e materiais hospitalares
Almoxarifado de Vestuário e Uniformes	AVEU	1.1.5.6.1.01.00 Materiais de consumo
Almoxarifado de Material de Transportes	ATRAN	1.1.5.6.1.05.00 Autopeças
Almoxarifado de Material Bibliográfico Destinado à Venda	–	1.1.5.1.1.01.01 Mercadorias para venda ou revenda*

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

* Trata-se de livros produzidos pela gráfica desta Casa destinados à venda (livraria virtual)⁴⁴.

1.4.4 Imobilizado

O imobilizado, composto pelos bens móveis e imóveis, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito à reavaliação e redução ao valor recuperável, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Em relação aos bens imóveis, destaca-se que são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Esse sistema está integrado com o Siafi para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

⁴⁴ Disponível em: <<http://livraria.camara.leg.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

1.4.5 Intangível

O ativo intangível é formado exclusivamente pelos *software* adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição, deduzida a respectiva amortização acumulada.

A amortização é calculada pelo método linear ou de quotas constantes e se dá de acordo com o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30.

1.4.6 Reavaliação

A Câmara dos Deputados realizou os ajustes nos valores dos bens adquiridos antes de 2009, a fim de alcançar uma base monetária confiável. Esse ajuste teve como base, via de regra, o respectivo valor de mercado, respeitando-se as especificações iguais, similares ou aproximadas. Após a adequação da base monetária dos bens móveis, procedeu-se à reavaliação, submetendo-se, inicialmente, os veículos de tração mecânica ao valor de mercado no ano de 2015. No exercício de 2016, foi dado prosseguimento à reavaliação de aparelhos e equipamentos de comunicação, industriais, áudio, vídeo e foto, além de equipamentos de processamento de dados.

Em relação aos bens imóveis, foi efetuada atualização dos valores históricos no exercício de 2016, conforme Portaria Conjunta SPU-STN n. 703/2014, com base no percentual acumulado, de 17,99%, utilizado para correção da pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal, para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), para os exercícios de 2015 e 2016.

2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Em 24 de setembro de 2015, foi publicada a Portaria STN n. 548 que aprovou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com a descrição dos procedimentos contábeis patrimoniais e respectivos prazos. No âmbito da Câmara dos Deputados, a implantação desses procedimentos é demonstrada conforme tabela abaixo:

Tabela A4 – Procedimentos contábeis patrimoniais – Câmara dos Deputados

Procedimento	Ações
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	Não se aplica à Câmara dos Deputados.
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	Não se aplica à Câmara dos Deputados.
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Os créditos a receber na Câmara dos Deputados estão devidamente reconhecidos no balanço patrimonial. É constituído ajuste para perdas decorrentes de possível não recebimento integral de tais créditos.
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	Existe minuta de portaria, em fase de exame, com o objetivo de comunicar as possíveis obrigações que podem levar ao reconhecimento de provisões pela Câmara dos Deputados, bem como de evidenciação de passivos contingentes
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Procedimentos implantados.
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.

Procedimento	Ações
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	As obrigações por competência da Câmara dos Deputados já vêm sendo reconhecidas, mensuradas e evidenciadas.
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	Existe minuta de portaria, em fase de exame, com o objetivo de comunicar as possíveis obrigações para reconhecimento por competência.
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>software</i> , marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável. 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	Desde 2010, os <i>software</i> adquiridos pela Câmara dos Deputados são mensurados com base no valor de aquisição, deduzidos da respectiva amortização acumulada. Em 2012, a Casa mostrou-se receosa em estimar de maneira segura o valor de cada <i>software</i> produzido, em razão da inexistência de um sistema de custos, da escassez de recursos humanos disponíveis para tal tarefa e da ausência de normatização que apresente os parâmetros específicos para apuração dos insumos utilizados no desenvolvimento desses sistemas. Assim, o seu reconhecimento contábil continua em fase de estudo, tendo sido objeto de consulta à STN, que se limitou a dar orientações gerais, conforme Mensagem CCONT/STN n. 2017/0192856.
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Não se aplica ao caso da Câmara dos Deputados.
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	Os bens em almoxarifado são avaliados na entrada pelo custo de aquisição ou produção; e na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perdas em estoques, tendo em vista que, devido aos tipos de materiais estocados e aos controles existentes, as perdas quando ocorridas são insignificantes.
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	No que diz respeito às IPSAS relacionadas a procedimentos patrimoniais não tratadas em tópicos anteriores, no momento, não se aplicam ao caso da Câmara dos Deputados.

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

3 COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em bancos para aplicação nas operações da entidade.

Tabela A5 – Caixa e equivalentes de caixa

Detalhamento	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
			AV	AH
Conta Única – subconta do Tesouro	558.720.624	494.160.526	55%	13%
UG 010090 – recursos da Conta Única aplicados	558.720.624	494.160.526	55%	13%
Bancos conta movimento – demais contas	1.512.669	1.599.501	0,1%	-5%
UG 010001 – Caixa Econômica Federal	1.512.669	1.599.501	0,1%	-5%
Limite de saque com vinculação de pagamento	455.795.695	582.847.081	44,9%	-22%
UG 010001	454.560.354	579.207.145	44,8%	-22%
UG 010090	1.235.342	3.639.936	0,1%	-66%
Total	1.016.028.989	1.078.607.108	100%	-6%

Fonte: Siafi.

▪ **Conta Única – subconta do Tesouro**

Como se observa na tabela A5, 55% das disponibilidades são recursos aplicados na Conta Única do Tesouro decorrentes de receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Rotativo da CD (FRCD).

A variação positiva de 13,1% se deve, principalmente, aos juros auferidos com essas aplicações, no valor de R\$ 64,25 milhões.

▪ **Limite de saque com vinculação de pagamento**

Registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da Conta Única estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira para atender a despesas de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). O detalhamento do limite de saque recebido por este órgão consta da tabela abaixo:

Tabela A6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

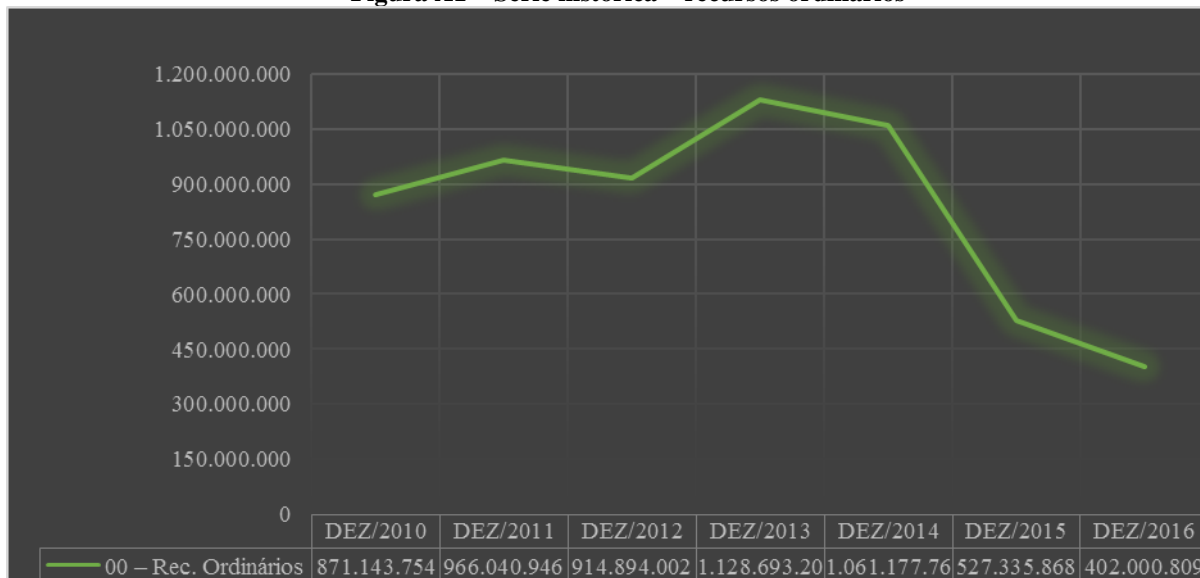
Identificação dos recursos	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
			AV	AH
00 – Recursos ordinários	402.000.809	527.335.868	88,2%	-23,8%
12 – Recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino	0	1.600	0%	-
50 – Recursos não financeiros diretamente arrecadados	1.221.993	1.114.337	0,3%	9,7%
51 – Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	555.501	555.501	0,1%	0%
53 – Contribuição para financiamento da seguridade social	26.392.457	26.392.457	5,8%	0%
69 – Contribuição patronal para plano de seguridade social do servidor	22.924.772	22.924.772	5,0%	0%
90 – Recursos diversos	2.700.163	4.522.546	0,6%	-40,3%
Total	455.795.695	582.847.081	100%	-21,8%

Fonte: Siafi.

Verifica-se que 88,2% do limite de saque é de recursos ordinários, ou seja, não possui uma vinculação específica e pode ser alocados discricionariamente pelo gestor, respeitando-se a legislação vigente.

A figura abaixo demonstra o comportamento desses recursos ao longo dos anos:

Figura A1 – Série histórica – recursos ordinários



Fonte: Tesouro Gerencial.

Percebe-se uma diminuição do saldo dos recursos financeiros disponíveis na fonte de vinculação 00 (recursos ordinários), com destaque para o seguinte fato: recebimento a menor de cota, no montante de R\$ 460,6 milhões, em 2015, após o cotejamento, pela STN, dos restos a pagar cancelados e o financeiro disponível neste órgão.

3.2 Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo. A seguir, apresenta-se a composição desses valores:

Tabela A7 – Demais créditos e valores a curto prazo

Detalhamento	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
			AV	AH
Adiantamentos concedidos	0	681.895	0,0%	-
Tributos a recuperar/compensar	79.088	7.792	0,7%	915%
Créditos por danos ao patrimônio	7.815.385	6.046.069	70,1%	29%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	3.252.432	2.226.841	29,2%	46%
	11.146.905	8.962.597	100%	24%
Ajustes para perdas				
(-) Ajustes para perdas	(4.139.770)	(2.304.915)	-	80%
Total	7.007.135	6.657.682	-	-

Fonte: Siafi.

▪ Créditos por danos ao patrimônio

Compreende os créditos a receber oriundos de danos ao patrimônio que foram apurados em processos administrativos (21,7%) e os apurados em tomada de contas especial (78,3%).

– Créditos por danos ao patrimônio de créditos administrativos

Os créditos administrativos (conta 1.1.3.4.1.01.00) são registrados na contabilidade após apurado seu valor e definida a responsabilidade do devedor. Atualmente, os créditos superiores a R\$ 1.000,00, que não tenham sido quitados em processo de cobrança

administrativa, são encaminhados para inscrição na Dívida Ativa da União, consoante prescreve a Portaria-MF n. 75/2012. A tabela abaixo apresenta o detalhamento desses créditos:

Tabela A8 – Composição da conta 1.1.3.4.1.01.00

Detalhamento	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
			AV	AH
1.1.3.4.1.01.01 – Crédito a receber por folha de pagamento	1.397.878	111.140	82%	1158%
1.1.3.4.1.01.02 – Crédito a receber por dano ao patrimônio	60.093	49.552	4%	21%
1.1.3.4.1.01.04 – Crédito a receber por dolo, má-fé ou fraude	118.701	235.925	7%	-50%
1.1.3.4.1.01.05 – Crédito a receber de servidor não recolhido no prazo	4.299	4.299	0%	0%
1.1.3.4.1.01.06 – Crédito a receber por débito de terceiros em prestação de serviços	928	928	0%	0%
1.1.3.4.1.01.07 – Crédito a receber por multa/juros servidor responsabilizado	663	663	0%	0%
1.1.3.4.1.01.08 – Crédito a receber por uso indevido de cotas	68.839	71.446	4%	-4%
1.1.3.4.1.01.09 – Crédito a receber oriundo de uso ou aluguéis	47.612	71.296	3%	-33%
1.1.3.4.1.01.99 – Outros créditos administrativos	319	319	0%	0%
Total	1.699.332	545.568	100%	211%

Fonte: Siafi.

A variação de maior relevância foi decorrente do registro de crédito a receber da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 1.259.102,00, em função do não ressarcimento do valor pago a título de encargos patronais das contribuições previdenciárias, em razão de servidor da Câmara dos Deputados ter prestado serviço naquela Casa Legislativa.

– *Créditos por danos ao patrimônio apurado em tomada de contas especial (TCE)*

O detalhamento desses créditos encontra-se na tabela abaixo.

Tabela A9 – Composição da conta 1.1.3.4.1.02.00

Detalhamento	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
			AV	AH
1.1.3.4.1.02.01 – Crédito a receber decorrentes de pagamentos indevidos – TCE	5.105.977	4.344.921	83%	18%
1.1.3.4.1.02.02 – Crédito a receber de servidor não recolhidos no prazo – TCE	37.593	37.593	1%	0%
1.1.3.4.1.02.03 – Crédito a receber decorrentes de desfalque ou desvio – TCE	258.895	213.431	4%	21%
1.1.3.4.1.02.05 – Crédito a receber de responsáveis por dano/perda – TCE	135.576	298.753	2%	-55%
1.1.3.4.1.02.14 – Crédito a receber por uso indevido de cota – TCE	453.290	313.586	7%	45%
1.1.3.4.1.02.15 – Crédito a receber oriundo de uso ou aluguéis – TCE	99.704	268.071	2%	-63%
1.1.3.4.1.02.99 – Outros créditos a receber apurados – TCE	25.018	24.146	0%	4%
Total	6.116.053	5.500.501	100%	11%

Fonte: Siafi.

Observa-se que 83% dos créditos administrativos apurados em TCE são decorrentes de pagamentos indevidos. Desse total, grande parte decorre de pagamento indevido de benefício de pensão civil, conforme apuração efetuada de acordo com a determinação do TCU no Acórdão n. 5.130/2014-TCU-1º Câmara.

A variação negativa na conta 1.1.3.4.1.02.05 (55%) é decorrente de quitação de débito. Já as variações ocorridas nas 1.1.3.4.1.02.14 (45%) e 1.1.3.4.1.02.15 (-63%) decorrem, principalmente, de reclassificações contábeis.

▪ **Outros créditos a receber e valores a curto prazo**

Compreende os créditos e valores realizáveis no curto prazo advindos de direitos obtidos junto a diversos devedores. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos créditos a receber classificados nesse grupo:

Tabela A10 – Outros créditos a receber e valores de curto prazo – composição

Detalhamento	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
			AV	AH
1.1.3.8.1.07.00 – Crédito a receber decorrentes de infrações	1.366.565	1.415.251	42%	-3%
1.1.3.8.1.13.00 – Crédito a receber por cessão de áreas públicas	1.769.116	636.401	54%	178%
1.1.3.8.1.15.00 – Crédito a receber por pagamento de despesas de terceiros	116.429	175.189	4%	-34%
1.1.3.8.1.17.00 – Crédito a receber decorrentes de folha de pagamento	322	0	0%	-
Total	3.252.432	2.226.841	100%	46%

Fonte: Siafi.

Os créditos a receber decorrentes de infrações e os créditos por cessão de áreas públicas representam 96% desse grupo. Em relação aos primeiros, são créditos relacionados a multas contratuais cujos registros mais relevantes estão detalhados abaixo:

Tabela A11 – Infrações mais relevantes – conta 1.1.3.8.1.07.00

CNPJ	Empresa	Valores em reais	
		31/12/2016	31/12/2015
01.778.268/0001-11	Sérgio Rodrigues dos Passos – PW Engenharia e Construções	632.699	813.003
60.872.173/0001-21	Transbrasil S.A.	110.039	110.039
01.579.387/0001-45	Investiplan Computadores e Sistemas de Refrigeração Ltda.	107.414	90.879
04.356.735/0001-03	GVP Consultoria e Produção de Eventos Ltda. – ME	106.266	0
	Demais empresas	410.147	401.330
Total		1.366.565	1.415.251

Fonte: Siafi.

Os créditos a receber por cessão de áreas públicas compreendem os registros contábeis dos aluguéis devidos à Câmara dos Deputados pela utilização do espaço físico. No decorrer do ano, é efetuado o lançamento do crédito a receber por competência com base nos contratos; depois, com o recebimento dos valores, é feita a baixa.

Verifica-se, na tabela abaixo, que houve variação expressiva nesse item, que pode ser explicada, principalmente, pelas penalidades aplicadas à empresa Central Park Restaurante, por descumprimento contratual.

Tabela A12 – Maior variação na conta contábil 11381.13.00 – créditos a receber por cessão de áreas públicas

CNPJ	Empresa	Valores em reais		
		2016	2015	AH (%)
10.580.005/0001-94	Central Park Restaurante e Eventos Ltda. – ME	1.726.121	443.036	290%

Fonte: Siafi.

▪ **Ajustes para perdas**

A tabela a seguir apresenta os saldos dos ajustes para perdas prováveis sobre os créditos a receber a curto prazo e suas variações.

Tabela A13 – Ajustes para perdas prováveis sobre demais créditos e valores a curto prazo

Valores em reais

Subgrupo/ conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	AH
1.1.3.4.1.01.00	Crédito por dano ao patrimônio de crédito administrativo	(643.210)	(163.670)	293%
1.1.3.4.1.02.00	Crédito por dano ao patrimônio apurado em TCE	(2.444.119)	(1.650.150)	48%
1.1.3.8.1.07.00	Outros créditos a receber e valores a curto prazo – créditos a receber decorrentes de infrações	(488.032)	(408.894)	19%
1.1.3.8.1.13.00	Outros créditos a rec. e valores a curto prazo – créditos a receber por cessão de áreas públicas	(517.836)	(14.186)	3.550%
1.1.3.8.1.15.00	Outros créditos a receber e valores a curto prazo – créditos a receber por pagamento despesas de terceiros	(46.572)	(68.015)	-32%
Total		(4.139.770)	(2.304.915)	80%

Fonte: Siafi.

Ressalta-se que as maiores variações foram decorrentes dos ajustes para perdas nos créditos a receber por folha de pagamento (conta 1.1.3.4.1.01.01) e nos créditos a receber por cessão de áreas públicas (1.1.3.8.1.13.00). Aquele pelo reconhecimento de créditos a receber da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e este pelo reconhecimento de créditos a receber da empresa Central Park, conforme relatados anteriormente.

3.3 Nota 3 – Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos principalmente com o objetivo de utilização no curso normal das atividades. A seguir, apresenta-se a composição desses estoques:

Tabela A14 – Estoques – composição

Valores em reais

Conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	AV
1.1.5.1.1.01.01	Mercadorias para venda ou revenda	47.761	0,00	1%
1.1.5.6.1.01.00	Materiais de consumo	421.614	264.728	5%
1.1.5.6.1.03.00	Materiais de construção	3.643.982	2.917.736	44%
1.1.5.6.1.05.00	Autopeças	169.888	96.745	2%
1.1.5.6.1.06.00	Medicamentos e materiais hospitalares	269.128	160.956	3%
1.1.5.6.1.07.00	Materiais gráficos	104.628	0,00	1%
1.1.5.6.1.08.00	Materiais de expediente	3.425.560	1.205.625	42%
1.1.5.8.1.05.00	Importações em andamento – estoque	119.095	0,00	1%
Total		8.201.656	4.625.790	100%

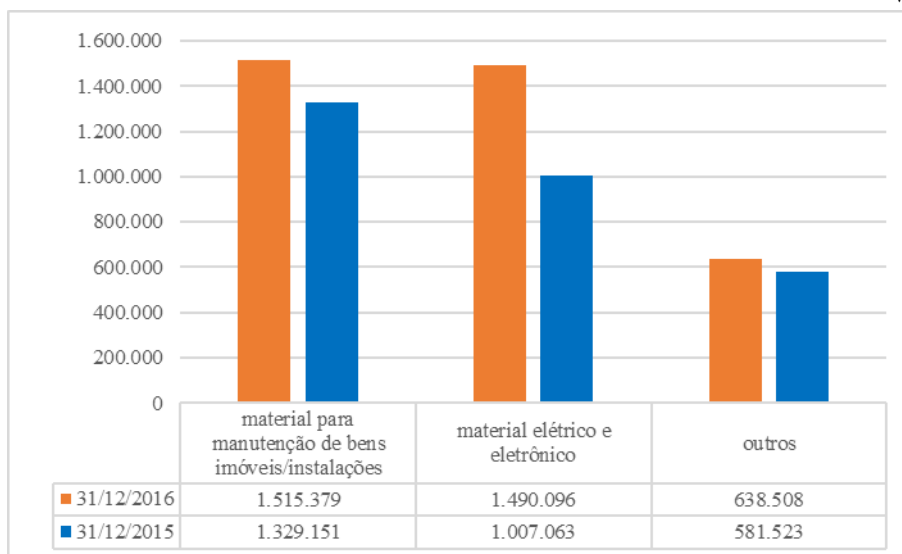
Fonte: Siafi.

- **Materiais de construção**

Esta conta engloba o estoque do AMCO II. Como se observa na figura A2, os itens mais relevantes são os relacionados a material para manutenção de bens imóveis e instalações e material elétrico e eletrônico.

Figura A2 – Estoque – materiais de construção – composição

Valores em reais



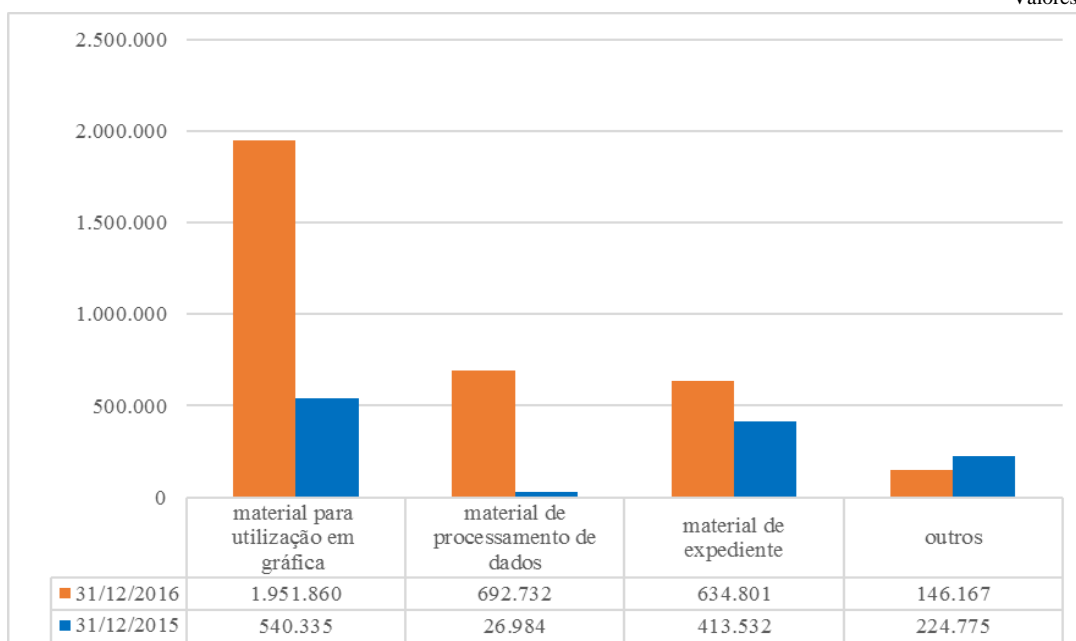
Fonte: Siafi.

▪ **Materiais de expediente**

Essa conta engloba o estoque do AMCO I da Câmara dos Deputados. Os itens mais relevantes são os relacionados a material para utilização em gráfica, material de processamento de dados e material de expediente.

Figura A3 – Estoque – material de expediente – composição

Valores em reais



Fonte: Siafi.

Verifica-se que houve variação expressiva nos itens de material de processamento de dados (2.467%) e de material para utilização em gráfica (261%), quando se compara o exercício de 2016 com 2015, com destaque para as seguintes aquisições:

Tabela A15 – Aquisições relevantes – material de expediente

			Valores em reais
Classificação contábil	Empresa	Descrição	Valor
Material de processamento de dados	07.139.780/0001-02 – Tomada 1 Audiovisual Ltda. – EPP	Aquisição de discos ópticos regraváveis	557.998
Material para utilização em gráfica	29.976.381/0001-32 – Mulpaper Distribuidora de Papéis Ltda.	Aquisição de papel offset com alta alvura	1.333.572

Fonte: Siafi.

3.4 Nota 4 – Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber de empréstimos e financiamentos concedidos e com vencimento no longo prazo. A tabela abaixo apresenta a composição desses créditos:

Tabela A16 – Créditos e valores de longo prazo

						Valores em reais
Detalhamento	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	AV	AH	
Empréstimos concedidos a receber	2.698.020	2.698.020	2.387.714	41%	0%	
Financiamentos concedidos a receber – exceto FAT	3.857.137	3.857.137	3.413.517	59%	0%	
	6.555.157	6.555.157	5.801.231	100%	0%	
Ajustes de perdas em créditos de longo prazo						
(-) Ajuste de perdas empréstimos/financiamentos concedidos	(5.827.105)	(1.966.547)	(1.740.369)	-	196%	
Total	728.052	4.588.610	4.060.862	-	-84%	

Fonte: Siafi.

▪ Empréstimos e financiamentos concedidos a receber

Os valores registrados nas contas “Empréstimos” e “Financiamentos a receber” referem-se ao patrimônio do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e ao convênio celebrado nos anos de 1971 e 1972 com a extinta Sociedade de Habitações de Interesse Social Limitada (Shis), cujo sucessor é o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab – DF). Em 2016, não houve a atualização desses valores devido ao ajuste para perdas efetuado.

▪ Ajustes de perdas em créditos de longo prazo

Foram realizados ajustes para perdas nos “Empréstimos” e nos “Financiamentos concedidos a receber”, pois se mostraram de difícil realização quando considerados o histórico de recebimento e o grau de envelhecimento. O ajuste para perdas dos empréstimos concedidos ao IPC foi de 100%; o ajuste do financiamento concedido ao Idhab foi de aproximadamente 81%.

3.5 Nota 5 – Demais Créditos a Longo Prazo

Trata-se de valores a receber por demais transações, com vencimentos no longo prazo, sendo composto pela seguinte conta:

Tabela A17 – Demais créditos e valores a longo prazo

					Valores em reais
Conta	Detalhamento	31/12/2016	31/12/2015	AH	
1.2.1.2.1.98.26	Adiantamento de contribuições futuras – Funpresp	15.504.527	14.491.911	7%	

Fonte: Siafi.

O registro é decorrente de aporte a título de adiantamento de contribuições futuras à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), nos termos do Convênio de Adesão n. 2013/126, autorizado conforme a Lei n. 12.618, de 2012. Tal aporte destina-se a honrar a contribuição patronal do Legisprev.

O valor inicial do adiantamento, no valor de R\$ 12,1 milhões, foi contabilizado em 2013, sendo atualizado monetariamente, o que justifica a variação ocorrida.

3.6 Nota 6 – Imobilizado

▪ Bens móveis

Compreende os bens corpóreos que constituem meios para a produção de outros bens ou serviços. Os bens móveis desta Casa, em 31/12/2016, totalizavam R\$ 228,51 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela A18 – Bens móveis – composição

Conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
				AV	AH
1.2.3.1.1.01.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	36.569.227	26.645.348	16%	37%
1.2.3.1.1.02.00	Bens de informática	79.168.601	73.760.363	35%	7%
1.2.3.1.1.03.00	Móveis e utensílios	31.448.845	31.112.747	14%	1%
1.2.3.1.1.04.00	Material cultural, educacional e de comunicação	55.219.852	43.616.385	24%	27%
1.2.3.1.1.05.00	Veículos	961.462	2.006.470	0%	-52%
1.2.3.1.1.07.00	Bens móveis em andamento	642.137	-	0%	-
1.2.3.1.1.08.00	Bens móveis em almoxarifado	21.519.192	20.601.915	9%	4%
1.2.3.1.1.09.00	Armamentos	496.887	193.727	0%	156%
1.2.3.1.1.99.00	Demais bens móveis	2.490.147	2.342.756	1%	6%
Total		228.516.350	200.279.711	100%	14%

Fonte: Siafi.

Dos bens móveis, 59% são bens de informática e de comunicação cujo detalhamento encontra-se abaixo:

Tabela A19 – Detalhamento das contas 1.2.3.1.1.02.00 e 1.2.3.1.1.04.00

Conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais
				AV
1.2.3.1.1.02.00	Bens de informática	79.168.601	73.760.363	35%
1.2.3.1.1.02.01	Equipamentos de processamento de dados	79.168.601	73.760.363	35%
1.2.3.1.1.04.00	Material cultural, educacional e de comunicação	55.219.852	43.616.385	24%
1.2.3.1.1.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	1.273.649	1.146.547	0,5%
1.2.3.1.1.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	16.796	16.796	0%
1.2.3.1.1.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	51.454.623	40.165.479	22,5%
1.2.3.1.1.04.06	Obras de arte e peças para exposição	2.474.784	2.287.563	1%

Fonte: Siafi.

Os equipamentos de processamento de dados (R\$ 79,16 milhões) e os equipamentos de áudio, foto e vídeo (R\$ 51,45 milhões) são os itens mais relevantes. Os primeiros se destacam pela importância do parque de informática para o desenvolvimento das atividades desta Casa. Já os equipamentos de áudio, vídeo e foto são necessários devido à existência de diversas mídias de telecomunicação.

▪ **Bens imóveis**

Os bens imóveis em uso pela Câmara dos Deputados totalizavam R\$ 969,07 milhões em 31/12/2016, conforme demonstrado a seguir.

Tabela A20 – Bens imóveis – composição

Conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Valores em reais	
				AV	AH
1.2.3.2.1.01.00	Bens de uso especial registrados no SPIUnet	842.128.957	647.618.436	87%	30%
1.2.3.2.1.01.01	Imóveis residenciais/comerciais	516.563.213	390.061.060	53%	32%
1.2.3.2.1.01.02	Edifícios	315.067.479	249.222.909	33%	26%
1.2.3.2.1.01.03	Terrenos/glebas	6.418.905	5.440.008	1%	18%
1.2.3.2.1.01.04	Armazéns/galpões	4.079.360	2.894.459	0%	41%
1.2.3.2.1.06.00	Bens imóveis em andamento	115.356.874	158.756.665	12%	-27%
1.2.3.2.1.06.01	Obras em andamento	115.319.852	158.756.665	12%	-27%
1.2.3.2.1.06.05	Estudos e projetos	37.022	0	0%	-
1.2.3.2.1.07.00	Instalações	11.584.962	25.160.702	1%	-54%
Total		969.070.793	831.535.803	100%	17%

Fonte: Siafi.

A conta de imóveis residenciais/comerciais registra principalmente os apartamentos funcionais destinados à moradia de parlamentares. As contas de “Edifícios”, “Terrenos/glebas” e “Armazéns/galpões” registram imóveis relacionados à execução da atividade-fim do órgão.

As variações positivas estão relacionadas à atualização de valores históricos dos imóveis (R\$ 113.877.004,00) e à incorporação de benfeitorias, obras ou reformas aos imóveis (R\$ 23.890.385,00).

▪ **Conciliação do valor contábil – bens móveis e imóveis**

O saldo de bens móveis sofreu alterações em virtude de aquisições, reavaliação, baixas por leilão e por doação, e encargos de depreciação. Já as alterações no saldo dos bens imóveis decorrem, principalmente, de atualização dos valores históricos. Tais alterações estão detalhadas a seguir:

Tabela A21 – Conciliação do valor contábil

Itens	Valores em reais	
	Bens móveis	Bens imóveis
Saldo em 31/12/2015	200.279.711	831.535.804
Adições	30.593.331	23.890.385
Baixas	(1.050.179)	-232.399
Reversão de depreciação acumulada	(1.538.887)	
Reavaliação líquida	232.374	113.877.004
Saldo em 31/12/2016 (I)	228.516.350	969.070.793
Depreciação acumulada		
Saldo em 31/12/2015	(57.550.297)	(425.588)
Encargo de depreciação	(24.199.626)	(1.200.326)
Reversão de depreciação acumulada	1.538.887	-
Saldo em 31/12/2016 (II)	(80.211.036)	(1.625.914)
Valor contábil (I + II)	148.305.314	967.444.879

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.7 Nota 7 – Intangível

O valor total de intangível é formado exclusivamente de aquisições de licenças de *software*. Dentre as licenças adquiridas, destacam-se as soluções de gerenciamento de Datacenter, Business Objects e Backup (LanLink Informática Ltda. e Vert Soluções em Informática), licenças de uso do Adobe (MCR Sistemas de Consultoria Ltda.) e licenças para uso do programa Microsoft Office 365 (Brassoftware Informática Ltda.).

A variação positiva mais expressiva é decorrente da renovação de licenças do *software* Adobe (MCR Sistema e Consultoria Ltda.). Além disso, houve a apropriação de encargos de amortização no valor de R\$ 4.942.492,00.

3.8 Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende os valores a pagar a pessoal, tais como remunerações, décimo terceiro salário, férias e encargos previdenciários:

Tabela A22 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo – composição
Valores em reais

Pessoal a pagar	31/12/2016	31/12/2015	AV	AH
Salários, remunerações e benefícios	1.490.984	2.105.181	27%	-29%
Férias a pagar	4.084.614	0	73%	-
Total	5.575.598	2.105.181	100%	165%

Fonte: Siafi.

O valor mais relevante trata-se de apropriações por competência de passivos decorrentes do adicional de 1/3 de férias da folha de pagamento. Tais registros consistem no reconhecimento das obrigações da entidade em relação ao trabalhador, em função do mês trabalhado.

3.9 Nota 9 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende valores diversos, tais como valores retidos de fornecedores por multas aplicadas, contribuições e impostos a recolher, depósitos e cauções recebidos, conforme demonstrado a seguir.

Tabela A23 – Demais obrigações a curto prazo – composição

Valores em reais

Composição	31/12/2016	31/12/2015	AV	AH
Obrigações por danos a terceiros	0	11.803	0%	-100%
Consignações	5.847.229	4.259.355	58%	37%
INSS	0	75.241	0%	-100%
Impostos e contribuições diversos devidos	0	207.040	0%	-100%
ISS	0	45.742	0%	-100%
Depósitos retidos de fornecedores	5.847.229	3.931.332	58%	49%
Depósitos não judiciais	4.212.832	6.122.046	42%	-31%
Depósitos e cauções recebidos	1.512.669	1.599.501	15%	-5%
Depósitos de terceiros	2.700.163	4.522.545	27%	-40%
Outras obrigações a curto prazo	35.931	263.141.328	0%	-100%
Indenizações, restituições e compensações	25.593	2.695.593	0%	-99%
Saque – cartão de pagamento do governo	10.338	6.440	0%	61%
Cota recebida diferida	0	260.439.295	0%	-100%
Total	10.095.992	273.534.532	100%	-96%

Fonte: Siafi.

▪ **Depósitos retidos de fornecedores**

Essa conta registra os valores de obrigações decorrentes de valores retidos e/ou bloqueados de fornecedores em função de aplicação de multas por descumprimentos de contratos, bloqueios por falta de comprovação de pagamentos a funcionários, descontos referentes a reembolsos de passagens aéreas, entre outros. A seguir, é apresentada a tabela com os valores mais representativos nessa conta:

Tabela A24 – Depósito retidos de fornecedores

Fornecedor	Valores em reais	
	2016	AV
Sony Brasil Ltda.	3.080.342	52,7%
Plansul Planejamento e Consultoria	977.752	16,7%
Cetro RM Serviços Ltda.	421.365	7,2%
Eletrodata Engenharia Ltda.	157.535	2,7%
Fortaleza – Serviços Empresariais Ltda. – EPP	141.795	2,4%
Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda.	93.536	1,6%
Premiere Consultoria e Terceirização de Serviços	81.331	1,4%
Outros	893.573	15%
Total	5.847.229	100%

Fonte: Siafi.

▪ **Cota recebida diferida**

A partir do ano de 2016, o valor dos recursos diferidos passou a ser registrado apenas em conta de controle (“Disponibilidade de Cota Recebida” – 8.9.4.2.1.01.00) e não mais em conta de passivo (“Cota Recebida Diferida” – 2.1.8.9.2.39.01), o que justifica a variação ocorrida.

3.10 Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Em 2015, o valor apurado no processo de inscrição do diferido, realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi de R\$ 260.439.295,00. No entanto, o valor correto que deveria ter sido inscrito seria de R\$ 133.446.216,00. O registro foi regularizado à conta de ajuste de exercícios anteriores em janeiro de 2016, o que explica a variação ocorrida.

3.11 Nota 11 – Atos Potenciais Ativos

O saldo dos atos potenciais ativos é composto principalmente das garantias apresentadas nas modalidades de fiança bancária e de seguro garantia, cujo objetivo é garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas nos contratos celebrados com a Câmara dos Deputados. Ressalta-se que somente são recebidos os seguros garantia de seguradoras registradas junto à Superintendência de Seguros Privados (Susep), e as fianças emitidas por entidades financeiras cadastradas no Banco Central do Brasil. Abaixo, detalhamento das garantias apresentadas, agrupadas por empresas:

Tabela A25 – Garantias recebidas a executar

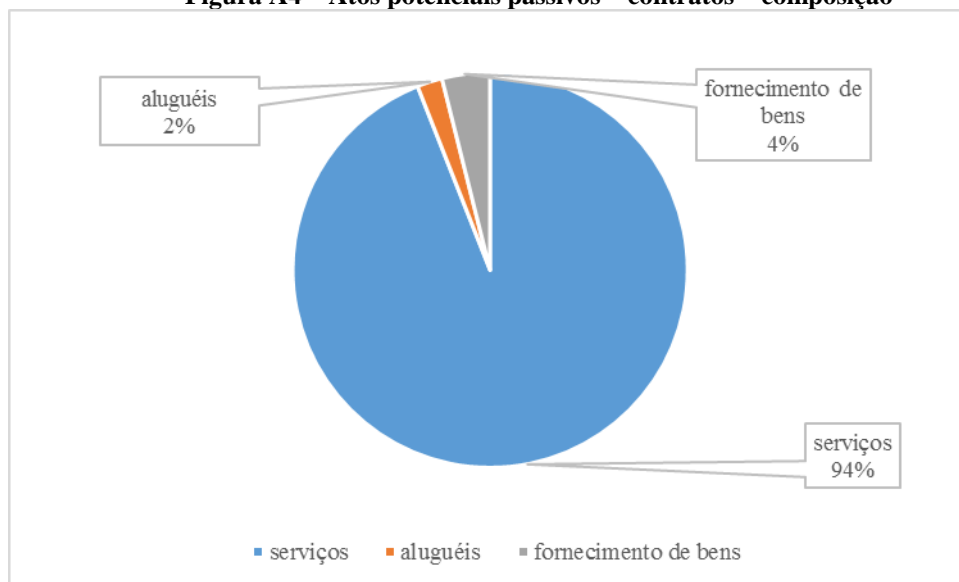
Empresas	Valores em reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Plansul Planejamento e Consultoria Ltda.	7.854.998	5.907.494
Porto Belo Engenharia e Comercio Ltda.	4.190.585	4.190.585
GCE S.A.	3.999.811	3.999.812
Planalto Service Ltda.	2.693.407	2.799.094
Real Jg – Serviços Gerais Ltda.	2.445.873	1.402.278
Cetro Rm Servicos Ltda.	1.720.937	44.216
Santa Helena Segurança Total S.A.	1.593.275	1.593.275
Mcr Sistemas e Consultoria Ltda.	1.258.101	1.258.101
Eqs Engenharia Ltda.	1.121.982	548.793
Construtora Atlanta Ltda.	1.118.531	1.118.531
Outras garantias recebidas a executar	18.930.898	15.280.555
Total	46.928.398	38.142.734

Fonte: Siafi.

3.12 Nota 12 – Atos Potenciais Passivos

O saldo de atos potenciais passivos (conta 8.1.2.3.1.00.00) compreende principalmente os contratos a executar, os quais se subdividem em contratos de fornecimento de bens, aluguéis e serviços.

Figura A4 – Atos potenciais passivos – contratos – composição



Fonte: Tesouro Gerencial.

Os contratos de serviços respondem por 94% do universo dos ajustes registrados. A tabela abaixo relaciona os fornecedores com os maiores valores contratados.

Tabela A26 – Contratos a executar

Detalhamento	Valores em reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Caixa Econômica Federal	264.589.136	521.919.624
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	37.501.636	22.144.154
Plansul Planejamento e Consultoria Eireli	33.417.641	39.028.965
CEB Distribuição S.A.	28.886.156	18.232.042
Oi S.A. – em recuperação judicial	21.289.371	21.281.861
Real Jg Serviços Gerais Eireli	15.146.888	15.094.391
Cetro Rm Serviços Ltda.	14.272.003	877.543
Brasfort Administração e Serviços Ltda.	14.133.824	15.864.781
Secretaria Especial de Editoração e Publicações	13.500.000	13.500.000
Cidade Serviços e Mão de Obra Especializada Ltda.	12.009.097	5.041.725
Outros fornecedores	288.571.013	277.244.420
Total	743.316.765	950.229.507

Fonte: Siafi.

Observa-se que a Caixa Econômica Federal se destaca dentre os demais. Os contratos a executar da Câmara com essa instituição financeira se referem ao Convênio n. 145/2015, cujo objeto é a mútua cooperação para a execução e aprimoramento dos respectivos planos de saúde e compartilhamento da rede de credenciados da Caixa para o plano de saúde oferecido pelo órgão a seus servidores.

3.13 Nota 13 – Transferências e Delegações Recebidas

▪ Transferências intragovernamentais

Observa-se na tabela abaixo que quase a totalidade das transferências são recursos recebidos pela Câmara decorrentes da programação financeira correspondente ao orçamento anual.

Tabela A27 – Transferências intragovernamentais – composição

Composição	Valores em reais	
	31/12/2016	
Cota recebida	5.263.850.099	
Outras	75.307	
Total	5.263.925.406	

Fonte: Siafi.

3.14 Nota 14 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

Aqui, destaca-se a baixa de cota diferida, como se observa na tabela abaixo.

Tabela A28 – Principais fatos

Fatos	Valores em reais	
	Valor	AV
Baixa de cota diferida	133.446.216	98,82%
Outros	1.597.867	1,18%
Total	135.044.083	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.15 Nota 15 – Remuneração de Pessoal e Encargos Patronais

No exercício de 2016, o total de despesas registradas nesse item totalizou cerca de R\$ 2,7 bilhões. Na sequência, apresenta-se a tabela com as principais rubricas.

Tabela A29 – Pessoal e encargos sociais – composição

Rubricas	Valores em reais	
	31/12/2016	AV
Gratificações	1.515.869.587	55,97%
Vencimentos e salários	520.057.552	19,20%
Contribuições previdenciárias	427.439.803	15,78%
13º Salário	167.670.953	6,19%
Férias	48.266.984	1,78%
Outros	29.069.624	1,07%
Total	2.708.374.503	100%

Fonte: Siafi

3.16 Nota 16 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção da Casa. Essas variações, em 31/12/2016, totalizaram R\$ 558,89 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela A30 – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – composição

Composição	Valores em reais			
	31/12/2016	31/12/2015	AV	AH
Uso de materiais de consumo	10.711.295	13.122.158	2%	-18%
Serviços	517.842.034	391.889.966	93%	32%
Depreciação, amortização e exaustão	30.342.444	26.429.640	5%	15%
Total	558.895.773	431.441.764	100%	-30%

Fonte: Siafi.

▪ **Serviços**

Na tabela abaixo, observa-se que 97,9% do total de serviços foram prestados por pessoas jurídicas e que os serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, os serviços técnicos profissionais e os serviços de transporte, passagem, locação e hospedagem representam 88% desse total.

Tabela A31 – Serviços – detalhamento

Detalhamento	Valores em reais		
	31/12/2016	31/12/2015	AV
Diárias	4.104.964	4.218.030	0,8%
Serviços de terceiros – pessoa física	5.388.937	5.542.757	1,0%
Serviços de terceiros – pessoa jurídica	506.976.252	381.633.147	97,9%
Serviços de apoio adm. técnico e operacional	273.564.329	180.651.165	52,8%
Serviços técnicos profissionais	112.617.584	66.099.985	21,8%
Serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem	69.365.482	57.940.180	13,4%
Serviços de comunicação, gráfico e audiovisual	24.119.497	21.050.773	4,7%
Serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás e outros	21.783.170	16.591.474	4,2%
Outros serviços	5.526.190	39.299.570	1%
Serviços de terceiros – pessoa jurídica intra	1.371.881	496.032	0,3%
Total	517.842.034	391.889.966	100%

Fonte: Siafi.

A tabela abaixo apresenta os principais prestadores de serviços nessas rubricas:

Tabela A32 – Principais prestadores de serviços – pessoa jurídica – 2016

Conta	Prestador	Natureza do serviço	Valores em reais
			Valor
Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	Plansul Planejamento e Consultoria Eireli	Locação de mão de obra	106.777.184
	Planalto Service Ltda.		19.516.126
	Cetro RM Serviços Ltda.		19.043.420
	Life Defense Segurança Ltda.		17.103.427
Serviços técnicos profissionais	Caixa Econômica Federal	Serviço médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais	103.869.116
Serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem	TAM Linhas Aéreas S.A.	Passagens aéreas	29.866.337
	GOL Linhas Aéreas S.A.		14.462.435
Total			310.638.045

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial.

3.17 Nota 17 – Transferências e Delegações Concedidas

▪ **Transferências intragovernamentais**

Compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes das transferências financeiras relativas à execução orçamentária, e de bens e valores. Em 2016, totalizaram R\$ 76,87 milhões, conforme demonstrado a seguir.

Tabela A33 – Transferências intragovernamentais – composição

Conta	Descrição	Valores em reais	
		31/12/2016	AV
3.5.1.1.2.00.00	Transferências concedidas para a execução orçamentária intraorçamentária	76.449.919	99,5%
3.5.1.1.2.02.00	Repasso concedido	448.021	0,6%
3.5.1.1.2.08.00	Devolução do diferido (cota devolvida)	76.001.898	98,9%
3.5.1.2.2.00.00	Transferências concedidas – intraorçamentária	426.036	0,5%
3.5.1.2.2.01.00	Transferências concedidas para pagamento de restos a pagar	16.635	0,0%
3.5.1.2.2.03.00	Movimento de saldos patrimoniais	409.401	0,5%
Total		76.875.955	100%

Fonte: Siafi.

O item mais relevante (98,9%) se refere à devolução de cota diferida ao órgão central de programação financeira pelos seguintes motivos: ajuste da cota financeira a programar ao orçamento aprovado (R\$ 35 milhões) e bloqueio financeiro interno para atender remanejamento orçamentário (R\$ 41 milhões).

3.18 Nota 18 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

A variação patrimonial diminutiva de maior relevância neste grupo (98%) trata dos ressarcimentos decorrentes da cota para o exercício da atividade parlamentar dos deputados federais, no valor de R\$ 174,26 milhões.

3.19 Nota 19 – Créditos Adicionais

O montante aprovado inicialmente no orçamento para 2016 foi de R\$ 5,27 bilhões. Esse valor é menor que o aprovado para 2015 (R\$ 5,36 bilhões). Os cortes ocorreram nos grupos “Investimentos” e “Outras despesas correntes”.

Nesse sentido, no intuito de auferir o quantitativo de recursos necessários ao regular funcionamento do órgão, foram aprovados créditos adicionais no decorrer do exercício, tendo sido acrescido em R\$ 82,6 milhões o total de créditos orçamentários. As fontes para abertura desses créditos foram as seguintes: a) anulação de outros créditos já consignados ao órgão (R\$ 107,49 milhões); b) excesso de arrecadação (R\$ 24,7 milhões), e c) anulação de reserva de contingência (R\$ 57,9 milhões). A tabela abaixo demonstra as principais alterações orçamentárias ocorridas no decorrer do exercício.

Tabela A34 – Alterações orçamentárias

Ato	Valores em reais		
	Pessoal e encargos sociais	Outras despesas correntes	Investimentos
Portaria n. 12, de 13/5/2016	-16.000.000	16.000.000	-
Portaria n. 19, de 23/8/2016	-	-1.719.000	1.719.000
Portaria n. 19, de 23/8/2016	-	43.793.531	-43.793.531
MP n. 750, de 1º/11/2016	-	24.701.537	-
Portaria n. 24, de 23/11/2016	-	-14.856.000	14.856.000
Decreto de 24/11/2016	54.408.654	-	-
Portaria n. 36, de 9/12/2016	-31.123.321	31.123.321	-
Decreto de 19/12/2016	3.507.086	-	-
Total	10.792.419	99.043.389	-27.218.531

Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

3.20 Nota 20 – Receitas Correntes

O montante de receitas previsto para arrecadação direta por este órgão representa 0,23% do total de recursos necessários para financiar os créditos orçamentários aprovados na LOA. Na execução orçamentária observou-se excesso de arrecadação de R\$ 60,6 milhões com destaque para a rubrica “valores mobiliários”, que compreende receitas de juros sobre recursos aplicados na Conta Única do Tesouro Nacional.

No decorrer do exercício ocorreu a aprovação de créditos adicionais para financiar despesas imprescindíveis ao funcionamento da Casa. Parte dos recursos necessários à abertura dos créditos adicionais (R\$ 24,7 milhões) é proveniente de excesso de arrecadação; a outra parte é proveniente de anulação de reserva de contingência.

Parte do excesso de arrecadação (R\$ 24,7, milhões) foi utilizada como fonte para abertura de crédito extraordinário por meio da Medida Provisória n. 750, de 1º de novembro de 2016. Tal abertura de créditos se fez necessária para custear despesas administrativas da Casa, tendo em vista que ocorreram cortes na aprovação da Lei Orçamentária de 2016 quando comparado com o exercício de 2015.

3.21 Nota 21 – Pessoal e Encargos Sociais

O grupo “Pessoal e encargos sociais” representa 81,93% do total da despesa empenhada. Foi liquidado e pago 99,96% desse total. Esse grupo compreende despesas como vencimentos, salários, proventos e subsídios, gratificações, funções comissionadas e pensões com parlamentares, servidores ativos, aposentados e pensionistas. Os valores liquidados e pagos a título de pessoal e encargos sociais estão detalhados na tabela abaixo.

Tabela A35 – Execução de pessoal e encargos sociais

Rubricas	Valores em reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Servidores efetivos	1.456.204.345	1.516.864.940
Servidores aposentados	1.172.833.525	1.064.426.692
Secretários parlamentares	770.427.014	736.501.239
Pensionistas de servidores	280.788.172	265.267.163
Parlamentares	280.383.660	294.889.558
Cargos de natureza especial	204.158.146	197.791.276
Parlamentares aposentados	86.473.866	85.655.164
Pensionistas de parlamentares	50.280.646	46.294.287
Total	4.301.549.374	4.207.690.319

Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

3.22 Nota 22 – Outras Despesas Correntes

O grupo “Outras despesas correntes” corresponde a 17,50% das despesas empenhadas, sendo que 95,94% desse total foram pagas. A tabela abaixo demonstra as principais naturezas de despesa componentes do grupo “Outras despesas correntes”.

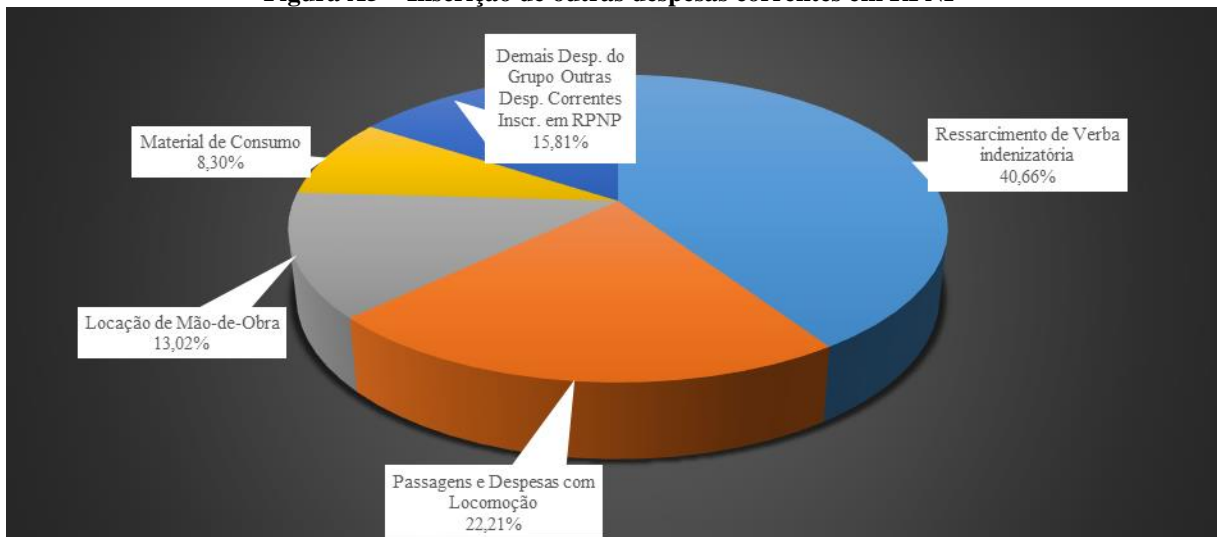
Tabela A36 – Execução de outras despesas correntes: principais naturezas de despesa/natureza de despesa detalhada

Detalhamento	Valores em reais	
	31/12/2016	AV
Locação de mão de obra	245.436.685,08	26,70%
Ressarcimento de verba indenizatória	170.528.304,08	18,55%
Auxílio-alimentação	169.929.121,74	18,49%
Serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais	106.382.456,35	11,57%
Passagens e despesas com locomoção	68.455.680,59	7,45%
Ressarcimento assistência médica/odontológica	25.898.499,66	2,82%
Auxílio-creche	25.881.076,15	2,82%
Material de consumo	15.410.317,06	1,68%
Energia elétrica	14.818.833,48	1,61%
Demais despesas do grupo outras despesas correntes	76.469.701,88	8,32%
Total	919.210.676,07	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Do montante empenhado no grupo “Outras despesas correntes”, R\$ 34,8 milhões foram inscritos em restos a pagar não processados (RPNP). Este montante representa 3,79% do total empenhado no grupo. O item mais representativo inscrito em RPNP é “Ressarcimento de verba indenizatória” (cota para o exercício da atividade parlamentar), com o montante inscrito de R\$ 14,19 milhões. O gráfico abaixo demonstra os principais itens inscritos em RPNP.

Figura A5 – Inscrição de outras despesas correntes em RPNP

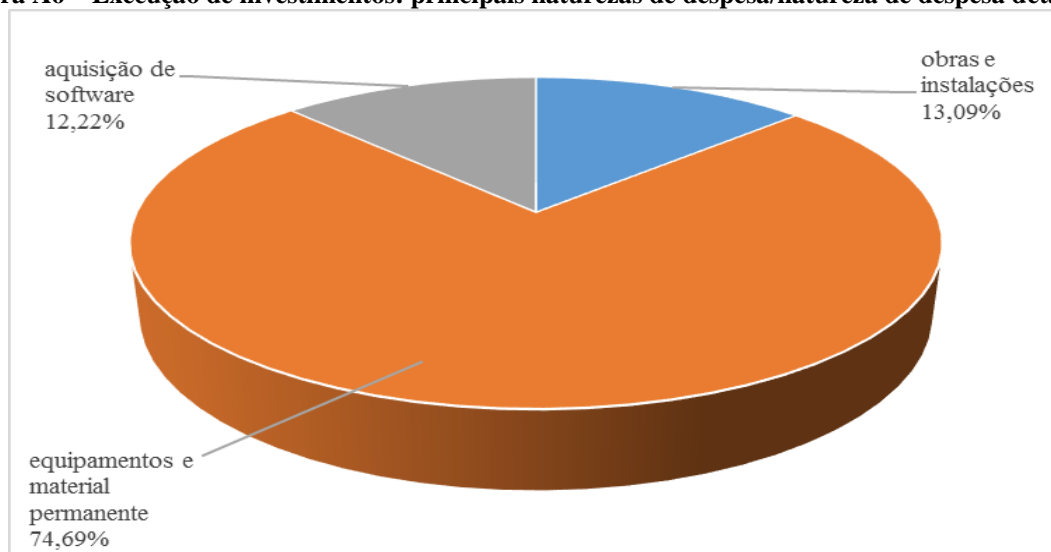


Fonte: Tesouro Gerencial.

3.23 Nota 23 – Investimentos

As despesas com investimentos representam 0,56% da despesa empenhada. Foi liquidado e pago 74,02% desse total. O item mais representativo é “Aquisição de equipamentos e material permanente”, sendo as despesas com aquisição de equipamentos de processamento de dados as mais expressivas, representando 49,83% de toda a despesa com investimentos. A empresa Dell Computadores do Brasil Ltda. é o maior fornecedor do grupo investimentos com o montante empenhado de R\$ 13,4 milhões.

Figura A6 – Execução de investimentos: principais naturezas de despesa/natureza de despesa detalhada



Fonte: Tesouro Gerencial.

3.24 Nota 24 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Para esta análise, foram elaboradas as tabelas A37 e A38, que especificam o período de inscrição dos restos a pagar e destacam os restos a pagar não processados que foram liquidados no decorrer de 2016 e reinscritos como processados.

▪ Execução de restos a pagar não processados (RPNP)

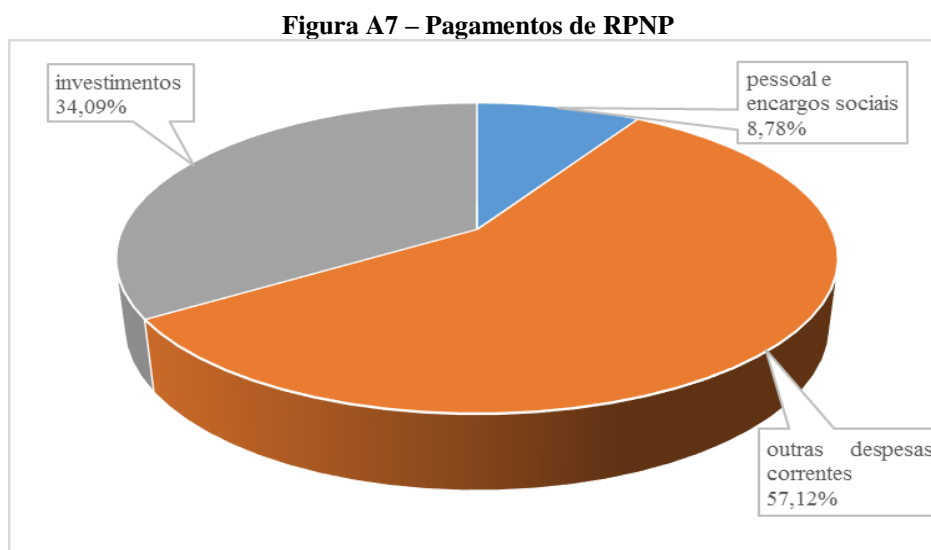
Do montante inscrito em restos a pagar não processados ao final de 2015 (R\$ 419,3 milhões), R\$ 111,4 milhões foram pagos e R\$ 288 milhões foram cancelados durante o exercício de 2016. Os pagamentos representaram 26,57%, e os cancelamentos, 68,68%, com um saldo remanescente de 4,7% do valor existente no início do exercício. Além disso, de todos os valores de RPNP liquidados no decorrer do exercício, 99,90% foram pagos.

Tabela A37 – Restos a pagar não processados a liquidar

Ano de inscrição	Montante 31/12/2015	Pagamento	Cancelamento	RPNP reinscrito como processado	Valores em reais
					Saldo 31/12/2016
2007	69.741.679	-	69.741.679	-	-
2008	70.670.305	-	70.670.305	-	-
2009	57.994.522	-	57.994.522	-	-
2010	58.668.099	1.620	58.569.270	-	97.208
2011	10.394	2.022	-	-	8.372
2012	244.500	6.180	105.957	-	132.364
2013	3.472.119	2.296.082	82.207	-	1.093.830
2014	30.552.677	14.927.126	11.307.095	93.536	4.224.920
2015	127.972.847	94.176.325	19.535.088	10.868	14.250.566
Total	419.327.142	111.409.355	288.006.123	104.404	19.807.260

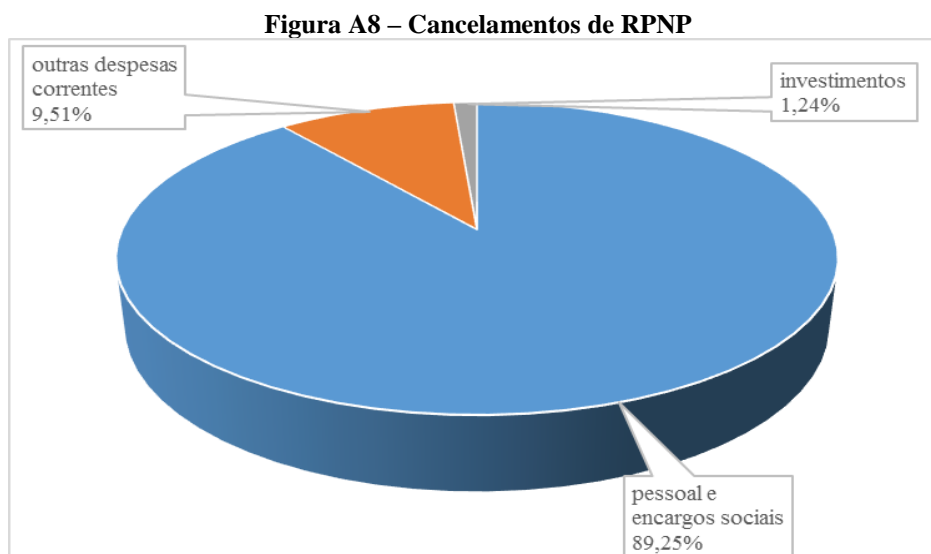
Fonte: Siafi.

Em relação aos pagamentos de RPNP, o grupo “Outras despesas correntes” é o mais expressivo, representando 57,12% de todo o montante pago, conforme se observa na figura abaixo.



Fonte: Siafi

Em relação aos valores cancelados, o grupo “Pessoal e encargos sociais” é o item mais expressivo, representando 89,25% de todo o montante cancelado. O gráfico abaixo demonstra as proporções de cancelamentos de RPNP.



Fonte: Siafi.

▪ **Execução de restos a pagar processados**

No decorrer do exercício, ocorreu o pagamento de 47,65% do conjunto de restos a pagar processados que inicialmente era de R\$ 9,2 milhões. Outros R\$ 104 mil que pertenciam ao conjunto de restos a pagar não processados foram liquidados durante o exercício e reinscritos como restos a pagar processados.

Parte do montante ainda pendente de pagamento (aproximadamente 69,4%) refere-se a valores retidos de fornecedores por descumprimento de contratos, os quais somente serão pagos após a conclusão do devido processo administrativo. Dentre estas entidades credoras da Câmara, a empresa Sony Brasil Ltda. é a mais representativa, com R\$ 3,08 milhões retidos.

Tabela A38 – Restos a pagar processados

Valores em reais

Ano de inscrição	Montante 31/12/2015	Pagamentos	RPNP reinscrito como processado	Saldo 31/12/2016
2006	4.014	4.014	-	-
2007	191	-	-	191
2010	757	-	-	757
2011	26.857	-	-	26.857
2012	24.532	-	-	24.532
2013	3.177.071	7.406	-	3.169.665
2014	1.941.761	373.543	93.536	1.661.754
2015	4.096.097	4.032.429	10.868	74.536
Total	9.271.280	4.417.392	104.404	4.958.292

Fonte: Siafi.

3.25 Nota 25 – Transferências Concedidas (DFC)

Compreende as transferências de recursos no âmbito de um mesmo ente da federação (transferências intragovernamentais) e as outras transferências concedidas, como se observa abaixo:

Tabela A39 – DFC – Transferências concedidas – detalhamento

Valores em reais

Modalidade de aplicação	Descrição	31/12/2016	AV
	Intragovernamentais		
91	Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS	429.134.477	99,80%
	Outras transferências concedidas	874.069	0,20%
50	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	14.000	0%
80	Transferências ao exterior	860.069	0,20%
Total		430.008.546	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Do total das transferências intragovernamentais, 99,65% referem-se a operações intraorçamentárias destinadas ao recolhimento de contribuições previdenciárias dos segurados e encargos patronais, conforme demonstrado a seguir.

Tabela A40 – Principais eventos

Valores em reais

Eventos	Valor	AV
Contribuições previdenciárias dos segurados e encargos patronais (INSS e PSSS/PSSC)	427.627.750	99,65%
Confecção de publicações oficiais (Fundo Especial do Senado Federal)	875.767	0,20%
Participação em cursos e outros (Esaf, Enap e UnB)	284.137	0,07%
Publicação de matérias no <i>Diário Oficial da União</i> (Fundo de Imprensa Nacional)	211.474	0,05%
Direito de uso de radiofrequência (Fistel)	132.159	0,03%
Outros	3.190	0,00%
Total	429.134.477	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.